

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Ana Pereira dos Santos

**“O INIMIGO SEMPRE VOLTA”:
Reflexões sobre a construção da implicação dos trabalhadores com a Política de
Assistência Social**

Belo Horizonte
2019

Ana Pereira dos Santos

**“O INIMIGO SEMPRE VOLTA”:
Reflexões sobre a construção da implicação dos trabalhadores com a Política de
Assistência Social brasileira**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Roberta de Carvalho Romagnoli

Área de concentração: Processos de Subjetivação

Belo Horizonte

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S237i	<p>Santos, Ana Pereira dos</p> <p>“O inimigo sempre volta”: Reflexões sobre a construção da implicação dos trabalhadores com a Política de Assistência Social / Ana Pereira dos Santos. Belo Horizonte, 2019. 252 f. : il.</p> <p>Orientadora: Roberta de Carvalho Romagnoli Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia</p> <p>1. Sistema Único de Assistência Social (Brasil). 2. Assistência Social. 3. Análise institucional. 4. Política social – Brasil. 5. Trabalhadores - Betim (MG). 6. Prática profissional. 7. Direitos sociais. I. Romagnoli, Roberta de Carvalho. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.</p> <p>CDU: 301.151</p>
-------	---

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva – CRB 6/2086

Ana Pereira dos Santos

“O INIMIGO SEMPRE VOLTA”:

**Reflexões sobre a a construção da implicação dos trabalhadores com a Política de
Assistência Social brasileira**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de
Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção
do título de Doutora em Psicologia

Prof. Dr. Eduardo Simonini Lopes - UFV

Profa. Dra. Cláudia Maria Filgueiras Penido - UFMG

Profa. Dra. Maria Ignez Costa Moreira - PUC Minas

Prof. Dr. Gilles Monceau - Université Cergy Pontoise

Profa. Dra. Roberta Carvalho Romagnoli - Orientadora (PUC Minas)

Belo Horizonte, 13 de março de 2019.

*Para Davi e Luciano, por tudo que vivemos juntos
Para meu pai, que durante minha estadia na França
sobreviveu milagrosamente a um infarto.
Por ter tido a chance de abraçá-lo de novo*

AGRADECIMENTOS

À Roberta Romagnoli, a quem sempre quis chamar de orientadora. Obrigada por compreender os embaraços e atrasos de uma pesquisadora-mãe, por trazer leveza e sua peculiar generosidade para este meu momento, por respeitar e potencializar meus devaneios acerca do trabalho e por traduzir a academia, cada vez mais dura, em alegria, inteligência, rigor, criação e liberdade.

Ao professor Gilles Monceau pela forma com que me recebeu na França, facilitando caminhos, possibilitando encontros, provocando e expandindo este trabalho.

À professora Heliana Conde, cujas contribuições foram fundamentais para a realização dessa pesquisa. Seja na qualificação ou nas “cartas” que trocamos, sua orientação me acalmou, possibilitou que eu encontrasse caminhos teóricos e metodológicos possíveis, além de um certo “jeito autoral” em um trabalho que ainda se mostrava estranho. Tenho muito a agradecê-la e espero fazer isso, pessoalmente, um dia.

Às contribuições imprescindíveis de Jacques Akerman, Eduardo Simonini e Heliana Conde durante a banca de qualificação

À Claire de Saint Martin, Dominique Samson, William Castilho e Flávio Senra, professores generosos que colaboraram diretamente para a viabilização desta pesquisa.

Sou devedora da generosidade e envolvimento por parte dos colegas que se dispuseram a participar desta pesquisa. No primeiro momento, na construção das entrevistas coletivas, os trabalhadores responderam de forma afetiva e rápida ao que, para mim, seria uma tarefa impossível. Não só se reuniram em pequenos grupos, horários muitas vezes difíceis para alguns, com disponibilidade de tempo e vontade de falar sobre o trabalho, como o fizeram com alegria. Nas entrevistas individuais, me senti verdadeiramente guiada pelo saber de vocês, construindo minhas próprias referências em meio às tantas declarações envolventes, surpreendentes e sofisticadas do que pode ser a vida de quem opta por trabalhar com política de Assistência Social no Brasil. Ao “André”, companheiro, agradeço todo o tempo de skype, whatsapp, e tudo que aprendi em tantos anos de convívio para além deste trabalho; à “Luíza” me sinto particularmente agradecida por todas as conversas, tentativas de elaboração de suposições, seguidas de áudios de whatsapp, que aprofundaram questões e raciocínios que me colocaram em uma imersão fundamental no tema; ao “Luiz”, agradeço pela paciência, lucidez, sinceridade e disposição para falar da sua relação com a política de Assistência Social, inclusive participando de dois grupos de entrevistas; à “Lorena” agradeço por ter disponibilizado todo seu acervo pessoal de documentos referentes à Assistência Social de

Betim, seu tempo em várias ocasiões, indicações de livros que me tiraram de inúmeras ansiedades e a disposição em contar sua história e a do seu trabalho de forma tão paciente; à “Joana” sou grata pela sinceridade e confiança ao expor seus conflitos e paixões que o campo desperta; à “Marisa,” minha gratidão com alegria e lanchinhos, marca da nossa longa e terna amizade; à “Maria”, única que não tenho palavras para agradecer, deixo minha mais sincera gratidão, minha amizade, meu respeito e admiração diante de uma das pessoas mais humanas e de coragem que a vida permitiu que cruzasse o meu caminho. Espero que este trabalho, com todas as suas limitações, expresse um pouco da riqueza que é a luta dos trabalhadores sociais para manter uma política pública sempre em risco.

À minha mãe, Isabel, por me lançar com coragem no caminho obscuro que pode ser o da emancipação de uma mulher. Por criar, ainda na infância, nas minhas brincadeiras, a ideia de que eu seria “doutora” e que estudar era algo importante, na tentativa de me envolver em um sonho de liberdade e conquistas. Por ter permanecido sempre ao meu lado.

À Mirtes e ao Hamilton, irmãos e companheiros na jornada da vida. Obrigada pela solidariedade e amizade que me socorrem a cada novo desafio. Essa conquista nunca seria possível sem vocês.

À Paula Bevilacqua, amiga querida, que sempre está por perto quando preciso. Inspiração de força e afeto.

À Liliane Reis, Daniel Guinle, Lola e Nicolas, família divertida que trouxe alegria e solidariedade aos nossos dias em Paris.

À Meg, e todas as mães que fazem parte do grupo do facebook “Mamães brasileiras na França”, por me apoiarem na aventura francesa com filho pequeno. Uma solidariedade que acolhe, impulsiona e fortalece! Muito obrigada por tudo!

À Simone, amiga que conheci em Paris e que se tornou uma parceira nas terras francesas. Por todo apoio e solidariedade que deixaram este momento ainda mais inesquecível.

À Luana, por me socorrer com paciência nos apertos com a língua francesa e pela convivência amiga.

À Edna, por ter cuidado do meu filho de forma tão carinhosa desde os seus primeiros meses. Como se não bastasse, generosidade que também se estendia a mim, na tentativa de me deixar tranquila para investir no doutorado. Gratidão!

À Natália pela disponibilidade em corrigir o texto de forma tão cuidadosa, lidando, pacientemente, com minha ansiedade e a escassez do tempo.

À Daniela Carvalho, amiga generosa que mudou os rumos dessa pesquisa em uma conversa de cinco minutos tão potente de afeto e verdade, quanto de apoio. Não só isso, como continuou ao meu lado nestes quatro anos em fases delicadas e desafiadoras deste meu percurso. Minha gratidão e o reconhecimento de que nada que eu faça retribuirá a lealdade e o carinho que sempre teve por mim.

Aos colegas da turma de doutorado da PUC Minas pelos papos e apoios em um tempo marcado por alegrias e esforços.

Aos trabalhadores do programa de pós-graduação em Psicologia da PUC Minas pelo rigor e assertividade nas orientações e encaminhamento de pedidos, o que expressa um profundo respeito por nós, estudantes. Em especial, ao Marcelo que, pacientemente, me ajudou em vários impasses burocráticos na ida para a França.

À Toninha, pelo cuidado com que me apresentou a forma final deste trabalho.

Se no mestrado conheci a solidariedade e a resistência das mulheres, no doutorado precisei delas para existir e concluir esse trabalho. Gratidão àquelas que dispuseram tempo, corpo e afeto para cuidarem do meu filho, permitindo que eu seguisse estudando e conseguisse concluir o doutorado a tempo: Jamille (com muito carinho), dona Aparecida, Cléria, Beth, Jéssica, Paula, Isabel (minha mãe) e Mirtes (minha irmã), Eliana e Lourdes. Gratidão às mulheres que me inspiraram força e coragem nesse tempo, me ajudando a encontrar formas para ir em busca de “um quarto que seja meu”: Dilma Rousseff, Marielle Franco, Elza Soares, Marília Campos, Duda Salabert, Manuela D’ávila, Nina Simone, Simone Veil, Virginia Woolf, entre tantas outras.

Ao Davi, filho amado, que transformou as dificuldades e os desafios destes quatro anos em alegria, ternura e uma intensa vontade de tomar o novo como seu. E construindo seu próprio lugar, permitiu que eu lutasse pelo meu. E “hoje, eu quero apenas uma pausa de mil compassos, para ter meu menino e nada mais nos braços, só esse amor, assim, descontraído”.

Ao Luciano, por ter permanecido ao meu lado. Vivemos mais uma história de coragem, alegria, novidades, crescimento e amor... juntos!

Bolsas de estudos da CAPES, no Brasil e no exterior, possibilitaram a construção da pesquisa.

Não creio que o tempo
Venha comprovar
Nem negar que a história
Possa se acabar
Basta ver que um povo
Derruba um czar
Derruba de novo
Quem pôs no lugar
É como se o livro dos tempos pudesse
Ser lido traz pra frente, frente pra trás
Vem a história, escreve um capítulo
Cujo título pode ser "Nunca Mais"
Vem o tempo e elege outra história, que escreve
Outra parte, que se chama "Nunca É Demais"
"Nunca Mais", "Nunca É Demais", "Nunca Mais"
"Nunca É Demais", e assim por diante, tanto faz
Indiferente se o livro é lido
De trás pra frente ou lido de frente pra trás
Quantos muros ergam
Como o de Berlim
Por mais que perdurem
Sempre terão fim
E assim por diante
Nunca vai parar
Seja neste mundo
Ou em qualquer lugar
Por isso é que um cangaceiro
Será sempre anjo e capeta, bandido e herói
Deu-se notícia do fim do cangaço
E a notícia foi o estardalhaço que foi
Passaram-se os anos, eis que um plebiscito
Ressuscita o mito que não se destrói
Oi, Lampião sim, Lampião não, Lampião talvez
Lampião faz bem, Lampião dói
Sempre o pirão de farinha da História
E a farinha e o moinho do tempo que mói
Tantos cangaceiros
Como Lampião
Por mais que se matem
Sempre voltarão
E assim por diante
Nunca vai parar
Inferno de Dante
Céu de Jeová
(GIL, 1992).

RESUMO

Este trabalho tem como foco principal compreender como se constitui a trajetória profissional de um trabalhador social que atua na Política de Assistência Social brasileira e as formas de institucionalização que derivam do encontro entre os profissionais e a política de Assistência Social enquanto uma instituição. O título “O inimigo sempre volta” aponta para uma destas formas, nesse sentido, discutimos nesta tese como a frágil institucionalização da política pública captura e potencializa a sobreimplicação do trabalhador. Para chegar a tal objetivo, observaram-se e discutiram-se trajetórias de vida de técnicos que construíram uma parte do percurso profissional na secretaria de Assistência Social da cidade de Betim, campo de pesquisa deste estudo, relacionando-as com a sobreimplicação que aparece na relação do sujeito com seu ofício. Numa perspectiva etnográfica, além das entrevistas em narrativas de vida, a consulta de variadas fontes documentais, a observação participante e a análise da implicação da própria pesquisadora também contribuíram para a discussão sobre as formas de vinculação dos técnicos com o trabalho social e sobre como elas dialogam com o processo de institucionalização da política, levando em consideração especificidades da constituição histórica da pasta na cidade. A partir de uma análise transversal dos dados colhidos através de diversas fontes, foi possível perceber que a sensibilidade necessária para se tornar um trabalhador social implicado não acontece, necessariamente, no encontro com o campo. As trajetórias de vida revelam experiências religiosas, voluntárias, políticas e familiares, as quais proporcionaram diversas oportunidades para que se construísse uma disposição peculiar que se transformou em um processo de profissionalização dessa motivação. Quando analisamos uma narrativa de vida específica e a relacionamos com a construção histórica da Política de Assistência Social no Brasil, notamos a importância das experiências religiosas, principalmente daquelas organizadas pela Igreja Católica, que ocorreram no período da ditadura militar brasileira e na posterior abertura política, para formar pessoas que, posteriormente, assumiriam lugares nas políticas sociais. Tais experiências de vida resultam em uma sensibilidade que pode favorecer processos de institucionalização da Política de Assistência Social marcados pela captura dos afetos militantes, ao usar e aumentar a sobreimplicação a favor da militância ostensiva e da histórica precariedade dessa política pública. Dessa forma, analisamos que a prática profissional dos trabalhadores pesquisados se circunscreve em uma sobreimplicação que aponta um excesso de envolvimento com o trabalho. Opondo-se a qualquer forma de anestesiamento, os profissionais utilizam o fazer profissional não só a partir da lógica pragmática de constituir seu processo de profissionalização, de obter salário, bens e condição de arcar com as despesas, mas também

como um trabalho cujo sentido engloba ideais afetivos que remetem a pertencimentos que extrapolam o campo institucional da política. Quando se afastam do campo de embate político-institucional para voltarem-se para as questões subjetivas que os convocaram a assumir o cargo público, correm o risco de ser envolvidos por um processo de institucionalização histórico da Política de Assistência Social no Brasil, que se constitui avançando e conquistando recursos, aparato técnico e jurídico, ao mesmo tempo em que retrocede à medida que não possui institucionalidade suficiente para se defender da personalização e do jogo de interesses individuais que dela fazem uso. Nesse pêndulo, interesses político-partidários atravessam e precarizam o trabalho, fazendo tanto a política pública estagnar, quanto também favorecer a sobreimplicação dos trabalhadores. Nesta cena, adoecimentos, anestésias e descontinuidades de ideias podem surgir, provocando condições despotencializantes para o exercício do trabalho. Por outro lado, a pesquisa mostra que a coesão grupal, sustentada por processos nômades e instituintes, com temporalidade curta e produção de novidades técnicas, podem produzir experiências de alegria, de crescimento e de resistência política para os trabalhadores. Conclui-se sobre a importância de reflexões e de análises críticas sobre o fazer profissional no campo da Assistência Social, tema ainda pouco explorado nas pesquisas atuais.

Palavras-chave: Análise Institucional. Política de Assistência Social. Trabalhador Social. Implicação. Trajetória de Vida.

ABSTRACT

This work has as main focus to understand how it constitutes the professional trajectory of a social worker that acts in the policy of Brazilian social assistance. In order to reach this objective, we have observed and discussed life trajectories of technicians who built a part of the professional path in the social assistance office of the city of Betim, metropolitan area of Belo Horizonte, relating them to the overlap that appears in the relation of the subject with his craft. From an ethnographic perspective, in addition to interviews in life narratives, the consultation of various documentary sources, participant observation and the analysis of the researcher's own involvement, contributed to discuss ways of linking technicians with social work and how they dialogue with process of institutionalization of politics, considering specificities of the historical constitution of the pulp in the city of Betim. From a cross-sectional analysis of the data collected from several sources, it was possible to perceive that the sensitivity needed to become an involved social worker does not necessarily happen in the encounter with the field. The life trajectories reveal religious, voluntary, political and family experiences that provided several opportunities for a peculiar disposition that became a process of professionalization of this motivation. When we analyze a specific life narrative and relate it to the historical construction of social assistance policy in Brazil, we note the importance of religious experiences, especially those organized by the Catholic Church that occurred during the period of the Brazilian military dictatorship and the subsequent political opening to form people who would later take places in social policies. Such life experiences result in a sensitivity that can favor processes of institutionalization of the Social Assistance policy marked by the capture of the militant affections, using and increasing the overlap in favor of ostensive militancy and the historical precariousness of this public policy. Thus, we analyze that the professional practice of the researched workers is circumscribed in an overlap that indicates an excess of involvement with the work. Opposing any form of anesthesia, professionals use professional work not only from the pragmatic logic of constituting their professionalization process, to obtain salary, goods and the condition of cost, but also as a work whose meaning encompasses affectionate ideals that refer to the belongings that go beyond the institutional field of politics. When they leave the field of political-institutional struggle to return to the subjective issues that called them to assume public office, they run the risk of being involved by a process of historical institutionalization of social assistance policy in Brazil, which constitutes advancing and conquering resources, technical and legal apparatus, at the same time

as it recoils as it not enough institutional to defend itself from personalization and the game of individual interests that make use of it. In this pendulum, partisan political interests cross and making work precarious, causing both public policy to stagnate, and it can also favor the overlapping of workers. In this scene, illnesses, anesthesia and discontinuities of ideas can arise, provoking not potential conditions for the exercise of work. On the other hand, research shows that group cohesion, sustained by nomadic and institutional processes, with short temporality and the production of technical innovations, can produce experiences of joy, growth and political resistance for workers. It is concluded on the importance of reflections and critical analyzes on the professional doing in the field of social assistance, a subject still little explored in current research.

Key words: Institucional Analysis. Policy Social Assistance. Social Worker. Implication. Life Trajectories.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Equipe de trabalho da Casa Renascer do Sol e do Programa Abordagem de Rua, ano de 2003.....	43
FIGURA 2 - Adolescentes atendidos no Programa Abordagem de Rua, ano de 2003	44
FIGURA 3 - Carlaile e Pinduca.....	120
FIGURA 4 - Ações políticas 1	121
FIGURA 5 - Trajetória 1 - André.....	171
FIGURA 6 - Trajetória 2 - Luíza.....	172
FIGURA 7 - Trajetória 3 - Luiz	173
FIGURA 8 - Trajetória 4 - Lorena.....	174
FIGURA 9 - Trajetória 5 - Joana.....	175
FIGURA 10 - Trajetória 6 - Marisa.....	176
FIGURA 11 - Trajetória 7 - Marisa.....	177

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 - Atendimentos cotidianos 1	63
FOTO 1 - Atendimentos cotidianos 2	64

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - síntese dos técnicos entrevistados coletivamente.....	81
QUADRO 2 - Síntese dos técnicos entrevistados individualmente:	91
QUADRO 3 - Profissionais da época no CREAS	145

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Recursos municipais.....	122
TABELA 2 - Comparativo de recursos executados pela SEMAS	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARCA	Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente
BPC	Benefício da Prestação Continuada
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAM	Centro de Referência Especializado de Atendimento à Mulher
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CREPOP	Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas
CRFB/1988	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CVV	Centro de Valorização da Vida
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem-estar do Menor
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-estar do Menor
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MSE	Medidas socioeducativas
MST	Movimento Sem Terra
NIEG	Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero
NOB	Norma Operacional Básica
NOB2	Norma Operacional Básica da Assistência Social
OSPB	Organização Social e Política do Brasil
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à famílias e indivíduos

PAI PJ	Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário
PAIF	Programa Apoio Integral às Famílias
PAIR	Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência
PBF	Programa Bolsa-família
PCF	Programa Criança Feliz
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGRM	Programa de Garantia da Renda Mínima
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
POASF	Programa de Orientação e Apoio sócio-familiar
PROEXT	Programa Extensão Universitária
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PUC MG	Minas Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SACA	Seção de Atenção à Criança e ao Adolescente
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENTINELA	Programa de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual e Comercial de crianças e adolescentes
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SOSF	Serviço de Orientação Sociofamiliar
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFV	Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: NOTAS AFETIVAS E TEÓRICO-METODOLÓGICAS	37
1.1	A implicação como pressuposto do trabalho	37
1.2	O retorno ao campo: uma experiência etnográfica de estranhamento	49
1.3	Organização dos capítulos	66
2	CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	69
2.1	Análise institucional e os caminhos da pesquisa	69
2.2	A pergunta: como alguém se torna um trabalhador social?	76
2.2.1	<i>Entrevistas coletivas</i>	76
2.2.2	<i>A organização dos grupos</i>	79
2.3	Entrevistas individuais e a participação dos trabalhadores	82
2.3.1	<i>O método Récit de Vie</i>	73
3	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DO MODELO BRASILEIRO À CONSTRUÇÃO DA CULTURA INSTITUCIONAL DA CIDADE DE BETIM	93
3.1	Primeiro momento: nasce uma militante	93
3.2	Segundo momento: intensifica-se uma militância	95
3.3	Terceiro momento: institucionaliza-se uma militância	123
3.4	Pistas para se pensar a sobreimplicação	136
4	SENTIDOS DO TRABALHO	140
4.1	A implicação que constrói o martir: militâncias, paixões e subjetividades	155
4.1.1	<i>Trajetória 1 - André</i>	140
4.1.2	<i>Trajetória 2 - Luíza</i>	158
4.1.3	<i>Trajetória 3 - Luiz</i>	160
4.1.4	<i>Trajetória 4 - Lorena</i>	163
4.1.5	<i>Trajetória 5 - Joana</i>	165
4.1.6	<i>Trajetória 6 - Marisa</i>	167
4.1.7	<i>Trajetória 7 - Maria</i>	169
4.2	Ressonâncias e dissonâncias entre vida e trabalho	178
4.3	A ética do trabalho	186
4.4	O corpo da política: adoecimentos, lutas e precariedades no cotidiano	195
4.5	Entre o trabalho “pleno de sentido” e os sentidos do trabalho: tempo e dinheiro na construção profissional	200
4.6	O gesto profissional do trabalhador social: saberes da vida e da prática	209
4.7	Resistência, vida e alegria no fazer profissional	217
5	CONCLUSÃO	223
	REFERÊNCIAS	227
	APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido	235
	ANEXO A - Projeto unificação	239

1 INTRODUÇÃO: NOTAS AFETIVAS E TEÓRICO-METODOLÓGICAS

1.1 A implicação como pressuposto do trabalho

Em que a implicação institucional do pesquisador ou do prático é não um obstáculo à análise, mas o próprio lugar onde começa a análise institucional?
(LOURAU, 2014, p. 110)

Cursei o mestrado na Universidade Federal de Viçosa (UFV), tendo como tema de estudo a violência contra a mulher. Em termos mais específicos, estava interessada em estudar o encontro do policial, enquanto representante daquela complexa instituição, com a mulher que denunciava seu companheiro, quais efeitos esse encontro produzia na construção da queixa e, a partir das propostas promissoras de atendimento trazidas pela Lei Maria da Penha¹, compreender o que acontecia com esse pedido. Fiz seis meses de imersão na delegacia da cidade de Viçosa, a partir da observação participante, e vivi, junto com todas as pessoas que percorriam a instituição, um cotidiano conturbado - do ponto de vista da execução da proteção da mulher - e apaixonante para qualquer pessoa que, como eu, pudesse ser fígada facilmente pelas agruras e pelas delícias da vida militante. No caso, uma militância feminista apoiada e sustentada pelo perfil do grupo de pesquisa do qual eu participava², além do projeto de extensão³, ainda mais militante e com um perfil intervencionista. A partir deste contexto, no qual eu estava inserida, eu era, inevitavelmente, reconhecida na delegacia.

Essa experiência remetia aos meus oito anos de trabalho na Assistência Social da cidade de Betim, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), e toda rede afetiva e de compromissos profissionais que estabeleci na luta por direitos sociais. A construção do problema de pesquisa do mestrado e sua execução estiveram o tempo todo alicerçadas na minha experiência como educadora social e, depois, como psicóloga nos dez anos em que

¹ Lei 11.340 de 2006 (BRASIL, 2006) que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

² Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (NIEG) - Universidade Federal de Viçosa

³ Projeto Casa das Mulheres: Programa de Extensão mantido financeiramente e tecnicamente pela Universidade Federal de Viçosa. Também mantido financeiramente pela prefeitura de Viçosa e pelo hoje extinto Programa Extensão Universitária (PROEXT) do governo federal, que tinha como principal objetivo a formação de estudantes universitários dos cursos de Direito, Pedagogia, Comunicação, Psicologia, e outros, para atuarem no enfrentamento à violência doméstica, além de, igualmente prioritário, proporcionar atendimento e orientação às mulheres em situação de violência dentro da delegacia, da defensoria pública do município e em uma sede própria. O programa pretendia minimizar os desafios enfrentados pela falta de programas e de recursos para o atendimento especializado da mulher em situação de violência em cidades de pequeno porte do Estado de Minas Gerais. Num viés educativo e intervencionista, atuava a partir de várias frentes de ação, como programas de rádio, espetáculos de teatro, capacitação de profissionais, campanhas de divulgação da informação, confecção de materiais para campanhas informativas, construção do Protocolo de Atendimento à Mulher em situação de violência no município, entre outras.

trabalhei como funcionária efetiva. Esse, inclusive, foi um desafio que tive que enfrentar no decorrer da pesquisa e da escrita da dissertação: saltar da perspectiva intervencionista para a de pesquisadora, mais afinada com a leitura e com a compreensão de uma determinada realidade, do que com a urgência de mudanças baseadas nas polaridades históricas que me sensibilizavam: opressor versus oprimido; pobreza versus privilégios.

Nesse sentido, as lentes de uma feroz militância e a busca por uma leitura que sempre contemplasse polaridades, minorias e opressões estavam constantemente em meu horizonte. No entanto, a proposta de se fazer uma etnografia na delegacia, que me colocasse em condições de problematizar minhas próprias implicações, favoreceu a construção da pesquisa, motivou uma postura que sustentou uma intensa observação e, para meu espanto, rendeu observações no momento da defesa pelo fato de eu não ter me colocado em oposição ao sistema policial truculento e opressivo no que diz respeito às mulheres. Enfim, num contexto de pesquisa militante feminista, recebi algumas críticas sobre a minha resistência em não permitir que minhas paixões tomassem conta da interpretação dos dados.

No entanto, a preocupação de não fazer uma “pesquisa militante” revelava a forma como eu sustentava a ideia de construir uma pesquisa, bem como os fantasmas com que eu teria de conviver levando minha história para o ambiente acadêmico, com o intuito de me tornar uma professora. Nasci na década de 1980 e, como boa parte da minha geração, o acesso à educação, para as classes populares, era uma forma possível para conquistar a mobilidade social, ainda que existisse, com mais força e apoio familiar, a exigência de ganhar dinheiro rápido com um trabalho quase sempre braçal. Por isso, inclusive, a ideia amplamente difundida de se estudar em uma universidade privada e não batalhar pela vaga em uma universidade pública. Para meus pais, acríticos às particularidades que ainda tornam as universidades públicas reduto da classe média, estudar em uma escola privada me daria condições de trabalhar, já que eu teria menos horas de estudo, e me colocaria em condições mais rápidas de arrumar um emprego.

E, de fato, assim aconteceu. Encantada pela Psicologia e pressionada pelo valor da mensalidade do curso, eu me vi, no quinto período, endividada e preocupada em conseguir uma renda que bancasse aquele sonho de uma vida melhor. Era o ano de 2002, véspera da entrada de Luís Inácio Lula da Silva na presidência do país, tempo anterior à explosão do apoio às políticas sociais no Brasil, período de crescimento econômico e, também, do aumento do apoio aos ideais de um governo de esquerda. Era um tempo de esperanças para aqueles que, como eu, ocupavam as camadas populares ou militavam nos movimentos sociais. Estava tendo início um contexto importante de convocação e de acolhimento daqueles que tinham uma sensibilidade

maior às causas sociais. Viveríamos, por alguns anos, a sensação de que mudaríamos o país, de que a fome seria extinta e de que a luta pela erradicação da pobreza seria garantida na agenda de governo. Tempos férteis para aqueles com histórico de militância e de liderança nos movimentos sociais assumirem ministérios, chefias de Estado, cargos públicos de responsabilidade e colaborarem com a ideia de que, enfim, estaríamos a salvo do neoliberalismo violento que produzia uma nação ainda desigual em pleno século XXI.

Embora conduzida por um governo de direita, a cidade de Betim, onde estava a faculdade na qual eu estudava, experimentava, novamente, a possibilidade de ter suas políticas sociais criadas e implementadas. Depois do governo de Maria do Carmo Lara, liderança petista betinense, prefeita de 1989 a 1993, e Jésus Mario de Almeida Lima, prefeito também pelo Partido dos Trabalhadores de 1997 a 2000, a cidade estava sendo governada pelas mãos de Carlaile Pedrosa, prefeito eleito pelo Partido Liberal nas eleições de outubro de 2000. Embora de um partido com pautas conservadoras e com poucos compromissos com a agenda de apoio às políticas sociais, o cenário nacional exigia atenção a essas frentes através do repasse de financiamentos robustos. Havia, concomitantemente, a criação de políticas públicas, de leis e de decretos que envolvia toda a forma de garantias para o cumprimento das metas de um governo federal afinado com o interesse dos mais necessitados.

Carlaile havia, inclusive, registrado em cartório os investimentos que faria em seu primeiro mandato (MIRANDA, 2008). Eram, no total, 22 compromissos, entre eles um investimento substancial nas áreas da Saúde e Assistência Social. No item “Ajuda Social” do seu panfleto de campanha, o futuro prefeito destacava o total de oito milhões de reais que seriam gastos com a proteção à infância, a deficientes físicos, a idosos e a pessoas carentes, através da geração de empregos, da preservação do meio ambiente e da alfabetização. Embora com uma definição que já se mostrava problemática em relação ao que deveria ser uma política social, o futuro prefeito, de fato, fez algo inédito na história da Assistência Social daquele município. Entre essas ações, incluiu-se a realização do primeiro concurso de grande porte para a pasta, momento em que entraram assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais, função desenvolvida por mim nos primeiros anos de prefeitura.

Iniciavam-se anos de efervescência política, entusiasmo e esperança, afetos condizentes com a performance militante. Chegamos em um grupo de aproximadamente trinta trabalhadores que se juntava a uma equipe pequena em que várias pessoas possuíam uma trajetória de trabalho extensa na Política de Assistência Social de Betim. Da minha experiência pessoal, lembro que minha chegada ao trabalho se deu entre sustos, medos e expectativas. Estava ainda na

universidade e iria assumir o cargo de Educadora Social para o qual fui aprovada em concurso. Tenho a lembrança de uma prova fácil, com algumas referências bibliográficas que já havia estudado no curso de Psicologia e que apontavam para a psicologia social como um campo teórico possível. As bibliografias inéditas eram o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), textos sobre adolescente autor de ato infracional e sobre crianças em situação de rua. Um novo que, em nenhum momento, revelava a complexidade do trabalho que iríamos assumir, tampouco indicava a tarefa de que mais tarde nos encarregaríamos enquanto equipe, que era a de dar um novo contorno à Política de Assistência Social do município levando em consideração o crescimento da política em âmbito nacional e local.

Da radicalidade do encontro com o trabalho, foi significativo o primeiro dia com todas as surpresas que ele me guardava. Feliz pela conquista do cargo público em uma prefeitura, ainda nos meus vinte e um anos, o lugar em que cheguei para trabalhar estava longe do protótipo de uma repartição pública. Da ideia de uma sala com ar-condicionado, mesa, cadeira, computador e estantes de aço, surge à minha frente, bem no centro da cidade, uma casa velha, sem reformas, pintura antiga e mal preservada, com um quintal mal cuidado, poucos móveis, quartos transformados em salas de atendimentos precárias, uma cozinha que tinha um fogão, geladeira e uma pia (as facas e os garfos ficavam escondidos por causa dos meninos atendidos). Havia, além disso, o espaço mais importante e mais frequentado da casa: o que originalmente era a área de serviço, se transformou em uma sala de “recreação”, com uma mesa de madeira suja impregnada de manteiga (mais tarde fui entender que os adolescentes limpavam o excesso de margarina do pão, único alimento oferecido pela prefeitura, embaixo da mesa), dois bancos e mais nada. De frente para esse espaço, uma outra sala de atendimento improvisada no que, provavelmente, deveria ser o antigo quarto de despejo da casa.

A impressão era a de um lugar abandonado que, sem sombra de dúvidas, ficou ainda mais assustador aos meus olhos de recém-chegada quando descobri quem era o público atendido. A psicóloga que me recebeu, na tentativa de diminuir um pouco a minha ansiedade, explicou que, nesse primeiro momento, além de famílias em situação de risco que ficavam aos cuidados dos técnicos, o lugar pretendia ser uma referência para crianças e adolescentes em situação de rua. A partir da ideia conceitual do termo “acolhida” no âmbito dos serviços socioassistenciais, premissa que estava sendo construída como norteadora para o trabalho da equipe, as crianças e os adolescentes deveriam ser recebidos pelos educadores sociais da forma que chegassem, com qualquer um que pudesse estar acompanhando-os, sóbrios ou alterados, agressivos ou passivos, com disposição para contar a sua história ou qualquer outro tipo de

motivação. E nós, educadores, deveríamos estar sempre em prontidão física, técnica e afetiva para construir o que seria o ponto de partida para o nosso trabalho: o vínculo.

Ainda espantada com a estrutura física e com a pequena explicação do que seria, a meu ver, um fazer impossível, me apareceram, aos gritos e pulos, aqueles que seriam meu público de trabalho: oito adolescentes, do meu tamanho, completamente drogados, com falas desconexas, famintos, alguns aparentando agressividade, outros brincando e alguns ainda tentando estabelecer algum tipo de diálogo com a psicóloga que me acompanhava. Pediam insistentemente café, pão com manteiga e o jogo de dama (único recurso lúdico que havia no local). Eles se assustaram com a minha presença (minha idade se diferenciava da dos outros educadores: eu estava na época com vinte e um anos e os colegas por volta dos cinquenta anos) e só desistiram da comida quando decidiram todos, ao mesmo tempo, saber quem eu era. Eles se aproximavam, queriam pegar na minha mão de qualquer maneira e o cheiro de *tinner* e de sujeira que exalava dos seus corpos me gerou um misto de enjoo e de espanto que nunca mais esqueci. Além disso, era nítido que haviam me achado bonita, o que me fez sentir também uma sensação de desproteção em relação a minha integridade física.

Tive vontade de correr, de chorar e me apavorei com tudo aquilo. A precariedade e a falta de recursos relacionadas ao trabalho me assustavam na minha completa inexperiência. Conhecia a pobreza, mas não aquela que existe aliada à perda da dignidade humana. Desconhecia o que era uma criança abandonada à própria sorte, o uso de drogas como parte da autonomia e da sobrevivência, a sujeira como parte essencial do sujeito, a fome como um limite da existência. Num ímpeto de autoproteção, medo e sem qualquer preocupação com o compromisso de cumprir o horário no meu primeiro dia de trabalho, peguei a minha bolsa (que, por sinal, estava agarrada a mim, afinal, eu tinha certeza de que seria roubada por algum dos meninos), me despedi e saí. A psicóloga que me acompanhava compreendeu meu espanto, mostrou um ar de preocupação que, acredito, devia-se a minha pouca idade e à falta de experiência. Ela acolheu minha insegurança de alguma forma e me disse, quando já estava na porta, que seria um prazer me ver novamente e que torceria para que isso acontecesse.

Decidida a não voltar mais àquele espaço e a ir no outro dia à prefeitura negociar uma transferência de lotação e, se possível, de função, eis que surgem atrás de mim, a me seguir, alguns dos meninos que chegaram na casa. Animados com a novidade, desistiram do lanche e decidiram que iriam me acompanhar até o ponto de ônibus. Tive um pânico solitário e silencioso que, aos poucos, deu lugar a uma escuta mínima do que eles tentavam me falar. Eles diziam que eu era bonita, novinha (estavam cansados dos educadores velhos e chatos), queriam saber

onde eu morava, se eu tinha filhos, se eu tinha namorado, se amanhã eu estaria na casa, se eu poderia ajudá-los. Já na metade da minha formação em Psicologia, querer entender um pouco da vida de meninos que sobrevivem sozinhos na rua garantiu o meu retorno no dia seguinte. Mas, além disso, eu me senti mobilizada por um afeto que, na época, não era possível de ser traduzido.

Se voltei não foi só em função do que, racionalmente, aquele emprego me proporcionaria (salário suficiente para pagar a universidade e experiência para iniciar no campo da psicologia), mas existia algo de familiar e afetivo naquele encontro que impulsionou uma vinculação ao trabalho e revelou muito da minha implicação. Talvez tenha reconhecido pistas da minha própria infância em uma família de classe baixa; ou talvez um afetivo encontro com a sensibilidade e a solidariedade da minha mãe para com aqueles que precisavam de mais do que nós; ou, como em um caleidoscópio, vi imagens difusas, deslocadas, embaçadas, da mesma fúria que eu tinha, e os meninos a personificavam da forma mais precária possível, em relação à pobreza imposta por um sistema econômico perverso e desigual, que cria degraus quase intransponíveis para aqueles que tentam questionar modos de existir marcados pela exclusão e pela indiferença. As formas como eles denunciavam seus abandonos (familiares, políticos, do Estado) através do próprio corpo, que era, definitivamente, o que eles possuíam de fato, me mobilizou profundamente.

Lembro-me de uma experiência marcante do cotidiano intempestivo de trabalho. Diante da falta de recursos materiais para lidarmos com os adolescentes, inventamos, em parceria com eles, uma festa junina. Durante uma semana construímos, de forma coletiva, o cardápio, a ornamentação e as brincadeiras que iríamos vivenciar. Além disso, os educadores batalharam, junto à chefia da secretaria de Assistência Social, os ingredientes necessários para cozinhar o tão planejado cardápio. Combinamos o horário do início da festa e nós, trabalhadores, ficamos felizes e animados em proporcionar àquele grupo um momento de alegria e de encontro. Tínhamos em mente o modelo compartilhado de como se deve ir para uma festa: feliz, limpo, valorizando o momento. Chamamos a secretária da Assistência Social e sua assessoria para participar, para conhecer o público atendido, desse modo esperando ganhar apoio para o trabalho.

Exatamente no horário combinado, os adolescentes, na época chefiados por um adulto criminoso, chegaram ao equipamento drogados, muito sujos, alterados e ansiosos para participarem da festa junina. Num primeiro momento, sentimos um desapontamento com aquela situação, imaginando que, por terem chegado daquela forma, estariam desconsiderando nossa proposta. A fim de emitir esse julgamento, usamos o ideal que tínhamos de como se deve

ir a uma festa, o que era bem diferente do deles. Em grupo, mais tarde, avaliamos o sucesso do encontro e a alegria dos meninos por estarem ali. A droga, no caso, era um recurso que eles utilizavam cotidianamente para os momentos de alegria, como aquele que estavam vivendo. Era uma tarefa ali aprender a ler modos de vida tão singulares, respeitando o tempo e os recursos subjetivos, familiares e socioeconômicos de cada um, na tentativa de construir uma saída criativa que sustentasse uma existência pautada em dignidade e com amplo acesso aos direitos sociais. Para isso, era necessário compreender o tempo, a linguagem, os pertencimentos e o mundo social dos adolescentes, no lugar de tentar adaptá-los aos nossos modelos.

Figura 1 - Equipe de trabalho da Casa Renascer do Sol e do Programa Abordagem de Rua, ano de 2003



Fonte: Fotografia de Tarcísio Pimentel

Figura 2 - Adolescentes atendidos no Programa Abordagem de Rua, ano de 2003



Fonte: Fotografia de Tarcísio Pimentel

Permaneci dois anos como educadora social de rua. Peguei sarna dos meninos; me acostumei com todos os cheiros; aprendi gírias e assisti a formas únicas de construir a existência diante da ameaça à vida; vivenciei diversos enfrentamentos corporais e emocionais em relação ao nosso trabalho; peguei facas e outros objetos perigosos em meio a brigas e gritos; assim como outros colegas, tive vontade de adotar vários deles; fiz inúmeras vinculações que produziram efeitos positivos na vida de alguns; vi crianças e adolescentes saírem da rua e vi um número significativo morrer aos cuidados de um Estado muitas vezes negligente e que deixava “nas costas dos trabalhadores sociais” a responsabilidade pela vida de pessoas e de famílias.

A morte de um adolescente querido por todos marcou o período em que atuei como educadora social. Pedro era amável e se diferenciava do grupo por ser um menino tranquilo, mesmo usando drogas. Tinha uma relação amigável com a equipe e, em especial, com os educadores sociais, que não envolvia tensões, mas também não apresentava avanços. Seu temperamento produzia relações duradouras, inclusive com a rua, onde já morava há um tempo considerável. Em um determinado momento, Pedro aceitou ir provisoriamente para o abrigo. Na época, início da construção da política de abrigamento, não havia separação das crianças e dos adolescentes por idade, apenas por gênero, portanto, era uma casa única para diferentes faixas etárias. Uma noite, recebemos a notícia de que Pedro teria “estuprado” uma das crianças e, com a aprovação da Promotora da Infância, teria sido levado para a cadeia de adultos. Não existia, na época, provavelmente entre os anos de 2002 a 2004, lugar de acolhimento adequado e protegido para os adolescentes em conflito com a lei. Quando eram apreendidos durante o dia, eles ficavam em uma cela, apelidada de “jaula” pelos adolescentes, localizada dentro da delegacia de polícia da cidade. Como o caso de Pedro era um plantão, a arbitrariedade da decisão da Promotora autorizou que ele fosse encaminhado para o centro de detenção de adultos.

Eu me recordo da expressão de sofrimento de nós, educadores, quando escutamos que ele foi morto pelos detentos em função do ato infracional que havia cometido, fazendo prevalecer a regra das cadeias brasileiras de que estuprador tem que morrer. Morte que aconteceu aos gritos de “como um porco”, como foi dito na época. Pedro sempre era lembrado em nossas conversas. Ora pelo fracasso do trabalho, ora por suas características amáveis e inesquecíveis. As conversas giravam em torno do fato de não termos conseguido protegê-lo, da impotência e da tristeza que sentíamos e que sinalizavam as arbitrariedades de um sistema de proteção social que errava continuamente, fazendo com que recaísse sobre os ombros dos educadores sociais parte considerável da defesa da vida daquelas crianças e adolescentes.

Era época das festas de final de ano quando Pedro foi preso e, conseqüentemente, morto. Em regime de plantão ou mesmo de folga, não estávamos lá para defender os direitos de Pedro diante da arbitrariedade de uma Promotora de Justiça, sendo a Promotoria um dos órgãos principais do sistema em relação à garantia de direitos das políticas para infância e juventude no Brasil. Não estávamos no corpo a corpo institucional, “no grito”, como dizíamos, para defender a vida de quem acompanhávamos diante da instituição que deveria protegê-lo e que, inclusive, tinha mais poder de decisão na hierarquia da rede de atendimento do que o poder executivo, lugar institucional onde nós nos encontrávamos. Este lugar de militância e também de responsabilidade ético-política, era por nós inflada diante das arbitrariedades a que assistíamos. Por outro lado, nós, educadores, individualizávamos, de alguma forma, aquela falência que, de fato, nos assombrava e era vivida também como uma responsabilidade individual. Não havia força coletiva e apoio institucional onde pudéssemos avaliar a existência dessa experiência de impotência e responsabilização.

A minha relação com o cargo de educadora social era de conflito, tanto pelo sofrimento que ele produzia, em função do cotidiano duro e violento, quanto pela questão salarial. Para assumi-lo, o edital do concurso exigia, apenas, ensino médio completo. Eu, assim como outros educadores, estava cursando a universidade quando comecei a trabalhar no regime estatutário. Nos dois primeiros anos, minha atuação era condizente com as atribuições do cargo, embora, como víamos na experiência de outras cidades, ao educador social era exigido o nível superior, o que fazia todo sentido, a meu ver, devido à complexidade e à exigência do trabalho.

Quando terminei a faculdade, num arranjo proposto por colegas da minha equipe, e de modo totalmente informal, fui trabalhar como psicóloga no Programa de Medidas Socioeducativas em meio aberto. O cargo de educadora social me exigia, formalmente, trinta horas de trabalho, mas, nessa época, eu trabalhava vinte horas como forma de compensar o prejuízo salarial da incompatibilidade entre a qualificação e a remuneração recebida. Fiquei nessa condição por seis anos. Nas linhas duras da burocracia, não havia espaço para crescimento profissional e salarial. Nesse período, tive um contrato pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) concomitante ao cargo estatutário, o que me rendeu, injustamente, algumas perseguições, já que era uma situação ilegal. Injustamente, pois foi a própria prefeitura que me propôs. Quando alertaram que a situação era ilegal, eu já tinha um ano de trabalho com carteira assinada. Mesmo sofrendo diversas formas de assédio moral para que eu pedisse demissão, resisti, e fui demitida, retornando ao cargo de educadora social na condição de fazer vinte horas de trabalho.

Trabalhar na Assistência Social de Betim nessa época, por volta do ano de 2006, era um misto de compreender e de discutir a política do SUAS, além de implantar serviços e de executar ações. Até 2010, quando saí, trabalhei nesse arranjo “ilegal”, atuando como psicóloga, no Serviço de Medidas Socioeducativas em meio aberto, no Serviço Sentinela (atendimento à criança em situação de violência sexual), no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e no Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (PAIR). Em 2009, Maria do Carmo Lara, candidata pelo Partido dos Trabalhadores, retornou à prefeitura pela segunda vez com um amplo apoio de parte do funcionalismo público, tendo como uma das bandeiras de campanha a expansão das políticas sociais. Em uma reivindicação solitária, escrevi uma carta a ela explicando sobre a situação do cargo de educadora social e da insatisfação desse grupo de trabalhadores em relação à incongruência entre o salário, a formação e as complexas exigências que envolviam nosso fazer profissional. Me confundindo com outra colega, a prefeita respondeu a carta em uma reunião dizendo que me compreendia, mas que eu deveria fazer outro concurso e me desejava sorte.

Éramos um grupo fragmentado, dividido entre aqueles que estavam cursando uma graduação, e tentavam relacionar a experiência profissional com a formação, e outro, ainda sem entrada no curso superior, que havia construído uma relação diferente com a prática, mais pragmática, concebendo-a menos como uma militância e mais como um fazer profissional. Esse último grupo, inclusive, ocupava-se mais da tarefa de aumentar os próprios rendimentos, fazendo continuamente cursos e formações que garantiam pontuação no plano de carreira da prefeitura. Apesar de estarmos juntos na situação financeira, nem isso nos aproximava ao ponto de reivindicarmos, de forma coletiva, outro perfil salarial para a função. Por outro lado, não tínhamos sindicato ou qualquer outra possibilidade de organização institucional coletiva que pudesse representar nossos anseios.

Comecei a perceber que tanto o sofrimento, quanto a luta, eram solitários. Embora houvesse alguns poucos colegas que compreendiam, mas pouco podiam fazer, comecei a me incomodar com os outros educadores e a observá-los com mais cuidado. Alguns, imersos na ideia de aumentar o próprio salário, faziam cursos à revelia das exigências do cargo para conquistar promoções no plano de carreira da época. Os outros, mais próximos de mim e que me incomodavam ainda mais, estavam “cegados” pelas complexidades do cotidiano de trabalho, tinham um investimento que abdicava da necessidade de pensar sobre as nossas reivindicações políticas, sobre a precariedade com que exercíamos nosso ofício e sobre o cansaço e o acúmulo de trabalho que marcavam nossa atuação.

Nessa época, comecei a pensar insistentemente no meu investimento no trabalho e uma sensação de desesperança ocupou toda a minha insistente motivação. Concomitantemente, tive uma infecção que me garantiu alguns dias de internação e um processo de reflexão que não me permitiu retornar à Assistência Social da mesma forma. Estava exausta emocionalmente e fisicamente e persistia em mim um sentimento de que minha capacidade de ser responsável em relação ao trabalho, bem como minhas sensibilidades com os problemas sociais, estavam sendo usadas e manipuladas em função de uma política partidária grotesca, perversa e injusta. Estava claro para mim, nesta época, que nós, trabalhadores, sustentávamos um trabalho “impossível” de ser feito se não com uma verdadeira vontade política. No entanto, fazíamos, adoecíamos, sofriamos e isso tinha virado uma rotina frequente. Desde essa época eu já me perguntava de onde vinha nossa motivação e a capacidade de resiliência para lidar com tamanhos problemas.

Algo que sempre me chamou a atenção foi o fato de nunca termos feito uma greve, apenas poucas movimentações no sentido de um enfrentamento mais robusto em relação aos interesses políticos partidários que atravessavam o trabalho e favoreciam a precarização da política. Via em meus colegas a insistente construção de estratégias de sobrevivência profissional que se esvaziavam e precisavam, a todo tempo, ser alimentadas. Um exemplo era a persistente aproximação com as chefias no sentido de sensibilizá-las e capacitá-las em relação ao trabalho, inclusive, na tentativa de manter iniciativas em curso ou mesmo garantir o mínimo para enfrentar o cotidiano (equipe, material, diretrizes estabelecidas pela política nacional).

A perspectiva que me possibilitava construir essas inquietações era uma raiva que não era compartilhada com meus colegas educadores. Sempre fui mais próxima da equipe técnica e poucos eram os que partilhavam de um sentimento de injustiça que eu não cansava de denunciar. Por fim, saí da prefeitura e, dois anos depois, já no mestrado, pedi exoneração do cargo. Um pesar tomou conta de mim por deixar ali meus amigos, aqueles com quem eu comungava em termos de visão de mundo e que tinham uma atuação profissional similares. Pesar por deixar um coletivo que me formou e me instigou. Por outro lado, um alívio por finalmente “me livrar” do cargo de educadora social e poder avançar na carreira.

É desta minha experiência, de um esforço de se construir uma certa historicidade, sobretudo levando em consideração as minhas inquietações, que surgiram os primeiros movimentos em direção à construção do objeto de estudo desta pesquisa de doutorado. Quando consegui me afastar do campo da Assistência Social enquanto “ganha-pão” e sair de uma imersão, foi possível problematizar, de forma mais coerente, meus incômodos. A aproximação maciça com o objeto de trabalho se tornou uma questão para pensar. Um envolvimento que garantia prazer, além da possibilidade de se formar um coletivo de pessoas militantes e,

portanto, apaixonadas e entusiasmadas com a política, mas também havia o risco de se ter prejuízos pessoais significativos. Não só eu como meus colegas colecionávamos adoecimentos, frustrações e a sensação de que havíamos ficado menos criativos. Junto a isso, havia uma insistência diante de um campo de trabalho árido em demasia, comprometido com intenções político-partidárias que faziam do exercício profissional uma mistura de sofrimento e de perseverança. Tínhamos a frase “nada é tão ruim que não possa piorar”, repetida à exaustão, sobretudo nos períodos de troca de governo, épocas de descontinuidades, de demissões e de renovações muitas vezes infrutíferas da política pública.

Chego em Betim para fazer esta pesquisa seis anos depois da minha saída, já com essa raiva amenizada e imaginando que havia superado minhas frustrações através do título de mestre conquistado, além do percurso como professora e da entrada no doutorado. Curiosa com a Política de Assistência Social e com as mudanças dos últimos anos, sobretudo com o lugar de destaque que Betim sempre ocupou na estruturação da pasta, estava animada para construir, a partir daquele cotidiano, meu objeto de estudo. Tinha em mente que aquele campo era rico em experiências para se realizar uma pesquisa densa. Mais ainda, afetivamente, era uma forma de reviver as minhas lembranças de alegria e de trabalho coletivo e engajado.

1.2 O retorno ao campo: uma experiência etnográfica de estranhamento

Retornei no intuito de realizar uma etnografia no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS I), equipamento onde havia trabalhado anteriormente. Não seria uma imersão completa e a longo prazo, como exige uma observação participante, mas uma primeira aproximação que me ajudaria a olhar novamente para aquele cotidiano tão caro e próximo a mim. Rever, agora de outro lugar, os colegas de profissão que permaneceram atuando, fazer um necessário exercício de estranhamento e, ainda, tentar problematizar e colocar em discussão uma primeira e tímida aposta para minha pesquisa: o trabalho do psicólogo como uma invenção no cotidiano da Assistência Social de média complexidade.

Nesse retorno, o meu primeiro contato foi com a coordenadora da Proteção Especial⁴,

⁴ O Sistema Único de Assistência Social é organizado por níveis de complexidade. Apresenta dois níveis de Proteção: Proteção Básica e Proteção Especial. A Proteção Especial se divide novamente em Proteção Especial de Média e Alta Complexidade. Na proteção básica, encontram-se programas e serviços com o objetivo de prevenir situações de risco e oferecer formas de fortalecimento dos laços familiares e comunitários. A proteção especial de média complexidade oferece atendimento às famílias e aos indivíduos com seus direitos violados; e a proteção social especial de alta complexidade oferece acolhimento institucional e proteção integral às famílias e aos indivíduos que apresentem vínculos rompidos ou situações em que seja necessária a retirada do núcleo familiar.

nível de complexidade e gestão na qual se encontra o CREAS. Beth explicou, rapidamente, sobre a organização administrativa do CREAS e da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Neste período, o prefeito Carlaile Pedrosa estava terminando um terceiro mandato no qual sucedia a Maria do Carmo Lara, prefeita do Partido dos Trabalhadores. Diferente do primeiro mandato, havia notícias de que o prefeito já não estava em boas condições de saúde e as decisões eram tomadas por outros grupos políticos de interesse. Existia no ar um clima de insegurança e de reprovação com a política partidária instalada, e uma apreensão com o que poderia acontecer nas próximas eleições, sobretudo para o campo da Assistência Social, sempre vulnerável às mudanças de gestão.

Encontro um cenário que, para mim, mostrou - se desolador. Vários colegas-amigos pediram exoneração, licença sem vencimento ou estavam em outras secretarias, o que sinalizava uma crise institucional importante que, mais tarde, na pesquisa de campo no CREAS, confirmei. Os poucos que ficaram se ocuparam de cargos de coordenação, a chamada “referência técnica”. Como o grupo da referência técnica será citado várias vezes durante esta pesquisa, é importante situá-lo. Ele foi uma criação dos trabalhadores no decorrer dos anos de gestão da Assistência Social na cidade, pois diante da falta de um organograma institucional que delimitasse cargos e salários de maneira permanente, incluindo cargos de chefia técnica, o grupo funcionava na tentativa de orientar as equipes quanto aos desafios teóricos, metodológicos e organizacionais do cotidiano de trabalho. Ele fazia, também, um trabalho de mediação entre a secretária da pasta e os trabalhadores, recebendo e filtrando informações e pedidos, assim como as polêmicas e tantos outros problemas da rotina dos equipamentos. Geralmente existia um técnico de referência para cada equipamento ou mesmo por serviços. Dessa forma, foi estipulada, pelos próprios trabalhadores, uma hierarquia de saber e de lugares institucionais que pretendia dar condições de gerir os projetos e os programas do governo.

Em outro momento, a experiência da referência técnica que vivi no Espaço Asas da Juventude, equipamento que apresentaremos mais adiante, foi concebida de outra forma, ao validar a horizontalidade da comunicação e ao deslocar o poder de forma a não garantir a hierarquia, como fez o grupo relatado anteriormente. Nesta experiência, diante das arbitrariedades da política partidária que nomeava pessoas para cargos políticos com a função de vigiar os funcionários, o dinheiro e a rotina, o grupo de trabalhadores elegeu uma referência técnica para mediar a relação com as chefias dentro do equipamento. Não só para facilitar a comunicação, como também para discutir encaminhamentos que defendessem a execução plausível da política pública, evitando assim as arbitrariedades próprias deste tipo de coordenação. Geralmente, o trabalhador escolhido para esta função, que não recebia nenhuma

gratificação financeira como recompensa, era dotado de uma *expertise* que o permitia transitar, dialogar e negociar com a chefia e também com seus pares; perceber e antecipar movimentações político - partidárias que colocariam o grupo de trabalhadores em uma situação vulnerável; capacitar, na medida do possível, coordenações políticas que demonstravam sensibilidade para com o trabalho; encaminhar discussões e decisões em nome do coletivo maior.

Esse último tipo de referência técnica não se valia do saber, mas da capacidade de entender o jogo institucional e de jogá-lo, fazendo isso de forma solidária para colaborar com a preservação de todo um grupo de trabalhadores. O primeiro grupo de referência técnica, hierarquizado e reconhecido pelo lugar de saber, era um atravessador de todo o trabalho, hora possibilitando que ele fosse executado, ora impedindo-o ou problematizando-o. Algumas vezes agia, inclusive, sem que houvesse uma construção conjunta das decisões. A segunda experiência de eleição da referência técnica foi uma iniciativa criativa e solidária dos profissionais, visando à própria preservação e à possibilidade de execução da política.

Desse primeiro escalão de técnicos que trabalhavam diretamente na gestão, muitos haviam saído quando cheguei para a observação participante. Trabalhadores concursados de muitos anos e guardiões da história da Assistência Social da cidade, a maioria era egressa da primeira escola de Serviço Social de Belo Horizonte oferecida pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Uma delas, Lorena, que participou das entrevistas coletivas, havia se aposentado. Outro teria se transferido por vontade própria para Belo Horizonte (na minha época de trabalho, esse era um desejo fortemente compartilhado, já que o município de Belo Horizonte ocupava um lugar de referência de trabalho e de avanço da política) e havia ainda uma terceira pessoa, uma liderança que, inclusive, tinha sido presidente do Conselho Regional de Serviço Social, que também havia se aposentado.

Eram outros tempos, como me avisou Beth, cuja amizade estava localizada, naquele momento, no novo grupo de referência técnica que ela coordenava. Lá estavam os técnicos efetivos que haviam entrado no concurso de 2002 e permanecido engajados e motivados, como ela mesma me definiu. Entre os técnicos, existia uma colega, educadora social, que tinha recebido um cargo comissionado para compensar a defasagem salarial, já que seu cargo do concurso tinha salário correspondente ao nível médio, revelando que o mesmo problema que eu havia vivido persistia, mas com um novo arranjo, provisório e sem garantias de continuidade de vínculo e salário. Havia uma nova função institucional no organograma da secretaria, prevista, inclusive, na política nacional, que era a gestora do SUAS. Nesse cargo estaria a última figura do antigo grupo do operacional. Também assistente social, aceitou participar de uma das

entrevistas coletivas realizadas.

Na conversa com Beth, o que me chamou a atenção foi a forma como ela apresentava o cenário institucional. Sempre tecnicamente responsável e com uma racionalização que a afastava do grupo dos apaixonados (em minhas lembranças), ela me dizia agora do trabalho também na perspectiva da militância e do sofrimento. Assustei-me ao descobrir que já não era uma das figuras mais esperançosas e animadas com a política. Parecia, nesse momento, estar cansada. Enquanto conversávamos, eu pensava que Betim havia sido pioneira na implantação do SUAS e da nova política de Assistência Social. Eu me lembrava de vivenciar as novidades e como tudo aquilo nos enchia de esperança, já que, naquela época, sofriamos diante dos problemas e da negligência institucional.

Beth me contou que a atual secretária de Assistência Social era a mesma que havia atuado em outras gestões, inclusive na maior parte do período histórico que corresponde ao recorte da pesquisa, e sempre teve uma coordenação marcada pela insegurança, além de uma vigilância na base da “fofoca” e de colocar próximas de si e em cargos de chefia pessoas amigas e fiéis as suas intenções político-partidárias. Por outro lado, de forma dúbia, favorecia e facilitava alguns avanços institucionais. Havia, inclusive, garantido um grupo de técnicos, o de referência técnica que explicamos anteriormente, com perfil empreendedor e técnico, para auxiliá-la de forma direta. Pairava no ar uma mistura de seriedade com a coisa pública e intenções político-partidárias que remetiam a desejos pessoais. No cotidiano, essa era uma experiência subjetiva desgastante e adoecedora. Uma sensação de uso do que é mais precioso para qualquer trabalhador social: sua humanidade.

Sobre o CREAS, meu campo de interesse, Beth contou que a turma de técnicos contratados, que compunha o quadro de recursos humanos naquele momento, havia ingressado em janeiro/2016 por processo seletivo simplificado. Este, depois de muitas confusões, estava um pouco menos vulnerável às indicações políticas. Beth explicou que, embora novos e a maioria no primeiro emprego, o grupo estava motivado a realizar um bom trabalho, apesar das dificuldades institucionais, e inclusive da insegurança quanto ao contrato de trabalho. O município estava sendo pressionado pelo Ministério Público há um bom tempo para realizar concurso público e aumentar o quadro de técnicos efetivos. O último e único concurso da Assistência Social havia sido o de 2002. Essa pressão aconteceu, sobretudo, pelo histórico da prefeitura de manter em seu quadro de funcionários da Secretaria de Assistência Social cargos de interesse político-partidário. No primeiro semestre, a prefeitura não realizou o concurso, por isso a contratação dos técnicos.

No processo seletivo simplificado realizado através de prova teórica, foram aprovados quarenta psicólogos e cinquenta e quatro assistentes sociais. Desses, entraram nos dois CREAS, especificamente, um total de trinta e um técnicos, dezenove assistentes sociais e doze psicólogos. Quando conversamos, eles estavam sem a carteira de trabalho, que havia sido recolhida para uma possível prorrogação do contrato. Como a prefeitura não realizou o concurso no primeiro semestre, as eleições municipais impediam que ela fizesse no segundo. Nesse sentido, o grupo de técnicos permaneceria até dezembro, pelo menos era a aposta, já que não tinham nenhuma notícia oficial. Quando os conheci, eles eram pura torcida e insegurança quanto à continuidade do vínculo empregatício.

Cheguei ao CREAS no dia da festa de confraternização dos aniversariantes do mês, mas era o assunto concurso que aparecia insistentemente, como piadas e pedidos. Chegaram a pedir à Beth, que participava da festa, notícias sobre o contrato. Mostrando-se preocupada, no mesmo momento ela ligou para o setor de recursos humanos da prefeitura, mas não conseguiu nenhuma informação nova. Desse grupo, duas contratadas já haviam saído: uma por medo dos desdobramentos no acompanhamento dos casos e do local onde se encontrava o equipamento, e a outra alegando que não tinha perfil. Nesse primeiro dia de pesquisa, em função da festa, estavam todos os técnicos. Lembrei-me de que a festividade, a comida e as relações de amizade sempre perpassaram o trabalho da proteção especial como uma forma de resistir à dureza do cotidiano. Maria, então coordenadora do CREAS, durante a festinha, cochichou comigo: “Tem que ter essas coisas, Ana, o dia a dia é muito difícil”.

O local onde está a instituição é curioso. Embora seja uma casa confortável, fica próxima à BR 040 e de vários pontos de prostituição, o que provoca um movimento contínuo de prostitutas, de homens e de carros pelo local. Existe, inclusive, entre os técnicos, o fantasma da história do CREAS II, localizado na zona norte da cidade, que havia sido assaltado recentemente. Homens armados invadiram o equipamento, colocaram todos em uma sala fechada e roubaram vários objetos. Em outra ocasião, sequestraram a coordenadora no momento em que ela saía do trabalho. No dia em que cheguei no CREAS I, os trabalhadores estavam em pânico porque acreditavam que um homem estava vigiando a instituição há alguns dias. De fato, havia uma pessoa que de hora em hora ia até o orelhão da esquina, e lá ficava por um tempo. Descreviam suas vestimentas e olhavam incansavelmente pela porta e pela janela, como se ele fosse invadir o local a qualquer momento. Com o clima ficando ainda mais tenso, chamaram a polícia militar, mas ela não apareceu. Insistiram, ligaram para a coordenação, até que chegou uma dupla da guarda municipal, que contribui com o trabalho do CREAS, para

abordar o homem. Embora assustada com o pavor dos técnicos, o que me parecia um tanto quanto exagerado, eu mesma me lembrei de algumas experiências pessoais de violência no trabalho da Assistência Social, que me fizeram fazer coro com eles em alguns momentos: já tive minha bolsa roubada por um homem que se escondia atrás da porta da sala onde eu estava, e havia sido ameaçada algumas vezes por adolescentes em conflito com a lei e por pais de crianças acompanhadas por terem sofrido abuso sexual.

Quando os guardas municipais retornaram, avisaram que o homem suspeito havia contado uma história bastante coerente. Ele estava abrindo uma oficina mecânica nas proximidades e ia ao telefone público ligar para seus fornecedores. Depois do contratempo, pouco se falou sobre o episódio, parecia que haviam ficado envergonhados com tamanha suspeita. No entanto, era verdadeira a fragilidade da segurança. A casa possuía vários quartos que eram utilizados como salas de atendimento. Tinha quintal, uma ampla cozinha e uma garagem que era usada como recepção. Chamou-me a atenção como a prefeitura investiu neste último espaço (e pelo que me disseram isso também tinha acontecido em outras unidades públicas): havia televisão, mesa e materiais para desenho para crianças, computador e cadeiras confortáveis. Conforme contaram, a conquista dos móveis era resultado do esforço da coordenação e da equipe. Tive uma sensação de que o CREAS oferecia um clima de aconchego para seus usuários, além da garantia de privacidade nos atendimentos, uma luta antiga para uma secretaria que chegou a delimitar salas de atendimentos com divisórias que não garantiam nenhum sigilo.

No entanto, diante da profusão do medo, também me chamou a atenção a relação paranoica e distanciada que a equipe vinha estabelecendo com o território. Território aqui entendido não só como espaço geográfico onde se estabelece o limite para a execução das ações daquele equipamento, mas como campo de forças em que se desenham relações sociais e acontecimentos cujos significados são singulares e igualmente importantes. Nesse sentido, o que estava acontecendo ao redor da instituição não era diferente da demanda que o CREAS pretendia acolher. Além disso, a relação com o território é uma premissa da Assistência Social não só na proteção básica quanto na proteção especial. Fazer do CREAS um lugar de segurança máxima, blindado em relação à cidade e a suas contradições, fragiliza ainda mais a equipe e o equipamento, não os tornando parte de uma rede de relações, significados e, sobretudo, apoio, forma pela qual o serviço precisa ser reconhecido.

A sala dos técnicos, também sala da casa, era o principal local de encontro. Lá, havia uma grande mesa, vários computadores e materiais de escritório. Era onde a maioria deles passava a maior parte do tempo, seja conversando sobre trivialidades, o que era comum, ou

discutindo casos. Chamou-me também a atenção a frequência com que discutiam as histórias de ameaças e medos. Na ocasião, relataram o caso de uma mulher em situação de violência que chegou com policiais: ela permaneceu por muitos dias no CREAS com medo de retaliação do seu ex-companheiro. Também relataram visitas domiciliares que envolviam riscos, falta de participação do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, sobretudo informando sobre o trânsito possível no território. Vale ressaltar que no CREAS existia um senhor que trabalhava como vigilante, mas sem nenhuma condição material para garantir a segurança. Não existia nenhum recurso que podia ser acionado em caso de urgência, dando a sensação de que todos ali “matam no peito” tanto os desafios técnicos, quanto os outros que envolvem um trabalho desse tipo.

Maria, coordenadora, era a referência para o grupo. Ela sustentava essa posição, sobretudo, depois que suspenderam, de modo arbitrário, a supervisão técnica. A supervisão era vista como um recurso indispensável tanto para realizar o trabalho, quanto para se evitar o adoecimento dos técnicos. Segundo Maria, se não há esse distanciamento, o risco de adoecer e de conduzir os casos arbitrariamente é maior. Maria e as outras colegas efetivas que entraram no mesmo concurso que eu assumem hoje o trabalho de referenciar os serviços no lugar dos trabalhadores que compunham o grupo de referência técnica e se afastaram. Maria, em especial, sempre possuiu uma vinculação com o trabalho que parecia quase religiosa. Sua disposição para fazer tudo, lutar por tudo, aliada a uma sofisticada inteligência prática e a um raciocínio afinado com as diretrizes da política de Assistência Social, sempre chamou a atenção das chefias, que logo perceberam nela uma liderança que prezava pelo trabalho e transitava bem pelas equipes. E mesmo que fizesse, a todo momento, reflexões críticas em relação às questões político-partidárias que atravessavam os serviços, além de sua solidariedade que protegia os trabalhadores mais frágeis perseguidos pelas coordenações vinculadas às políticas partidárias, sua disposição para o trabalho militante se sobressaía, fazendo com que viabilizasse as ações mais do que recusasse.

Interessada em observar o cotidiano do CREAS e os atendimentos, e com o intuito de não invadir o espaço dos técnicos de forma constrangedora, perguntei se poderia acompanhar os acolhimentos do plantão e não aqueles que já estavam em andamento. Não colocaram nenhum impedimento. Embora jovens, os técnicos novatos pareciam ser seguros. O fato de eu já ter experiência no mesmo equipamento, de ter sido efetiva e da minha chegada ter se dado através da amizade com as chefias, não parecia provocar nenhum constrangimento.

Um dos casos que acompanhei foi o de uma menina, que aparentava ter uns 20 anos, mãe de dois filhos, e que buscava o CREAS com o pedido de regularização da sua pensão. Parecia que já havia sido atendida pela instituição há um tempo. Sofreu violência por parte do seu companheiro por um longo período e por isso se separou. Hoje ele mora em outra cidade e não respeita horários e dias de visita, o que estava atrapalhando seu novo relacionamento, e ainda a acusava de não cuidar bem das crianças. Além disso, pagava de forma irregular e sem valor estipulado a pensão.

A técnica questionava se depois do acontecimento a moça havia vivido outra situação de violência. Embora tenha afirmado que não, ela se embaraçava e dizia que, às vezes, o atual companheiro era um pouco agressivo ao falar, mas ela achava que isso era coisa do relacionamento e não considerava violência. Dizia que tinha algumas dificuldades devido ao fato de ter sido abusada na infância, mas não falou de forma clara e o assunto não foi explorado. Também disse que o filho de sete anos estava sempre lembrando da agressão que presenciou entre os pais, e essa lembrança acontecia sempre na escola. A jovem atendida se incomodou e disse “na escola não é lugar dele ficar concentrado? Me preocupa o fato dele se lembrar logo lá”. Ainda apareceu (mas não foi percebido pela técnica) a demanda da sua fragilidade financeira. Não podia trabalhar porque não queria deixar os filhos com a avó que já estava idosa (um dos meninos quase foi atropelado recentemente) e fazia bicos como manicure, que não garantiam a renda familiar. Disse, várias vezes, que já havia tentado um emprego formal, mas por causa dos filhos não continuou.

Em grande parte devido à postura da técnica, chamou-me a atenção o fato de o atendimento ganhar um clima de resolutividade. Essa sensação era familiar, tanto em atendimentos que realizei, quanto em outros que acompanhei. É certo que das famílias não precisamos ter outra expectativa, pois, de fato, chegam, muitas vezes, no limite do sofrimento. Mas o trabalho da proteção social especial não está circunscrito em objetividades, tampouco está amparado na oferta de benefícios e apoios materiais, o que poderia trazer alguns ares de resolução. Tem sim uma árdua tarefa de promover vínculo, sustentar, através dos atendimentos, uma relação dialógica que promova reflexões e mudanças em padrões de comportamento. A pergunta que me veio no momento foi: por que, de mãos vazias, a técnica compartilhava uma falsa onipotência que podia, sim, gerar impotência e desistência em ambos os atores que constroem o atendimento?

Um olhar de estrangeira me invadiu, e me chamou a atenção a quantidade de demandas às quais a técnica precisava dar atenção e, de certa forma, encaminhamento: as questões jurídicas da guarda e da pensão, a demanda de atendimento psicológico do filho, a questão

financeira da jovem, a suspeita de uma nova possível violência e de um abuso sinalizado. Além da dificuldade de se traduzir o atendimento, já que eram informações desconhecidas e que surgiam no discurso de forma confusa, tornava-se imperativo um cálculo sobre o atendimento em si e sobre as possibilidades ali colocadas. A técnica optou por deixar a jovem em uma lista de espera e pediu que ela aguardasse a ligação do CREAS para iniciar seus atendimentos. A questão jurídica, mais pontual, que poderia ser agilizada com o advogado que estava trabalhando naquele momento, ficou atrelada, ao que me pareceu, ao pacote da compreensão do caso como um caso clínico.

Na conversa com Maria, coordenadora, o tom dramático do trabalho ganhou contornos ainda piores. Falou, em um momento informal, que no ano passado saiu da coordenação e ficou um ano atendendo. Ficou doente e prejudicada do ponto de vista pessoal devido ao trabalho e a suas aberrações. Citou um caso, atendido por uma colega, em que morreram duas crianças pequenas durante o seu acompanhamento, sem que a mesma sequer registrasse a situação em prontuário. Uma, que já tinha sido abusada sexualmente, foi enforcada e jogada no rio, a outra saiu gritando à meia-noite de casa (talvez por causa dos abusos) e foi parar embaixo de uma van. Ainda havia uma terceira criança que estava com a família.

O caso, contado durante o almoço, e de uma forma intensa por Maria, demonstrando que aquilo de fato tinha lhe causado danos emocionais, me deu náuseas, tirou a fome e me remeteu a minha época de trabalho na Assistência Social e a toda a sensação de impotência que eu sentia. Maria ainda me falou de um caso de abuso sexual que a fez vomitar por três dias. Ressaltou que, na época, a coordenação do CREAS era autoritária e altamente vigilante, deixava as questões técnicas de lado e se atentava apenas para o cumprimento de horários e para outras trivialidades da rotina. Nessa conversa, ela me pediu para pesquisar sobre a saúde mental dos técnicos, uma questão assustadora no seu ponto de vista. Conversamos sobre as anestésias e outras posturas construídas por eles: indiferença, abandono de cargo, adoecimento, onipotência, impotência, criação de negócios particulares que os fazia se distanciar afetivamente do trabalho, dentre outros.

O outro caso que acompanhei durante o plantão foi o de duas mulheres, tias paternas de dois adolescentes. A menina, com dezesseis anos, havia sofrido violência há um tempo por parte do companheiro de 43 anos. A mãe, alcoólatra, morreu recentemente e os filhos ficaram com o pai, incapacitado mentalmente, embora fosse trabalhador da prefeitura. Elas queriam um relatório do CREAS atestando que a menina estava sob situação de violência e por isso não frequentava a escola. Esse documento serviria para suspender a pensão alimentícia que era paga

à mãe falecida e estava ficando, portanto, com seus parentes. A técnica resistiu em entregar o documento e chamou o advogado para esclarecer a demanda. O advogado ouviu com muita atenção, fez uma leitura e disse que faria algumas consultas e então retornaria para a família.

No modelo de trabalho do CREAS Betim, desta época, o advogado não acompanhava os casos, ele era um consultor para os técnicos, além de encaminhar junto à defensoria e ao judiciário as demandas jurídicas. Percebi que era muito acionado e que os casos, em sua grande maioria, possuíam interfaces jurídicas que iam de encontro à proposta de um atendimento psicossocial, complexo por natureza, e marcado mais por ambiguidades do que pela resolutividade característica do sistema jurídico. Nesse sentido, recorrer ao saber do Direito pode ser uma saída diante da complexidade das situações familiares e da possibilidade de uma resposta rápida e pragmática ao problema ali exposto.

O campo jurídico, nesse caso, cumpre bem a função de tamponar dificuldades técnicas do serviço social e da psicologia, áreas profissionais majoritárias do campo da política, impedindo que o trabalho de acompanhamento aconteça a partir das “mãos vazias”, o que caracteriza esse tipo de atendimento. Além disso, o discurso jurídico responde a aflições que emergem de ambos os lados, técnicos e famílias, diante da ausência de materialidade e da urgência de soluções para situações muitas vezes graves. Ouvi várias vezes, de vários técnicos, que o CREAS corria o risco de virar um balcão de relatórios avaliativos sobre famílias para um judiciário que não sabia o que fazer diante da política de proteção social.

Outro caso instigante foi o de Dulce, uma mulher jovem que chegou com um bebê de dois meses. Seu caso já estava sendo comentado no CREAS desde o início da semana e havia uma expectativa em relação a sua chegada. Vários técnicos torciam para que ela não chegasse em seus plantões, aterrorizados com a complexidade da demanda. A notícia principal era a que seu ex-companheiro quase passou por cima dela e do filho com o carro. Quando cheguei para acompanhar o atendimento, Dulce já estava conversando com a técnica, no caso uma psicóloga, e discutindo as possibilidades de abrigamento. Falou que ficou um ano e meio casada com o agressor e que teve com ele uma criança que tinha dois meses de vida e estava em seu colo. Com outros quatro companheiros diferentes havia tido outros quatro filhos que, no momento, estavam na casa de uma amiga. Essa amiga havia oferecido abrigo para ela e para os filhos quando Dulce teve que fugir em função das ameaças.

Dulce contou que quando estava grávida de quatro meses, o ex-companheiro a agrediu e ela chamou a polícia. Continuou com ele porque não tinha para onde ir com os cinco filhos. É órfã de mãe e de pai e não conheceu seus irmãos, que moravam em outros estados. Seu filho mais velho tinha doze anos e ela não recebia pensão de nenhum dos pais das crianças. Tinha,

pela amiga que a abrigava, cuidado e carinho e estava extremamente preocupada com o fato de envolvê-la na violência, já que seu ex-companheiro estava ameaçando a amiga também. Na cidade em que moravam, o seu ex-marido já tinha ameaçado uma outra amiga que também havia tentado ajudá-la. Contou, nesse instante, que o ex tinha uma tornozeleira eletrônica, fato que pouco chamou a atenção das técnicas durante o atendimento. A assistente social que entrou comigo e assumiu o caso, logo chegou avaliando a possibilidade do encaminhamento para um serviço de acolhimento institucional para mulheres e filhos em situação de violência⁵.

Ambas, a psicóloga e a assistente social, tinham uma insistente preocupação em esclarecer para Dulce que ela estava indo para uma instituição com regras próprias e não para uma casa, no caso dela aceitar o abrigo. Algumas informações foram repetidas exaustivamente, o que provocou efeitos de desânimo e de desistência em Dulce: “lá não é uma casa”; “tem outras mulheres que estão lá na mesma situação que você e também com filhos”; “a permanência lá é urgente e provisória, mas o momento requer isso, já que você está em risco e não tem para onde ir”; “um dia você vai sair de lá, mas não é de qualquer jeito, sua saída vai ser “pensada”, “calculada”; “você não vai ter contato com mais ninguém aqui fora, não poderá fazer ligações e não poderá dizer a ninguém onde é o abrigo (essa última informação foi várias vezes repetida)”; “você vai ter que cuidar dos seus filhos, das suas coisas”; “vai ter que obedecer a regras e a normas”; “agora é com eles, não vamos mais interferir no caso”.

Dulce, que a princípio estava animada com a ideia do abrigo, inclusive já considerando essa possibilidade, foi desanimando até desistir. Começou a avaliar, num primeiro momento, como seria sua saída de lá. Disse que tinha medo de ficar com os cinco filhos na rua, perguntava sobre emprego, encaminhamentos, dinheiro, escola para os filhos, se podia levar suas coisas, suas roupas, cobertas para as crianças, sua geladeira, fogão e o berço do neném, tudo que sobrou para ela depois da separação. As técnicas disseram que não, ela só poderia levar as roupas. E sugeriram que ela deveria pedir à amiga para guardar enquanto permanecia no abrigo. A psicóloga saiu do atendimento e a assistente social continuou, sempre insistindo na questão do abrigo. Aliás, a possibilidade de abrigá-la ganhou força quando a assistente social começou a acompanhar o caso. Antes disso, a psicóloga ouvia, citava a possibilidade de abrigo, e vagava por outras questões do caso.

⁵ O acolhimento institucional compõe as ações da proteção social especial de alta complexidade do SUAS. A política prevê o acolhimento institucional em diferentes modalidades: Atendimento Integral Institucional, Casa Lar, República, Casa de Passagem, Albergue, Família Substituta, Família Acolhedora, Medidas socioeducativas, Trabalho Protegido.

Dulce insistiu nas perguntas sobre o desligamento, mas, a meu ver, não teve uma resposta confiável e clara. Em um momento de muita comoção, quando vi Dulce aflita e dividida, amamentando exaustivamente o bebê, ofereci -lhe água. Ela começou a chorar e disse baixinho, sem que parecesse uma solicitação, mas um desabafo, que estava com fome. Logo que possível, comentei com a técnica que Dulce estava amamentando e tinha dito que só estava com o café da manhã (já era em torno de três horas da tarde). Saímos pelo CREAS e conseguimos biscoitos e suco dos lanches que os próprios técnicos levam, já que não havia lanche reservado para as famílias atendidas. Nesse momento, a assistente social também sugeriu que Dulce desse uma volta e pensasse com calma enquanto lanchava.

Como já estávamos há mais de duas horas com Dulce, e notando que ela recusaria o abrigo, ou mesmo querendo agilizar seu processo de trabalho, a assistente social voltou trazendo o termo de responsabilidade que a usuária deveria assinar responsabilizando-se pela sua recusa em ser encaminhada ao abrigo. No termo, estava escrito que foi avaliado que ela corria risco de morte, mas que por livre e espontânea vontade não quis ser abrigada.

Havia a preocupação com Dulce, mas, a todo momento, tanto as técnicas que estavam acompanhando, quanto todos os outros técnicos que se mobilizaram em relação ao caso, apontavam a questão das crianças e de como sua decisão não levava em conta a proteção dos filhos. Eu, nas minhas reflexões, estava incomodada pensando exatamente o contrário: fiquei comovida com Dulce e com suas questões maternas, a insistência em proteger os filhos e garantir um ambiente familiar para a convivência, a tentativa de evitar uma nova mudança brusca para o grupo. No atendimento, sussurrou várias vezes que não queria tirar os filhos de qualquer forma da casa da amiga. Já havia feito isso há duas semanas, quando recebeu as primeiras ameaças, e o filho de seis anos chorou sentindo falta da casa anterior e do padrasto. E como estavam em uma chácara, falava que lá era um ótimo lugar para as crianças brincarem, e se questionava como iria tirá-las desse espaço e colocá-las em um lugar que não sabia como era. Perguntava: E a escola, como seria? Como deixaria a amiga sozinha, possivelmente ameaçada pelo seu ex-marido, depois de tudo que fez por ela? Disse que a amiga também sofria violência por parte do companheiro e que gostaria de ajudá-la da mesma forma como ela está contribuindo com a proteção de seus filhos. No momento em que mais foi pressionada, começou a brincar insistentemente com o bebê, enquanto eu e a outra técnica olhávamos e esperávamos por um longo tempo. Brincava, ria, se distraía e quando o bebê chorava, dizia: “Oh filhinha, está cansada, né? Nós vamos embora, você quer tomar banho, está cansadinha”.

Foram dadas várias opções para que Dulce não voltasse para casa e fosse direto para o abrigo: que a polícia buscasse suas coisas e os filhos (foi quando ela falou que queria conversar

antes com as crianças); que ela fosse com a polícia e trouxesse a todos; que a amiga levasse suas coisas e seus filhos no CRAS. Ela recusou todas as opções. Ao final, Dulce reclamou que achava tudo aquilo um absurdo, como ela teria que sair fugindo com os filhos sendo que o agressor era quem estava errado?

Quando já se encerrava o atendimento, e em um momento em que assistente social tinha saído da sala, eu a questioneei sobre a tornozeleira eletrônica. Ela disse que o ex-marido usava e que estava funcionando. Só que há oito meses, quando foi colocada, Dulce deveria ter ido em Belo Horizonte pegar um aparelho que ficaria em sua posse e faria a aproximação entre eles ser acionada em uma central. Dulce não pegou porque a sua sogra, na época, pediu que ela não o fizesse. Perguntei por que ela aceitou o pedido da sogra e não optou por sua proteção. Ela disse que pensou em seus filhos, que um dia eles também estariam casados e que poderiam passar pela mesma situação. E, por esse motivo, cedeu.

Falei com a técnica sobre a possibilidade de pegar o aparelho e preservar assim a liberdade de Dulce e de seus filhos, já que era justamente esse o pedido que ela fazia. A notícia era de que o aparelho valeria por seis meses e havia oito meses que o mandato judicial havia sido expedido. Dulce teria que ir novamente à cidade onde aconteceu a violência e pegar um novo documento com o juiz que acompanhava o processo. Para isso, teria que pagar passagem, ir à cidade, arrumar alguém com quem deixar os filhos, arrumar como comer, carregar o bebê, etc. Diante da sua realidade, esta também não era uma saída simples. Foi embora com estas informações, disse que escolheria entre buscar o aparelho e acionar a tornozeleira ou ser abrigada com os filhos e que voltaria no dia seguinte com sua decisão. No outro dia não retornou, e também nos outros em que permaneci na instituição.

Outro caso do plantão que acompanhei com um psicólogo foi o de uma senhora que queria fazer uma denúncia. Moradora de Betim, disse que estava nas proximidades do mercado municipal e uma mulher gritava com uma criança que aparentava ter oito anos. Quanto mais gritava (segundo ela, parecia estar drogada) mais a criança se apavorava, mas não saía do lado da mãe. Ela e mais uma mulher foram conversar com eles. Espantaram-se pelo fato de a criança estar suja e muito machucada, parecia ter sido espancada há pouco tempo. Ambos também estavam com fome. A mulher pegou os dois e os levou para sua casa, ofereceu banho, comida e começou a investigar a vida da mãe e do filho. Chamou a atenção o fato de que a mãe, alimentada e de banho tomado, mostrou-se outra pessoa, mais calma, carinhosa com a criança. A mãe queixou-se da pobreza em que viviam. Deu a entender que trabalhava como prostituta e, na tentativa de não revelar seu endereço, falou de vários locais diferentes que indicavam a

moradia da dupla.

A denunciante, em seu relato, deixava claro que a situação de rua e a pobreza não eram os problemas mais importantes do caso, mas sim as marcas no corpo da criança, que indicavam alguma agressão. Não condenava a mãe em sua fala, pedia que os dois fossem acompanhados pelo CREAS e que dessem alguma urgência ao caso já que, cada vez mais, por desespero e por empatia, ela estava vinculando mãe e filho a sua casa. O psicólogo que fazia o atendimento se mostrou perdido com o caso, o relato e os possíveis encaminhamentos. Falou repetidamente que o seu horário de plantão estava acabando e questionou o fato de como ele poderia permitir que a família viesse ao atendimento naquele mesmo dia se ele não estaria mais lá. Questionou-me, várias vezes, sobre o que poderia fazer. Inquieta, e contaminada pela sua ansiedade, eu sugeri que poderia ser um caso de “situação de rua” e que talvez ele precisasse acionar os educadores sociais para fazer a abordagem. Além disso, se ela voltasse poderia ser um primeiro acolhimento e a porta de entrada para o caso na Assistência Social, já que parecia ser, de fato, urgente.

Ele não concordou comigo e chamou o coordenador. Fez a mulher repetir toda a longa história novamente, umas das práticas mais contestadas nos atendimentos do CREAS e chamada pelas políticas públicas de “revitimização”, no intuito da sua chefia compreender o caso. A mulher atendeu com prontidão, paciência e expectativa. Completou as informações dizendo que já havia levado a dupla para a sua casa mais de uma vez. Já havia, inclusive, colocado os dois em seu carro tentando descobrir onde era a casa deles, mas a mulher sempre pedia para deixá-los em uma quadra de esportes. Pediu à mãe para que a criança passasse um final de semana com ela, mas isso não foi autorizado porque a mulher disse que não conseguia ficar sem o filho. Como nos disse, fez isso com o intuito de tirar a criança da rua pelo menos um pouco, pois estava angustiada com a situação do menino. Vi depois, na sala de espera, que ela tinha uma criança praticamente da mesma idade.

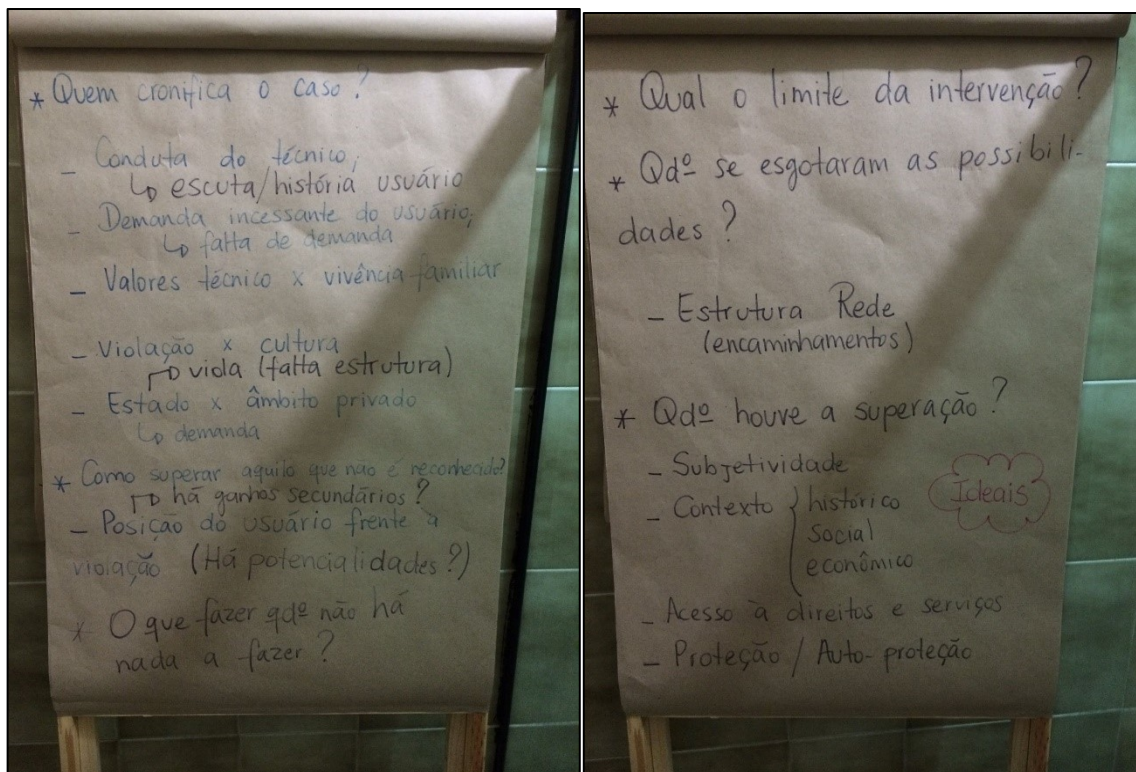
O coordenador interino chegou (Maria estava de férias e um dos técnicos assumiu provisoriamente) e fez as mesmas orientações que eu havia sugerido. Pediu para ela retornar com a família, mas, assim como outros casos do plantão que eu havia acompanhado, não houve retorno. Por parte dos técnicos, havia sempre uma expectativa dos casos complexos voltarem no plantão em que eles estavam atuando, o que demonstrava uma insegurança e uma impotência diante da complexidade técnica das situações atendidas. Ouvi muitas piadas que indicavam exatamente o desejo de não precisar rever casos mais difíceis.

Era comum os técnicos, principalmente o coordenador, conversarem com uma dupla de policiais da guarda municipal que fazia a vigilância dos casos de violência doméstica. A

interface com a justiça e a polícia é uma das tônicas do trabalho do CREAS, já que seu principal foco são os atendimentos aos casos de violação de direitos, sobretudo em função de violência contra mulheres, idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes. Quando parei para ouvir a discussão, fui chamada a participar. Conversavam sobre a nova patrulha contra a violência doméstica que estava sendo organizada pela polícia militar. A guarda reclamava que não sabia de nada e que não tinha sido chamada para conhecer a patrulha ou para trabalhar em parceria. A guarda municipal, uma mulher, tinha críticas interessantes sobre a condução da polícia militar em relação a estes casos, como, por exemplo, as formas como os policiais tratavam as mulheres parecendo, muitas vezes, estar do lado do agressor.

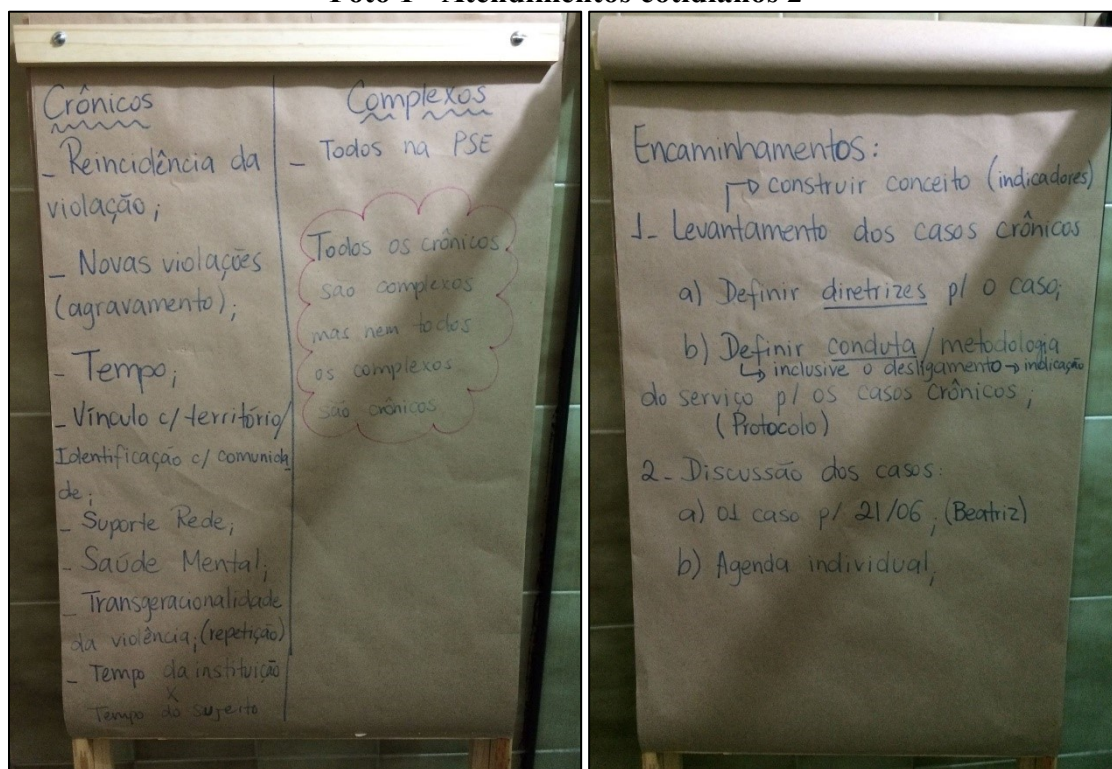
Alguns embaraços, dúvidas e percalços em relação aos atendimentos cotidianos estavam registrados em cartazes da última reunião de capacitação da equipe com uma das referências técnicas, como mostramos abaixo:

Foto 1 - Atendimentos cotidianos 1



Fonte: Fotografia de Ana Pereira dos Santos

Foto 1 - Atendimentos cotidianos 2



Fonte: Fotografia de Ana Pereira dos Santos

Terminei meu tempo de pesquisa de campo pensando mais nas condições de trabalho dos técnicos do que na construção dos atendimentos no CREAS, minha primeira problematização para a realização do doutorado. Espantou-me a ausência dos concursados e um certo ar de fragilidade que o serviço ganhou com a chegada de tantos contratados. Estranhava, ainda mais, o temor que todos revelavam com a iminência de um governo ultradireitista ganhar as eleições e assumir o próximo mandato. Era julho de 2016, as eleições aconteceriam em outubro daquele mesmo ano, e já havia um clima de medo no ar. Esse temor era fortalecido pela fragilidade do vínculo trabalhista dos contratados e pela incerteza quanto ao futuro deles próprios e dos serviços.

Revisitar a Assistência Social a partir do lugar de pesquisadora, fazia um pensamento voltar continuamente: “como dei conta disso por tanto tempo?”. Eram várias as questões para pensar: a instabilidade institucional; os casos difíceis e os efeitos que o trabalho produzia nas pessoas; o lugar ainda pouco valorizado que a política pública ocupava nas agendas de governo; no cenário nacional, naquele momento, a possibilidade de um *impeachment* do governo de esquerda, portanto, apoiador das políticas sociais, para dar lugar, assim como no nível municipal, a um perfil de governo ultraliberal, entre outras questões.

Os cartazes encontrados na instituição sinalizavam os desafios do cotidiano, sendo que muitos deles eram os mesmos de quando assumimos no concurso público de 2002: a infinita

construção de metodologias, todas elas diluídas com o tempo e com o fervor dos acontecimentos e das mudanças institucionais; a interminável pactuação do trabalho que apontava para uma descontinuidade preocupante; a limitação da compreensão técnica diante das urgências, das incertezas e das estranhezas dos casos; as situações graves e na maioria das vezes urgentes; um grupo de trabalho que mudava a cada novo mandato; o cansaço; a busca por caminhos que, de alguma forma, respondessem àquele cotidiano intempestivo e difícil.

As contingências históricas repetidas e o encontro com o grupo recente de técnicos do CREAS me fizeram lembrar da minha chegada à Assistência Social, do coletivo de trabalhadores com o qual convivi e, novamente, da vinculação dos trabalhadores com a política de Assistência Social. Minha experiência de trabalho coletivo me afastava do pensamento simplista de que apenas com concursados seria possível produzir entusiasmo, e com contratados não. Com isso, era estranha uma divisão que havia permanecido institucionalmente: o grupo de efetivos havia se tornado referência do trabalho e tentava produzir capacitações, enquanto os técnicos contratados atendiam nas pontas, parecendo cumprir as normatizações existentes e se arriscando pouco. A divisão “contratados e efetivos”, e mais ainda, a polarização dos saberes, tinha tomado o lugar de uma experiência coletiva que eu havia vivido junto a várias daquelas pessoas. Parecia que a força da criação e a resistência política estavam polarizadas, e tentando existir, apenas nos trabalhadores antigos, amparados pelo vínculo de trabalho estável e sustentados por um conhecimento adquirido.

Este reencontro com o campo de pesquisa me trouxe inquietações importantes. Da pergunta que primeiro me motivou e que dizia sobre a construção do atendimento do CREAS como uma invenção cotidiana, efêmera e suscetível a diferentes forças, passei a me questionar sobre o que havia acontecido com a história vivida nos primeiros e intensos oito anos de trabalho após o concurso de 2002. Toda aquela produção técnica e intelectual, toda aquela militância e resistência, não havia se tornado cultura institucional? Qual motivo havia levado os colegas, assim como eu, a sair do trabalho e buscar outros espaços profissionais? Se agora não mais, o que havia motivado aquelas pessoas a trabalhar de forma coletiva e tão intensa? Diante de tanta fluidez e de tanta instabilidade institucional, assim como do uso da política para fins eleitoreiros, seria a Política de Assistência Social sustentada pela força criativa e pela motivação dos trabalhadores? E o que seria esse envolvimento? Ele é, em si, potente para ambos (instituição e sujeito)? Como concebe vida e trabalho um técnico que atua na Política de Assistência Social?

Através desses primeiros questionamentos produzidos no meu reencontro com o campo de pesquisa, parti para a construção de caminhos metodológicos que me possibilitassem escutar a narrativa de trabalhadores que se inseriram na política pública de Assistência Social de Betim a partir do concurso de 2002. Organizamos um arcabouço metodológico de forma a levar em consideração suas memórias, afetividades e racionalidades em torno da experiência do trabalho. Já convencida de que não ia estudar o lugar da psicologia na instituição, passei a ter um forte interesse em escutar como estes profissionais construiriam a história coletiva que viveram juntos, como se colocariam nesse enredo e quais elementos elegeriam para explicar o que seria o trabalho social.

1.3 Organização dos capítulos

O percurso da tese pretende conduzir o leitor por reflexões que partem de dados empíricos colhidos durante a pesquisa, confrontados com arcabouços teóricos da Análise Institucional e recolhidos a partir da análise da implicação da própria pesquisadora, observação participante, entrevistas coletivas, entrevistas de narrativas de vida e pesquisa documental. Nossas reflexões giram em torno da questão que por todo esse tempo nos motivou: como alguém se torna um trabalhador social?

Na primeira parte, a partir da trajetória biográfica de uma trabalhadora social, apresentamos a história da Política de Assistência Social no Brasil, seus momentos de crescimento e de retrocesso, enfatizando seu aspecto formal, o exercício político da proposição de alternativas e seus efeitos, tendo a biografia de Maria, uma das trabalhadoras sociais entrevistadas, como um dispositivo analisador dos impactos macropolíticos nas trajetórias. Nesse exercício dialético tentamos, a partir de momentos fundamentais do percurso da entrevistada, apontar o curso da Política de Assistência Social no país e sua cultura institucional, levantando características que corroboram com a nossa tese: por um lado, a reflexão de que uma parte dos trabalhadores sociais optam pelo ofício a partir de experiências individuais que os aproximam da prática da caridade e da doação, própria das experiências pastorais das igrejas, criando uma militância ostensiva cuja produção de subjetividade regride do coletivo para o individual com uma certa facilidade e contribui para a precarização de um cenário institucional que, embora caminhe em determinados momentos políticos, também retrocede a passos largos quando não garante processos de institucionalização duradouros.

Por outro lado, a reflexão de que existem mecanismos institucionais, apoiados na historicidade da própria política e na manutenção de um tipo específico de vínculo profissional,

que trabalham para sustentar tais afetos militantes, constituindo uma forma de conduzir a pasta marcada pela gestão dos recursos afetivos e emocionais dos trabalhadores, o que favorece a militância radical e a vinculação ostensiva dos profissionais com a política pública. Nesse sentido, nós nos empenhamos para demonstrar nesse estudo que a sensibilidade que vincula o profissional à prática é, muitas vezes, construída antes do encontro com o trabalho social, contribuindo para a constituição de um tipo de concepção e de execução do trabalho marcada mais por categorias afetivas do que por processos de racionalização, de rompimentos e de conflitos.

Tal exercício pretende revelar as convergências entre vida particular e cenário político, além de tornar possível a compreensão dos contextos sociais que interferiram em escolhas e em investimentos profissionais no campo da Assistência Social. Por outro lado, interessa-nos, também, pensar o movimento contrário e perceber os efeitos das interferências dos sujeitos nos processos de institucionalização da política de Assistência Social. Tais questões são elucidadas no cruzamento da trajetória de Maria com a história da Política de Assistência Social e são intensificadas no decorrer da tese, sobretudo quando aproximamos a trajetória de Maria com a de outros trabalhadores, que atuaram ou ainda estão vinculados às políticas sociais da cidade de Betim.

Ainda neste primeiro momento, tentamos mapear pistas que nos revelem as condições institucionais em que vivia o grupo de trabalhadores entrevistados e que favoreceram a construção de uma vinculação peculiar à Política de Assistência Social da prefeitura na qual atuavam. A nosso ver, a experiência aqui apresentada nos trouxe algumas indicações de como se institucionaliza a Política de Assistência Social no Brasil. Do ponto de vista da sua organização, intercala períodos de abandono por parte do Estado, com outros de entusiasmo e aparelhamento dos equipamentos, (sobretudo nos períodos eleitorais) mobilizando, de diferenciadas formas, a capacidade de investimento dos trabalhadores e a continuidade das trajetórias profissionais dentro da pasta.

De forma sutil ou não, é relevante a capacidade que a Política de Assistência Social tem de conciliar omissões na sua gestão com processos de expansão, construindo conjunturas marcadas tanto por qualidade técnica e invenções (envolvimento dos movimentos sociais, trabalhadores e intelectuais na temática), quanto por retrocessos e engessamentos da pasta em todo território nacional. Nesse tensionamento, encontra-se um tipo profissional que nos interessa conhecer e problematizar, refletindo, portanto, sobre os processos subjetivos que permitem com que estes sujeitos continuem no trabalho, mesmo com ambiguidades que

interferem de forma significativa na sua vida pessoal, e ainda aumentem a sua militância diante dos persistentes momentos de berlinda vividos pela política pública no passar dos anos e dos governos.

A segunda parte deste trabalho busca explicitar algumas trajetórias que, assim como a de Maria, destacam-se quando apresentam outras motivações, construídas no percurso de vida, que tornam cada pessoa predisposta a se vincular ao trabalho social. A partir do conceito de “transversalidade”, da Análise Institucional, questionamos os enredos em que aparecem a religião, a família e a militância política/comunismo como elementos que ora trabalham para manter o instituído e a precarização da política de Assistência Social, ora investem para provocar irrupções instituintes.

No entanto, como veremos na segunda parte, a prevalência das instituições igreja e família, como exemplifica a trajetória de Maria, orienta um certo tipo de militância em que a postura geralmente acrítica, em muitos momentos, e sobretudo em relação ao seu próprio processo de profissionalização, vai determinar, na maioria das vezes, o sentido da prática, a motivação de cegueiras políticas e a manutenção do instituído em detrimento de rompimentos e de mobilizações coletivas. Ainda, pode orientar a construção de uma ética profissional pautada, muitas vezes, em uma “militância reativa”, a qual reduz a subjetividade ao próprio sujeito, em contraposição a uma “militância ativa” e compromissada com a potência do desejo, atenta ao saber do corpo e afinada com potências de vida (ROLNIK, 2016). Em seguida, tratamos da concepção de trabalho social para o grupo de trabalhadores pesquisado, na tentativa de mapear práticas e processos de subjetivação. Fomentamos, também, reflexões em torno do gesto profissional do trabalhador social, mapeando em quais processos de institucionalização a construção do saber-fazer se coloca e quais os efeitos traz, para a vida, o tipo de trabalho exercido pelos profissionais.

Na subseção “o corpo da política”, problematizamos os diversos relatos de adoecimentos trazidos pelos trabalhadores sociais para esta pesquisa, buscando relacioná-los às condições de trabalho, aos processos de institucionalização e à construção da sobreimplicação dos trabalhadores. Para finalizar, discutimos as diversas formas de resistência que se formaram em processos instituintes nos anos de trabalho dos profissionais na política de Assistência Social. Vida e alegria aparecem, sobretudo, na produção coletiva e autogestionária que marca a história do grupo na instituição.

2 CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

2.1 Análise institucional e os caminhos da pesquisa

O Movimento Institucionalista surgiu na França na década de 1970, fortalecendo e expandindo as ideias propostas por René Lourau e Georges Lapassade, ainda na década de 1960. O mês maio de 1968, momento de uma singular efervescência política na França, apresenta-se como moldura para compreendermos não só o momento histórico francês de contestação, como também um cenário mundial de fortalecimento das forças de controle e de dominação (Guerra do Vietnã, crescimento do capitalismo e das estratégias de consumo no mundo, regimes ditatoriais em diversos países da América Latina, entre outros) e um caminho de possibilidade para entender a natureza de uma teoria que propõe um radical exercício de desnaturalização e de reconhecimento tanto das condições de controle e de poder, quanto das possibilidades de criação e de liberdade.

Em maio de 1968, Lourau era professor assistente do departamento de Sociologia da Universidade de Nanterre, produzia uma tese de doutorado com Henri Lefebvre sobre Análise Institucional e vivia, junto com Lapassade, a experiência com grupos de estudantes visceralmente vinculados à luta por mudanças na educação pública e, posteriormente, na luta dos franceses, nas ruas, por um país com mais igualdade. Foi na Universidade de Nanterre, e a partir do grupo de estudantes ligados a Lapassade e a Lourau, que aconteceram as primeiras reivindicações estudantis de maio de 68. Em seguida, tais demandas logo se transformaram em uma luta coletiva com trabalhadores, intelectuais, militantes e outros grupos contrários às determinações de um Estado que não garantia aos franceses e aos imigrantes condições de vida afinadas com a perspectiva democrática perseguida pela história do país.

No que tange à vertente socioanalítica da teoria, a tese de Lourau (2014) é referência para caminharmos pelos conceitos que orientam a leitura e a construção do nosso problema de pesquisa. Mas, a título de informação, além da socioanálise de Lourau (2014), Baremlitt (1992) nos aponta as outras duas vertentes que compõem o Movimento Institucionalista: a “sociopsicanálise” de Gerard Mendel, cuja proposta se baseia no diálogo entre a psicanálise e o materialismo dialético; e a “esquizoanálise” de Gilles Deleuze e Félix Guattari, autores contemporâneos que estabelecem um arcabouço teórico que pretende pensar a micropolítica a partir do processo “produtivo-desejante-revolucionário” (ROMAGNOLI, 2014). No Brasil, a intensificação do Movimento Institucionalista ocorreu a partir da década de 1970, sobretudo

por influência de psicanalistas argentinos asilados em função da ditadura. Tomou corpo enquanto o país passava pelo período ditatorial e, em seguida, pela redemocratização. Com este percurso, historicizar o Movimento Institucionalista brasileiro é um desafio porque se apresenta “marcado pelo hibridismo, pela heterogênesse e pela polifonia do que pelo pertencimento exclusivo a qualquer sistema totalizante” (CUNHA; DORNA; RODRIGUES, 2006, p. 3). Sendo um movimento diverso em suas influências, as autoras apontam como sendo mais adequado para a história brasileira o termo “grupalismo-institucionalismo”, cuja ideia remete a uma variedade teórica que produziu um movimento singular.

A experiência de Belo Horizonte, significativa na história do Movimento Institucionalista, traduz parte da receptividade destinada à Análise Institucional pelos intelectuais brasileiros vinculados aos cursos de psicologia no país, provocando interlocuções e pesquisas que colaboraram para expandir seu corpo teórico e criar grupos diversos dentro e fora das universidades. Em 1972, René Lourau foi convidado para uma visita à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pelo então professor Célio Garcia, coordenador do Setor de Psicologia Social da FAFICH - UFMG, que havia estudado na França e voltado recentemente.

Lourau não aceitou o convite naquele momento, vindo ao Brasil anos depois à pedido da professora Heliana Conde. Em seu lugar veio Georges Lapassade acompanhado de um certo furor e entusiasmo para descobrir a Análise Institucional brasileira. A visita, para Cunha, Dorna e Rodrigues (2006), é considerada um analisador por revelar alguns detalhes do espaço cotidiano da academia naquela época e o encontro entre a comunidade universitária, que vivia tempos políticos de repressão e de controle, com a figura de Lapassade, que provocava tensionamentos por questionar, justamente, pontos delicados desse cotidiano que impedia o exercício pleno da liberdade de pensar e de agir.

O funcionamento do setor coordenado por Célio Garcia era considerado diferenciado, já que sustentava ares de liberdade e de defesa da autonomia, mesmo o país passando pelo período mais violento e repressor da sua história. A visita de Lapassade promoveu, além de tensões diversas, inclusive com o próprio Célio Garcia, discussões que abalaram a harmonia do grupo de professores e levantou questionamentos em torno das relações de poder, da repressão da liberdade sexual, da hierarquia de saberes e do esvaziamento das decisões populares no encaminhamento da gestão (CUNHA; DORNA; RODRIGUES, 2006). Provocador, Lapassade causava incômodos em professores que, embora compactuassem com a proposta libertária trazida pelo teórico, estavam acuados diante da perseguição de um governo ditatorial que investia em práticas de punições e de perseguições a intelectuais, artistas e militantes políticos das causas progressistas. Mais do que sinalizar o interesse da psicologia pela Análise

Institucional, a visita de Lapassade demonstrou uma abertura à discussão e à inclusão, no currículo do curso de psicologia, de temas caros ao momento histórico-político pelo qual passava o país.

Após a visita, as atividades de pesquisa tendo a Análise Institucional como referencial teórico e profissional (intervenções encomendadas) continuaram a acontecer. Dois anos depois, com a proposta institucional de se fazer mudanças na grade curricular, um movimento com características autogestionárias, que contou com a participação de discentes e docentes, discutiu adequações que contemplavam disciplinas importantes ao momento histórico pelo qual o país passava. Esse processo se estendeu por vários semestres colocando, sobretudo, o corpo discente, em condições de formação política e de participação efetiva na vida acadêmica (CUNHA; DORNA; RODRIGUES, 2006).

A experiência de Belo Horizonte nos aponta a vivacidade com que a teoria da Análise Institucional chegou ao país e como ela permanece necessária e adequada para se pensar os desafios da realidade brasileira. Neste trabalho, ela é pautada a fim de questionar a Política de Assistência Social partindo do pressuposto de que seu arcabouço teórico proporciona instrumentos conceituais e metodológicos que colocam as instituições como uma dimensão específica e importante do poder (LUZ, 2004), vertente pela qual, a nosso ver, as políticas sociais devem ser constantemente questionadas.

Com a função de ordenar a vida social, as instituições reproduzem discursos, sendo estes um conjunto de enunciados que provém de um mesmo sistema de formação, podendo ser clínico, econômico, psiquiátrico, da história natural, e constituído por um número limitado de enunciados para os quais se pode definir um conjunto de condições de existência (FOUCAULT, 2010). Se o discurso antecede e define os modos de vida, fala-se então de uma dimensão do poder. Com uma vocação libertária, o Movimento Institucionalista busca o questionamento das relações de poder, ao defender uma proposta autogestionária que se constitua a partir da liberdade para questionar e produzir, com o objetivo, portanto, de confrontar as formas de dominação sobre o homem (BAREMBLITT, 1992).

Questionando o funcionamento das instituições, construções discursivas em sua essência, a partir de uma análise dialética, a intervenção institucional proposta por René Lourau inova ao considerar que a instituição não se detém ao instituído, mas está entre “[...] a racionalidade estabelecida e os acontecimentos, desenvolvimentos e movimentos sociais que se apoiam implícita ou explicitamente sobre a racionalidade estabelecida ou a submetem à discussão [...]” (LOURAU, 2014, p. 157). A pergunta “por que instituímos?” é respondida por

Baremlitt (1992) a partir da ideia de que ao homem é destinada a experiência original da falta e do desamparo, exigindo então um trabalho na sua tentativa de existir enquanto sujeito autônomo e construir para si uma vida que faça sentido. Enquanto sujeito de desejos e de pulsões, não estando, de antemão, controlado por mecanismos psíquicos naturais, cabe à espécie humana institucionalizar o desejo a fim de que ele não seja apenas controlado, o que não garantiria o laço social, mas também que ele sirva ao processo civilizatório e, conseqüentemente, diminua o desamparo. Sustentadas na via da linguagem, as instituições estabelecem balizas que proporcionam controle e minimizam as possibilidades de destrutividade.

Levando em consideração o conceito de inconsciente proposto pela psicanálise, a Análise Institucional se dedica a compreender as relações que os indivíduos ou coletivos mantêm com a instituição, partindo do pressuposto de que há um movimento institucional regido por forças antagônicas, chamadas por Lourau de “instituído” e “instituinte” que, juntas, desenham um cenário abstrato. Se a instituição é a forma abstrata, a organização e o estabelecimento são a materialização das formas relacionais legitimadas pelo termo instituição. Lourau (2014) analisa as instituições a partir de Hegel, vendo nelas uma natureza dialética, em constante transformação e reformulação, delineando-se no jogo das negações do particular e do singular, cada momento se fundamentando na negação, na superação e na conservação do precedente. A instituição só vai existir no conflito dialético do campo de forças entre estes dois processos – instituído e instituinte -, revelando tanto situações de rigidez, quanto conflitos em que prevalecem a existência do novo. Nessa movimentação conflitiva por si, surgem processos de institucionalização rígidos ou maleáveis, dialógicos ou opostos que perpetuam a existência de uma determinada instituição.

Enquanto o instituído defende o estabelecido, pois mascara as contradições para assegurar a harmonia, justifica e legitima a existência de um determinado sistema social e reproduz relações sociais dominantes quando propaga que as instituições são necessárias e legítimas, o instituinte nega o instituído, busca sempre o novo e a mutação (LOURAU, 2014). O processo ocorre entre três campos de força: o da universalidade, força que se dirige para a estabilização, supremacia do instituído; o da particularidade, força que se dirige para a mutação, uma vez que possui condições para aflorar o instituinte; e o da singularidade, que é a institucionalização propriamente dita cujo produto, localizado em um substrato físico, traz uma organização funcional concreta. Nesse último, há presença do instituído e do instituinte.

Os efeitos desse processo são os “analísadores”, elementos da realidade social que manifestam as contradições. A partir da observação dos analisadores, pode-se desvelar o

conflitivo e desmascarar as contradições, pressuposto alinhado com a teoria do inconsciente freudiano de que existe algo oculto a ser revelado. Buscar os analisadores possibilita “[...] revelar a estrutura da organização, provocá-la, forçá-la a falar [...]” (LOURAU, 2014, p. 303), aflorando um processo institucional no qual se debatem forças instituintes e instituídas que trabalham ora a favor da dominação, ora a favor da liberdade criativa. Estes analisadores tanto podem ser provocados (construídos pela intervenção do analista institucional, por exemplo), como espontâneos, produzidos pelo grupo, pela cultura ou pelo cotidiano e orientadores de uma determinada forma relacional. No nosso caso, como partimos de um campo de análise e não de intervenção, demonstramos interesse em questionar o tema da Assistência Social a partir de um espaço conceitual. Sendo assim, nossos analisadores não surgiram de um trabalho de elucidação nas contingências de um processo coletivo, mas da reflexão a partir da implicação da pesquisadora e da análise dos dados de pesquisa construídos de forma continuada no contato com o campo e com os trabalhadores.

São caros a essa pesquisa os conceitos de implicação, sobreimplicação e transversalidade encontrados no bojo da teoria. Diferente da ideia de envolvimento ou compromisso, que rege as relações de trabalho no capitalismo contemporâneo, no contexto da Análise Institucional entendemos a implicação como o “conjunto de relações (libidinais, organizacionais e ideológicas) que se estabelecem entre os sujeitos e as instituições” (MONCEAU, 2012). Abandonamos a ideia de “instabilidade ideológica do implicacionismo”, cuja gênese social aponta para a inflação dos sentidos que remetem à noção de investimento, provocando um uso “voluntarista”, “produtivista” e “utilitarista” do termo (LOURAU, 1990), para seguir a perspectiva que nos aponta que a implicação não é uma escolha, ou seja, sempre se está implicado, sendo esta relação constitutiva e indicativa de sentimentos, acontecimentos e percepções (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008) que atravessam os processos de institucionalização e de subjetivação.

Sendo o oposto do ideal científico de neutralidade no campo da pesquisa, a análise da implicação envolve tanto a compreensão sobre a postura do pesquisador diante da análise dos seus dados, como a premissa de que é preciso observar o tipo de vinculação do sujeito com a instituição em um processo de intervenção ou pesquisa a partir da Análise Institucional. Sendo assim, a análise da implicação nos revela relações existentes, sejam elas conscientes ou não que, quando observadas, podem nos desvelar regimes de verdades e processos de subjetivação que atravessam o trabalho e o cotidiano institucional, produzindo práticas, ideias, crenças, vinculações ideológicas e outras tantas expressões que mantêm instituição e sujeitos

interligados e atuantes.

A “sobreimplicação”, quando analisada, remete-nos ao que Lourau (1990) chamou de “ideologia normativa do sobretrabalho”, um ponto cego na relação do sujeito com a instituição, um excesso que se apoia na implicação para produzir um além que não está, necessariamente, vinculado ao bem-estar daquele que produz o trabalho. Uma relação que pode desembocar no “[...] ativismo da prática, que pode ter como um de seus efeitos a dificuldade de se processar análises de implicações, visto que todo o campo permanece ocupado por um certo e único objeto” (COIMBRA; NASCIMENTO, p. 27, 2007). Portanto, como tentaremos ilustrar nesta pesquisa, a sobreimplicação aponta para o que Lourau (1990) chamou de “exploração da subjetividade”, estabelecendo uma relação de exploração, equivalente à do capitalismo sobre o homem apontada por Karl Marx quando discutiu o conceito de “mais-valia”, e que coloca o sujeito no “exercício da autogestão de sua alienação” (LOURAU, 1990).

Já o conceito de “transversalidade” foi, num primeiro momento, proposto por Félix Guattari, em 1964, ao problematizar a disposição ou não de um coletivo de se perguntar sobre os fantasmas inconscientes que o assombram e o fazem vacilar, ou sustentar, em sua capacidade comunicativa, os reais motivos do desejo. Para Kamkhagi (2010), podemos compreender a “transversalidade” como:

O lugar do sujeito inconsciente do grupo, o além das leis objetivas que o fundamentam, o suporte do desejo do grupo. Esta dimensão só poderá ser posta em relevo naqueles grupos que tentem assumir o sentido de sua *práxis*, e de instaurar-se como grupo sujeito, tendo que ser o agente ainda de sua própria morte. Aqui encontramos uma coincidência entre Guattari e Pichon, ou seja, a possibilidade de assumir a própria morte para poder assim dar sentido a sua vida. (p. 205)

Atravessam a implicação e a sobreimplicação do coletivo formas de pertencimento sociais e institucionais de cada sujeito - transversalidade (ALTOÉ, 2004), definindo, como aponta Lourau (2014), o fundamento da ação instituinte de cada um, do diálogo da autonomia com o exercício da coletividade e do reconhecimento das múltiplas linhas e dos campos de força que podem orientar o grupo em direções distintas. Se o grupo não reconhece as ideologias que atravessam sua forma de agir, prendendo-se à imagem narcísica e evitando toda a exterioridade, ele assume a posição de “grupo-objeto” (LOURAU, 2014). Mas, como aponta Kamkhagi (2010) o grupo sujeito reconhece a própria morte, constitui sua “Utopia Ativa”, constrói suas próprias leis e questiona a si mesmo durante todo o processo. Ser um grupo-sujeito ou um grupo-objeto passa pelo questionamento e pelo reconhecimento das condições de pertencimento que atravessam o indivíduo e o colocam a trabalho naquele coletivo.

Em favor de quê? Para quê? São perguntas que esta pesquisa fez para os trabalhadores sociais entrevistados, questionando as escolhas pela profissão, a forma como ela se desenrolou na trajetória de vida e a desnaturalização da premissa de que o trabalhador social deve incorporar a ideia de sacrifício em seu fazer profissional, já que o campo de atuação é, necessariamente, marcado por condições análogas ao sofrimento. Como vamos ver, a recusa em pensar a transversalidade, num campo de trabalho em que as relações sociais e a capacidade humanitária estão sendo sempre desafiadas, potencializa uma sobreimplicação em que as subjetividades e a construção da política pública são afetadas, a nosso ver, de forma significativa.

A fragmentação que marca o trabalho coletivo do SUAS Betim, relatada pelos trabalhadores, interroga-nos sobre as questões individuais, portanto, transversais, que contribuem para compor esse grupo e sua disposição. Se há algo em torno das características da Política de Assistência Social que contribuiu para que escolhas fossem feitas e para que processos de profissionalização fossem levados adiante, discutimos aqui que existem, também, características do campo que não só fortaleceram a sobreimplicação dos trabalhadores, gerando uma vinculação, como também potencializaram sensibilidades construídas na própria história individual e que podem ter definido a escolha pelo trabalho social. Refletimos se a experiência no trabalho social mobiliza crenças e afetos arcaicos que carregam em si ideais de pertencimentos que servem tanto à continuidade da política pública, como também à emergência de sofrimento e do adoecimento de muitos trabalhadores.

Se o trabalhador está ali, ele está, muitas vezes, devido a uma posição ética-política que não permite que ele se omita diante da desigualdade que o país sempre enfrentou, já que, como os trabalhadores mesmo apontam, não existem condições materiais (salário, benefícios, plano de carreira, espaços formativos) que sustentem o desejo de ser um trabalhador social no Brasil. Portanto, em alguma medida, nos processos de institucionalização, bailam condições desejanter e, muitas vezes, fantasiosas no qual não só o usuário pode ser “salvo” das mazelas advindas das injustiças sociais, como também o trabalhador se salva quando reafirma ideais individuais que, em vários momentos, refletem-se no trabalho coletivo, nos movimentos instituintes e no processo de socialização em si. Nesse cenário, o individual e o coletivo, a exterioridade e a interioridade estão em disputa, e o trabalhador assume, por meio do trabalho militante e apaixonado, uma surdez em torno de si. O campo de trabalho se esforça por não acordá-lo e, sim, construir estratégias que o enlacem, cada vez mais, na tentativa de que esta política exista, mesmo com todas as arbitrariedades, as corrupções e as omissões dos governos. Processos que

desvelam as tensões, os conflitos e as contradições existentes no cotidiano da Política de Assistência Social.

2.2 A pergunta: como alguém se torna um trabalhador social?

2.2.1 Entrevistas coletivas

Com meu olhar já deslocado para a relação sujeito-trabalho, organizamos uma segunda forma de acesso aos trabalhadores, depois da imersão no CREAS, por meio de pequenos grupos para a realização de entrevistas coletivas. Neste momento, o concurso público de 2001 foi utilizado como núcleo central para a promoção da reflexão e como dispositivo analisador. O concurso foi uma situação na qual a tensão de forças presentes na instituição emergiu, tendo sido uma experiência comum para boa parte dos participantes e, como nos mostra a história da construção da política na cidade, marco de um novo momento institucional agregador de mudanças significativas. Foram entrevistados técnicos que se vincularam à prefeitura a partir deste momento sendo, portanto, funcionários públicos efetivos, ou mesmo os que vivenciaram este período como contratados. Além disso, participaram de um dos grupos dois educadores sociais que, apesar de hoje possuírem curso superior, na época ou estavam cursando ou ainda não haviam ingressado na universidade.

A opção por entrevistas em grupo como estratégia metodológica, neste momento da pesquisa, respondia à tentativa de resgate das memórias afetivas e a um caminho de possibilidades para cruzar lembranças, afetos e informações que elucidassem memórias pessoais e coletivas, trajetórias profissionais e condições de trabalho que marcam não só a construção da política na cidade, mas também a vida das pessoas que participaram deste momento juntas. Tomar a reconstrução dos fatos a partir do relato dos técnicos valorizou o que, na fala deles próprios, tornou-se um propulsor para construir o trabalho: as relações. Numa perspectiva intersubjetiva, os participantes lembraram do cotidiano e das invenções para que um modo de fazer Assistência Social acontecesse.

A opção por entrevistas coletivas respondia a nossa expectativa de proporcionar condições de interlocução nas quais prevalecesse uma horizontalidade para o diálogo, além de trocas e de interlocuções que potencializassem a reflexão sobre o trabalho e proporcionassem motivação e elementos para retomar e compartilhar experiências passadas. Além disso, como já era sabido, o grupo pesquisado possui a característica de sustentar para si formas de trabalho coletivas e cooperativas e, a nosso ver, proporcionar uma estratégia metodológica que

potencializasse essa tradição relacional poderia nos trazer elementos mais significativos para a pesquisa. Além de um recurso para a distribuição do poder, esse tipo de entrevista proporciona condições para que os enunciados e as intervenções circulem para além do entrevistador, diluindo a hierarquia e dando condições para que o discurso circule de forma mais autônoma e rica (KRAMER, 2007).

Para operacionalizar os grupos, definimos como período da pesquisa o ano de 2002 ao de 2010, tempo dos dois governos do prefeito Carlaile Pedrosa e de significativo avanço na política de Assistência Social, tanto na cidade pesquisada, quanto no Brasil. Foi o período, também, em que a maior parte dos trabalhadores se inseriram, pela primeira vez, tanto na política de Assistência Social, quanto na prefeitura de Betim. Utilizamos como perguntas geradoras para o debate as seguintes tarjetas:

- a) quais memórias cultivamos do período de 2002 a 2010, dos dois governos do prefeito Carlaile Pedrosa, da realização do primeiro concurso público e do momento de crescimento da Política de Assistência Social de Betim neste período?;
- b) quais foram os momentos de resistências, invenções, singularidades e rupturas de que vocês se lembram?;
- c) como analisamos nossa implicação/envolvimento nesse momento específico de implantação da política?;
- d) como vocês avaliam o processo de institucionalização dessa fase? Como as forças de conservação conviveram com as forças de expansão?;
- e) do que vocês se recordam da “clínica do social”?;
- f) o que entendem por militância?;
- g) trabalho e vida: como nos constituímos nesse tempo?

A organização das perguntas geradoras partiu das lembranças da minha experiência como educadora social, das conversas prévias informais que tive com colegas que trabalham ou trabalharam em Betim nesse período e da leitura do artigo “Instituição Militância em análise” (VASCONCELOS; PAULON, 2014), no qual os autores problematizam a implicação dos trabalhadores que atuam na saúde mental, analisando inventividades e enrijecimentos na trajetória da luta antimanicomial brasileira.

Chamou a atenção a forma afetiva com que os técnicos aderiram ao chamado da pesquisa e se dispuseram a participar. O receio de não conseguir a disponibilidade de um grupo

significativo logo deu espaço para uma aceitação maciça e motivada. Dois grupos, inclusive, foram organizados sem a minha participação. Uma das participantes fazia parte, na época da pesquisa, da Gestão do Trabalho no SUAS e facilitou para que um grupo acontecesse no horário de trabalho. O outro foi realizado em uma sala de uma faculdade privada da cidade no intervalo de um evento em que estavam reunidos vários trabalhadores. Uma colega me informou sobre a oportunidade e se prontificou a organizar o grupo e fazer contato com as pessoas, que aderiam sem colocar nenhum impedimento. Um deles, inclusive, que não estava no evento, saiu do trabalho para participar da entrevista.

No início dos grupos, sempre apareciam queixas de que não havia memórias daquela época, de que talvez não pudessem ajudar tanto, mas que gostariam de colaborar de alguma maneira. Citavam a importância de se resgatar a história, de valorizar um trabalho que passa pelo sofrimento e, de certa forma, pela invisibilidade, já que a continuidade das políticas públicas é um nó que poucos políticos estão dispostos a enfrentar, uma vez que isso envolve assumir o atravessamento de questões político-partidárias e alianças na execução da pasta. Ouvi várias vezes que seria uma pesquisa útil, eles me parabenizavam e aparecia um respeito pela discussão ali proposta. Em alguma medida, percebi que resgatar a história dava sentido a ela e também valorizava o esforço empreendido pelos técnicos no decorrer dos anos, trabalho invisibilizado pelo descuido de não registrar, ou mesmo pelos efeitos da política partidária, que causam rupturas na gestão das políticas públicas que afeta diretamente a motivação dos trabalhadores.

A estratégia utilizada pelos profissionais para ativar a memória no início da discussão, de forma espontânea, foi lembrar e contar sobre o concurso e a chegada em Betim para trabalhar. Sobre a dinâmica dos grupos, como todos já se conheciam, e a maioria já havia trabalhado junto, não foi percebido nenhum incômodo em relatar histórias pessoais ou profissionais. A desenvoltura e a vontade de participar da discussão, o que me pareceu ali a construção de uma certa referência identitária e a preservação de uma história em comum que para todos tinha significado e importância, garantiu fluidez aos encontros. Os técnicos foram generosos quanto aos relatos pessoais, sobre seus adoecimentos relacionados ao trabalho, histórias da vida pessoal que se cruzam com a construção profissional e as especificidades do trabalho na Assistência Social.

2.2.2 A organização dos grupos

a) Grupo 1:

Local: Sala de uma escola técnica da cidade cedida por uma das participantes do grupo.

Participantes: Lorena, Luiz e Alice

Tempo de duração: 3 horas

A entrevista com o grupo 1 foi realizada com três pessoas, sendo que uma delas, Lorena, assistente social, já se encontrava aposentada e integrou durante todo o período da pesquisa o grupo de referência técnica que assessorava a secretária na gestão da pasta. Passou por diferentes períodos históricos na Política de Assistência Social da cidade. Alice, também assistente social, já havia sido contratada por um longo período, trabalhou um tempo também contratada no judiciário, retornou para a Assistência Social de Betim e passou em um concurso público da saúde recentemente. Atualmente, encontra-se lotada na Assistência Social no cargo de coordenadora da Proteção Social Especial. Luiz, psicólogo, estava, na época da pesquisa, na sua segunda licença sem vencimento.

b) Grupo 2:

Local: Sala do CREAS I

Participantes: Maria, Marisa, Neiva, Lourdes

Tempo de duração: 1 hora e 30 minutos

No momento da pesquisa, Maria estava na coordenação do CREAS I. Já havia assumido esse cargo outras tantas vezes e se mostrava como uma referência de trabalho e de militância para muitos de seus colegas, já que foi muitas vezes citada em diversos grupos. Marisa é educadora social (cargo efetivo) e formada em psicologia. Na época da pesquisa, ocupava um cargo comissionado e compunha o grupo de referência técnica da Proteção Social Especial. Neiva, psicóloga, e Lourdes, assistente social, embora respondessem à chefia do CRAS I, estavam atuando na Delegacia de Mulheres da cidade.

c) Grupo 3:

Local: Sala de reuniões da sede da Secretaria de Assistência Social

Participantes: Luíza, Cristina, Paula, Joana, Raquel

Tempo de duração: 3 horas

Luíza, psicóloga, que na época coordenava o setor de capacitação da SEMAS, facilitou a realização do grupo e viabilizou horário e local de trabalho. Cristina, psicóloga, no momento atuava na coordenação do Programa de Medidas Socioeducativas. Paula, assistente social, tinha a função de gestora do SUAS, cargo abaixo da Secretária. Joana, psicóloga, estava no momento coordenando a alta complexidade e Raquel, assistente social, atuava no grupo de referência técnica.

d) Grupo 4:

Local: Sala de aula de uma faculdade da cidade

Participantes: Lúcia, Lucas, Laura, Léia

Tempo de duração: 1 hora e 30 minutos

Lúcia, psicóloga, trabalhou na Assistência Social, mas optou por assumir um outro cargo efetivo na saúde. Lucas era educador social concursado, porém tinha um longo histórico de trabalho em cargos comissionados e de confiança. Formou-se, recentemente, em serviço social. Laura, assistente social, havia trabalhado na SEMAS sempre como contratada e estava, na época da pesquisa, atuando na saúde e em outro município. Léia, psicóloga, coordenava o Centro de Atenção à população de rua do município.

e) Grupo 5:

Local: Casa de um dos participantes

Participantes: André, Luiz, Júlia (não compareceu)

Tempo de duração: 3 horas

De última hora, Júlia avisou que não poderia comparecer mas, mesmo assim, foi mantido o grupo. Embora realizado apenas com uma dupla, ressaltamos a importância da

discussão estabelecida e sua contribuição para a pesquisa. Luiz já havia participado do primeiro grupo e manifestou o desejo de participar novamente, por isso foi incluído neste último. André também fez parte do grupo do operacional que assessorava a secretária na gestão da pasta. Psicólogo e psicanalista, tinha também uma trajetória de trabalho na saúde mental do município.

Quadro 1 - síntese dos técnicos entrevistados coletivamente

	Nome	Formação	Vinculação no recorte histórico da pesquisa	Situação Atual	Observações
1	Lorena	Assistente Social	Efetiva	Aposentada	Ocupou o lugar de referência técnica no período
2	Luiz	Psicólogo	Efetivo	Licença sem vencimento	
3	Alice	Assistente social	Efetiva	Coordenadora	
4	Lúcia	Psicóloga	Contratada e efetiva	Optou em trabalhar na saúde	
5	Lucas	Assistente Social	Efetivo	Coordenador	Cargo efetivo de educador social no período
6	Laura	Assistente Social	Contratada	Trabalha em outro município	
7	Andréia	Psicóloga	Efetiva	Atua como técnica na SEMAS	
8	Luíza	Psicóloga	Efetiva	Referência Técnica	
9	Cristina	Psicóloga	Efetiva	Referência Técnica	
10	Paula	Assistente Social	Efetiva	Referência Técnica	Compôs a equipe de referência técnica
11	Joana	Psicóloga	Efetiva	Referência Técnica	
12	Raquel	Assistente Social	Contratada	Referência Técnica	
13	Maria	Assistente Social	Efetiva	Coordenadora	
14	Marisa	Psicóloga	Efetiva	Cargo comissionado Referência Técnica	Cargo efetivo de educadora social
15	Neiva	Psicóloga	Efetiva	Atua como técnica na SEMAS	
16	Lourdes	Assistente Social	Efetiva	Atua como técnica na SEMAS	
17	André	Psicólogo	Efetivo	Exonerado	

Fonte: Elaborado pela autora.

2.3 Entrevistas individuais e a participação dos trabalhadores

A ida para a França, como parte da realização do doutorado, abriu possibilidades teóricas e metodológicas para se pensar o objeto de pesquisa por outros ângulos. Cheguei em Paris para um estágio sanduíche de um ano na Université Cergy Pontoise, tendo como orientador o professor Gilles Monceau, com reflexões advindas das entrevistas coletivas que havia realizado e com o intuito de, a partir da teoria da Análise Institucional, explorar ainda mais algumas questões como, por exemplo, os conceitos de militância, sobreimplicação e implicação.

Reli as análises das entrevistas coletivas no intuito de mapear analisadores e provocar minhas reflexões, novamente, em torno da fala dos grupos. Duas questões, em especial, saltaram aos meus olhos e me guiaram pelo meu percurso de estudo em solo francês. Primeiro, o fato de os entrevistados não separarem, com clareza, o trabalho e a vida fora dele, fazendo com que a vida privada e a pública ficassem sempre misturadas. Observei em seus relatos uma convergência entre os tempos dedicados ao trabalho social e à vida, misturando, do ponto de vista discursivo, seus tempos na instituição e em suas diversas dimensões da vida particular com o ofício de trabalhador social. Falar sobre o trabalho, durante as entrevistas, era impossível sem apontar mudanças pessoais e familiares, condições de moradia, filhos, investimento nos estudos e na carreira, além dos afetos que ligavam o percurso na construção da Política de Assistência Social com o curso da vida. Esta última observação apontava para um modo de trabalho distinto, com longas trajetórias na mesma instituição sem que houvesse rupturas, com formações profissionais que aconteciam, muitas vezes, no próprio ambiente profissional, com movimentos endógenos que geravam potência ao coletivo por um determinado período, mas, também, um certo isolamento e um fortalecimento curioso da força militante. Desta forma, ser um sujeito social e executar o trabalho na Assistência Social pareciam estar no mesmo patamar de investimento, sendo que o trabalho era apresentado a partir de um discurso afetivo, militante, marcado por um investimento particular e intenso. Neste momento, um primeiro analisador, o tempo, pôde ser eleito de forma a possibilitar um mergulho mais genuíno no material de pesquisa.

A outra questão, construída sobretudo a partir da minha própria implicação com o trabalho social, assim como as críticas que tive depois que saí dele, era a curiosidade de saber por que, apesar de tantos desafios significativos, muitos colegas continuavam. Eles transitavam, inclusive em cargos de chefia, em governos cuja ideologia precarizava, tanto quanto possível, a política de Assistência Social. A curiosidade era saber que tipo de afeto, de compreensão e de

ideologias individuais ventilava na implicação dos trabalhadores com o fazer profissional. Nesse sentido, levei em consideração que o fato do cargo ser estatutário era uma questão pertinente, sobretudo para os técnicos de nível superior que, com o tempo de trabalho, conseguiram um rendimento melhor do que aquele que conseguiriam se começassem de novo a carreira a partir de um novo concurso ou mesmo no setor privado. No entanto, não me detive nesse elemento que impediria, de antemão, explorar as outras dimensões do dinheiro, nosso segundo analisador, enquanto um elemento importante quando refletimos sobre a profissionalização do trabalho social no Brasil.

Por último, um terceiro analisador surgiu e orientou os próximos passos da pesquisa: existia, na lógica discursiva dos entrevistados, uma sensibilidade defendida enquanto pressuposto ético para o trabalho que, necessariamente, não parecia ter sido construída no encontro com ele. Constituíam-se, entretanto, como algo anterior, da história de vida, que causaria uma motivação, uma vinculação maciça com o fazer profissional e uma possível regressão do institucional para o pessoal. Nesse sentido, mostrou-se interessante pensar a construção dessa implicação/sensibilidade a partir do relato de história de vida de alguns dos participantes dos grupos, como descreveremos a seguir, como também analisar, a partir de documentos e dos próprios relatos, o que faremos na primeira parte desta tese, pistas que nos indicam o processo de institucionalização dessa sensibilidade e as possíveis contribuições para a construção da sobreimplicação dos trabalhadores com o trabalho social.

Com tais analisadores em vista, já na França, fizemos sete entrevistas com alguns dos participantes dos grupos das entrevistas coletivas. Como seria por Skype, o primeiro critério de escolha foi a disponibilidade para manusear o programa e a disposição para permanecer algum tempo em uma conversa à distância. Um segundo critério era contemplar tanto trabalhadores que haviam permanecido na Assistência Social, com interrupções e sem interrupções em seu percurso profissional, e outros que tinham deixado o campo e estavam atuando em outros espaços institucionais.

Havia o temor de que os profissionais não se dispusessem a outra entrevista, pois as coletivas tinham acontecido há pouco tempo: a maioria delas exigiu que eles se deslocassem pela cidade de alguma forma e dispusessem de um tempo considerável para realizá-las. Além disso, a exigência do *Skype*, num primeiro momento e num grupo com características que circunscrevem a vida e o trabalho na concretude da militância e não em espaços virtuais de organização, também gerava uma preocupação em torno da disponibilidade. No entanto, nenhuma das suspeitas se concretizou e os trabalhadores se dispuseram imediatamente, sendo

que os primeiros sete escolhidos atenderam prontamente ao pedido e não foi necessário eleger outros participantes. Com o *Skype* sendo uma impossibilidade para alguns, propuseram o uso do *Whatsapp*, com ou sem vídeo, como forma de manter a conversa e a garantia de participação. As conversas foram longas, com uma média de duas horas. Três delas aconteceram por *Skype*, três pelo dispositivo de vídeo do *Whatsapp* e uma pelo dispositivo de áudio do mesmo aplicativo. Apenas uma delas, a entrevista com a Joana, durou trinta minutos, já que, segundo ela, era o tempo que tinha devido ao excesso de trabalho. Com mais liberdade do que nas entrevistas coletivas, as individuais foram marcadas por uma disposição em relatar a história de vida, sobretudo nos momentos em que eram questionados sobre a infância, a juventude e sobre as escolhas feitas que levaram à opção de atuar no trabalho social.

Interessante observar que a motivação dos participantes se apresentou, durante esta fase da pesquisa, de variadas formas. Concluída a entrevista, os trabalhadores deram continuidade a suas reflexões através de novos áudios e escritas pelo *Whatsapp*. Por vários meses, recebi textos que demonstravam como ainda estavam sendo questionados pelo tema do estudo. Alguns pensaram a própria relação com a política pública pela primeira vez (geralmente os que ainda estavam envolvidos com o trabalho social) e outros retomavam a reflexão em torno dos prejuízos e dos ganhos em se trabalhar neste campo. Mas pensar a vida a partir da construção profissional foi para todos e para todas uma experiência significativa, como eles mesmos relataram. A exigência do método, que estabelece a proposta de entrevistas narrativas, foi facilmente aceita por todos os entrevistados, o que estabeleceu uma relação dialógica pautada na liberdade e em uma condução cuidadosa dos temas caros ao problema de pesquisa.

Importante ressaltar que uma das participantes, em especial, ficou particularmente tocada pela conversa que tivemos. No momento da entrevista, ao contrário de outros trabalhadores que, mesmo demonstrando motivação para o trabalho social, apontavam uma certa criticidade quanto às perdas pessoais que ele trazia, ela relatou poucos desafios subjetivos e um entusiasmo que chamou minha atenção. Como eu acompanhava o campo há algum tempo, na tentativa de compreender as movimentações políticas e as dos trabalhadores no novo mandato municipal que havia se iniciado, era sabido que sua permanência na chefia de uma gestão conservadora aconteceu depois de conflito e de ruptura com o grupo de efetivos que se negaram a continuar colaborando com a gestão de Vittorio Medioli, atual prefeito da cidade pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS). Empresário, nascido na Itália, vive no Brasil desde 1976, foi deputado federal pelo PSDB por quatro mandatos e eleito prefeito de Betim em 2016. Vittorio é conhecido por sua fortuna construída através da trajetória no setor de transportes, pela insistente carreira política e por uma forma de gerir o poder público marcada

pelo conservadorismo e por um caráter controlador e empresarial. Durante a pesquisa, era uma preocupação para os trabalhadores que haviam permanecido na pasta se continuariam na Assistência Social mesmo com todas as descaracterizações trazidas pelo novo governo, que promovia o distanciamento das políticas sociais da vertente dos direitos sociais e aplicava fórmulas administrativas marcadas por metas e por contabilizações que pouco se comunicavam com a vertente qualitativa da pasta.

Quando conversamos, Joana estava na coordenação da Proteção Social Especial no nível da Alta Complexidade, portanto, tinha sob sua responsabilidade os convênios com instituições e a gestão dos recursos humanos destes equipamentos. Para quem conhece de perto a política de Assistência Social, é sabido que esta frente de trabalho é exigente, já que impõe o controle de grandes montantes de recursos entre parcerias público-privadas, além da administração de pessoas que trabalham em instituições cujos problemas são, na maioria das vezes, complexos, uma vez que lidam com adultos, crianças e famílias institucionalizadas, geralmente por terem vivido situações de sofrimento e por enfrentarem novas circunstâncias de vida por vezes distanciadas das vontades pessoais, isolados de entes queridos e com capacidade reduzida de trânsito na cidade.

Joana havia assumido recentemente o cargo e estava sem a companhia dos antigos colegas que, em outras épocas, produziam resistências coletivas diversas. Aparentava um entusiasmo que eu já conhecia de outras épocas, mas que me pareceu, naquele momento, indicativo de uma cegueira produzida pela própria vinculação com o trabalho. Joana me disse frases como “[...] essa é a minha paixão, o que eu acredito de vida mesmo [...]” e:

[...] É o que eu acredito. Porque condições de trabalho, Betim deixou de dar há muito tempo para que a gente realmente crescesse e se desenvolvesse. Eu não tenho condição de trabalho alguma. A gente está há anos sem progressão, não tem mais plano de carreira, eu tenho quatro anos sem reajuste salarial. Nas mudanças de governo, eu digo que cada vez chega um povo mais louco que o outro. E eu não dou conta de romper [...]. (Joana - grupo 3)

Tempos depois, Joana me escreveu e aparentava sentir uma profunda tristeza. Havia se deparado com assédios e injustiças, além de condições de trabalho ainda mais difíceis do que as anteriores. A postura de onipotência de quem estava predestinada àquele trabalho, fazendo dele a sua vida, deu lugar a uma brecha pela qual escoaram alguns temores e sonhos. Fazer o mestrado como uma possibilidade de mudança profissional estava em seus planos, mas, ao mesmo tempo, não conseguiria manter os dois filhos sem o cargo e as horas extras que recebia pelo nível de coordenação.

Durante a escrita desta tese, nós nos falamos novamente. Joana estava sem as horas extras e havia saído da função devido às ameaças de outras chefias e aos assédios morais que persistiram. Foi transferida compulsoriamente para um setor que não queria, tendo sido negado o seu pedido. No nosso último contato, estava de licença médica do trabalho pelo psiquiatra por apresentar um quadro de depressão.

2.3.1 O método *Récit de Vie*

Fomos conduzidos ao encontro com a metodologia de narrativas de vida a partir da premissa de que a sobreimplicação, que se revela na vinculação com o trabalho social, pode ser construída no percurso da vida e não necessariamente no encontro com o trabalho e com suas especificidades. Para além disso, interessava também compreender, em termos de produção de subjetividades, como o trabalhador se vê naquela política, como ele age e constrói seu saber-fazer diante dos imperativos do trabalho social. Gostaríamos de entender como ele iria categorizar e narrar a sua relação com a instituição em suas dimensões inventivas e engessadas.

Estudar a vinculação dos trabalhadores à Política de Assistência Social poderia, mesmo que de forma parcial, responder a uma questão que se mostra um nó para as políticas sociais no Brasil e que, no cotidiano, apresenta-se, muitas vezes, a partir de uma dicotomia: a anestesia do trabalhador diante dos desafios que o trabalho impõe e que está diretamente ligada ao reconhecimento do sofrimento do outro; ou a completa entrega a um fazer que, em alguns momentos, cega e faz reafirmar uma postura assistencialista quando é preciso promover autonomia, crítica e capacidade do pensar político. Como entender, inclusive, uma prática que se fundamenta mais por uma ética que por uma técnica, como afirma os profissionais, sendo que os próprios trabalhadores acreditam que a falta de habilidades técnicas pode ser perdoada diante da postura ético-política de reconhecimento da injustiça social, da voracidade do capitalismo que vai de encontro ao crescimento da política pública, e dos prejuízos materiais e pessoais que o sistema econômico causa a uma parcela de pessoas.

Tais questões foram exploradas a partir do método *Récit de Vie* (BERTAUX, 2010). A proposta do método consiste em indagar percursos individuais a fim de descrever e de analisar fenômenos coletivos. Observar as práticas, de acordo com a metodologia, pode levar a compreender os contextos sociais nos quais elas se inscrevem, a acessar processos e a compreender “mundos sociais”. Nesse sentido, a proposta metodológica favoreceu o percurso reflexivo que visa a responder como alguém se torna um trabalhador social, além de indagar

sobre os mecanismos sociais que apoiam as lógicas intersubjetivas nesse processo de escolha e de profissionalização.

O método está baseado na etnossociologia, concentrando seu interesse em um determinado conjunto de pessoas que se encontram em uma situação social compartilhada. É um tipo de pesquisa indutiva, com caráter empírico, que constrói continuamente seu objeto a partir das interferências do campo de pesquisa. Sendo assim, não há a intenção de particularizar fenômenos ou enquadrá-los em modos de vida individuais, pelo contrário, a metodologia possui “[...] dimensão diacrônica: ela permite perceber a lógica da ação no seu desenvolvimento biográfico e as configurações das relações sociais no seu desenvolvimento histórico” (BERTAUX, 2010, p. 17). Nesse sentido, para além da apreensão de histórias individuais, há a possibilidade de compreender contextos sociais em que essas subjetividades se constituem, observando como estes sujeitos as criam ou repetem nos grupos sociais dos quais fazem parte. O projeto epistemológico do qual o método faz parte questiona como um indivíduo se torna um indivíduo, qual a relação dele com seus entornos políticos, econômicos, culturais, linguísticos, históricos, entre outros e, além disso, entre o indivíduo e a experiência temporal da sua existência (MOMBERGER, 2012).

Para Bertaux (2010), as narrativas de vida, como forma de coleta de dados, permitem identificar mecanismos e processos pelos quais os sujeitos chegaram a uma determinada situação e como alteram, superam a experiência ou permanecem nela. Fazendo um contraponto com a Psicologia, o autor pondera que não há ênfase na interioridade, e, sim, nos contextos sociais e no que eles proporcionaram em termos de experiência e de conhecimento prático. Com esta contribuição, e também levando em consideração a Análise Institucional, partimos de uma proposta que reflete sobre a produção de subjetividades, entendendo que a elas estão em constante relação com o mundo, em movimento e constituindo processualidades que ora são capturadas por formas rígidas e imanentes, ora se estabelecem em fluxos mutáveis (DELEUZE; PARNET, 1998). Assim, a vida se transforma em um “entre” que baila através da rigidez do instituído e da força do devir, estabelecendo nossa visão do sujeito como um ser eminentemente social, cuja interioridade está marcada, por vezes regulada, e também, permanentemente, convidada a rearranjar as forças exteriores que o afetam.

Nesse sentido, não está em pauta a tentativa de compreensão do sujeito em si, mas a de um objeto social em constante diálogo com os indivíduos e com seus cursos de vida. Apesar de termos as histórias pessoais como ponto de partida, a historicidade que pretendemos compreender em profundidade é a de um mundo social cujo narrador conheceu de perto,

constituiu a partir dele escolhas e processos de racionalização que podemos acessar através de descrições e da construção discursiva, as quais relatam sobre os saberes práticos que emergiram em momentos importantes do percurso de vida.

A temporalidade é uma dimensão particularmente importante da pesquisa biográfica. Através dela é possível demonstrar como a inscrição de uma experiência particular, narrada pelo sujeito em um determinado “tempo biográfico”, tem origem na percepção e na elaboração singular da relação com um mundo social (MOMBERGER, 2012). Nesse aspecto, sabemos o quanto a Psicologia não só tem contribuído, como também sustentado, enquanto ciência, a ideia do caso a caso, do valor da singularidade e da historicidade única que constrói cada sujeito. No entanto, nós nos distanciamos das premissas psicológicas nesta pesquisa por não delimitarmos nossa compreensão ao indivíduo, mas sim a um fragmento da realidade histórica e social cuja história individual contribui para relatar uma determinada situação. A experiência, nesse sentido, apresenta-se como uma categoria social na tentativa de descobrir o que existe de geral em cada caso particular (BERTAUX, 2010).

Uma outra vertente importante da metodologia é a sua dimensão diacrônica. Aqui se apresenta o exercício de compreender um fato na sua evolução no tempo, sem a necessidade de entender uma totalidade: importa-nos dimensionar o sentido biográfico, portanto, o da “escrita da vida” (MOMBERGER, 2012). Tecer a dimensão diacrônica de um determinado percurso pode promover o que Bertaux (2010) chama de possíveis “encadeamentos de causalidades”, na tentativa de compreender mecanismos sociais que tornem visíveis a forma com que determinado acontecimento pode ser constituído.

A entrevista, segundo Bertaux (2010), em primeiro lugar, deve convidar o sujeito a contar sobre sua própria vida por meio de questões que não restrinjam as respostas a binarismos, sendo que descrições densas são incentivadas. Valorizamos as descrições, como já foi dito. A entrevista deve convidar a esclarecer categorias utilizadas pelos sujeitos para nomear determinadas situações; promover reflexão e conter a narrativa sobre categorias eleitas pelos atores para explicar a realidade, esclarecer a distribuição do poder, de conflitos e de táticas utilizados nas relações; e, finalmente, dar visibilidade aos momentos do percurso de vida nos quais podemos encontrar bifurcações, ou seja, momentos de escolha em que o sujeito precisou optar por determinado caminho e não por outro.

A partir de uma análise compreensiva, Bertaux (2010) propõe ao pesquisador a experiência da imaginação e do rigor. Em relação à imaginação, cabe se sentir à vontade para construir representações mentais e discursivas das relações e dos processos narrados pelos sujeitos da pesquisa. O trabalho de imaginar pode dar ao pesquisador condições de mobilizar

recursos interpretativos, dando especial atenção ao familiar e lançando mão da economia moral para estabelecer um plano de relações entre o individual e o sócio estrutural. Nesta pesquisa, como ferramenta de apoio e após a análise das entrevistas e da construção das categorias, foram realizados diferentes quadros esquemáticos que estruturavam e aproximavam as narrativas, destacando as bifurcações e as temporalidades descritas.

O questionário, com perguntas exaustivamente refeitas e testadas, obedeceu ao critério de amplitude proposto e foi construído levando em consideração perguntas que potencializassem não só a reflexão sobre o trabalho, como a capacidade de narrá-lo e de avaliá-lo, assim como foi estabelecido a partir de três dimensões: a formação (escolaridade), a trajetória profissional e os aspectos relevantes da experiência de trabalho na Política de Assistência Social de Betim. Dadas as limitações de tempo e de objetivos, em relação a apenas uma entrevistada, como veremos a seguir, a entrevista foi aprofundada a ponto de se recolherem dados mais densos referentes à infância, à adolescência e aos primeiros anos da juventude. Apenas a Maria foram feitos mais questionamentos e buscou-se maior riqueza de detalhes na construção da sua vida pessoal e profissional na tentativa de localizar, a partir da sua história, e no contexto do seu percurso singular de construção da profissionalização no trabalho social, condições de surgimento, amadurecimento ou retrocessos da Política de Assistência Social no Brasil. Os demais entrevistados, apesar de citarem os primeiros anos de vida até a juventude, foram mais questionados sobre as primeiras experiências profissionais, a entrada na universidade até a chegada para trabalhar na prefeitura de Betim. Para todos os entrevistados, esclarecemos que sua narrativa estava sendo motivada pela nossa questão de pesquisa: como você construiu sua trajetória até chegar à escolha pelo trabalho social?

Abaixo, o roteiro das perguntas que foram feitas nas entrevistas. Questões mais específicas, relacionadas ao tema da pergunta principal, foram feitas de forma livre durante as respostas.

1. Fale um pouco sobre sua história de vida, infância, juventude e início da vida adulta.
2. Como foi a escolha pelo curso universitário e como foram as primeiras experiências profissionais?
3. Você poderia contar sobre a sua chegada em Betim, primeiros contatos com o trabalho e como foi se desenrolando sua vida profissional e pessoal nas diferentes fases vivenciadas?

No Quadro 2, a seguir, destacamos algumas características dos entrevistados.

Quadro 2 - Síntese dos técnicos entrevistados individualmente

Nome fictício	Idade	Formação	Tempo de Trabalho na Assistência Social de Betim	Vinculação	Interrupções	Situação atual
Lorena	57 anos	Assistente Social	23 anos	Efetiva	Atuou na Secretaria de Educação	Aposentada
Joana	42 anos	Psicóloga	16 anos	Efetiva	Nunca saiu da SEMAS	Atuando na Assistência Social de Betim
Luiz	45 anos	Psicólogo	12 anos	Efetivo	2 licenças sem vencimento	Atuando na Assistência Social de Betim
Luíza	41 anos	Psicóloga	11 anos	Efetiva	Atuou na Secretaria de Saúde e na Defensoria Pública	Atuando na Defensoria Pública
Maria	50 anos	Assistente Social	16 anos	Efetiva	Nunca saiu da SEMAS	Atuando na Assistência Social de Betim
Marisa	35 anos	Psicóloga Educadora Social	13 anos	Efetiva	2 licenças sem vencimento	Cursando mestrado
André	57 anos	Psicólogo	10 anos	Efetivo	Exonerado	Professor

Fonte: Elaborado pela autora.

3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DO MODELO BRASILEIRO À CONSTRUÇÃO DA CULTURA INSTITUCIONAL DA CIDADE DE BETIM

3.1 Primeiro momento: nasce uma militante

Quando Maria chegou à prefeitura para iniciar sua trajetória profissional como trabalhadora social concursada, era visível o respeito imediato que ela conquistou por parte da equipe de trabalho à qual eu também estava vinculada. Além de carregar consigo uma experiência em pastorais e em movimentos sociais que a colocava anos-luz de distância de todos que ali estavam e tentavam compreender o que era Assistência Social, ela transitava pelo grupo com segurança e, ao mesmo tempo, com uma delicadeza de quem parecia estar, finalmente, no lugar onde gostaria, com disposição e com uma presença forte que apontavam a verdade da sua vinculação e a energia para se envolver em um fazer no qual realmente acreditava.

A certeza da sua escolha pela Assistência Social, além de encorajar a todos nós, que não tínhamos a menor ideia do que estávamos fazendo ali, lançava luz para nossas inseguranças e desconhecimentos. Uma lembrança pessoal que tenho é a de que foi a partir das suas orientações que pude me acalmar diante dos adolescentes em situação de rua, entender aquela experiência como uma violação de direito e encontrar algum sentido para uma prática na qual eu não via a menor possibilidade de acerto. Suas orientações não eram teóricas, mas carregadas de propostas práticas, coerentes e claras. Suas reflexões, direcionadas para mim, eram educativas, ao mesmo tempo em que estava preocupada com as consequências que poderiam ter para aquele sujeito que seria por elas afetado. Sentia em Maria uma intensa responsabilidade, misturada com uma esperança, uma solidariedade particular e, ao mesmo tempo, com uma leve tristeza por tudo que assistia no trabalho e parecia querer mudar.

Como parecia disposta para toda atividade que a ela fosse atribuída, foi ganhando cada vez mais espaço e respeito, também por, com o passar do tempo, demonstrar coragem e segurança para enfrentar chefias, defender a política pública e os colegas. Sobretudo a forma com que se integrava às equipes, promovendo incômodos técnicos e éticos que impulsionavam continuadas reflexões, era, ao meu ver, uma particularidade interessante na relação de Maria com a Assistência Social. Sua solidariedade me salvou em momentos difíceis como, por exemplo, quando os Educadores Sociais do Espaço Asas da Juventude, equipamento que será

melhor detalhado a seguir, foram chamados para contribuir diretamente na campanha eleitoral da então secretária Regina Rezende, que pleiteava uma vaga na Câmara de Vereadores. Assustada com a minha primeira experiência no trabalho relacionada a questões éticas, e em meio a um cenário de pressão, recorri à Maria para ajudar a fazer valer a voz dos educadores que não queriam se envolver com a política partidária. Liderando um grupo de técnicos e solicitando uma decisão em conjunto, para que não houve retaliações, impediu que fôssemos coagidos a apoiar a campanha da futura vereadora.

Nesta pesquisa, foi uma das mais disponíveis para refletirmos sobre o seu trabalho. Seu curioso percurso de vida nos lança perguntas pertinentes para pensarmos sobre a vinculação dos trabalhadores com o campo da Assistência Social, as condições desta escolha e em que redes de significados esta opção se fortalece. A força com que se vinculou ao trabalho social fez com que insistíssemos em entrevistá-la de forma mais profunda e, no decorrer dessas conversas, aproveitar as “bifurcações” que lançaram Maria, e nosso olhar, para cenas fundamentais da construção da Política de Assistência Social no país.

Maria nasceu no estado do Mato Grosso, na cidade de Mirassol do Oeste, região que faz fronteira com a Bolívia. Filha mais velha de uma família composta por pai, mãe e dois irmãos, ela começou a estudar com oito anos, pois teve que esperar o irmão mais novo entrar em idade escolar para acompanhá-la no trajeto deserto até a escola. Anos mais tarde, seus pais compraram um sítio em um local ainda mais afastado do mesmo município e Maria, junto com o irmão, foi estudar em classes seriadas de uma escola rural.

Terminado o quarto ano na escola rural, Maria se viu no desafio de continuar seus estudos já que, sendo menina, não podia transitar sozinha, de bicicleta, como fazia o irmão. Com uma relação forte com a igreja, ela deu sequência à religiosidade herdada dos pais e tomou para si, já nessa época, com doze anos, o objetivo de ser freira. Diante da dificuldade em manter seus estudos, essa poderia ser uma possibilidade não só de exercer sua fé, como também continuar na escola. Mesmo entristecida por ficar longe dos pais, ela foi para um colégio católico considerado de elite para o contexto local. Como queria ser religiosa, seus estudos foram custeados pela congregação que a acolhera, no entanto, em troca do apoio que recebeu, limpava o colégio, as salas de aulas dos alunos e as dependências das freiras. Não suportou o sofrimento de lidar com tanto trabalho ainda na infância e de ficar longe dos pais, e pediu às freiras que a mandassem de volta para casa. Elas assim o fizeram: Maria voltou sozinha, e sem que os pais fossem avisados, para sua cidade.

Em uma segunda tentativa de concretizar o plano familiar de uma filha religiosa, ela foi acolhida pelas freiras da cidade em que morava. Logo depois, foi transferida para outro colégio

particular, também elitizado, de uma cidade mais distante. Diferente da primeira experiência, embora visse os pais apenas duas vezes por ano e continuasse dando sua contrapartida através do trabalho braçal de limpeza da escola, ela se sentia integrada ao grupo de alunas. Aprendeu a construir sua importância, que não passava pela classe social, como os outros, a partir do destaque que o mérito acadêmico poderia lhe garantir. Para isso, estudava de madrugada, escondida das freiras, em um lugar mais iluminado do convento. Construiu com as colegas de turma laços de solidariedade e de amizade que faziam com que o trabalho da limpeza fosse, mesmo que clandestinamente, dividido entre todas e ela pudesse estar mais descansada para os estudos.

Em Cuiabá, onde fez o ensino médio de 1983 a 1985, com o Brasil ainda no período da ditadura e governado pelo General João Baptista Figueiredo, estudou em escola pública, cursou o magistério e continuou vinculada a uma congregação religiosa ainda com o intuito de ser freira. Foi nessa época, e a partir da relação com a Igreja Católica, que Maria se encontrou com a militância pelas causas sociais. Durante a semana, estudava, limpava e ajudava nas atividades pedagógicas da escola; e aos finais de semana, a partir do vínculo com a igreja, aproximou-se do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, fundando em 1984. Passava os finais de semana junto aos acampados em atividades de formação e de inserção no movimento, em uma situação de imersão e envolvimento na luta por moradia.

Para consolidar seu objetivo de ser freira, Maria foi para um convento onde morou por três anos e se entregou à formação com afinco e também conflitos. Compreendendo a vida religiosa como a dedicação plena às causas dos mais pobres, enquanto permaneceu vinculada, questionou o trabalho da instituição em manter para as classes mais favorecidas um colégio considerado de alto nível. No entanto, apesar das divergências, terminou sua formação, foi reconhecida como freira e retornou para sua cidade de origem, agora como uma religiosa.

3.2 Segundo momento: intensifica-se uma militância

Um evento, em especial, produziu uma coesão importante para que Maria aliasse trabalho social e militância religiosa. No retorno para sua cidade, no ano de 1991, já freira, encontrou-se com um movimento de pessoas sem casa que cobravam da prefeitura um terreno e que tinham ações de construções comunitárias. Quando receberam a doação, a partir de um mutirão, todo final de semana as famílias se dedicavam a construir juntas as suas futuras casas. Para Maria, era uma experiência singular participar da luta junto àquele povo, talvez sua mais

intensa participação em um movimento social. Não só participou, como fez disso sua vida e seu trabalho durante um tempo considerável.

Compreender o que é o trabalho social a partir da vivência nos movimentos sociais foi um aspecto importante na trajetória de Maria. Movimento social entendido como a marca de uma ação coletiva cujas representações simbólicas de carência são construídas a partir de necessidades materiais e transformam-se em pautas políticas reivindicativas, o que gera coesão grupal, busca por mudanças em contextos de opressão e de injustiça e uma certa espontaneidade cotidiana que cria formas de enfrentamento em relação a um adversário comum (SCHERE-WARREN, 2008). A partir de Barembliit (1992), no contexto do Movimento Institucionalista, podemos localizar os movimentos sociais na gênese histórico-social, portanto, ligada aos acontecimentos históricos associados a fatos sociais concretos dos quais eles foram surgindo. Construção discursiva diferente daquela produzida pela gênese conceitual, cujo aparelho teórico próprio será reformulado pela própria prática. Nesse sentido, os movimentos sociais se ligam à gênese histórico-social pelo objetivo de se contrapor ao instituído, criando necessidades e demandas que aglutinam coletivos para lutar contra situações de omissão e de exploração.

Em nosso país, nos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980, os quais deram sustentação à Constituição da República Federativa do Brasil- CRFB/1988 (BRASIL, 1988), presenciamos coletivos lutando pela formulação e pela implementação das políticas públicas no Brasil, acreditando na diminuição da desigualdade e da exclusão social. Movimentos sociais que atuaram como forças instituintes e alcançaram a dimensão macropolítica das políticas públicas, que se tornaram instituídas. Dentre esses movimentos sociais destacamos: os movimentos de bairros e as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, como veremos a seguir, as articulações políticas no meio sindical e nos partidos, os movimentos estudantis e de docentes pelo pluripartidarismo e pela redemocratização, o feminismo, a anistia, os coletivos compondo novos arranjos de forças políticas ao atuarem em torno da futura CRFB/1988 e ao associarem diversos setores da sociedade (MONTEIRO; COIMBRA; e MENDONÇA, 2006)

Diante dessa pluralidade de movimentos, destacamos a história construída pela Igreja Católica no cuidado dos pobres, indicador de como foi possível moldar uma atuação que sinaliza o encontro significativo de Maria com o catolicismo enquanto um espaço simbólico para exercer a sua fé, mas também o espaço onde construiu suas primeiras sensibilidades para atuar junto aos pobres. Maria e sua história expressam uma tradição brasileira importante no contexto da construção das políticas sociais no Brasil. Num primeiro momento, que revela ainda hoje seus efeitos, a Igreja Católica assumiu no país a atenção aos miseráveis a partir de uma série de ações caritativas, cujo caráter de benevolência tomavam partido em meio a uma nação

com profundas desigualdades e ainda desorganizada politicamente para levar à frente pautas referentes à proteção social. Uma filantropia regulada pela igreja através de parcerias público-privadas que, mais tarde, foi assumida pelo Estado, mas nunca completamente a ponto de se tornar independente de tradições que giram em torno das ações beneficentes e disciplinadoras. Assim, “[...] podemos visualizar na trajetória brasileira fases e alianças: da filantropia caritativa à higiênica, disciplinadora, pedagógica profissionalizante, vigiada e de clientela.” (CRUZ; GUARESCHI, 2009, p. 17). Nesse cenário, gradativamente, os pobres e os indigentes transformaram-se em “assistidos sociais”, com o intuito de amparar a população socialmente desfavorecida.

O contexto histórico e político brasileiro de desenvolvimento do serviço social, ainda nos anos de 1930, enquanto campo de conhecimento, assim como as atividades que configuravam o trabalho assistencial desenvolvido no país, foi fortemente marcado pelas abordagens e por ações políticas advindas do movimento higienista e pela influência da Igreja Católica como forma de demarcar competências e atribuições (VASCONCELOS, 2000). Ainda segundo o autor, a escola de serviço social brasileira carrega em sua história uma forte influência dos serviços sociais belga e francês, incorporando em seus currículos disciplinas advindas do movimento de higiene mental, integrado de forma complementar a uma abordagem doutrinária católica.

Mestriner (2011) aponta que há diferentes formas de influência da Igreja Católica quando recortamos os períodos históricos e suas características. No período getulista, que vai de 1930 a 1945, assistíamos ao que a autora chamou de “filantropia disciplinadora”, ou seja, ações de proteção aos indivíduos, coordenadas sobretudo pela Igreja Católica, que visavam ao disciplinamento por meio de normas e de técnicas que serviriam a um futuro altamente industrial e de profundo domínio dos corpos, seja pelas mãos da ciência ou pela expansão do sistema capitalista. São ações dessa época a criação e expansão do cuidado para com as crianças em situação de risco, como orfanatos, creches, educação dos considerados “anormais”, entre outras.

Já no período de 1946 a 1964, chamado de Estado Democrático Populista, houve a criação de parcerias entre Estado e empresariado para o investimento na “Filantropia Partilhada Profissionalizante” e surge o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI). Nessa época, foram criados também os certificados de filantropia com o objetivo de afinar as relações entre Estado e

organizações da sociedade civil, indicando tendência à privatização e redução dos custos com as políticas sociais (MESTRINER, 2011).

No período da ditadura militar, de 1964 a 1988, quando Maria conhece os movimentos sociais e se envolve com eles, temos a criação da Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) - e a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), fruto do antigo código de menores, que tinha como objetivo acolher crianças e adolescentes, na época chamadas de “menores”, que estivessem em situação irregular, ou seja, vítimas de abandono e maus tratos ou autores de ato infracional. Todos, sem distinção da vulnerabilidade social a que estavam expostos, eram cuidados pelo Estado em uma situação de cárcere que, por anos, violou os direitos desses sujeitos.

O período histórico no qual Maria se envolveu com mais entusiasmo no carisma católico e no trabalho social, corresponde ao que Mestriner (2011) chamou de “a filantropia da clientela e do apadrinhamento” que, para a autora, corresponde ao ano de 1964 a 1985. Tempos de uma ditadura violenta no país, marcada por suspensão dos direitos políticos dos cidadãos, cassação dos mandatos parlamentares, eleições indiretas para governadores e dissolução dos partidos políticos. Em um contexto de repressão e miserabilidade de boa parte da população, a assistência aos pobres apresentava um caráter redistributivo, embora funcionasse a todo vapor em favor do crescimento capitalista. Desse cenário, surge o “racionalismo técnico” como forma de ocultar mazelas sociais. Ele só será repensado a partir das reflexões althusserianas e marxistas que se iniciavam na prática das assistentes sociais e nos cursos de serviço social. Enfrentar o racionalismo técnico foi uma das forças instituídas contra a qual os movimentos sociais, em sua gênese histórico-conceitual, lutaram e cuja luta influenciou diretamente o campo da Assistência Social.

Desse Estado assistencial e autoritário, surgem saídas de negação do discurso oficial via movimentos sociais, militâncias diversas e atividades marginais que questionaram o sistema vigente e apontaram um horizonte democrático a ser conquistado. Conforme Cruz e Guareschi (2009), o período de 1975 a 1985 foi de efervescência política. Maria não tinha clareza da complexidade política que tomava o país, mas já havia tomado uma posição que a colocava no seio dos movimentos de caráter progressista da época. E isso modificou a passos largos sua vida dali em diante.

Quando questionada sobre a forma como construiu as estratégias de trabalho junto ao movimento social de luta por moradia, ela nos explica:

Eu sou da época das CEBs, da Teologia da Libertação⁶, de Paulo Freire. Acho que o que me orientou teoricamente foi Paulo Freire mesmo. E minha vivência nas comunidades eclesiais orientou meu trabalho, essa premissa de ser em comunidade, de trabalhar a partir do concreto, a partir do que as pessoas estão vivendo, da realidade das pessoas, da vivência comunitária, nas faltas materiais, nas possibilidades que garantissem dignidade. Paulo Freire que fala desse concreto, da busca, da premissa de que todo mundo sabe e que todos têm com o que contribuir. Da possibilidade de aprendizado a partir desse concreto. Então acho que foi isso que me orientou lá no Mato Grosso e também nessa minha fase com a população de rua. (grifo nosso)

O envolvimento de Maria no apoio ao movimento social que lutava por moradia foi tão significativo que ela, a partir da insistência das pessoas que compunham o mutirão, também ganhou uma casa para morar. No entanto, apesar de querer viver ali naquele momento e continuar o trabalho social iniciado, como estava ligada à congregação religiosa como freira, não tinha autonomia de assumir o imóvel sem que fosse de interesse dos seus superiores “abrir uma casa” naquele local. Depois de muitas discussões, já que não era interesse do grupo religioso expandir suas atividades, no entanto, o fizeram, a casa foi estruturada, duas outras religiosas foram morar com ela e um tempo de pertencimento e de alegria começou em sua vida, como nos relata. Para ela, foi o melhor momento da sua trajetória, pois fazia, finalmente, o que queria e o que gostava. Aliou, de forma definitiva, trabalho social e vida religiosa, transformando todo seu cotidiano em uma imersão de fato, em envolvimento com a causa dos mais pobres a partir do carisma da igreja. Contou que dava aula em uma escola estadual da comunidade, conquistada através da luta coletiva e que, na verdade, era um galpão improvisado pelos próprios moradores. Não havia laje e nem mobiliário, era uma varanda com um telhado na qual crianças e professora, no caso somente Maria, ajeitavam-se para realizar as atividades. Era um envolvimento direto com o povo e sua luta, fazendo com que ela estivesse sempre próxima e participante das dores e das conquistas daquele coletivo.

Afinada com seu tempo histórico a partir da sensibilidade que a vinculava com o trabalho com os mais pobres, a aproximação com a prática das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que Maria desejava para a sua congregação, então conservadora e rígida, era o que havia de mais audacioso no processo de expansão da Igreja Católica latino-americana. Maria fez com que a congregação aderisse às premissas das CEBs, mesmo que de forma improvisada e não oficializada. As CEB's, na história do catolicismo, foram forças de organização político-

⁶ A teologia da libertação é um expoente do Cristianismo que nasceu na América Latina e se fortaleceu a partir da atuação de padres fortemente vinculados ao trabalho com os pobres. Dialoga com o campo científico e considera que o trabalho de evangelização deve acontecer em consonância com a luta pela igualdade econômica e política dos povos. Tornou-se um movimento religioso vinculado às lutas populares, colaborando substancialmente para a consolidação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Brasil - MST e encontrou, principalmente no marxismo, condições materiais para pensar a desigualdade (MENEZES NETO, 2007).

espiritual que se espalharam pelo Brasil e pela América Latina, produzindo feitos tanto na formação de pessoas sensíveis às causas sociais, como Maria, quanto na formação de lideranças políticas e religiosas que influenciaram a luta pelos direitos sociais.

Mudanças significativas aconteceram no cenário religioso católico a partir da década de 1960, o que promoveu uma virada no processo de institucionalização da Igreja Católica e, de forma especial, na América Latina, favorecendo o surgimento de outras formas de compreensão do mundo e edificando, a nosso ver, o que compreendemos atualmente como trabalho social na política de Assistência Social. O ponto de partida para as mudanças foi a realização do Concílio Vaticano II, entre 1962 e 1965, a partir da determinação do Papa João XXIII. As conferências realizadas pelos bispos pretendiam estabelecer novos documentos para a Igreja Católica que favorecessem o retorno e o aumento de fiéis, modernizando alguns pontos fundamentais da doutrina. Era o momento de rever uma igreja que se confrontava com seus primeiros sinais de crise e de migração de fiéis para outras religiões, entre elas as neopentecostais.

Logo em seguida, de 24 de agosto a 06 de setembro de 1968, foi realizada a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, na cidade de Medellín, na Colômbia. Um evento proposto na tentativa de pensar maneiras para se colocar em prática as decisões do Concílio Vaticano II, cujos efeitos incentivaram movimentos inéditos e significativos na história do catolicismo no Brasil e na relação da igreja com os movimentos sociais, a pobreza, a ditadura e a periferia.

Sader (1988) cita alguns acontecimentos que surgiram em São Paulo a partir da reforma da igreja proposta pelo Vaticano e pelo envolvimento peculiar dos religiosos da América Latina, indicando a efervescência dos movimentos instituintes da época:

- a) em 1970, Dom Paulo Evaristo Arns torna-se arcebispo de São Paulo e faz dos direitos humanos e do enfrentamento dos arbítrios do Estado Militar sua mais insistente luta. Com a morte de Wladimir Herzog, pelas mãos da ditadura militar, em 1975, fez um culto ecumênico na catedral da Sé, enfrentando de frente o regime;
- b) grupos espalhavam-se pelas periferias, muitos deles com o apoio da Igreja Católica, alfabetizando a classe pobre a partir do método criado por Paulo Freire, proibido pelo regime militar, e que contribuía, segundo o autor, tanto para a leitura das palavras como para a leitura do mundo, vislumbrando a possibilidade de expansão de consciências críticas e capazes de reconhecerem a opressão em que viviam e, por conseguinte, lutarem por condições de vida mais dignas;

- c) na Vila Rema, São Paulo, onde estava a agente pastoral Irma Passoni, uma comissão coordenava as atividades pastorais de oitenta paróquias e iniciava o trabalho de alfabetização através do método Paulo Freire;
- d) em 1973, novamente Dom Paulo Evaristo Arns coordena a “Operação Periferia”, envolvendo dezessete comunidades, com o objetivo de criar centros comunitários nos bairros pobres de São Paulo e ampliar a capacidade missionária da igreja;
- e) grupos leigos como “Universitária Católica” e “Ação Católica Operária” se ligam às lutas populares denunciando arbitrariedades e assumindo posturas políticas reivindicativas.

Iniciava-se uma efervescência de ações em torno do enfrentamento da pobreza e da formação de consciências políticas. A Declaração de Medellín vai propor a presença mais intensa e renovada da igreja na atual situação da América Latina, a união de clérigos e de leigos, e as concepções “povo de Deus”, em torno da “palavra de Deus”, e a ideia de “salvação” ganham um caráter imanente, ao colocar o “humano” como manifestação de Deus e apontar as carências materiais e estruturais como opressoras (SADER, 1998). Mas não só de sede de humanidade estava a igreja, como aponta Doimo (1995), havia também interesses a serem realizados que giravam em torno da ideia do “povo como sujeito” e da defesa da autonomia popular diante do avanço do totalitarismo e do liberalismo mundial. Criar corpos e organismos intermediários, como as organizações lideradas por leigos e pela sociedade civil serviria ao objetivo de “enxugar a estrutura interna e, ao mesmo tempo, revitalizar a sociedade civil – seu espaço, por excelência, de atuação – contra o avassalador crescimento do Estado” (DOIMO, 1995, p.81).

A “igreja oficial” abria espaço para a “igreja popular”, ressignificando o lugar do leigo no interior das suas ações:

[...] esta poderosa instituição altera profundamente a sua concepção de leigo, atribuindo-lhe um papel muito mais ativo e destacado na realização de “serviços” pastorais e até mesmo de “ministérios laicais”. Como fruto desta política interna, os tradicionais apostolados leigos, especialmente a Ação Católica, entram em abrupta decadência, enquanto crescem as novas modalidades de reflexão teológica, especialmente a Teologia da Libertação, e de organização, como as CEBs [...]. (DOIMO, 1995, p. 82)

A partir da ideia do “povo como sujeito da sua própria história”, surgem tanto a valorização do profissionalismo, dos programas de colaboração internacional e de organizações

não-governamentais voltadas para a “educação popular” (DOIMO, 1995), como as profusões das declarações de Medellín que sustentavam a ideia de “salvação” não mais como uma experiência individual, mas em comunidade, a partir de uma igreja que celebra a sua eucaristia e que “continuamente vive e cresce” (SADER, 1998). Com o vigor e as ideias progressistas advindas dos clérigos latinos, dentre eles o peruano Gustavo Gutiérrez e os brasileiros Leonardo Boff e Frei Betto, as CEBs foram uma expressão da capacidade da Igreja Católica da época para mobilizar e dar ao movimento, inclusive com um caráter ecumênico, fortalecendo o sentido popular da evangelização ao diluir e ampliar os poderes institucionais antes centralizados.

As comunidades eclesiais de base são:

[...] pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos [...]. São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares [...]. (BETTO, 1981, p. 7)

Como aponta Sader (1995), as CEBs, de acordo com as ideias discutidas em Medellín, deveriam ter um caráter de pertença e de solidariedade, levando seus membros a lutar por uma missão comum por meio de uma participação intensa e comunitária, em busca da salvação e vivendo a fé e o amor. Mesmo com números imprecisos, existiam por volta de oitenta mil CEBs em todo o Brasil, em 1981, espalhando-se primeiro na zona rural e depois nas periferias urbanas. Quanto a sua organização e condições de sucesso, conforme o autor, os grupos tinham um caráter flexível, sobretudo quando se tratava do número de participantes, que se organizava a partir da animação das relações primárias como espaço primordial de reconhecimento pessoal, além de acolher formas religiosas diversas e não ter se limitado às premissas eclesiais de base da Igreja Católica.

Em seu cotidiano, as CEBs ofereciam reuniões periódicas que variavam de acordo com o dinamismo do grupo. Estava presente, geralmente, um número de dez a trinta pessoas, que poderiam se reunir para refletir sobre trechos da bíblia, liturgias ou problemas diversos enfrentados pela comunidade. A expropriação da terra e o perfil de operariado cujo trabalho estava sendo explorado, são características comuns nos participantes que, ao buscarem a religião para apaziguar o sofrimento, encontram também “[...] um espaço de discernimento

crítico frente à ideologia dominante e de organização popular capaz de resistir à opressão [...]” (BETTO, 1981).

O método proposto se orienta pelas premissas do ver-julgar-agir. Reunidos em lugares da própria comunidade, depois das orações, o grupo relatava seus problemas de vida. O momento de “ver” ocorre quando são eleitos os problemas mais importantes do dia, seguido pelo momento de “julgar”, que seria a reflexão e a compreensão do problema relatado a partir da leitura e da discussão de partes do evangelho sugeridos pelo próprio grupo. O “agir” acontece em grupo, quando o coletivo encontra saídas para os problemas vividos e luta junto para resolvê-los. Os problemas não precisam ser, necessariamente, pontuais e resolvidos com rapidez. Como cita Betto (1981), não é um processo mecânico e linear, mas dialético e processual, que tem em sua natureza o despertar da consciência crítica, do reconhecimento da opressão e o favorecimento da libertação dos povos oprimidos diante da pobreza imposta pelo sistema capitalista e pelos detentores dos meios de produção.

As perspectivas marxista e freiriana marcam a constituição da proposta das CEBs. A análise crítica do sistema capitalista e as diferenças de classe e condições de vida que ele provoca, assim como o papel da classe operária, estão no horizonte de reflexões que devem atravessar o trabalho das CEBs e as discussões dos problemas específicos da comunidade. O caminho da reflexão e da ação acontece, portanto, pela metodologia freiriana, cuja ideia de *práxis* é central na busca da ação transformadora da realidade por meio do diálogo e da potencialização da consciência crítica. Para Freire (2013), um dos significados para *práxis* pode ser “a ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 2013, p. 136). Para Streck, Redin e Zitkoski (2016), explicando o conceito de *práxis* de Paulo Freire, há a vinculação do pensar, dizer a palavra e agir, movimento que pode criar uma consciência sobre determinada coisa, mobilizando também o sujeito a agir e a transformar. A ação seria a libertação da consciência que poderia gerar uma libertação social, ao convidar o sujeito a ver e a atuar na vida de forma a reagir e a mudar as condições de opressão. De modo dialético, não há, de acordo com Paulo Freire (2013), diferença entre teoria e prática, portanto, não existe palavra sem ação.

Além do conceito de *práxis*, Freire (2013), em sua obra, oferece um sentido para a ideia de compromisso para lidar com as questões sociais. Fez uma pergunta sobre isso: quem pode se comprometer? Questão por ele respondida nomeando algumas capacidades necessárias para um trabalhador social: a capacidade de refletir sobre si e sobre o mundo, deixar-se imergir na realidade em que se encontra, distanciar-se, admirar-se e comprometer-se. Para ele, somente é

capaz de comprometer-se alguém que se transforma, apropria-se do tempo que é seu e se reconhece como um ser histórico, vivenciando um tempo que exige ações concretas para que haja mudança, transformação. Nesse sentido, não bastaria ao trabalhador social apenas a competência técnica, ele precisaria estar comprometido ética e politicamente com os pobres, construindo um modo de trabalhar multideterminado e pautado por motivações consideradas nobres do ponto de vista da moral. No caso da história da Assistência Social brasileira, exemplificada pela vida de Maria, temos a moral cristã.

Compromisso político *versus* competência técnica foi um debate que nasceu no campo da educação com Mello (1982) e ganhou fôlego com outros autores como Nosella (1983), Saviani (1983) e em seguida Nosella (2005) e Prette (1990). Um debate sobre o dualismo dessas categorias lançou várias críticas em torno da formação e da atuação profissional não só de educadores, como de outros campos de atuação. Ainda no período ditatorial, discutia-se a dicotomia entre o educador-político e o educador-técnico (NOSELLA, 2005), ao se questionar o paradigma tecnológico assumido pelos governos militares e apontar a iminência de uma democracia que exigia uma nova postura dos trabalhadores sociais da época.

No centro do debate estava a polêmica em torno do vínculo entre neutralidade e objetividade e a afirmação, de vários educadores, de que toda competência técnica continha em si um ato político (NOSELLA, 2005). A partir da maturidade que ganhou o debate, pôde-se chegar a alguns pontos de unanimidade como, por exemplo, o fato de que a resposta às novas demandas postas aos técnicos exigia, de cada um, a ênfase não em uma ou outra posição, mas na articulação da competência técnica com o compromisso político, que poderia ser expressado na forma e no conteúdo do próprio ato pedagógico e fazer frente ao binarismo educação *versus* engajamento partidário, comum na época (PRETTE; PRETTE, 1990).

O compromisso do qual Paulo Freire falava não podia ser entendido como um ato passivo, mas através da ideia de *práxis*, ele deveria ser carregado de humanismo e de disposição para a luta e a mudança. A consciência ingênua não capta toda a realidade, mas a percebe parcialmente, muitas vezes, como algo impossível de ser mudado (FREIRE, 2013). O trabalhador social será aquele que, em seu cotidiano e em sua realidade concreta, entende que o seu “quefazer” ocorre na relação com os outros homens, contemplando os processos de mudança e de estabilidade pelos quais passa toda e qualquer realidade. Para isso, irá “[...] perceber as forças que na realidade social estão com a mudança e aquelas que estão com a permanência” (FREIRE, 2013, p. 48). Numa posição dialógica, de uma comunicação na completa horizontalidade, o trabalhador social deve optar pela mudança, evitando o

humanismo-tecnologia e construindo a sua humanização no encontro dialético e comunicativo com o outro.

Avistamos, a partir de Freire (2013), a ideia de um compromisso, que exige sempre uma movimentação concreta daquele que vê, alinhado, agora a partir do carisma católico, com a ideia de caridade, sacrifício, negação de si mesmo em favor de um outro que “precisa” de ajuda. Essa aproximação nos esclarece sobre um tipo de trabalho nas pastorais católicas que, a nosso ver, parece refletir na institucionalização das políticas sociais hoje, em especial da Assistência Social e, mais ainda, na vinculação dos trabalhadores ao ofício. A Igreja Católica se envolveu com a Assistência Social brasileira de várias formas e em todos os tempos, fazendo dela um meio de atingir fiéis e de promover caridade e evangelização, e, concomitantemente, produzindo um tipo de sensibilidade e de concepção do que seria o trabalho social no bojo dos seus processos. Como vamos ver, e debater mais adiante, Maria e outros trabalhadores nos mostram efeitos da prática católica na formação humana e religiosa, ficando difícil reconhecer um profissionalismo que não seja circunscrito, também, em crenças e afetos que, repetidamente, não passam pela racionalização do que é o trabalho e nem pelas condições políticas de sua execução.

No cenário político, Maria viveu junto aos grupos ligados às CEBs e aos movimentos sociais um tempo histórico que Mestriner (2011) chamou de “filantropia vigiada entre a benemerência e a Assistência Social”, e que corresponde ao período de 1985 a 1993. Em uma interessante linha do tempo, a autora aponta as contradições de um período em que a política nacional se encontrava pressionada pela inovadora e recente Constituição Cidadã, como era chamada por Ulysses Guimarães, então presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Havia, ainda nesta época, resquícios do período ditatorial, baseado no autoritarismo, com uma perspectiva tecnicista e populista das políticas sociais que ainda prevalecia.

Era o período da “Nova República”, em que o Congresso Nacional recebeu a tarefa de construir a Carta Constitucional, instaurando, portanto, a Constituinte a partir de 1985, e, de antemão, sem a tarefa de se constituir como uma Assembleia Nacional livre e soberana, já que os movimentos sociais não puderam compor o grupo em questão (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010). Apesar disso, o período histórico para o país rendeu disputas significativas na busca pela democracia e resultou em um documento final que, apesar de colocar, ainda hoje, inúmeros desafios, conseguiu impulsionar o fortalecimento dos direitos humanos e do Estado de Bem-Estar Social, além de recuperar os direitos dos cidadãos e das cidadãs brasileiras que estiveram em xeque nos últimos vinte anos em função da repressão.

Após a Constituição, fruto das mobilizações instituintes, Mestriner (2011) considera que se abriu uma possibilidade para que o país garantisse justiça social e equidade. Nesse sentido, pela primeira vez, a partir do tripé da seguridade social previsto na CRFB/1988 (Saúde, Previdência Social e Assistência Social) a Assistência Social foi legitimada como política de enfrentamento da pobreza e, com a construção de sua lei orgânica, poderia ganhar espaço institucional como política pública, afastando-se da tradição assistencialista e caritativa, como vinha acontecendo.

No entanto, o processo de abertura democrática em si, assegurado pela Constituição, não garantiu tão rapidamente condições para a instauração de políticas a favor da equidade e dos direitos sociais. Ainda seria preciso acontecer, na arena política, embates que confrontassem e conseguissem romper a tradição de um regime autoritário e autocentrado, promovendo abertura para outras formas de relacionamento entre Estado e sociedade. Além disso, eram necessários ajustes na economia de modo que o modelo de desenvolvimento atendesse aos investimentos exigidos para a expansão das políticas sociais, tomando o lugar das agendas prioritárias da ditadura que aumentaram, significativamente, a pobreza e a exclusão social no país.

No entanto, o que se viu não foi a ruptura com um tipo de organização política, no caso, a repressiva, mas negociações hierárquicas que prolongaram o poder das forças armadas e que impediram a consolidação com mais rapidez da democracia e de suas instituições. Ainda sob os efeitos da efervescência do “Diretas Já”, movimento que conquistou apoio popular e fortaleceu os movimentos sociais que lutavam por eleições presidenciais diretas no Brasil, assistia-se a um cenário de conflitos, cuja tradição autoritária competia com forças instituintes, energizadas pelos últimos acontecimentos, e que se organizavam em torno da luta pelos direitos humanos e a favor de uma representação significativa e atuante no contexto social da época.

Eleito pelo colégio eleitoral, Tancredo Neves morreu em 21 de abril de 1985, assumindo então José Sarney, que atuou até 15 de março de 1990. Seguindo o raciocínio segundo o qual Mestriner (2011) trabalha, Sarney não tinha a mesma aceitação que Tancredo, escolhido por deputados e por senadores como um líder para construir a Nova República, por isso, a questão social ficou prejudicada em meio a reformas institucionais feitas por um governo fraco diante dos desafios que precisava superar. No entanto, em meio às inseguranças políticas, o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República colocou como prioridade o enfrentamento à pobreza e à má distribuição de renda, prevendo uma mudança importante para a área social.

Uma nova perspectiva de Assistência Social surgiu desse primeiro movimento de organização da pasta em relação à democracia que nascia e precisava se fortalecer. Com um

ministério mais focado, surgiram os primeiros esboços técnico-políticos que colocavam o usuário como sujeito de direitos e que previam programas e ações a partir da racionalização de recursos, da descentralização político-administrativa e da valorização da participação da sociedade civil nas decisões. Com o destaque dado à Assistência Social como frente prioritária para o enfrentamento da desigualdade, aumentaram as expectativas de que, finalmente, o país se afastasse do modo assistencialista que até então usava para enfrentar os altos níveis de pobreza daquele período.

Mas diante de um impasse econômico que colocava, de um lado, os investimentos na área social e sua demanda de recursos e, de outro, os investimentos que garantissem aumento do emprego, da exportação, de pesquisa e tecnologia, ganhou o raciocínio econômico que insistia na separação de áreas para o equilíbrio financeiro. Por isso, a Assistência Social foi contemplada com ações de curto prazo, focalizadas e pouco interligadas, distanciando-se do movimento de efetivação dos direitos sociais como prioridade. Manteve-se, ao que assistimos ainda hoje, a força instituída de priorizar as questões econômicas em detrimento das sociais.

Com um texto constitucional que exigiu a criação de leis orgânicas para operacionalizar as linhas gerais da política, o segundo período do governo Sarney, por volta de 1988, foi contemplado por diagnósticos e estudos, por parte da sociedade civil e de trabalhadores, que viabilizassem a seguridade social. No campo da saúde, a VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, foi marcada por uma intensa participação da sociedade civil e pela elaboração da lei orgânica que operacionalizou o atendimento no território nacional. A Lei 8.080 (BRASIL, 1990a), que regula as ações e os serviços de saúde e estabelece o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), no território brasileiro, foi sancionada por Fernando Collor de Melo, presidente que assumiu após a saída de José Sarney da chefia do poder executivo, e primeiro a ser eleito pelo voto direto no país.

Para Mestriner (2011), a Assistência Social nessa época ficou como a política mais prejudicada, já que precisou esperar o envolvimento das universidades e das categorias de profissionais, como as assistentes sociais, para iniciar o seu processo de institucionalização rumo a um novo cenário democrático. Num movimento de fortalecimento das ações do Estado sob as iniciativas católicas, Sarney impulsionou o orçamento da Fundação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), principal órgão de ação social do governo, e favoreceu o surgimento de debates e pesquisas, em parceria com universidades, acerca da reestruturação da Política de Assistência Social no país. Assim, a LBA, criada em 1942, ano da institucionalização do primeiro *damismo*, como nos lembram Cruz e Guareschi (2009), retorna ao cenário

evidenciando a prevalência da velha política, mas, nessa época, carregada de esperança e já grávida das novas perspectivas de trabalho que em breve surgirão.

São os movimentos sociais ligados à Igreja Católica, como aquele em que Maria militava, outros sem nenhum credo, e as organizações nacionais e internacionais, que irão promover os constrangimentos necessários para que a questão social continue na pauta do governo. Exigiam-se a defesa dos direitos, a proteção integral de crianças e adolescentes, assim como de outros grupos vulneráveis, de forma definitiva e competente, no contexto de uma política pública que desafiasse a tendência de valorização do mercado em detrimento das questões sociais diante de um neoliberalismo agressivo que tomava conta do cenário mundial.

Em 1989, tomou posse o primeiro presidente eleito por voto direto – Fernando Affonso Collor de Mello. Era o início de tempos sombrios para a política de Assistência Social, que ainda precisava caminhar a passos largos para alcançar a democracia que parecia estar, finalmente, às portas do Brasil. Assumindo um país que definhava diante de um índice altíssimo de inflação, com oscilação econômica e desvalorização da sua moeda, Collor propôs um plano econômico que trocou a moeda de cruzeiro novo para cruzeiro, reteve poupanças e estabeleceu uma série de medidas provisórias que objetivavam a “inflação zero” e o início da “caça aos marajás”, slogan de campanha que indicava o fim da fatia do funcionalismo público que recebia salários exorbitantes sem trabalhar.

No entanto, com uma personalidade centralizadora e sustentando a ideia de salvador da nação, Collor afundou o país não só em uma recessão que fez despencar os índices de emprego e de salário, como também promoveu uma história de corrupção para o país. As políticas sociais foram abandonadas pelo governo, ocupando, novamente, o lugar clientelista e invisível que tentava abandonar a partir da promulgação da Constituição Federal, da ação de intelectuais e de movimentos sociais. Assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990b), marco na proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros, e a Lei Orgânica da Saúde, já sancionada nesta época, tiveram suas operacionalizações negligenciadas pelo novo governo e sobreviveram graças ao caráter legal e aos investimentos dos movimentos sociais.

A forma patrimonialista e coronelista com que a Assistência Social foi manipulada (MESTRINER, 2011), revela o engessamento da pasta neste período e o atraso considerável na sua regulamentação. Nesta época, a primeira-dama Rosane Collor e seus familiares estavam à frente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), órgão federal com um bilhão de orçamento anual destinado às ações socioassistenciais :

Após alguns meses de gestão, no início de setembro de 1991, em duas reportagens devastadoras, o *Jornal do Brasil* publica todos os desmandos perpetrados pela primeira dama, comprovados por documentos fiscais, obtendo com isso sua demissão dias depois: inúmeros favorecimentos a empresas e instituições fantasmas, por meio dos quais fez jorrar as verbas federais para as mãos de parentes. Verbas milionárias da LBA foram para membros da família Malta, a mais rica de Canapi (município a 270 quilômetros de Maceió) e com 54 membros integrados à máquina do empreguismo alagoano. Só Pompílio Alcântara Brandão Neto, irmão de Rosane, recebeu 59 milhões de cruzeiros para fornecer água em carros-pipa no combate à seca, não dispondo de nenhum equipamento para tanto e nada fazendo. A construtora Malta (de propriedade da prima do pai de Rosane Collor), em Mata Grande (outro município da região) recebeu 35 milhões com o mesmo fim. Tal construtora, estando fechada, teve instalada no local a Associação Frei Damião, que só distribuiu remédios grátis, mas nunca água. A cunhada de Rosane Collor, dirigente da Associação Pró-carente de Canapi, obra fantasma, recebeu 110 milhões de cruzeiros para promover cursos de corte e costura, criação de cabras para leite, nada realizando. (VEJA, 1991 apud (MESTRINER, 2011, p. 204).

No ápice do sucateamento do país e das políticas sociais, o que tornou o período de transição democrática traumática para o Brasil, em 1992, o presidente Fernando Collor de Melo sofreu um *impeachment* com amplo apoio popular e dos parlamentares. Denúncias de corrupção e de favorecimentos explodiram na mídia, tornando o então “caçador de marajás”, que se personificava em uma figura arrogante, aquele a quem os brasileiros confiaram o estabelecimento da democracia, no primeiro líder político do Brasil e da América Latina a ter o mandato cassado. Num cenário político complexo, Collor foi denunciado pelo próprio irmão, Pedro Collor de Melo, e o processo resultou na revelação do “esquema PC Farias”, nome em alusão ao braço direito de Collor e tesoureiro da sua campanha, Paulo César Farias, que com o apoio de vários parlamentares, ministros e governadores, desviou mais de 1 bilhão de cruzeiros do governo a partir de um esquema que desviava verbas públicas de contas fantasmas. No desenrolar das investigações, em 1996, PC Farias e sua namorada foram encontrados mortos, incluindo ao momento histórico outro acontecimento em um país que já se encontrava traumatizado economicamente e eticamente. Num primeiro momento, o laudo médico atestou suicídio para, logo em seguida, descobrir-se que o então legista do caso, Badan Palhares, havia recebido quatro milhões de reais para alterar o resultado, o que mudou o rumo do caso para o de um suposto assassinato.

Mesmo com toda esta turbulência, o país ainda tinha como tarefa sustentar e avançar em seu regime democrático, tendo, como aponta Mestriner (2011), menos médicos por habitante do que o Vietnã, a Líbia ou o Egito e um índice de mortalidade infantil superior ao Zimbábue e a El Salvador. Além disso, 75% da população vivia, neste período, no limite da miséria e o país contava com 20 milhões de analfabetos. Itamar Franco, vice de Fernando Collor, assumiu a presidência da república com todos esses desafios. Ele permaneceu de 02 de outubro de 1992

a 01 de janeiro de 1995, constituindo um governo disperso, com novas denúncias de corrupção e que mantinha um índice de inflação insuportável para o cenário econômico do país. Com a entrada de Fernando Henrique Cardoso, próximo presidente a assumir a nação, a estabilização econômica foi provisoriamente conquistada a partir do plano real e do reajustamento do valor da moeda com relação a outras do cenário internacional.

Já Maria, ainda morando na comunidade, e depois de brigas políticas com a prefeitura local, foi demitida da escola em que trabalhava. Mobilizada pelas lutas por moradia, decidiu, em 1995, fazer o curso de Direito em Belo Horizonte. A congregação, novamente, abriu uma casa na capital mineira para abrigá-la e também a uma outra jovem, freira, que queria cursar Psicologia. Chegando na nova cidade, Maria se envolveu com a população desabrigada e passou uma semana morando nas ruas de Belo Horizonte. Seu fascínio pelo trabalho rendeu uma contratação pela Pastoral de Rua e a garantia de algum dinheiro para viver naquela nova e desconhecida cidade.

Era o período da gestão do governo de Patrus Ananias (1993-1996), prefeito pelo Partido dos Trabalhadores e apoiador dos movimentos sociais e da construção dos espaços coletivos para proposição e avaliação da política. Uma das marcas de sua gestão foi a implementação do Orçamento Participativo, forma de garantir que as decisões tivessem participação popular e fossem acompanhadas com interesse pelas comunidades. Além disso, Patrus Ananias, sustentando os princípios ideológicos do partido, investiu nas políticas sociais e garantiu uma ampliação da pasta. Com um histórico de militância e de sensibilidade às políticas de inclusão, Patrus, anos depois, assumiu o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome durante os dois mandatos do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Com isso, como veremos a seguir, comandará, com abertura para a participação popular e para os órgãos de representação das categorias profissionais, a criação e a ampliação do SUAS para o território brasileiro.

Maria já navegava com entusiasmo por mares propícios à militância na capital mineira, quando descobriu o curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). O curso, que não existia no Mato Grosso, era desconhecido por ela e fez com que ressignificasse a opção pelo Direito. Ingressou na PUC Minas em 1996, e considerou que todo seu curso de graduação em Serviço Social foi feito a partir da ótica do trabalho com a população de rua. Com isso, negou-se a frequentar estágios no serviço público e em outras frentes que não àquela pela qual estava seduzida.

Nesse meio tempo, o trabalho com a população de rua continuava cotidiano, e ela o fazia sempre a partir de um caráter participativo. Utilizava a metodologia das rodas de conversas para

acessar os moradores, para discutir questões e para construir alternativas. Para Maria, em linhas gerais, o trabalho consistia principalmente em mobilizar os usuários, organizar as demandas, sistematizá-las e elaborar projetos que visibilizassem tais acordos. Isso exigia a criação de vínculos duradouros de confiança, por isso a disposição de estar com eles embaixo dos viadutos, lugar preferencial para se estabelecer moradias, fazer comida junto, comungar das diferentes lutas num exercício de corpo a corpo. Era uma aproximação tão forte que, quando um morador de rua sofria alguma violência, passava mal ou tinha alguma outra urgência, ele ia na casa dos profissionais que trabalhavam na Pastoral de Rua, como a própria Maria, como primeira opção para pedir ajuda. Nas rodas de conversa, havia um trabalho cuja proposta era mostrar como as pessoas viam a cidade, como a percebiam, como eram os sonhos em relação a este espaço, qual a vinculação e o desejo que mantinham com o local habitado. Maria relatou uma lembrança significativa que foi a sua participação em um amplo diagnóstico que tentava avaliar a relação de pertencimento das pessoas com os viadutos nos quais elas moravam, e qual seriam as intervenções possíveis junto a essa população. Neste momento em especial, considerou que conciliou o trabalho com sua disposição para investir na luta por moradia, já que uma das principais demandas de boa parte dos moradores das ruas de Belo Horizonte, nesta época, era conseguir uma casa regularizada, ou mesmo ter o espaço onde morava reconhecido como um lugar habitado e digno de reconhecimento legal.

Ao mesmo tempo em que se vinculava às pessoas acompanhadas, tentando construir algum tipo de continuidade na atenção, o trabalho realizado por Maria exigia uma interface com o poder público na tentativa de viabilizar demandas. Surgiu, na época, o programa de alugueis sociais que exigia, dos técnicos, um trabalho que promovesse, de forma humana e a partir de um plano construído em conjunto com a população assistida, a saída da rua e a vinculação com o novo espaço de moradia: mais formalizado e com exigências que, para aquele público, eram ainda inéditas e desafiadoras.

Depois de se mudarem para as casas mantidas pela prefeitura, eram muitas as dificuldades de adaptação à nova forma de vida. Assembleias quinzenais e que garantissem uma discussão coletiva eram a estratégia prioritária para o acompanhamento dos moradores. Entrava na pauta o debate sobre os pontos de fragilidade na convivência, as necessidades estruturais das novas moradias, a vinculação dos filhos na escola, a vinculação das pessoas com o novo território, na vida comunitária e na rede pública de atendimento. Maria ressalta que toda a construção do acompanhamento, seja na rua ou depois de encaminhamento para as casas, ocorria a partir da demanda concreta dos usuários e sempre de forma coletiva. Havia, ainda,

aqueles que queriam permanecer na rua e era preciso construir outras alternativas criativas para garantir a sua proteção e os seus direitos sociais.

O caminho para viabilizar a política para a população de rua era justamente o Orçamento Participativo e o contínuo processo de diálogo e de sensibilização de autoridades políticas e de movimentos sociais que apoiavam a luta. Uma das demandas mais significativas da época, e que foi atendida a partir desse mecanismo de participação social, foi um posto de saúde exclusivo para a população de rua na cidade de Belo Horizonte. E também, adiantando o que a política do SUAS iria propor anos depois, já era reivindicado pelos trabalhadores e pelos usuários o Centro para a População de Rua, hoje previsto nos documentos governamentais e chamado de Centro POP⁷.

O Centro, dentro do projeto da época em que Maria atuou na Pastoral de Rua, poderia ser utilizado pela população que não queria necessariamente ir para uma casa, mas precisava tomar banho ou descansar, por exemplo. Também nesta época surgiu, nas reuniões do Orçamento Participativo, a ideia da República como alternativa possível para o trabalho, respeitando o desejo dos usuários de saírem, provisoriamente, da rua, mas podendo voltar quando desejassem. Com a proposta da República aceita na votação, e sua posterior edificação, coube aos trabalhadores construir com os usuários as regras para a nova instituição.

Nesta época, na contramão das prioridades sustentadas pela gestão de Patrus Ananias, em Belo Horizonte, na qual Maria vivia as alegrias da militância em uma cidade governada por uma gestão de esquerda, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), então no seu segundo ano e primeiro mandato, aprofundou uma agenda neoliberal iniciada no governo de Fernando Collor. Mestriner (2011) vai, novamente, problematizar a questão da tradição filantrópica no país, nomeando o período de 1994 a 2000 como “a filantropia democratizada”. Em relação à política de Assistência Social, foi um período orientado, sobretudo, pela formulação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e por sua difícil organização. Além disso, foi o momento de priorizar a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 2001), criada em 1993, e que determina em seu texto a Assistência Social como um sistema descentralizado e participativo, composto pelo poder público e pela sociedade civil, enquanto legislação que deveria orientar o que poderia ser, finalmente, a estruturação da pasta no país de forma menos arbitrária e mais condizente com o enfrentamento da pobreza.

⁷ Hoje definido pelo SUAS como espaço de convivência que deve ser referência para a população de rua com o objetivo de desenvolver atendimentos individuais e coletivos, encaminhamentos para a rede especializada, para oficinas e outras atividades que favoreçam a garantia dos direitos sociais a este público, que tem suas especificidades.

O período a partir do ano de 1994, um ano antes da posse de Fernando Henrique Cardoso, assim como todo o período que compreende o mandato do então presidente, foi marcado pela estruturação do CNAS. Instituído pela LOAS, é um órgão de constituição paritária, cujas atribuições são fiscalizar e propor a política pública de Assistência Social de forma continuada e programática. Organizar o Conselho neste momento histórico do país, cuja competência principal foi aprovar a Política Nacional de Assistência Social – PNAS- e seu orçamento anual, era favorecer a constituição da política pública nos moldes da lei orgânica, balizando sua construção a partir do que foi definido no item Seguridade Social da recente Constituição.

No entanto, como nos aponta Mestriner (2011), seu processo de estruturação exigiu amplos acordos, bem como a busca por consensos e o enfrentamento da velha política que rebaixava a Assistência Social, ainda, a um lugar de menor importância. Aqui apresentado de forma sucinta, mas trabalhado em detalhes pela autora, o CNAS lidou, neste primeiro momento, com a falta de infraestrutura, com a resistência à participação por parte da representação estatal, com a desconsideração pela sua legitimidade na definição da política pública e com a complexidade das suas competências, que impunha aos poucos conselheiros os trabalhos burocrático, legal e técnico.

A questão da filantropia, uma das principais formas de atendimento aos pobres, que sempre atrasou a promulgação de uma política de fato democrática, foi um nó para os conselheiros desta época e assim ainda permanece no cenário das políticas sociais até hoje. Duradoura, essa prática instituída criou a tradição do Estado de terceirizar a proteção social dos grupos vulneráveis para a sociedade civil, seja por potencializar e financiar ações da igreja e de organizações não governamentais, e até mesmo ao fazer disso um balcão de negócios e de transações de volumes consideráveis de recursos. Princípios, como os da caridade, dominaram um cenário mantido ao mesmo tempo por interesses privados e públicos, tornando a Assistência Social a política da “ajuda” e também de interesses diversos:

[...] A igreja católica, que tradicionalmente dominou o setor da filantropia por intermédio das suas congregações religiosas, apoiada pelas novas teses trazidas pelas encíclicas papais, investiu nessa aliança nos momentos estratégicos de crise, de forma a expandir sua doutrina e seu poder. Com sua “força disciplinadora”, colaborou também para o abrandamento das pressões populares, disputando subliminarmente com o Estado o controle social e ideológico sobre a sociedade [...]. (MESTRINER, 2011, p. 286)

Não é coincidência, portanto, que Maria, e tantos outros trabalhadores das políticas sociais brasileiras, tivessem suas primeiras experiências e sensibilidades construídas no

contexto da Igreja Católica ou em uma de suas várias ramificações da época. Ingressar no campo da assistência aos pobres, por intermédio da subvenção estatal (MESTRINER, 2011), e mediado pela participação da Igreja Católica, foi uma realidade que vigorou no Brasil por vários anos. Com isso, existiam alguns tipos de combate à pobreza, bem como o oferecimento de subvenções, ao mesmo tempo em que se fortalecia e se garantia a existência do catolicismo e de suas doutrinas no bojo da sociedade brasileira.

Mestriner (2011) nos aponta outras informações que elucidam o contexto político da época. Quando Fernando Henrique Cardoso tomou posse, em 1995, ele extinguiu a LBA e o Ministério do Bem-Estar Social. Com isso, criou-se a Secretaria Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) e uma tensão política impossível de passar despercebida, já que existia resistência do Estado em considerar o caráter deliberativo do Conselho, bem como a convocação da urgente e importante primeira Conferência Nacional de Assistência Social prevista na LOAS.

No entanto, mesmo com o Estado temendo seus efeitos, a Conferência Nacional, intitulada *Assistência Social – Direito do Cidadão, Dever do Estado*, aconteceu entre 20 e 23 de novembro de 1995. Entre suas deliberações, estava o estabelecimento do comando único para a política de Assistência Social, como determina a LOAS, além da fixação de 5% (pelo menos) do orçamento da Seguridade Social para o financiamento da Assistência Social. Em 1997, com um CNAS ainda desorganizado e sem legitimidade, porém mais consciente das suas atribuições, aconteceu a II Conferência Nacional de Assistência Social, intitulada *O Sistema descentralizado e participativo da Assistência Social: construindo a inclusão e universalizando direitos*, que se debruçou na avaliação do sistema descentralizado, no orçamento, no financiamento e na forma como era feito o controle social nas três esferas de governo.

Em 16 de dezembro de 1998, depois de cinco anos de existência da LOAS, o CNAS aprovou a primeira Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 1998). Nela, encontramos alguns destaques, como a relação entre mulher e pobreza, renda, emprego, escolaridade, mortalidade infantil, envelhecimento da população, entre outros. No entanto, como aponta Mestriner (2011), o diagnóstico foi feito sem que se relacionassem os problemas com as determinações políticas e ideológicas que os causaram. Mais ainda, não se definiu, de maneira plausível, o lugar da Política de Assistência Social no enfrentamento das questões. A Política Nacional ainda determinou a família como núcleo primordial de intervenção, a faixa etária de zero a seis anos como prioridade, e enfatizou programas de renda mínima e de projetos de enfrentamento à pobreza. No mesmo ano, cria-se, também, a Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB2) (BRASIL, 1998), que previa os fluxos referentes à descentralização

e à participação da operacionalidade da política, tocando agora no que tangia à transferência de recursos.

Sobre as entidades privadas cadastradas a partir da política da filantropia, Mestriner (2011) aponta que, de trinta mil instituições em 1994, ano da extinção do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e início do CNAS, chegou-se nos anos 2000 com treze mil novecentas e quarenta e duas instituições beneficiadas pela parceria público-privado. A diminuição dos cadastros está relacionada ao maior rigor na prestação de contas (o que antes da existência do CNAS não havia), à extinção das subvenções a nível federal e à diminuição dos convênios devido ao corte de verbas.

A diminuição dos recursos para a Assistência Social nos traz pistas em relação às prioridades do governo Fernando Henrique Cardoso. Com foco na estabilidade monetária, o presidente, que se elegeu a partir das coligações de centro-direita, não conseguiu conter o endividamento externo e tornou a economia do país frágil à medida que não conseguiu defendê-lo ou mesmo incluí-lo no movimento capitalista internacional. Com isso, aumentaram gradativamente o número de desempregados no país e os índices de pobreza que, na época, já eram preocupantes. Também cresceram o índice de violência e a precarização de moradias, gerando novas favelas nos espaços urbanos.

De forma mais específica, o governo criou o Programa Comunidade Solidária, que pretendia articular todas as ações ministeriais com enfoque social. O programa era presidido pela primeira-dama, Ruth Cardoso, e ficava lotado na Casa Civil. Como aponta Mestriner (2011), a análise do Programa Comunidade Solidária concluiu que ele era o oposto do que estava preconizado na Constituição, pois reforçava uma tradição de superposição de ações que deveria ser abandonada pelas políticas públicas baseadas nas premissas da Seguridade Social. Além disso, o retrocesso ao primeiro damismo e o esvaziamento político da Secretaria de Assistência Social provocaram indicadores irrelevantes e outro substancial atraso na construção competente da pasta no Brasil.

A Assistência Social brasileira foi associada à função da primeira-dama a partir da criação da LBA, em 1942, cuja presidência foi destinada à Darcy Vargas, esposa do então presidente da República, Getúlio Vargas. Associar a Assistência Social ao primeiro damismo, como fizeram Getúlio Vargas e Darcy Vargas, Juscelino Kubitschek e Sarah Kubitschek, Fernando Henrique Cardoso e Ruth Cardoso e, mais recentemente, Michel Temer e Marcela Temer, esposa que assumiu o programa Criança Feliz a pedido do marido, revela a forma como o Brasil trata as políticas sociais e, em especial, a Assistência Social. A repetição histórica de

um erro que banaliza o lugar da mulher no cenário político se encontra com a maneira como a Assistência Social é colocada como coadjuvante diante das prioridades de governo.

Tradicionalmente, relegar às primeiras-damas tal responsabilidade é reafirmar a mulher no lugar da invisibilidade, ao proporcionar uma representação social marcada por pouca criticidade, pela dependência e pela passividade, perpetuando, portanto, uma face opressora do paternalismo que rege a própria Política de Assistência Social brasileira (TORRES, 2002). O primeiro damismo, dimensão que revela a precariedade com que se trata a Assistência Social no Brasil, é uma questão que ainda não foi enfrentada de forma estrutural. Assistência Social e lugar da primeira-dama da República se fundem na política social brasileira para expressar o fato de que não conseguimos reconhecer a igualdade de gênero, além de não estabelecer condições políticas definitivas para o enfrentamento da desigualdade social como prioridade para o fortalecimento da democracia no Brasil.

Não se trata aqui de reforçar concepções ligadas ao machismo estrutural de nossa sociedade que ainda não concebe a mulher como capaz, tanto quanto os homens, para chefiar, liderar e propor. Pelo contrário, nossa crítica se faz, justamente, pelo Estado circunscrever o lugar mais importante de proposição e fortalecimento da Assistência Social como aquele destinado a uma mulher cujas atribuições não se revela pela formação, capacidade de conceber e implantar a política de forma competente, mas, sim, porque ela está casada e acompanha o pensamento de um homem, no caso, o presidente da República, subordinando sua atuação aos seus domínios e reafirmando na cultura política o lugar de subalternidade e incapacidade, tanto da pasta, quando da mulher que a preside.

Para Yamamoto e Oliveira (2010), foi apenas no segundo mandato que Fernando Henrique Cardoso deu algum *status* às políticas sociais, no entanto, não conferiu a elas caráter de direito, mas de relações solidárias. São criados, nessa época, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) - e o Benefício da Prestação Continuada – BPC. O Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), criado em 1997, tornou-se posteriormente o Bolsa-Escola, sendo este último aliado ao Programa Agente Jovem, ao Bolsa-Alimentação e ao Auxílio Gás. Com isso, embora tenha ampliado as ações de enfrentamento à pobreza, o governo constituiu políticas focalizadas, não universais, que novamente se sobrepunham, e com recursos e com capacidades técnicas insuficientes para retirar, no ano de 2001, 24,7% de pessoas em situação de pobreza e 9,9% em situação de extrema pobreza (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013).

Agora estudante de Serviço Social e decidida a conciliar a sensibilidade construída na igreja e nos movimentos sociais com a competência técnica que um curso superior poderia lhe

oferecer, Maria abandona a vida religiosa nos anos 2000. Sair da congregação, no entanto, significava perder o apoio financeiro que recebia para viver e para manter seus estudos. Sem ele, Maria viveu com o pouco salário que recebia do trabalho na Pastoral de Rua e, por isso, decidiu morar em um quarto simples, embaixo de uma escada, com um sofá, uma televisão e um fogão doados. Sua casa, neste momento, estava mais precária do que aquelas recebidas pelos moradores de rua na luta por moradia junto à prefeitura. Apesar de ter o contrato de trabalho de oito horas, por seu perfil, pelas características do trabalho e também pela característica da instituição à qual estava vinculada, Maria permanecia a maior parte do tempo, seja de noite ou finais de semana, junto aos moradores na rua. Voltou a ter o hábito de estudar de madrugada, como fazia nos colégios católicos que frequentou durante o ensino fundamental.

Sem o apoio da congregação à qual estava vinculada, Maria financiou uma parte dos seus estudos e contou com o apoio de outra instituição religiosa, através de uma bolsa, para ajudá-la a pagar as mensalidades da faculdade. Ao final do curso, soube do concurso para a área da Assistência Social da prefeitura da cidade de Betim. Era o ano de 2001, não sabia qual era o trabalho, embora, curiosamente, estivesse imerso nele, e decidiu pedir demissão para estudar. Mal sabia que estava prestes a imergir em uma cultura institucional que valorizaria as políticas sociais de um modo dúbio, garantindo orçamento robusto, mas, na mesma proporção, desafios que não passariam despercebidos no seu cotidiano e que exigiriam a construção de novas formas de atuação.

Em breve, com a eleição do Lula em 2002, o país estaria às voltas com a emancipação das políticas sociais, que chegariam rapidamente aos municípios, como Betim, através de incentivos financeiros e arcabouços técnicos significativos. Para Yamamoto e Oliveira (2010), é equivocado interpretar o governo de Luiz Inácio Lula da Silva como uma continuidade do governo de Fernando Henrique Cardoso, propondo ler tal período como um corte histórico no que diz respeito ao crescimento do país. Na verdade,

Ao final do governo FHC, o Brasil havia estruturado uma rede de proteção social ampla, fragmentada e com programas que se sobrepujam e concorrem uns com os outros por financiamento. As políticas eram focalizadas, não universais, e os recursos, insuficientes para retirar os beneficiários dos níveis de pobreza em que se encontravam.” (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010, p. 17)

Insistindo na diferenciação dos governos, Yamamoto e Oliveira (2010) destacam cinco pontos que fazem do governo Lula uma exceção quando avaliamos o crescimento do país nos últimos anos: o tratamento dado à política externa, tornando o Brasil mais independente dos Estados Unidos e da União Europeia; o diálogo contínuo com os movimentos sociais; o

tratamento da dívida externa; mesmo com o fortalecimento do agronegócio, houve um apoio considerável à agricultura familiar no que diz respeito à questão agrária; além do aumento real e inédito do salário-mínimo.

O concurso público no qual Maria investiria como parte da construção da sua carreira dali em diante era um sinalizador importante, em termos micropolíticos, do crescimento proporcionado pelos pontos destacados acima. O governo de Betim, nesta época, adiantava-se e se comprometia com uma agenda social recheada de propostas que, também, seriam assumidas pelo governo federal nos próximos anos, o que promoveria uma mudança na dinâmica da economia social, uma vez que tiraria o gasto com políticas sociais do lugar secundário que sempre ocupou, para se tornar o carro-chefe de uma política de governo por alguns anos.

Carlaile Pedrosa, então prefeito de Betim quando Maria ingressou no concurso, já em sua campanha, apresentou disposição suficiente para convencer a população de que iria investir no enfrentamento das mazelas sociais, interesse revelado, sobretudo, na sua escolha de seu vice-prefeito. Além de ser uma figura conhecida entre a população pelo fato de ter sido comerciante e por fazer parte de uma família tradicional no município, escolheu, como vice, Pedro Ivo Ferreira Caminhas, político apelidado de Pinduca, comerciante betinense nascido em Araçuaí, Minas Gerais, que se tornou uma figura folclórica no cenário municipal e, posteriormente, estadual, já que foi eleito deputado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais por cinco mandatos. No entanto, no meio desse percurso parlamentar de fôlego, Pinduca, em 2008, foi condenado pela justiça eleitoral por abuso de poder econômico ao fornecer, de forma continuada, alimentos, ambulâncias e festas aos eleitores. Em 2012, teve sua tentativa de ser vice-prefeito barrada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e, em 2014, em função da Lei da Ficha Limpa⁸, teve seus direitos políticos suspensos pelo TRE, decisão revogada mais tarde pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Pinduca utilizava bordões famosos entre a população como, por exemplo, “o importante não é falar bonito, é fazer”, “o dinheiro do povo eu gasto com o povo”, e era igualmente famoso pelas ações populistas e nada discretas. Pinduca representava, para Betim, um assistencialismo voraz e que respondia de forma imediata a condições persistentes e significativas de pobreza em que vivia a população. Sempre foi conhecido pela forma simples de se expressar, pouco se importando com os erros de português que, porventura, cometesse e se aproximando do seu eleitor por ter pouca escolaridade, ter aparência simples (diferente das performances

⁸ Lei complementar número 135 de 2010 (BRASIL, 2010), que objetiva aumentar a idoneidade dos candidatos punindo com até oito anos de inelegibilidade aqueles com mandatos cassados por violar as leis eleitorais.

aristocráticas utilizadas pelos políticos brasileiros e notáveis, sobretudo, pelo uso de ternos e gravatas) e uma simpatia e uma disponibilidade para a troca social que facilmente encontramos nas camadas populares. A última cena de Pinduca que rendeu inúmeros comentários na internet foi quando, em 2016, não conseguiu ler o discurso de posse para deputado estadual, abandonando o papel, no qual estavam redigidos trechos da CRFB/1988, para reafirmar que não era um homem de palavras, mas sim de ações.

Entendi o que era de fato a ação política do candidato quando trabalhava no Serviço de Medidas Socioeducativas e caminhava pelas ruas do bairro Teresópolis, quando ainda era educadora social, mas atuava como psicóloga de forma informal dentro da instituição e fazia visitas domiciliares aos adolescentes. Em uma rua inclinada, avistei uma enxurrada de sangue vinda de um caminhão repleto de carne e de miúdos diversos doados pelo então vereador Pinduca Ferreira. Ao lado do caminhão, uma multidão com suas vasilhas, além de cachorros de rua, amontoava-se e se debatia em busca da doação, pois era visível que a quantidade do alimento seria inferior ao número de interessados. Vale ressaltar que a região do Teresópolis é uma das mais empobrecidas de Betim e com uma substancial densidade populacional. Em 1976, recebeu a fábrica da FIAT automóveis e, em 1962, a construção da Refinaria Gabriel Passos nas suas proximidades, o que provocou um aumento considerável no número de moradores que vieram com suas famílias à procura de empregos e de melhores condições de vida. Além disso, são históricos os altos índices de violência com os quais a população da região convive.

Em seu programa de governo para a campanha eleitoral de 2000, Carlaile e Pinduca se comprometiam com ações políticas que prometiam uma “virada social” para Betim, com um orçamento específico para aquelas que, na concepção dos candidatos, se aproximavam da ideia de política social. As Figuras, a seguir, foram retiradas dos jornais informativos da época e fazem parte do acervo pessoal de uma funcionária pública da prefeitura.

Figura 3 - Carlaile e Pinduca

22 **BETIM MELHOR** Prefeito **CARLAILE** Vice **PINDUCA**

PL - PMN - PMDB - PSDB - PFL - PPS - PSD - PPM

Carlaile e Pinduca registraram em cartório, no dia 14 de julho de 2000, os 22 compromissos de seu programa de governo que significam uma virada social para Betim. Tudo isto será cumprido destinando R\$ 126,5 milhões, que representam 8,5% do Orçamento Municipal previsto para 2001 a 2004. Ainda sobrarão 91,5% do Orçamento para realizar muito mais. Tudo isso poderá ser feito com honestidade, trabalho e boa vontade, o que não falta ao Bem Melhor. Os últimos dois governos poderiam ter feito o dobro em oito anos, mas não o fizeram.

Chegou a vez do Carlaile e Pinduca. Tem 22 boas razões registradas para os eleitores analisarem e votar no número 22 em 1º de outubro de 2000. Betim vai mudar!



10 MIL CASAS POPULARES	24 QUADRAS COBERTAS	PROGRAMA DO LEITE
BOLSA ESCOLA	10.450 NOVOS EMPREGOS	CURSOS DE INFORMÁTICA
700 MIL CESTAS BÁSICAS	GUARDA MUNICIPAL	VOLTA DO 2º GRAU

Fonte: Acervo pessoal de uma funcionária pública da prefeitura

Figura 4 - Ações políticas 1



Fonte: Acervo pessoal de uma funcionária pública da prefeitura

Com a proposta da “virada social”, Carlaile e Pinduca se elegeram em 2001, com apoio por parte da sociedade e com uma euforia do funcionalismo que esperava, há algum tempo, ser

beneficiado quanto à promoção de carreira e ao aumento dos dividendos. Junto a Carlaile, Lula assumia a presidência do país e também, de forma explícita, anunciava no conteúdo da “Carta ao Povo Brasileiro” a mudança de vida da classe pobre brasileira, a manutenção dos privilégios dos mais ricos e a continuidade do crescimento do mercado financeiro. Com a retomada do papel do Estado como forma de superar o subdesenvolvimento que marcava a história do país, potencializaram-se o rendimento econômico, a distribuição de renda e a participação do trabalho na renda nacional. Isso fez com que, no período de 2003 a 2010, o Brasil estivesse com uma taxa de mobilidade social de 63,2 %, mais alta do que países como Canadá (50,1%) e Suécia (51,5%) (POCHMANN, 2011). O *boom* do crescimento atingiu em cheio a prefeitura de Betim, cidade onde Maria acabava de chegar para assumir seu primeiro cargo público. Os recursos financeiros para a secretaria de Assistência Social partiram de 2,72% em 2001 para 4,07% do orçamento municipal em 2006. Miranda (2008)⁹ detalha, na primeira Tabela, a porcentagem de recursos municipais previstos para os anos de 2001 a 2006, o que demonstra um crescimento acelerado no investimento para a área:

Tabela 1 - Recursos municipais

Ano	População	Previsão orçamentária total (R\$)	Previsão orçamentária total da SEMAS (R\$)	Recursos municipais previstos destinados à SEMAS
2001	323.188	276.673.130,	7.544.490,	2,72%
2002	335.236	341.890.000,	10.124.943,	2,96%
2003	348.491	410.000.000,	11.464.406,	2,79%
2004	376.318	494.000.000,	13.158.520,	2,66%
2005	391.718	541.855.000,	16.849.900,	3,10%
2006	407.003	637.510.000,	26.010.200,	4,07%
2007	-	761.423.704,	-	

Fonte: (MIRANDA, 2008).

Miranda (2008) explicita também o comparativo de recursos executados pela SEMAS dos anos de 2001 a 2005, por fonte. A autora pondera que, por desorganização da própria secretaria de Assistência Social do município, não foram incluídos os recursos federais destinados ao Programa Bolsa Família, assim como não tiveram sua correção monetária

⁹ Para levantamento dos dados, Miranda (2008) utilizou o CENSU do IBGE do ano de 2008, a LOAS do período e o documento da Divisão Administrativa e Financeira da SEMAS/2006.

efetuada valores relativos ao financiamento de ações continuadas (creches e asilos), o que aumentaria sobremaneira os valores repassados.

Tabela 2 - Comparativo de recursos executados pela SEMAS

Ano	Execução total SEMAS	Recursos Federais	Recursos Estaduais	Recursos Municipais
2001	-	-	-	-
2002	10.012.456,99	17,49%	0,03%	82,51%
2003	11.339.175,61	11,06%	0,02%	88,91%
2004	13.364.270,25	10,22%	10,22%	89,75%
2005	16.292.485,02	9,3%	9,3%	90,42%

Fonte: (MIRANDA, 2008).

Salvo o desinteresse por parte do governo estadual de Minas Gerais para com a pasta, na época presidido por Aécio Neves, a progressão do investimento na política de Assistência Social, tanto no nível municipal quanto federal, mesmo apontando algumas oscilações, é significativa. Indo ao encontro de viver a experiência de expansão das políticas sociais no Brasil, Maria é aprovada no concurso e é chamada, em maio de 2002, para assumir o cargo. Numa mistura de apreensão por não saber o que ia fazer e alívio por, finalmente, ter como custear seus gastos, foi a Betim para seu primeiro dia de trabalho, cidade que só conhecia quando passava pela BR 381 vinda do Mato Grosso, sua cidade Natal.

3.3 Terceiro momento: institucionaliza-se uma militância

Maria narra a sua entrada na prefeitura de Betim, no ano de 2002, de uma forma interessante. Uma das últimas a ser chamada no concurso devido ao critério da idade, teve seu primeiro encontro após a posse, com outro colega também recém-chegado, com a assessora da secretária de Assistência Social. Com a atribuição de receber os novatos, a funcionária não sabia dizer nada em relação à função que iriam exercer, nem onde Maria e o colega trabalhariam. Com a ajuda de uma chefia, Maria foi encaminhada para a Casa Renascer do Sol, que já tinha se chamado “Casa Menino Legal”, na gestão do Partido dos Trabalhadores, e funcionava em um espaço cedido pela Sociedade São Vicente de Paula. Quando Maria chegou, o lugar era coordenado pela então Seção de Atenção à Criança e ao Adolescente (SACA). Tinha como finalidade manter programas voltados para crianças e adolescentes, entre eles, o Serviço de Abordagem de Rua para o público infanto-juvenil que, na época, estava sendo estruturado.

No período anterior, de 1993 a 2000, Betim teve no governo dois representantes do Partido dos Trabalhadores – Maria do Carmo Lara Perpétuo e Jésus Mário de Almeida Lima. Conforme relata Miranda (2008), nessa época funcionavam alguns serviços que circunscreviam o trabalho da Assistência Social na cidade:

- a) Sistema Nacional de Emprego (SINE) (em parceria com o Estado);
- b) auxílio funeral;
- c) fotos para documentos;
- d) autorização para abreugrafia;
- e) confecção de carteiras de trabalho e atestado de bons antecedentes.

Com ações centralizadas, e ainda dividindo a execução da Assistência Social com outras políticas e com o primeiro damismo, a secretaria tinha outras ações importantes na época:

- a) Programa de Orientação e Apoio Sociofamiliar (POASF), voltado para o atendimento de famílias com crianças e adolescentes em situação de risco;
- b) programas de moradia e de geração de renda;
- c) apoio aos acampamentos do Movimento Sem Terra (MST);
- d) trabalho com prostitutas;
- e) acompanhamento de presos albergados;
- f) apoio técnico à delegacia de mulheres do município;
- g) programa de renda mínima para famílias em situação de vulnerabilidade.

As iniciativas marcam um investimento nas políticas sociais por parte dos governos do Partido dos Trabalhadores, embora também se revelem sustentadas por dispersões e por pouca integralidade, assim como era o governo de Fernando Henrique Cardoso, presidente na mesma época.

Mesmo com uma longa trajetória no trabalho social, Maria considera que seu percurso na Política de Assistência Social começou quando entrou no serviço público. Se o trabalho com a população de rua era para ela mais improvisado e militante, a burocratização do serviço na prefeitura e o enquadramento da sua militância em linhas institucionais rígidas inauguraram um outro tipo de fazer, considerado, portanto, mais difícil e exigente. Tal dificuldade não se caracteriza apenas devido aos formatos pelos quais o trabalho precisou se materializar, mas, também, pelas condições que encontrou para desenvolvê-lo.

Assim que Maria chegou ao Anexo da Infância, foi apresentada, pela técnica que já trabalhava no serviço e que a acolheu, a uma gaveta com centenas de pastas das famílias acompanhadas pelo equipamento. Eram prontuários de pessoas que já tinham passado por algum atendimento, poucas estavam vinculadas e a maioria não era vista há anos. Quando iam, passavam rapidamente para pedir algum documento ou uma cesta básica emergencial, prática que estava longe do exercício cotidiano que Maria desenvolvia com a população de rua, encontrando as pessoas diariamente e fora de qualquer enquadramento rígido que caracterizasse um atendimento formal. A exigência de acompanhamento sistemático de um número considerado de famílias, sem uma metodologia estabelecida previamente, e fora do imprevisto da militância e do apoio do coletivo, fez com que ela tivesse seu primeiro estranhamento com o trabalho.

Embora fosse um anexo da seção da infância da secretaria, o equipamento não determinava um marco para a criança e para o adolescente, e nem mesmo para a família. Havia linhas gerais para atuação, mas eram dispersas e de difícil compreensão. Quem aparecesse, deveria ser atendido, respondendo a uma prática de imprevisto e de espontaneidade, tanto no acolhimento, quanto no acompanhamento. A partir de suas próprias inquietações, Maria propôs o que, na época, chamou de “Encontro Legal”: o critério era escolher as famílias mais vulneráveis e presentes no serviço, e, dentre estas, somente as que tinham adolescentes sob seus cuidados. Maria criou encontros semanais nos quais pretendia trabalhar, com os adolescentes, temas referentes à faixa etária e que poderiam promover autocuidado, autonomia e que estivessem afinados com os objetivos perseguidos nos acompanhamentos familiares. Nessa época, sentia falta dos espaços coletivos para a realização do trabalho e se questionava sobre quais atividades poderiam ser criadas para responder a uma demanda considerável de adolescentes em situação de risco que apareciam no equipamento. Além disso, começou a problematizar o que seria o acompanhamento familiar e, numa primeira tentativa de circunscrever tal ação, decidiu assistir os adolescentes semanalmente a partir dos encontros.

Vinculada ao grupo, com capacidade de diálogo e de trabalho em equipe, Maria logo mostrou capacidade de criação e uma motivação para a Assistência Social que chamou a atenção das chefias. Tais características estavam em consonância com o tempo que se iniciava: havia muito o que se construir e eram necessárias pessoas interessadas não só na execução das orientações, como também na difícil tarefa de assumir o trabalho de criação da Política de Assistência Social e de seus novos objetivos. O governo Fernando Henrique Cardoso já havia terminado e brotavam esperanças naqueles que torciam por políticas sociais mais efetivas para

o Brasil. Além disso, Maria e seus colegas viviam uma situação inédita que apresentava um prefeito animado com a Assistência Social e uma secretária com orçamento e com motivações suficientes para erguer a pasta.

Uma primeira experiência de perseguição política com uma colega revelou para Maria, pela primeira vez, o desafio de se trabalhar dentro de uma política que não abria mão das suas heranças clientelistas e se afirmava, também, por uma institucionalização comprometida com a política partidária. Na época, uma psicóloga de posição esquerdista, vinculada ao serviço e, de certa forma, guardiã de um saber de fundamental importância para se transmitir à equipe, já que não existiam documentos e nem capacitações formais que garantissem a padronização das ações, sofreu perseguições políticas dentro da secretaria de Assistência Social e se afastou. O acontecimento foi a porta de entrada para Maria e para alguns colegas tomarem consciência de que a forma como eles pensavam a política era diferente da maneira como a secretária de Assistência Social planejava construir a agenda de ações para a pasta: afinada com as orientações da política nacional, mas, concomitantemente, respondendo às exigências das alianças político-partidárias municipais que faziam da Assistência Social a política da conquista dos votos dos mais pobres, através do assistencialismo. Visão que, no entanto, era combatida por vários trabalhadores da secretaria, como Maria, que viam apoio no governo federal que se iniciava.

Em 2003, Maria teve seu primeiro filho, voltou da licença maternidade, assumiu seu primeiro cargo de chefia e coordenou uma mudança de sede feita às pressas e sem planejamento. Momento de expansão das ações municipais, mas ainda sem definições mais consistentes do Ministério do Desenvolvimento Social, já que o maior número de orientações técnicas viria a partir do SUAS. Em 2004, o anexo da infância se mudou para uma área de grandes proporções no centro da cidade e motivo de disputa judicial, a antiga Associação de Reintegração da Criança e do Adolescente (ARCA). A ARCA era uma organização não governamental criada e mantida no período do governo petista e perdeu, através de um processo judicial, o espaço para o mandato do então prefeito Carlaile Pedrosa, que disponibilizou o novo equipamento para a Assistência Social, já prevendo uma visibilidade considerável das atividades que ali seriam realizadas.

O então Espaço Asas da Juventude era um sítio no centro da cidade de Betim. Casas de época, no estilo colonial, dividiam espaço com jabuticabeiras, jardins, um pequeno lago artificial e outras árvores frutíferas que davam ao local um ar de tranquilidade e de alegria. As pequenas casas, que lembravam moradias de fazenda típicas de Minas Gerais, ocupavam um espaço amplo, gramado, e tinham grandes janelas de madeira, todas baixas, e portas também

extensas, que faziam alusão à possibilidade de realização de um serviço amplo em números e democrático em suas finalidades. A possibilidade de receber muitas pessoas e de ampliar as atividades foi um estopim para aumentar a motivação de Maria e também da equipe.

Com as mudanças, e com uma rápida e ágil organização das ações, o que até então não era comum de acontecer nos serviços, o espaço Asas da Juventude passou a acolher oficinas de esportes para adolescentes e crianças, além de atividades de artesanato, de apoio escolar e de outras afinadas com a faixa etária e que aconteciam no contra-turno escolar. Nas lembranças de Maria, mais de duzentas crianças e adolescentes passavam diariamente pelo espaço. Além disso, o equipamento também acolhia o Centro de Atendimento Especializado de Atendimento à Mulher (CREAM), o Serviço de Medidas Socioeducativas em meio aberto (prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida), além de uma padaria escola que oferecia pães para a prefeitura. Vale ressaltar que, em função da descentralização político-administrativa colocada como prioridade para a Política de Assistência Social do município, os equipamentos das demais regionais também já se organizavam para ampliar os serviços e também se mudar para locais mais amplos nos próprios bairros.

Mas o carro-chefe e a ação que dava a identidade mais forte para aquele espaço era o acolhimento de famílias para entrega de cesta-básica. Para Maria, era assustador tanto o número de famílias, quanto o processo de entrega do benefício: desde comida estragada, e fora da data de vencimento, até as dramáticas e intermináveis filas de usuários em busca do benefício. A tradição de distribuição de cesta básica, marca importante no resgate da história da Assistência Social de Betim, indica-nos que, nesse momento, o processo democrático que garantiria os direitos, apesar de toda movimentação institucional que tentava sinalizar novos ventos para as políticas sociais, ainda estava longe de ser garantido

Tenho uma lembrança curiosa de Maria nesta época, e que foi anotada no meu diário de campo, na tentativa de compreender sua vinculação com a política pública. Em um determinado período eleitoral, chegavam as inúmeras cestas básicas ao Espaço Asas da Juventude para serem distribuídas à população. Os critérios eram mínimos e havia uma vigilância em relação àqueles técnicos que se opunham ou colocavam recorrentes questões acerca do assistencialismo produzido naquela ação imediatista. Não era só isso: também incomodava a forma como o trabalho técnico era banalizado e usado em favor de objetivos políticos partidários. No entanto, quase nada era possível de ser feito. Arroubos individuais eram logo denunciados à chefia e o técnico podia sofrer perseguições variadas, além de ser taxado como oposição ao governo, quase um inimigo. Coletivamente, eram possíveis alguns acordos e enfrentamentos que poupassem os trabalhadores de enfrentarem sozinhos a situação, mas nada que pudesse evitar a entrega continuada das cestas. Diante da ação assistencialista, havia colegas que tinham medo, outros, repulsa e raiva, alguns ainda indiferença e, quanto à Maria, já não sabíamos nomear por onde passava sua disposição. No momento de maior tensão política, quando existiam filas intermináveis na porta do equipamento, às vésperas das eleições, e os candidatos aos cargos, e que estavam vinculados à Assistência Social, em plena vigilância em relação à entrega dos benefícios e atentos à reação positiva da população, Maria começou um movimento entre os técnicos para constituirmos um mutirão de avaliação das famílias e para a criação de critérios socioassistenciais para a distribuição. Na época, Maria sofreu uma forte oposição por parte dos técnicos. Todos se posicionaram a favor da continuidade da entrega mediante os critérios estabelecidos pela política partidária, ou seja, nenhum, decidindo que não seria feita nenhuma oposição às arbitrariedades que aconteciam. Na época, tentei entender as razões de Maria e, num primeiro momento, apoiei-a integralmente. Depois, ouvindo os demais, pensei que ela estivesse desconectada da força do movimento político e de interesses que estávamos enfrentando naquele momento e, ao lado dos outros colegas, a desencorajamos. De fato, havia um afeto em Maria que não se conciliava facilmente com as condições de institucionalização da política pública que estávamos vivendo.

Para Fagnani (2011), o ano de 2003, primeiro ano do governo Lula, foi o momento de nos perguntarmos se veríamos mudança ou continuidade, sobretudo quando se pensava no papel do Estado. Afinal, estaríamos em uma corrente liberal-conservadora ou o novo governo enfrentaria as forças que defendiam o Estado mínimo e fortaleceria o papel estatal, alavancando o projeto de desenvolvimento a partir do melhoramento contínuo das políticas sociais? Na política de Assistência Social, com Patrus Ananias no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o governo federal propunha, num primeiro momento, o combate à fome através do Programa Fome Zero, principal promessa da campanha eleitoral. O programa

ofereceria um leque amplo de ações que contemplaria diferentes aspectos da segurança alimentar que iam desde a reforma agrária, até a proposta de construção de cisternas e de cozinhas comunitárias (FAGNANI, 2010).

O Programa Fome Zero deu origem ao PBF - que teria sua aceitação e expansão aumentadas pelos próximos anos do governo Lula. A atenção aos pobres e o enfrentamento da pobreza no Brasil ganhavam uma nova face e múltiplas compreensões a partir da implementação dos programas de transferência de renda, sendo o principal deles o PBF, ponto de partida para se pensar a nova reestruturação da Política de Assistência Social no Brasil. O PBF nasceu das experiências anteriores dos programas de distribuição de renda no Brasil e de movimentos políticos diferentes, com propostas distintas, mas que visavam ao direito que toda pessoa tem de receber uma renda como compensação pela perda de sua herança natural decorrente da instituição da propriedade privada no país, na medida em que, originalmente, a propriedade da terra era comum a todos. O PBF nasce, portanto, de discussões que tiveram início nos anos 70, viraram projetos de lei que defendiam condições e critérios diferentes para a transferência da renda do Estado para os cidadãos no decorrer dos anos e dos governos. Também nessa época nasceram projetos mais focalizados no campo do assistencialismo e com concepções moralistas sobre a família.

Programas que colocam a família como perspectiva prioritária de intervenção existem não só na Assistência Social como também em outras políticas sociais, como o Programa Saúde da Família, executado no SUS que, segundo Yamamoto e Oliveira (2010), serviu de base para o SUAS. A ideia de família, sobretudo aquela nuclear e patriarcal, exerceu um papel primordial no avanço do capitalismo. Teixeira (2010) aponta que as ações públicas sempre se dirigiram às famílias, pois manter esse grupo de convivência é fortalecer a harmonia social, a adaptação do trabalhador ao mundo do trabalho e o caminho plausível para a implantação da mentalidade capitalista, reforçando a ideia de que um grupo equilibrado e funcional produz operários eficientes. O tema família é central na Política de Assistência Social e perpassou lugares diferentes na construção das políticas sociais no Brasil. A partir de 1930, para as famílias brancas, patriarcais e burguesas eram reservadas políticas de atenção higienistas. Aquelas que pertenciam às camadas populares, receberam a proteção de um Estado repressivo, policialesco e assistencial, o qual objetivava controlar os efeitos da miséria, da pobreza e dos padrões de organização familiar que não correspondiam à família nuclear burguesa (TEIXEIRA, 2010).

A CRFB/1988 tencionou e, a partir de 1988, outras formas de acolhimento familiares, sobretudo na Política de Assistência Social, foram amadurecidas e propostas. No entanto, o

enfoque do acompanhamento para as famílias marcadas pela desproteção do trabalho e mergulhadas na pobreza continua a ser a tônica das políticas sociais. A matricialidade sociofamiliar, proposta pela política do SUAS, é um avanço, mas também se apresenta como um palco de tensões. Entre o direito e a responsabilização, recaem sobre o grupo familiar exigências e cobranças frutos da precarização da rede de serviços. Além disso, tais tensões despertam impasses diversos entre os trabalhadores sociais que, muitas vezes, trabalham em prol da reprodução da velha ideia de família pauperizada, negligente e dependente, presa aos modelos de exclusão social, do que na tentativa de favorecer a construção de diferentes circuitos de afetos pautados na singularidade e na potência de agir (ROMAGNOLI, 2018).

Em 1990, foi aprovado, no Senado, um projeto de lei, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que ampliava para todo e qualquer cidadão direitos de transferência de renda pelo Estado. Seguindo o modelo francês, o projeto entendia que todo cidadão tinha direito a uma renda, caso estivesse passando por alguma vulnerabilidade social ou pessoal. No entanto, a tese vencedora no debate sobre renda mínima, com a qual convivemos atualmente, foi a concepção de que devem ser auxiliadas, pelo Estado, famílias que em sua composição apresentem crianças e adolescentes em situação de risco e de vulnerabilidade. Nesse sentido, podem receber o benefício famílias que, resguardado o critério da renda, possuam gestantes, nutrizes, crianças e/ou adolescentes de 0 a 17 anos.

Funcionando como uma política compensatória, uma polêmica que gira em torno do PBF é a de que ele conseguiu calar as contestações em torno das estruturas sociais, econômicas e políticas que produzem a pobreza que o Programa pretende enfrentar. Nesse sentido, programas assistenciais dessa natureza fazem parte de uma agenda neoliberal, começando pela do Banco Mundial, um dos maiores investidores durante os anos do governo Lula (MENDES, 2006). A hipótese desenvolvida por Mendes (2006) de que uma nova base de apoio se desenhou para o governo Lula, sustentada pela expansão das políticas de transferência de renda, fez com que se abandonasse a universalização das políticas sociais, ao se adotar as antigas formas assistenciais e favorecer as bandeiras da estabilidade, do crescimento e do cumprimento dos “contratos” com credores nacionais e internacionais.

A polêmica em torno do PBF tem a ver com o seu impacto econômico e na vida daqueles que são assistidos pelo programa de transferência de renda. Druck (2007) considera que este tipo de política social se originou da preocupação dos organismos multilaterais, em especial do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, com a instabilidade econômica dos países periféricos do capitalismo (agravadas pela implementação de políticas e pelas reformas liberais), recomendando essas iniciativas, sobretudo, a partir dos anos 1990.

Nos países da América Latina, os poucos direitos sociais conquistados foram substituídos pelas “políticas de combate à pobreza”, que cederam espaço para a defesa, o respeito e a aplicação das diretrizes do Banco Mundial, ou seja, “do ponto de vista dos direitos sociais, o PBF é um contrassenso, uma vez que um direito não implica contrapartida, condição ou negociação” (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010, p. 18). A redução da pobreza, nesse sentido, apresenta-se como um “bom negócio”, já que transforma cidadãos em consumidores tutelados (DRUCK, 2007). Por outro lado, ao atuar na vigilância e na perspectiva da focalização, o PBF passa a ser um mecanismo de biopoder quando controla, de diversas maneiras, uma determinada parcela da população: estabelece uma conexão entre tecnologia social e produção de saberes sobre a miséria; articula o dispositivo de gestão com o poder; conecta famílias a instâncias de controle e ainda apresenta uma forte propensão a controlar condutas (LAVERGNE, 2012).

As deliberações da IV Conferência Municipal de Assistência Social, em 2003, abriram caminho para mudanças institucionais que aconteceriam no ano de 2004. O Ministério da Assistência Social passou a se chamar Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a função de articular as políticas de segurança alimentar, as ações do campo da Assistência Social e as de transferência de renda. Com isso, as políticas sociais responderiam, finalmente, aos acordos da CRFB/1988 (FAGNANI, 2011).

Em 2004, houve eleições municipais em Betim e nos demais municípios. Por esse motivo, aliado aos efeitos discursivos no país de que, finalmente, enfrentaríamos a fome de frente e definitivamente a partir do PBF, começava uma prática que seria constante na rotina dos equipamentos da Assistência Social: ações de marketing que criavam uma realidade a partir da participação, muitas vezes ingênua e desinformada, dos usuários. Maria acompanhou o momento em que um fotógrafo tirou uma foto de uma criança branca, cabelos loiros, lisos e olhos azuis, características raras entre as crianças assistidas, posicionada pelo fotógrafo com as mãos vazias e para cima. Não entendeu a pose sem sentido num primeiro momento para, logo em seguida, ver, em um panfleto que divulgava ações da secretaria, a partir de uma montagem, a mesma criança com um prato na mão para dizer que, além de tudo, o programa oferecia a comida, marca fundamental das ações clientelistas da Política de Assistência Social no Brasil.

Num segundo episódio, meninas vestidas de borboletas, símbolo escolhido pela secretaria para marcar as ações daquele tempo político, sobrevoavam o centro da cidade divulgando a candidatura da secretária de Assistência Social, Regina Resende, para vereadora. Concomitantemente, estava em curso a descentralização político-administrativa, orientação de

governo para a Assistência Social prevista na CRFB/1988 e que dava, para os trabalhadores, ares de uma possível seriedade e de comprometimento na execução do trabalho. Maria apontou uma marca importante na gestão da então secretária: a ambiguidade com que transitava entre assistencialismos e interesses político-partidários, além de promover a execução de programas e de serviços em conformidade com a política nacional. No cotidiano, isso se traduzia como um importante ponto de aprisionamento dos afetos e da convocação de uma militância dos trabalhadores, já que sempre existia o horizonte do possível, da condução ético-política idônea, em meio a resquícios de clientelismos e de favorecimentos pessoais.

Maria estava às vésperas de conhecer as mudanças que aconteceriam em breve, trazidas pela nova Política Nacional de Assistência Social, que estava sendo estruturada. A Casa Renascer do Sol havia sido um aprendizado para ela, à medida que pôde aliar a militância construída na sua história de vida e o que entendia como sendo o seu fazer (trabalho em grupo, participação ativa na construção da política, construção coletiva com o usuário) com instrumentais, burocracias e questões político-partidárias que permeavam o trabalho a todo tempo. Já envolvida com os documentos, as normativas e a tentativa de uma condução padronizada do serviço, nesse momento da história profissional, ela começa, também, a realizar embates políticos e técnicos, forma de participação no trabalho que a acompanha durante toda a sua história na prefeitura.

Do ponto de vista institucional, sua atitude não era bem aceita. A participação efetiva do trabalhador era bem-vinda apenas até o ponto em que promovia a política e ampliava recursos técnicos e materiais. Maria, inclusive, foi “penalizada” diversas vezes por sustentar, do seu lugar de funcionária efetiva, um compromisso com a política pública, postura que, conseqüentemente, dava trabalho e provocava enfrentamentos e embaraços para suas chefias. Estes embates expunham fragilidades institucionais nem sempre possíveis de serem compreendidas ou superadas no jogo de construção da política pública e da política partidária.

Do lugar de referência técnica do espaço Asas da Juventude, Maria viveu uma primeira e significativa aproximação entre vida e trabalho. Com seu primeiro filho, a ideia de família ganhou força, ao mesmo tempo em que tal dimensão foi privilegiada na construção do atendimento na Política de Assistência Social. Seu contato com as crianças do Encontro Legal e com aquelas acompanhadas nos atendimentos no Espaço Asas mobilizou uma sensibilidade em relação às políticas da infância e adolescência. A maternidade, naquele momento, foi palco para se construir uma sensibilidade que propiciaria uma escuta mais atenta ao sujeito, e uma das dificuldades das mães que ali chegavam. Maria relacionava o esforço no trabalho de conquista dos direitos sociais para os mais vulneráveis, na construção de um país mais

igualitário para o usuário, com a vida de seu filho e com o que gostaria de oferecer a ele. A partir dessa sensibilidade, ficou ainda mais engajada com o trabalho e foi construindo para si, diante do coletivo que a cercava, um certo lugar de referência para as políticas relacionadas à criança e ao adolescente.

O espaço Asas da Juventude contava com três chefias: Maria, que desenvolvia a função de referência técnica, uma segunda, responsável pela referência administrativa e uma terceira, a quem cabia a referência pedagógica. Incomodada com o controle em relação ao trabalho dos técnicos, além das arbitrariedades de uma chefia que não compreendia o trabalho e tampouco o favorecia, recorreu ao grupo do operacional para pedir uma mudança de lotação. Já era o início do ano de 2005, o município começava a se preparar para a implantação do SUAS, e Regina Rezende, então secretária da Assistência Social, havia acabado de tomar posse como a vereadora mais votada do município. Depois de um período de transição com um secretário interino, Gilmar Mascarenhas, assumiu a secretaria Raimundo Rêgo, economista e ex-secretário da Fazenda (MIRANDA, 2008). Coincidindo com um momento de transição das chefias, e diante do seu pedido de realocação, Maria assumiu a coordenação técnica da SACA, cargo no qual permaneceu por um período curto de tempo devido a um conflito importante na sua trajetória.

Um dos carros -chefes das políticas para infância e adolescência do Ministério do Desenvolvimento Social, o PETI, compunha o quadro de ações de convivência destinadas às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade ou em risco social. Com uma significativa transferência de recursos do governo federal, o recorte que dizia dos critérios para a inclusão das crianças no Programa era claro e, de certa forma, apresentava-se como uma regra intransponível. Ele era destinado à população menor de dezoito anos impreterivelmente envolvida com o trabalho infantil. Quando assumiu a coordenação, Maria se viu confrontada com um grave problema de execução que, num primeiro momento, estava sob sua responsabilidade.

Havia acontecido um erro na implantação do PETI e que implicava na prestação de contas e nas futuras transferências de recursos para o município. Muitas das inscrições foram preenchidas com crianças fora do critério do trabalho infantil, sendo que podemos elencar duas hipóteses para tal ação: a pressa para usar os recursos, abrindo mão dos critérios técnicos que, obrigatoriamente, deveriam orientar as inclusões; e uma segunda hipótese, diretamente ligada à primeira, que diz respeito à visibilidade que o governo municipal ganharia ao oferecer a inúmeras crianças das camadas populares atividades de socialização com transferência de renda

para as famílias. Esta última está diretamente ligada à questão da política partidária que atravessava a execução da política. Do lugar de coordenadora, Maria foi pressionada a construir um documento que justificasse o uso indevido dos recursos em termos plausíveis e dentro da legalidade. Ela se recusou e foi além: escreveu e assinou um texto em que não só assumia o erro de gestão, como também se comprometia a devolver os recursos usados indevidamente para os cofres do governo federal. Despertou a ira de algumas chefias e, sofrendo assédio moral para assinar o documento que isentasse a prefeitura da responsabilidade, Maria pediu para sair do cargo.

Desse primeiro episódio de tensão, Maria partiu logo para o segundo. Foi “convidada” a assumir como técnica em um equipamento de uma regional que estava começando. Era um dos serviços mais distantes do centro, com uma equipe iniciante, ainda despreparada, e um coordenador colocado como parte do plano partidário de angariar votos na região. Do ponto de vista pessoal, não compreendia a mudança, que aconteceu logo depois da sua recusa em ajudar a prefeitura a lidar com o erro da execução do PETI. Não conseguia avaliar se a transferência era um elogio a sua competência ou um castigo pela sua desobediência. Sendo um castigo ou não, foi uma experiência difícil e desgastante do ponto de vista pessoal, pois Maria ainda estava amamentando seu filho, e conciliava o trabalho com o tempo de ir para a creche alimentá-lo. Sair do centro da cidade a impediu de continuar esse processo e fez com que a criança precisasse ficar mais tempo na escola, uma situação que ela e o marido estavam tentando evitar.

Em relação ao trabalho, por parte da chefia, recebeu a função de auxiliar o coordenador na gestão do equipamento, já que ele não tinha formação e, diante das demandas político-partidárias, nem mesmo interesse em executar o trabalho de acordo com as orientações da política nacional. A regional Imbiruçu, onde o equipamento estava localizado, era um dos bairros mais vulneráveis do município, com índices de pobreza e de violência consideráveis. Nos dias de entrega de cesta básica, chamava a atenção a quantidade de pessoas em busca do benefício. Uma questão importante foi a forma pela qual a encomenda de apoio ao coordenador foi feita para Maria. Estava na coordenação uma figura que não tinha comprometimento técnico, mas político-partidário, e Maria foi convocada, a partir do lugar daquela que poderia fazer alguma justiça, sozinha, diante da arbitrariedade e das intenções eleitoreiras, a colaborar com a execução plausível da Política de Assistência Social investindo sua capacidade técnica. Na verdade, Maria assumiu um desafio que, a priori, já estava perdido, já que nada havia sido pactuado com o coordenador que ele seria auxiliado por ela. No entanto, a mobilização das esperanças militantes e o fortalecimento de uma certa onipotência por parte do discurso institucional fizeram com que ela acreditasse que poderia contribuir.

Depois de dois meses de trabalho, sem que pudesse interferir na forma como a gestão era conduzida, e isolada pela equipe, Maria fez uma intervenção em uma reunião e o coordenador, imediatamente, pediu que ela pegasse seus pertences e fosse embora naquele momento. Depois da solicitação, Maria novamente reafirmou sua discordância, pegou suas coisas e, de fato, saiu. Ela se lembra de que ficou parada na rua, atônita, sem saber o que fazer. Quando chegou ao setor operacional para explicar a situação, com a intervenção também do secretário da Assistência Social, escutou uma proposta que julgou, num primeiro momento, interessante. Certa de que o coordenador havia errado, a chefia sugeriu que ele deveria pedir desculpas à Maria e convencê-la a voltar, caso contrário, ele seria dispensado do cargo. Maria se surpreendeu por ter visto, pela primeira vez, uma posição clara em relação ao erro de alguém que ocupava um cargo por sua filiação político-partidária, e tido, também pela primeira vez, proteção em relação ao seu trabalho e às suas decisões. No entanto, não desculpou o coordenador e ele, de fato, para sua surpresa, foi demitido da função. Maria considerou que esta foi uma vitória parcial, já que a chefia criou um arranjo no qual a palavra dela, e não necessariamente o erro dele, fosse o motivo para a demissão.

Como um prêmio de consolação pelos dois últimos incidentes, e também pelo desgaste que haviam provocado na sua vida pessoal e profissional, Maria escutou da sua chefia que iria, dessa vez, para um equipamento mais interessante e com uma equipe próxima ao seu perfil. Embora longe, o CRAS PTB, onde atuaria como técnica, tinha várias vantagens: uma coordenadora com formação em serviço social e que assumia a gestão da Assistência Social contornando as intervenções político-partidárias; uma equipe técnica comprometida com o trabalho e com o território; um ambiente saudável com diálogo e com construção coletiva. Sem a orientação da premissa do acompanhamento familiar, que ainda viria logo em seguida na história da política, Maria e outras colegas se dedicavam ao serviço de plantão, e uma outra assistente social atuava no PETI.

O trabalho do plantão compreendia atender emergencialmente demandas espontâneas dentro dos critérios de elegibilidade da Assistência Social, sendo a demanda mais frequente, no entanto, aquela por cesta-básica. Existia também, como atravessamento, a informação de que as regionais eram repartidas entre os vereadores que, em parceria com a pasta, faziam a gestão dos benefícios, e davam visibilidade a esse trabalho, visando aos períodos eleitorais. Por isso, entre pedidos dentro do perfil da política pública, estavam também pessoas encaminhadas por vereadores e por outras lideranças influentes. Numa estratégia construída pela própria equipe técnica, estes indivíduos eram automaticamente atendidos pela coordenação, já que não

precisavam de avaliação socioeconômica para receberem a cesta-básica. Para os outros usuários, tentava-se um atendimento dentro dos critérios de renda e de vulnerabilidade previstos na política, tentando também, em alguns casos, construir o trabalho de acompanhamento a longo prazo, para se interferir em outras fragilidades sociais além da questão socioeconômica.

Embora ainda sem sistematização técnica para realizar os atendimentos, os técnicos mais implicados com as consequências éticas das práticas no âmbito da Assistência Social já tinham a preocupação de minimizar os danos relativos às interferências político-partidárias em seus fazeres e tentavam, de formas criativas, pautar um ofício voltado para o enfrentamento da pobreza e para a superação de situações de risco. Maria era uma dessas pessoas. Chegando à nova regional, ela pôde se aliar, de uma maneira mais significativa, a estes trabalhadores que, motivados, dispunham de tempo de estudo e de trabalho para tentar construir uma especificidade técnica que contemplasse os princípios de uma política pública em processo de expansão e de consolidação, mas que lidava de igual maneira com inimigos antigos e persistentes.

Essa equipe técnica criou uma estratégia que pudesse minimizar os efeitos de uma distribuição aleatória de cestas básicas, prática que servia mais a estratégias eleitoreiras do que ao objetivo de produzir a autonomia das famílias. Maria se encontrou, novamente, desde o trabalho com a população de rua, com a possibilidade de construir estratégias coletivas tanto com a equipe de trabalho, quanto com o usuário. Para não haver uma entrega automática da cesta, eram promovidas rodas de conversa em que a participação era um critério fundamental para receber o benefício. Nessas rodas, discutiam-se temas sensíveis às situações das famílias que eram recolhidos durante os diversos atendimentos individuais realizados. Entre eles, havia a educação dos filhos, a autoridade, o trabalho infantil, os serviços disponíveis na rede, a violência contra as mulheres, dentre tantos outros.

Embora nem todos os técnicos tenham aderido à estratégia dos grupos, Maria pontuou que este momento institucional foi produtivo, principalmente por marcar a questão da coletividade, uma forma de se trabalhar e construir a política considerada a mais adequada, não só por ela, como por todos os técnicos que participaram dessa pesquisa. Além disso, era o momento de se pensar as ações no dia a dia no microespaço das relações familiares e das relações entre os trabalhadores, da convivência comunitária, das conformações de grupos que interferiam nas produções de subjetividade e nas formas como os sujeitos construía modos de vida. Já estava então sinalizada a orientação de uma não tão nova, mas importante, competência técnica para a atuação condizente com o SUAS que estava por vir: a capacidade de promover um acompanhamento sistemático e continuado a indivíduos e a famílias. Atribuição que seria

logo explicitada nos documentos oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Foi trabalhando nesta regional, mais próxima do território e das pessoas, que Maria começou a compreender melhor o que seriam as violações de direitos no âmbito familiar, por isso a proposta de uma continuidade no acompanhamento e nos atendimentos individuais e não apenas coletivos, como estava acostumada, no sentido de construir vinculação com as pessoas e com a rede de atendimento, fazer visita familiar, entre outras ações. A partir da liberdade dada pela coordenação, Maria conseguiu entender o seu trabalho na política de Assistência Social, dissociar o atendimento da ideia de distribuir e atender pontualmente, e aproximar, definitivamente, sua militância que, num primeiro momento, sempre se traduziu na defesa de formas coletivas de atendimento e na concretude das ações, com a perspectiva do caso a caso vinculada a uma leitura macrossocial. Neste momento, Maria apostou na perspectiva de que o acompanhamento precisava se afastar do pragmatismo que orientava o repasse dos benefícios. Abriu-se para um trabalho que consistia em sustentar vínculos e reflexões, construindo uma postura mediadora e ponderada, que levasse o usuário a refletir sobre novas formas de estabelecer laços sociais e modos de vida.

Maria trabalhou dois anos com o grupo e, na despedida da regional, em 2005, teve seu terceiro embate político com a secretaria. Acompanhava um senhor que tinha seus cuidados negligenciados pela família e apresentava a necessidade de um acolhimento institucional. Depois de direcionar vários documentos aos setores da própria secretaria de Assistência Social, sem obter nenhuma resposta, Maria escreveu um ofício ao Ministério Público solicitando que interviesse junto ao secretário da Assistência Social como forma de garantir o direito do idoso. Depois de uma audiência com o promotor e de receber votos de boa sorte diante das consequências que viriam ao denunciar seu próprio local de trabalho, além de ouvir que ele estaria à disposição para ajudá-la no caso de alguma perseguição profissional, Maria foi chamada para conversar sobre a situação com o secretário.

Foi surpreendida pela forma como ele tratou a questão, sem assédios morais ou ameaças de transferência, prática de controle comum sobre os técnicos que ocupavam cargos de chefia e não se vinculavam à política partidária. Escutando-a, o secretário ponderou as consequências da denúncia para a secretaria, e penalizou Maria da forma como ela estava acostumada. As ameaças de transferência, inclusive, eram sempre para lugares distantes geograficamente, o que dificultava a vida do trabalhador, com equipes de trabalho difíceis e com organização institucional fragilizada. Ser menos ou mais penalizado dependia de fatores diversos, como a

característica do equipamento, o perfil da chefia, a vinculação e o comprometimento da equipe com seu próprio ofício e com o território e, sobretudo, da capacidade das equipes de criar o trabalho diante da ausência de orientações técnicas, além da competência para se construir estratégias coletivas e individuais de autopreservação. Os relatos colhidos nessa pesquisa mostram que é essa capacidade de criar e de reinventar o cotidiano de escassez que promoveu coesão entre os trabalhadores, motivação para o trabalho e uma certa ideia de que, apesar de todos os problemas que a pasta sempre enfrentou, existia um espaço de liberdade para criar e para defender o trabalho.

O ano de 2005 começou com expectativas em relação à implantação do SUAS Betim. Trabalhando na ponta com as famílias, Maria considera que não participou do primeiro momento de construção do sistema, pois a discussão ficou restrita ao então grupo do operacional que isolou, num primeiro momento, os trabalhadores que estavam afastados nos equipamentos que, nessa fase, já funcionavam bem na lógica da descentralização. A partir do reconhecimento de uma atuação diferenciada e que poderia estar afinada às novas perspectivas do SUAS, em 2006, ela é convidada a construir e atuar no CREAS centro, que começou a funcionar, como explicaremos a seguir, de forma conjunta com o CREAS do bairro Teresópolis.

Nesta época, tínhamos um cenário federal controverso, mas igualmente promissor, palco de um jogo de forças progressistas e conservadoras, com os direitos e as garantias pautadas no documento da CRFB/1988 ganhando formas na construção de uma nova Política de Assistência Social no Brasil. Junto ao fortalecimento das políticas de combate à pobreza, começou-se uma mobilização para a estruturação das normativas legais que pautariam uma forma de oferecer serviços socioassistenciais que tentassem se afastar da tradição assistencialista. Já tínhamos a LOAS e também a orientação encaminhada na IV Conferência Nacional de Assistência Social de que era preciso criar e implantar o SUAS como forma de estabelecer, de maneira concreta e continuada, a gestão, o monitoramento e a transferência de recursos para Estados e municípios, além da operacionalização, em termos técnicos e legais, da política.

Entre suas orientações, do ponto de vista administrativo, cabe ao SUAS garantir a transparência e a universalização dos acessos aos programas, serviços e benefícios socioassistenciais, promovidos por um modelo de gestão descentralizado e participativo. A gestão da Assistência Social brasileira deve ser acompanhada tanto pelo poder público como pela sociedade civil, garantindo a descentralização administrativa do sistema, as decisões compartilhadas das formas de aplicação dos recursos públicos e a importância dos fundos de Assistência Social como a principal instância para o financiamento da Política Nacional de Assistência Social.

Do ponto de vista técnico, a gestão do SUAS sempre provocou, assim como aconteceu em Betim, iniciativas de trabalho das mais variadas como tentativa de responder à legislação e às normativas com textos generalizantes advindos dos documentos governamentais. Reconhecendo a diversidade das demandas sociais, o Sistema prevê, em sua organização, formas de atendimento que ofereçam respostas públicas diferenciadas. O SUAS, assim como o SUS, organiza-se por níveis de complexidade, tais como: Proteção Social Básica e Proteção Social de Média e Alta Complexidade.

O SUAS organiza-se respeitando três vertentes importantes de proteção: as pessoas, as circunstâncias nas quais essas pessoas vivem e seu núcleo de apoio primeiro, a família. Dentre seus princípios mais importantes estão a universalização dos direitos sociais, o respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e à convivência familiar e comunitária. Dentre suas diretrizes, destacamos a descentralização político-administrativa, garantindo o comando único de cada governo, a participação da população, por meio de organizações representativas que façam o controle social, e a centralidade na família para concepção e implementação de benefícios, serviços, programas e projetos.

Por Proteção Básica, primeiro nível do sistema, podemos definir um trabalho com foco na prevenção, alicerçado em programas, projetos e serviços que garantam o desenvolvimento de potencialidades e de aquisições, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários de sujeitos vulneráveis a situações de risco decorrentes da pobreza ou de outras privações e/ou da fragilização dos vínculos afetivos decorrentes de violências, negligências ou outras formas relacionais. Suas ações devem estar pautadas no acolhimento, na convivência e na socialização das famílias e dos indivíduos e seu equipamento principal é chamado de Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Neste nível, deve prevalecer o atendimento às famílias desprotegidas, seja economicamente ou em relação à fragilidade dos vínculos, mas que ainda conseguem responder às exigências legais e afetivas da convivência humana.

Já na Proteção Especial de Média Complexidade, o acolhimento está garantido no CREAS, equipamento para o qual Maria foi transferida, voltado para famílias cujos vínculos estão rompidos ou seriamente comprometidos. São grupos sociais com dificuldade de cumprir os cuidados determinados por lei em relação às crianças, às mulheres, às pessoas portadoras de deficiência ou a idosos, ou que podem apresentar dificuldades no estabelecimento de vínculos afetivos saudáveis que garantam a proteção e o bom desenvolvimento. Para a Proteção Especial de Média Complexidade, o atendimento é restrito a casos de violência e de exploração sexual, cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto, abandono, maus-tratos físicos e/ou

psíquicos, situação de rua, situação de trabalho infantil, negligência, entre outras.

Na Proteção Especial de Alta Complexidade, são prestados serviços que garantem proteção integral como, por exemplo, moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido a famílias ou indivíduos em situação de ameaça ou que necessitem ser retirados do seu núcleo familiar ou comunitário. São instituições de permanência temporária ou de longo prazo, que devem oferecer atenção integral às famílias ou aos indivíduos no formato de repúblicas, casas de passagem ou lares para permanência de longo prazo. No caso de Maria, ela esteve boa parte da sua trajetória em Betim no CREAS, portanto, na Proteção Especial de Média Complexidade, e percorreu a proteção básica atuando no CRAS Imbiruçu e no CRAS PTB.

Mas será apenas em 2009 que a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009) irá orientar com mais detalhes o trabalho técnico, delimitando as ações que, no cotidiano, já estavam sendo debatidas e construídas pelos trabalhadores: acolher os usuários, escutá-los, realizar estudo social e socioeconômico, além de fazer a construção de plano individual e/ou familiar de atendimento, orientação sociofamiliar, atendimento psicossocial, comunicação e defesa dos direitos, apoio à família na sua ação protetiva, articulação da rede de serviços socioassistenciais, mobilização para o exercício da cidadania a partir de um trabalho interdisciplinar. Para atingir tais objetivos, o documento afirma que a equipe de trabalho deve ser multidisciplinar e o atendimento psicossocial só pode ser realizado por psicólogo e por assistente social.

Aliado a isso, as premissas que organizam o SUAS sublinham de forma importante, para esse novo momento, a noção de cidadania como forma de se atingir a autonomia. Fala-se de uma nova concepção de cidadania, na qual a participação individual e coletiva é definitiva na tentativa de se promover a emancipação do sujeito e a garantia de acesso aos direitos. Além disso, destaca-se uma participação cidadã cuja transformação da individualidade, enquanto uma ação política, é um aspecto fundamental. Aliar o objetivo de promover um sujeito que deve se emancipar individualmente, mas também coletivamente, com condições de produzir mudanças em seus diversos cenários políticos, colocou-se como uma exigência do trabalho técnico. Foi incluída nos objetivos de trabalho, portanto, a novidade de uma compreensão diferenciada da subjetividade, ao contrário do que, historicamente, vinha ocorrendo: ora o sujeito era desamparado em suas mazelas materiais e espirituais (tradição católica), ora marginalizado e “consertado” pelas políticas de Estado (tradição higienista).

De acordo com Afonso (2005), em um documento que marca as primeiras tentativas de traduzir as linhas gerais das normativas e oferecer direções claras para se construir formas de atendimento, o que se pretende atingir com os atendimentos da Assistência Social em todos os

seus níveis de complexidade é um trabalho “socioeducativo” com família e com os indivíduos. O documento, que determina a concepção de atendimento psicossocial para os trabalhadores da Prefeitura de Belo Horizonte, orienta que a abordagem psicossocial, que consta nos documentos de governo, busca analisar a construção mútua entre sujeitos e sociedade e intervir nesta mesma construção (AFONSO, 2005). Para isso, articula três campos de atuação: as relações coletivas (sociedade, cultura e comunidade) que constituem a dimensão sociocultural que embasa e dá origem aos vínculos sociais; as instituições, grupos e redes sociais que configuram as relações interpessoais e o trabalho com valores, representações, práticas e identidades sociais; e, por fim, a singularidade, considerando a relação do sujeito com o contexto em uma dimensão sócio-reparadora.

Para Afonso (2005), as vertentes normativa, educativa e clínica ou sócio-reparadora, as quais compõem o trabalho, devem ser articuladas. Diante da variedade de objetivos, e tentando construir bases concretas para a instrumentalização técnica do cotidiano, vale a pena se trabalhar com metodologias mistas, nas quais existam momentos de reflexão do sujeito consigo mesmo, mas também com os outros e com a cultura. Sobre a dimensão clínica que marca o trabalho, diferencia de um trabalho psicoterápico e a aproxima de uma concepção de “clínica do social”¹⁰, pela qual é possível articular uma dimensão terapêutica ao trabalho educativo. Tais considerações trazem novos desafios aos técnicos, na medida em que a subjetividade é compreendida de maneira contextualizada, ou seja, como produto de um processo dinâmico no qual se faz necessária a interseccionalidade das dimensões de classe, gênero, raça e etnia.

Como a compreensão do trabalho era aberta às várias interpretações, e as contribuições como de Afonso (2005) escassas, o CREAS Teresópolis e o CREAS Centro trabalhavam em perspectivas diferentes. Os profissionais do CREAS Teresópolis, num primeiro momento, consideraram o acompanhamento como um atendimento individualizado, voltado para o sujeito e para suas demandas. Próxima da compreensão de uma clínica psicológica clássica, existia uma resistência de pensar o acompanhamento do indivíduo aliado à rede de atenção socioassistencial e a insistência de se manter uma postura que lia as demandas das pessoas como

¹⁰Duas referências nos orientam na compreensão do termo “Clínica do Social”. A primeira, de um livro de 1991, intitulado *Clínica do Social – Ensaio*, fruto de um Fórum de Trabalho que se iniciou em Porto Alegre, ainda em 1989, intitulado o *Sexto Lobo*, referência ao texto freudiano *O Homem dos Lobos*. Neste livro, os autores definem o grupo criado, e as discussões que se sucederam, como uma forma de criar condições de um diálogo pluridisciplinar para quem tenta hoje intervir discursivamente no sintoma social segundo uma ética compatível com a da psicanálise. Outra importante referência para se compreender o que vem a ser uma “Clínica do Social” é o livro de Célio Garcia, psicanalista de Belo Horizonte, que define este tipo de prática como sendo uma aliança entre o interesse pela subjetividade, articulando os procedimentos de uma prática clínica psicanalítica, com um programa de ação política como prática no dia a dia do cidadão.

segredos que não podiam ser partilhados. Uma postura aproximada da clínica de psicologia tradicional.

Por outro lado, Maria, sozinha no CREAS Centro, sentiu-se à vontade para dialogar sua história de trabalho com o que se anunciava como sendo as premissas dos atendimentos da Média Complexidade. Como fundadora do equipamento, começou a construir uma linha de atuação que conciliava atendimento familiar e individual com a possibilidade de se fazer grupos, rodas de conversa, sempre na perspectiva de um acompanhamento construído em conjunto.

Como a prefeitura de Belo Horizonte sempre se mostrou como referência na construção da política, aconteceram visitas e conversas com os trabalhadores, leituras, pesquisas e estudos diversos. Em 2006, estruturou-se no Espaço Asas da Juventude, o Programa de combate ao Abuso e à Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes (SENTINELA) no CREAS e, em seguida, o Serviço de Orientação Sociofamiliar (SOSF), programa que atendia a todas as situações de violência, menos a sexual envolvendo crianças e adolescentes, atendida pelo Sentinela. Já mulheres em situação de violência constituíam um público atendido, na época, pelo Centro de Referência Especializado de Atendimento à Mulher - CREAM.

Num primeiro momento, a tarefa dada à Maria para estruturar o CREAS - Centro era construir o serviço SOSF. Com um crescimento rápido da demanda, chegando a um número de quarenta casos sob sua responsabilidade, um colega, psicólogo, veio para ajudá-la. Logo depois, na compreensão, por parte das chefias, de que o trabalho infantil era uma violação de direito e deveria estar no CREAS, chegou também o programa PETI. Existia uma demanda de digitação de informações e de construção de planilhas com informações essenciais a serem enviadas periodicamente ao governo federal. Com uma sobrecarga de trabalho, solicitaram à chefia uma profissional que pudesse fazer o serviço de digitação e servisse como apoio administrativo. Chegou, na época, uma jovem que nunca tinha mexido em um computador, mas que precisava ser contratada pela prefeitura, reafirmando que ainda não se havia vencido a velha tradição dos cabides de emprego que sustentaram a gestão dos recursos humanos na Política de Assistência Social no Brasil.

No ano de 2007, embora tenha acontecido uma ampliação significativa da política, com novos investimentos, com crescimento dos recursos humanos, dos documentos e das possibilidades para se estruturar as ações da Assistência Social nos municípios, havia uma estruturação dos serviços na Média Complexidade que incomodava os técnicos e seu questionamento, realizado na forma de uma ampla discussão coletiva, de estudos e de criatividade, propiciou um momento importante e singular no Asas da Juventude e no processo

de institucionalização da Política de Assistência Social de Betim. Importante não só em termos de crescimento da capacidade técnica, como também uma experiência de autonomia e de criatividade para aqueles que participaram da construção desse momento. Durante esta pesquisa, eram significativos os sentimentos de alegria e de orgulho que apareciam entre os trabalhadores quando narravam este acontecimento.

Era um problema para o trabalho o fato de as famílias percorrerem vários serviços no mesmo equipamento. Sendo divididos, de acordo com as violações, nos serviços SENTINELA, SOSF, Medidas Socioeducativas e CREAM, os casos eram “encaixados” a partir, unicamente, da violência sofrida. Existiam famílias com vários membros em diferentes serviços, ao mesmo tempo em que todos eles deveriam trabalhar com a lógica do atendimento familiar. Fragmentado, o grupo familiar não só era compreendido e avaliado de diferentes formas, como tinha várias demandas e agendas institucionais para responder. Para uma mãe (as mulheres eram o maior público do CREAS) com um filho cumprindo medidas socioeducativas, outro no Sentinela e ainda sendo acompanhada pelo SOSF, o número de atendimentos semanais ficava insustentável, assim como suas responsabilidades em relação ao cumprimento das orientações e ao cruzamento de reflexões sobre a situação de risco que vivenciava. Dessa forma, a sobreposição de ações era um claro motivo para a evasão das famílias dos serviços.

Havia também casos em que outras violações eram descobertas pelo técnico durante o acompanhamento. Se chegava ao Sentinela pela violência sexual, o que fazer se eram também constatados violência contra a mulher, situação de pobreza, trabalho infantil ou outras violações de direito? O trabalho com os “caixotinhos”, como eram chamados pelos técnicos os diferentes programas, criava um embaraço técnico difícil de operacionalizar. Diante disso, a partir de um movimento autônomo e coeso, que exigiu vários momentos de estudos coletivos e individuais, além de muita invenção, os trabalhadores propuseram a unificação dos serviços, orientação que viria em 2009, através do documento da Tipificação (BRASIL, 2009), como medida a ser tomada pelos equipamentos de Média Complexidade do sistema. A experiência aponta a existência de processos instituintes que nasceram e ganharam força no cotidiano até se tornarem instituídos.

Para viabilizar as mudanças, conforme consta no documento original anexado a esta tese, a equipe construiu um conjunto de elementos que pretendia refletir sobre a situação atual, indicar concretamente medidas de reorganização dos serviços e solicitar à secretaria condições necessárias para desenvolver a nova proposta. Para isso, o texto discutiu a forma como acontecia a sobreposição de ações e o prejuízo que isso implicava para famílias e equipes;

justificou que ampliar o leque de atendimentos às violações de direitos, para os técnicos, seria uma forma de ajudar a manter a saúde mental, já que focar o trabalho em apenas uma violência estava causando sofrimento; os trabalhadores indicaram, no projeto, que não era possível, diante do aumento considerável dos casos, esperar uma orientação do governo federal, por isso estavam propondo um arranjo original e possível de ser operacionalizado; quanto à metodologia de trabalho, seria modificada por divisões de técnicos por regional, e não mais por serviços, favorecendo o vínculo com o território e a promoção de redes intersetoriais e de solidariedade; reforçaram a demanda por supervisão de casos; estabeleceram algumas considerações sobre o acompanhamento individual e em grupo dentro da nova modalidade de atendimento; sugeriram a delimitação de vinte e cinco casos por técnico, sendo que seriam dois trabalhadores para cada regional; atribuíram à equipe, em conjunto com a secretaria, a tarefa de construir indicadores que avaliassem o processo de mudança; definiram as atribuições de todos os profissionais envolvidos no trabalho do CREAS nesta nova forma de gestão do serviço; sugeriram o número necessário de recursos humanos, além de recursos materiais, financeiros e equipamentos para operacionalização do trabalho.

Abaixo, o Quadro 3 que consta no documento e que demonstra o número de profissionais da época no CREAS, bem como a quantidade necessária. O aumento dos números não tem a ver, apenas, com as mudanças que viriam. A existência de profissionais aquém da demanda dos equipamentos da Assistência Social é uma tradição institucional da política.

Quadro 3 - Profissionais da época no CREAS

Recursos Humanos Necessários	Recursos Humanos Atuais
01 Coordenador Técnico com 40 hs semanais	01 Coordenador Técnico com 30 hs semanais
16 Técnicos	11 Técnicos
04 Estagiários de Nível Superior	02 Estagiários de Nível Superior
02 Advogados	01 Advogado
20 Educadores Sociais	14 Educadores Sociais
02 Auxiliar/Oficial Administrativo	01 Auxiliar/Oficial Administrativo
02 Estagiários de Nível Médio	01 Estagiário de Nível Médio
01 Recepcionista (por turno)	Ver observação
02 Agentes de Serviços Gerais	Ver observação
01 Guarda Municipal	Não há
01 Guarda Patrimonial (Plantão)	Ver observação

Fonte: Elaborado pela autora.

Mesmo vivendo com uma sobrecarga de trabalho e com uma equipe desfalcada, Maria considerou que todos, inclusive ela, cresceram e se desenvolveram do ponto de vista técnico. Embora houvesse uma tendência a assumir a forma de trabalho de Belo Horizonte, os trabalhadores não concordavam em adaptar estratégias sem um processo de reflexão coletivo autônomo que, na maioria das vezes, acontecia aquém dos interesses e da participação das coordenações. Além de se reunirem para pensar os serviços de uma forma mais aprofundada, o que era uma novidade, e planejassem juntos uma forma de viabilizar o trabalho, uniram-se também contra um controle e uma ameaça de desmembramento da equipe que estava constantemente nos horizontes a partir dos jogos discursivos e que vinha por parte do operacional.

Aliado da estruturação do CREAS, foi um psicólogo e psicanalista, que compunha o setor do operacional, quem impediu, nesta época, que o grupo fosse dividido e, dessa forma, enfraquecido. A equipe de profissionais se caracterizava por uma disposição para sustentar, como mostra a história de Maria, críticas aos mecanismos de controle pela via do saber e do exercício da coletividade. Era um grupo que, inevitavelmente, falava e, com isso, dava trabalho a um sistema político que demonstrava interesses restritos pelas consequências libertárias de um processo autogestionário.

A constituição de movimentos de resistência à precarização do serviço era uma característica desta equipe. Um deles, importante quando se trata de uma política pública

afinada com a atuação clientelista e oportunizada pelo favorecimento de candidaturas e não por obras de interesse público, foi a descoberta dos recursos do CREAS por dois técnicos da época. Embora os trabalhadores insistissem em participar da gestão dos serviços, a dos recursos era feita de forma obscura pela chefia. Não havia reuniões para demonstrar recursos recebidos, discussões para levantar como seriam investidos ou mesmo como tinham sido gastos. Por parte dos profissionais, havia um compromisso com a construção do SUAS sem que se preocupassem com o propulsor de tudo isso: o dinheiro. Esse analisador, que aparece no decorrer desta tese, também pode ser utilizado para pensar a relação dos trabalhadores com a escolha profissional e com seu fazer. Embora o dinheiro seja uma fonte de sofrimento e aponte para a incongruência entre esforço e conforto material, a vinculação com o trabalho, quase sempre, passa mais pelas questões afetivas do que necessariamente por aquelas relativas ao retorno financeiro, como veremos adiante.

Na contramão da tradição de se submeter a um sistema interessado em moldar subjetividades profissionais animadas pelos ganhos subjetivos do trabalho e desatentos aos recursos que propiciariam condições dignas de exercer a profissão, dois técnicos, psicólogos, que possuíam na época cargos de chefia e transitavam entre o topo da hierarquia da secretaria, descobriram recursos vindos do governo federal e destinados ao CREAS que mudariam a execução do equipamento dali em diante. Diferentes dos demais, e novidade entre o grupo, essa dupla tinha uma visão mais administrativa e financeira, o que, de certa forma, apontou o descuido da equipe com um aspecto tão importante da gestão. Com a descoberta da verba, foi possível aumentar o quadro de recursos humanos e equipar melhor o CREAS, além da compra de cartões de transporte para usuários, de linhas telefônicas individuais, da transição para uma nova sede, entre outras melhorias. A dupla ainda propôs os primeiros passos para a organização da Alta Complexidade do SUAS. Embora já existissem os serviços de acolhimento institucional, era preciso pensá-los e reorganizá-los a partir das novas orientações federais.

Funcionando em uma nova sede, em cima de um banco privado, o CREAS era um espaço amplo, subdividido em várias salas que garantiam uma boa, embora fria e indiferente, infraestrutura aos técnicos. Todos sentiram a saída do Espaço Asas e do acolhimento que ele garantia. Embora fosse um período de crescimento, e de certa forma isso também foi festejado entre os profissionais, houve um empobrecimento das relações e um distanciamento daquilo que era a sustentação da criação do trabalho e das possibilidades de solidariedade e de amizade no contexto insalubre de um cotidiano institucional que lidava de forma tão próxima com a violência. A chegada de novos profissionais, a partir da descoberta da verba, não potencializou, mas, empobreceu, a coesão grupal. Além disso, uma coordenação da época inviabilizava

movimentos de aproximação, reafirmando a lógica de pequenos grupos que se relacionavam de forma fragmentada.

Com o serviço do CREAS balizado agora pela política nacional, tendo suas diretrizes sustentadas pela premissa do atendimento individual e ao público em situação de violência, não era mais possível misturá-lo com as ações assistencialistas e nem para grandes grupos, como acontecia no Espaço Asas da Juventude. Sua permanência naquele espaço tão disputado e de visibilidade para a população, já não contribuía com a ação populista da distribuição de cestas básicas, pão, cursos, lanches e festas. O CREAS, nesta época, a partir da ação da própria equipe e de orientações advindas de diversas fontes, entre elas o que já existia de documentos oficiais do governo, estava circunscrito em uma atuação com o público em situação de risco, propondo atendimentos individuais ou familiares e se opondo à movimentação tumultuada das intenções populistas. A luta pelo sigilo dos casos, discricção nos atendimentos, qualidade da acolhida e da escuta era uma pauta constante dos técnicos. Dessa forma, o equipamento se afastou, de alguma maneira, dos efeitos da política partidária que atravessava a pasta.

Além disso, havia, naquele momento, uma equipe já consciente do alcance e do interesse das ações político-partidárias e da sua capacidade de resistência diante dos assédios. Era uma equipe crítica e atuante. Diante disso, “esconder” o equipamento na invisibilidade de um prédio comum, em uma das ruas mais movimentadas da cidade, e com uma coordenação que não causaria embaraços institucionais, faria com que se ouvissem menos aquelas vozes, assistissem menos àquelas condutas e poluíssem menos um cenário que era para ser, também naquele momento, palanque para candidaturas e para disputas eleitoreiras de uma próxima eleição que se aproximava.

Um fato importante marcou esse período histórico do CREAS, e a trajetória profissional de Maria, entre os anos de 2007 e 2008. Já com uma bagagem metodológica, teórica e de acúmulo de experiências com os casos, a equipe pleiteou junto à chefia, e conseguiu, o que não era nada fácil na época, a consultoria de uma professora de um curso de Serviço Social para sistematizar, primeiro através de oficinas participativas com a equipe, depois através de um documento a ser guardado e disponibilizado para consultas posteriores, as referências até então construídas e que balizavam a realização do trabalho no CREAS Centro. Os trabalhadores queriam registrar o movimento singular que o grupo tinha construído e as ideias compartilhadas que possibilitaram a realização do trabalho sem a existência de documentos oficiais.

Embora tenha realizado a tarefa de coordenar os grupos para produzir reflexões e registros, a professora não entregou o documento final, e ficou com o pagamento e com todo o

material escrito pelos técnicos durante as oficinas. Maria considera que, a partir desta experiência, os trabalhadores, de certa forma, não conseguiram mais, da maneira potente como acontecia, criar. A atitude arbitrária da consultora vai ao encontro do descuido com o registro que marca a história deste grupo de trabalhadores.

A desatenção com a memória, com a própria história e com o próprio esforço potencializa a euforia de uma militância que, muitas vezes, é devorada pelo objeto pelo qual luta. Se não há memória, registro e continuidade, sempre haverá o afã de se inventar o que fazer diante de um vazio que, um dia, já foi ocupado pelo trabalho de muitos. Registrar na tentativa de compor o instituído com proposições diferenciadas e que respondem ao tempo histórico, seria a tentativa de se evitar um ciclo comum na Política de Assistência Social e que a coloca, com insistência, em eternos pontos de partida e repetições. Maria acredita que a atitude dessa professora marcou tanto pessoas quanto o próprio processo de institucionalização do CREAS, já que depois disso não houve mais tentativas de sistematizar o trabalho. Para ela, que atua ainda hoje na mesma secretaria, esse é um prejuízo que aparece todo o tempo, sobretudo quando colegas recém-chegados perguntam sobre a forma de realizar alguma atividade e ela se lembra que houve, em algum momento, uma discussão sobre o assunto.

Na vida pessoal de Maria, três experiências de vida foram significativas nesta mesma fase e dialogam com seu trabalho de uma forma interessante. A primeira foi o reencontro com a necessidade de estudar para exercer o trabalho social. Sua trajetória nos movimentos sociais e no trabalho com a população de rua, visceral e intensa, pouco lhe exigiu pesquisa e aprofundamento em algum campo teórico. Se antes atuava somente a partir de uma sensibilidade específica, quando chega para trabalhar na prefeitura começa a perceber que, sem estudar, não irá conseguir produzir e nem realizar atendimentos. De um saber construído intuitivamente e a partir de um envolvimento emocional profundo, Maria começa em Betim um percurso que, como ela disse várias vezes, precisa fazer conversar duas dimensões essenciais do trabalho na Política de Assistência Social: competência técnica e compromisso ético com as populações excluídas e marginalizadas.

As duas outras experiências dizem respeito à sua vida familiar e, mais especificamente, quando a aproximação entre seu trabalho e a relação com os filhos tomaram uma dimensão de sofrimento. Em meados de 2007, Maria concretizou o sonho de adotar uma criança e ser mãe também de uma menina. Sua filha chegou com características e história de vida próximas das famílias que Maria acompanhava, e isso interferiu significativamente tanto em seu trabalho, quanto na construção da nova maternagem que ali se colocava.

Como a maioria das famílias que se dispõem a uma adoção, Laura e Maria viveram com intensidade os estranhamentos e a construção de uma relação mãe e filha. Quando chegou para morar com a família, Laura já tinha sete anos e uma história de vida da qual não podia, naquele momento, abrir mão. Isso fez com que duvidasse de certas situações e requisitasse, com a força de uma criança que não mais se reconhecia, a compreensão do amor que ali já se apresentava, mas que precisava, de alguma maneira, dialogar com suas memórias pessoais, interagir com suas dúvidas e ir se modelando a partir de um movimento que não fugia às mais diversas confrontações do que, afinal, estava acontecendo naquele encontro. No relato de Maria, ficou claro que não faltou coragem e verdade para mãe e filha: Laura em questionar, sobretudo, a partir de sua existência corporal, quem era aquela mulher que se apresentava como sua nova mãe; e Maria, por acolher, no corpo e no discurso, toda aquela intensidade que não só sustentava uma dúvida sobre o amor que ela estava, definitivamente, determinada a criar, como também colocava questões imediatas que ela não tinha condições de responder.

Sempre intensa na relação com sua profissão, Maria contou que chegava em casa cansada, tanto emocionalmente, quanto fisicamente. A partir do momento em que adotou Laura, era preciso se dispor, todos os dias, ao chegar do trabalho, a um bombardeio de comportamentos vindos da sua filha que tinham um significado importante naquele período. Sentada no sofá, Maria lembra que Laura, insistentemente, enfiava a cabeça na sua barriga com força, querendo com isso formalizar uma maternidade que, para ela, deveria passar pela experiência do nascimento biológico. Na pergunta “como serei sua filha se não nasci de você? ”, Laura escancarava uma relação inacabada, estranha, e que poderia, para ela, criança, estar gerando algum sofrimento e não o amor prometido.

Foi a própria Laura que encontrou uma saída para seu embaraço. Se, para ela, a construção do amor de mãe e filha passava pela corporeidade, construir a relação deveria ser, também, por essa via. Um dia, quando mãe e filha brincavam no quarto do irmão de Laura, ela olhou para o quadro que enfeitava o lugar: Maria amamentando o filho bebê. Laura virou para Maria e disse que, como ela não a teria amamentado, não poderia ser sua mãe. Quando escutou da mãe: “Se você quer, tem sim”, Laura abocanhou com rapidez e com voracidade o peito da mãe, sugou como se estivesse com fome e foi, então, acolhida como realmente precisava para conseguir elevar aquela convivência a uma relação mãe e filha. Mesmo com uma certa aflição por não saber quando conseguiria “desmamar” Laura, Maria amamentou a menina por algumas semanas, tirou uma foto do momento e colocou no quarto daquela que era, agora, a sua filha.

Viver o processo de adoção com toda essa carga emocional fez com que Maria, em diversos momentos, não reconhecesse os limites entre a vida pessoal e o fazer profissional. Atender no CREAS e cuidar da filha eram a mesma coisa, ficando difícil separar, por exemplo, a sua história e suas particularidades, como mãe, das mulheres que atendia e que não conseguiam construir a maternagem ou insistiam em ser violentas com os filhos. Maria contou que já não sabia mais, nessa época, quando estava falando com o usuário, a partir da história dele, e quando falava a partir das suas questões.

No período da adoção, trabalhava com uma equipe próxima e amiga. A experiência foi compartilhada com os colegas de forma a trazer para Maria força e apoio. Teve também no mesmo psicólogo e psicanalista, integrante do operacional, um parceiro para ouvir desabafos e para oferecer reflexões que, de um lado, minimizassem seu mal-estar, de forma com que ele não aparecesse no trabalho e, por outro, também ajudasse a criar formas de lidar com sua experiência pessoal de adoção. Era o momento de separar trabalho e vida. Movimento que ela ainda não havia realizado, mas que era necessário naquele período para conseguir construir a maternagem junto com Laura e, em outro momento, ser assistente social da prefeitura.

A terceira experiência que teve forte ressonância em sua vida pessoal foi o fato de ter criado um persistente medo sobre a segurança dos filhos. Assistir a diversos tipos de violência contra crianças e adolescentes, no cotidiano de trabalho, fez com que ela suspeitasse de que os filhos estariam à mercê de uma violação de direitos. Isso fez com que aumentasse não só seu sofrimento pessoal diante da preocupação com a família, como também atingiu diretamente as crianças, já que, como ela mesma disse, em vários momentos, eles tiveram a liberdade excessivamente vigiada.

Quando deu uma das entrevistas para essa pesquisa, Maria se queixou sobre uma suspeita de câncer de mama e relacionou o evento à carga emocional do trabalho. Não apontou, necessariamente, os problemas trazidos pelas pessoas que escutava no cotidiano, mas as dificuldades institucionais que colocam a Política da Assistência Social em uma eterna descontinuidade. Mesmo assim, nunca pensou em sair da secretaria. Considera que mudar de pasta seria assumir um fracasso que não é seu, mas da execução da política, como se, além de tudo, o trabalhador tivesse que assumir a responsabilidade por uma política pública que não estava dando certo. Para ela, permanecer na Assistência Social é um direito pessoal, conquistado pelo concurso público. Embora sofra e adoça, é nessa política que está o seu prazer em trabalhar e foi nesse campo que construiu sua trajetória, seu acúmulo teórico e prático. Apesar de tudo, ela me diz que ali é feliz.

3.4 Pistas para se pensar a sobreimplicação

Duas instituições se destacam na trajetória de Maria: num primeiro momento, a família e seu investimento na religiosidade da filha, levando-a a projetar uma vida religiosa, como freira; e a influência da Igreja Católica e seus movimentos progressistas na construção da religiosidade além de, mais tarde, na construção da vinculação de Maria ao trabalho social e na forma como o concebe.

No que diz respeito à relação de Maria com as instituições, cabe pensar como a Igreja Católica, diante da sua necessidade de expansão e diante da abertura democrática no país, forjou em seu bojo um grupo militante que, mais tarde, assim como Maria, pôde estudar e encontrar uma forma de traçar a vida profissional dentro das suas experiências pastorais e a partir das suas afinidades afetivas. Doimo (1984) faz duas ponderações importantes: a de que a igreja influenciou profundamente, sobretudo a partir das CEB's, a constituição dos movimentos sociais, sejam eles operários, do campo ou das lutas por moradia; e de que não há estudos que mostrem, de forma contundente, os efeitos da influência da igreja no contexto sociopolítico.

Silva (2006), em um dos poucos estudos que correlacionam carisma católico e Assistência Social, vai apontar que a ideia de “caridade”, reforçada sobretudo pela experiência das CEB's, é definitiva no fazer das lideranças pastorais, grupo leigo da igreja que mantém trabalhos voluntários ou filantrópicos no âmbito das ações da evangelização e da filantropia. Que o “inimigo sempre volta”, como nos disse uma das entrevistadas, e título desta tese, faz-se uma questão pertinente para se pensar as condições institucionais que colocam a pasta sempre à deriva das escusas vontades políticas dos diversos governos. Cabe refletir o que contribuiria com essa fragilização, tanto do ponto de vista da macropolítica, quanto dos movimentos marginais e micropolíticos que colocam a instituição em movimento. Na próxima parte desta tese, nós nos dedicaremos a tentar entender uma pequena dimensão deste cenário multideterminado que, a nosso ver, não define as formas de gestão da política, longe disso, mas que pode contribuir para que o inimigo se agigante.

Quando o SUAS começou a intensificar a produção de documentos e de normatizações para profissionalizar e para padronizar a atuação dos profissionais nas instituições, Maria se surpreendeu e investiu em um processo de estudo que, até então, era novo em sua trajetória no trabalho social. Não era, apenas, uma questão de entender as normativas e tentar operacionalizá-las diante do desafio da incompletude dos documentos. Além disso, era preciso sistematizar sua prática levando em consideração parâmetros instituídos e aos quais teria que responder. As

gavetas cheias de pastas que correspondiam às famílias acompanhadas que Maria encontrou assim que tomou posse, talvez tenham sido o pontapé inicial desse processo. O trabalho não estava mais restrito ao corpo a corpo do cotidiano, era preciso, de forma permanente, conciliar os saberes da prática, intuitivos e militantes, com uma rigidez e uma regulamentação trazidas pela política pública a partir de seus documentos.

Léia, em uma fala significativa em um dos grupos entrevistados, relata o que foi, do ponto de vista dos técnicos, a chegada dos documentos no período do governo Lula. A fala foi colocada na íntegra pela sua importância para os argumentos dessa pesquisa:

Eu acho que quando veio a tipificação e começaram a vir todas as diretrizes, a gente empobreceu. A gente empobreceu na nossa riqueza. Na época, eu fiquei pensando nisso: “nossa, engraçado, a gente produziu tanto! Mas depois que veio tudo pronto, aí a gente teve que começar a encaixar todas as práticas que a gente tinha e que eram práticas riquíssimas. A gente começou a ter que encaixar nas caixinhas que o Ministério nos orientava. E quando a gente começou a fazer isso, as coisas não funcionavam, e a gente começou a ficar com um braço cortado, uma perna cortada, e a gente não conseguia ter autonomia. Porque a gente começou a ser cobrado a seguir aquelas diretrizes que estavam impostas, então acho que aí a gente empobreceu. E talvez o desmonte tenha começado por aí porque a gente, de fato, ficou pobre. Não precisava mais de parceiro, não precisava mais discutir, porque já estava tudo posto e a gente precisava se enquadrar e se encaixar. Que é a minha grande crítica ao bolsa-família, saí da básica por causa dele, detesto o bolsa-família, naquela lógica fiscalizadora. A proposta não é essa, mas é isso que acontece na prática! Mas é isso que é cobrado, você preencher um tanto de formulário. Porque naquela época rica a gente não tinha que preencher esse monte de papelada, se o menino foi, se o menino não foi, a gente estava ali por um outro viés. Mas depois ficou chato, ficou chato. (Léia- durante as entrevistas coletivas)

Léia ressalta que antes das normatizações, que chegaram apresentando um cenário de atuação, mas não o definindo, o que, ainda hoje, é uma realidade, a força do coletivo e da potência de agir com criatividade e pertencimento era uma realidade que agregava e dava alegria ao trabalho. Com o exemplo do Programa Bolsa-Família, ela nos diz que algo empobreceu e o exercício da invenção não era mais exigido diante da prevalência da normatização e da obediência às diretrizes. Uma inteligência prática, próxima dos saberes da militância, derivada das forças instituintes, encontra-se com a possibilidade de institucionalização. Apesar de se preocuparem com a continuidade e com o fortalecimento da política pública, os profissionais se queixam, pois apresentam dificuldades para construir um novo tipo de trabalho social que dialogue com processos institucionais rígidos que podem garantir à Assistência Social força técnica e política diante dos constantes inimigos que aparecem a cada eleição.

Queremos levar em consideração, portanto, o processo histórico pelo qual passou a Assistência Social no Brasil, dominado, principalmente, pela Igreja Católica, além do contexto

em que emergiu a política na cidade de Betim. Precisamos também levar em conta que é possível haver diversas influências sobre os trabalhadores que provoquem um jogo de forças no âmbito do vivido, cujos efeitos aparecem na ausência de racionalidade da prática e na precariedade da própria política. Estamos longe de um discurso culpabilizante sobre os profissionais, já tão vulneráveis pelo exercício do próprio trabalho, mas interessa-nos pensar o que fizeram e o que fazem quando lidam com uma instituição marcada por rupturas em detrimento da continuidade e da ação coletiva-política-transformadora.

Com esse pano de fundo, algumas pistas, ou seja, categorias descritivas, levam-nos a interrogar história, prática e fazer dos trabalhadores: a) a partir do conceito de “transversalidade”, interessa-nos problematizar a presença das instituições que aparecem nos relatos dos técnicos, a forma como aparecem e como elas podem estar relacionadas tanto com a escolha pelo trabalho social, quanto pela forma de concebê-lo. Além disso, a ideia do “mártir” nos ajudar a pensar na implicação do trabalhador bem como nos efeitos estabelecidos no “atravessamento” entre sua história pessoal e o campo de trabalho; b) “a ética do trabalho”, a concepção de trabalho social para os profissionais e a forma pela qual concebem as interfaces éticas do fazer. Além disso, em Betim, especificamente, o estabelecimento de uma dinâmica institucional constantemente pendular, que oscila entre conquistas e precariedades, animando uma sobreimplicação que acredita que é possível fazer muito enquanto o inimigo não volta, ou mesmo que é possível despistar o inimigo e fazer o bem; c) na parte “o corpo da política”, discutimos experiências de adoecimentos que serviram de alerta para se pensar a sobreimplicação, como também nos revelam o quanto do profissional é exigido para se sustentar a Política de Assistência Social no Brasil; d) “o trabalho pleno de sentido”, frase dita por uma trabalhadora e que nos indica a concepção dos profissionais sobre a Política de Assistência Social, inflando uma prática que tende a perder sua dimensão político-institucional e coletiva nos afetos humanitários de cada um; e) a análise do “gesto profissional do trabalhador social”, como forma de acessar os saberes da prática e de que forma os tempos do privado e da vida profissional convergem; f) e, finalmente, em “resistência, vida e alegria no fazer profissional”, as experiências com características autogestionárias e instituintes que garantiram coesão e produtividade ao grupo de Betim. Momentos em que os trabalhadores saíram de si e foram ao encontro do institucional, conseguindo balizar exterioridade e interioridade em direção a uma prática em que todos estivessem sob cuidados, em condição de fala e atentos para racionalizar o trabalho e não sendo invadidos por ele.

4 SENTIDOS DO TRABALHO

4.1 A implicação que constrói o martir: militâncias, paixões e subjetividades

[...] el arcaísmo psíquico se manifestará en el resurgimiento de la ilusión de omnipotencia infantil: la creencia en una edad de oro posrevolucionaria; en el sueño de una sociedad sin clases (“todos son hermanos”: la estructura familiar); en la profunda regresión consistente en negar la agresividad humana fundamental y en creer en un mundo futuro bucólico, donde “el león y el cordero estarán hermanados” (Marcuse), imagen que no es sino la actualización inconsciente de la cuna en que duerme el lactante ahito de leche.(MENDEL, 1973ab)

Este item tem como objetivo compreender a forma como o trabalhador social se vincula à Política de Assistência Social, principalmente levando em consideração a hipótese de que a relação com instituições específicas, e comuns em algumas trajetórias, pode favorecer uma vinculação militante e, muitas vezes, sobreimplicada com a política pública. De forma a proporcionar uma melhor condição de compreensão das trajetórias individuais dos entrevistados, assim como estabelecer um paralelo entre elas, apresentamos, num primeiro momento, um pequeno resumo, em forma de narrativa, de cada uma das sete trajetórias pesquisadas e, em seguida, um fluxograma simples que facilite a visualização do percurso de cada um.

A partir da proposta de Bertaux (2010), a pergunta que orientou a construção das sínteses, e também das análises, foi: quais elementos, em sua narrativa, os trabalhadores utilizam para justificar a escolha pelo trabalho social? Aqui nos interessa a forma como os fatos foram encadeados, a temporalidade e as bifurcações que revelam um enredo que narra a construção do ofício de trabalhador social. Nesse sentido, cabe a nós destacarmos os eventos e os elementos para os quais os sujeitos pesquisados dão ênfase ao narrar a trajetória profissional e a chegada na prefeitura de Betim como servidores efetivos de uma política pública específica e com determinadas características.

4.1.1 Trajetória 1 - André

André explicou a sua sensibilidade em relação ao trabalho social e ao apoio às políticas progressistas, e de esquerda, na relação com o pai e no que ele chama de “arquétipo comunista que vem da Revolução Russa”, que atravessa a história da família. Explica sua origem familiar costurada com sua militância nas políticas públicas destinadas às minorias (a luta antimanicomial e a Política de Assistência Social), vinculando-as à figura do pai, comunista

romeno, e a suas escolhas.

Criada em uma pequena cidade da Romênia, a família paterna tinha uma “estética popular”, como André mesmo diz, que a localizava em uma classe proletária e, assim como seu pai, vários dos seus tios migraram para outros países. Por outro lado, com a herança familiar materna, uma mãe brasileira de origem turca, André define seu outro arquétipo - “judaico comunista” - ressaltando também a posição materna em relação à política econômica. Ele reflete que suas escolhas pela política pública como campo de atuação, que “a luta pelo social”, tudo isso não foi nada pensado, mas algo que sentiu e que, posteriormente, tornou-se o melhor caminho. André disse que sua irmã também é psicóloga e militante da Assistência Social, e que há um outro irmão, médico do SUS.

Apesar de conseguir produzir críticas e de ter abandonado a Assistência Social, inclusive a partir de uma exoneração (ele era funcionário concursado da saúde mental e cedido para a Assistência Social), André diz que sua implicação não é pensada, analisada, como uma escolha que o fez sofrer ou refletir, é mais como algo que nasceu com ele e, portanto, está pouco racionalizado. Utiliza a expressão “veia de esquerda” para situar sua “paixão” pelo trabalho social. Considera que o capitalismo sempre foi um inimigo da família e se lembra de uma frase dita pelo pai ao confrontar o sistema e aqueles que dele se beneficiam: “é uma corja de capitalistas”.

Algumas bifurcações chamam a atenção em seu relato. A mais importante, talvez, tenha sido a entrada na saúde mental e na luta antimanicomial e o começo do compromisso com o trabalho social. Antes da universidade, André vivenciou uma experiência importante no hospital Raul Soares como voluntário e depois, já na universidade, em um internato rural em Montes Claros. A entrada na universidade foi definitiva para a ideia de profissionalização dessa sensibilidade. Profissionalizar-se na psicologia possibilitou fazer pulsar o arquétipo comunista: primeiro nas lutas estudantis, depois na luta antimanicomial (concurso em Montes Claros e depois coordenação da saúde mental no Estado de Minas Gerais); em seguida, na saúde mental da prefeitura de Betim para, na sequência, fazê-la surgir na Política de Assistência Social, a convite da então secretária Regina Rezende.

Neste convite, rejeitou uma primeira oferta para atuar como assessor, o que poderia lhe garantir uma carreira política que não era de seu interesse, por isso permaneceu no grupo conhecido como operacional. Considerou que esse grupo não tinha, na hierarquia institucional, uma posição de chefia, mas sim a de facilitadores de processos, com momentos de formações coletivas e de construção da política. André vê como um forte propulsor de políticas sociais a ideia de que os coletivos podem produzir saberes. Insiste na premissa de que é preciso qualificar

e capacitar para se produzir um corpo crítico e politicamente posicionado. Embora sustente a necessidade de um rigor teórico metodológico, acredita que a formação política é que intensifica o compromisso ético e, posteriormente, o técnico.

André ressaltou que formação e capacitação podem fazer frente a uma tendência assistencialista que ronda o fazer na Assistência Social. A premissa constitucional “da Assistência Social como direito e não como benesse”, através do amadurecimento da política pública, vai moldando e dando consistência ao saber fazer, antes regido pela lógica cristã de cuidado com os pobres. Apostou na Psicanálise como referencial teórico para confrontar a crença, sobretudo das assistentes sociais, de que há um movimento consciente no qual o sujeito informado tem condição de construir sua cidadania. Para ele, existe uma lacuna inconsciente que é preciso nomear e trabalhar no fazer técnico e no acompanhamento dos casos.

Durante seu tempo de assistência social, André sempre participou do grupo do operacional ao assessorar chefias e a secretária, ao promover supervisões de caso e ao participar, como coordenador, dos processos diversos que envolviam a construção da política. Desse lugar, fala que na Assistência Social não há coesão de trabalhadores como na política de saúde, sobretudo na de saúde mental. Considera que parte dessa precarização vem sendo mantida pelos governos quando sustentam, em seu grupo de recursos humanos, uma maioria de contratados.

Sobre a forma como a política é organizada, diz que a entrada de um novo governo, por exemplo, é uma chance de acreditar novamente em uma possível estruturação da política. André aponta que o movimento de progressos e de regressos não é assimilável pelos trabalhadores, fazendo com que uma grande quantidade de investimento emocional e no trabalho se reverta depois em adoecimentos e no próprio abandono da política, como foi o seu caso. No entanto, ele considera que conseguiu fazer um movimento importante: “num determinado momento, a gente vai ficando mais descolado e faz o que é possível”. No âmbito da formação, acredita que os efeitos que vamos colher a longo prazo são imponderáveis, diz da “ideia de tocar o coração das pessoas”, que o profissional pode se tornar sujeito do próprio trabalho e, em consequência, um trabalhador social.

Sua concepção de trabalhador social ocorre a partir de categorias afetivas nas quais está em jogo promover uma desalienação da alma capitalista e a construção de uma ética condizente com o trabalho social, antes mesmo da apropriação da técnica. O trabalho social acontece, portanto, a partir de um *ethos* próprio e fundamental. André também explica seu envolvimento a partir de categorias afetivas: “eu ia a Betim porque eu amo isso”, ou seja, era algo que o constitui e que sustenta o seu desejo profissional de interferir e de produzir mudança.

4.1.2 Trajetória 2 - Luíza

Luíza situa a escolha pelo trabalho social ao fato dos dois irmãos terem morrido, ainda adolescentes, por causa de uma doença grave e fatal. Ela costura seu discurso através da forma como precisou lidar com os desafios de perdê-los. Não era compreensível, para ela, que seus irmãos morressem tão novos, por isso, era uma necessidade escolher um trabalho que, de certa maneira, prevenisse que outros adolescentes morressem quando tais mortes podiam ser evitadas. Desde o início da narrativa, Luíza ressaltou o desejo de um trabalho “pleno de sentido” e ela diz que encontrou o que procurava na Política de Assistência Social.

Os estudos e o acesso à cultura a partir do cinema a ajudaram a questionar a forma como era criada: através de uma educação rígida e em desacordo com a sua época, além das experiências de opressão que vivia com a sua mãe. Conta que recebeu uma educação do século XIX, com marcas religiosas muito fortes, determinando o lugar da mulher de forma consistente nos discursos familiares. Sua mãe, evangélica, pelo fato de ser mulher, não havia estudado por muito tempo. Já seu pai havia persistido nos estudos mais do que os irmãos. A família de Luíza era de classe média, o que lhe possibilitava acesso ao estudo e aos livros.

Ela aponta o estudo, o encontro com a literatura e com o cinema como caminhos importantes para se libertar das opressões de gênero vividas na relação com a mãe. Num primeiro momento, pensou em cursar Antropologia como forma de acessar o trabalho em favelas e em periferias, perseguindo a ideia do trabalho “pleno de sentido”, que aparece aqui na relação com os pobres, na luta contra a desigualdade e na possibilidade de trabalhar com jovens como forma de evitar “os assassinatos de adolescentes que eu via na televisão, e isso me remetia, claramente, à morte dos meus irmãos”. Se um jovem pode morrer de causa natural, como ela disse, acometido por uma doença absurda, morrer de fome ou por assassinato deveria ser inconcebível para a sociedade.

Depois de uma orientação profissional e do contato com a Psicologia Social, Luíza optou por fazer Psicologia para perseguir o que concebia como um trabalho valoroso. A primeira bifurcação importante que aparece na narrativa dela foi a ida para Belo Horizonte para cursar Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais: fase em que morou sozinha em uma pensão e viveu suas primeiras experiências de autonomia. A permanência no curso foi marcada por períodos de tensão, já que questionava, a todo momento, uma tradição institucional que valorizava a perspectiva de uma clínica individual e elitista da formação, no lugar da Psicologia Social, do trabalho com os coletivos e com os temas ligados à justiça social. Recusava-se a sonhar com um consultório na zona sul da cidade, objetivo da maior parte dos

seus colegas, para vislumbrar um trabalho em uma organização não-governamental ou outro espaço profissional em que pudesse encontrar o que tinha como idealização de um trabalho, de fato, importante.

Quando se formou, viu-se sem emprego e sem contatos influentes que pudessem ajudá-la a se colocar no mercado de trabalho, pois, até então, não possuía nenhuma experiência, exigência sempre colocada nas entrevistas de trabalho das quais participava. Lembrou-se de uma preocupação de seu pai, sempre presente em suas lembranças, de que, embora pudesse ser um trabalho bonito, financeiramente poderia não ser viável. Dinheiro é uma variável que atravessa a narrativa de Luíza como uma preocupação, e também como um indicador da precariedade do vínculo do trabalhador com o seu ofício diante das exigências do fazer cotidiano e da sobrevivência financeira, como falaremos a seguir.

Depois de algum tempo, apareceram duas oportunidades para começar uma carreira e conseguir, além dos ganhos financeiros, o encontro com um trabalho que faria sentido para sua existência: um concurso do Tribunal de Justiça e o concurso da prefeitura de Betim. Optou em fazer o concurso de Betim a partir da referência bibliográfica da prova (conteúdo da Psicologia Social), já que desanimou com o conteúdo programático da prova do Tribunal de Justiça (psicanálise, o que a remetia ao trabalho clínico e isolado do consultório).

Aprovada em primeiro lugar, disse que, embora não compreendesse ainda a dimensão da política e suas peculiaridades, pela sua afinidade com as teorias que problematizam as questões sociais contemporâneas, era fácil entender as premissas que sustentavam a concepção de Estado, ou seja, o que estava sendo proposto enquanto cidadania e direitos sociais. Luíza acredita que a Política de Assistência Social na cidade não estava começando a partir da realização do concurso público no qual entrou, mas que já existia uma história construída, sobretudo pelos assistentes sociais militantes, que colocava a cidade em condições de receber as novas diretrizes que viriam de forma diferenciada de outras cidades. Nesse sentido, o grupo de trabalhadores que já existia possuía clareza sobre o que deveria ser a Política de Assistência Social, afastada, portanto, da ideia de assistencialismo e próxima da institucionalização definitiva de estratégias para se conquistar a igualdade de direitos no país.

Sua primeira experiência profissional no novo emprego foi, de fato, com jovens em situação de vulnerabilidade e no trabalho infantil. Luíza lembra que recebeu orientações, por parte da chefia, de que o território onde ficava o equipamento era um dos mais violentos de Minas Gerais, e que as crianças e os jovens tinham “no DNA” a carga genética dos pais, a grande maioria envolvida com a violência e o crime em geral. Foi lotada no Programa de

Erradicação do Trabalho Infantil e, num primeiro momento, recebeu a tarefa de atender individualmente cada um dos jovens, o que se caracterizaria como um trabalho clínico. Ela se negou e, a partir da observação cotidiana, construiu, junto com alguns outros colegas, um trabalho baseado na intervenção coletiva e na valorização da função do educador social.

Sua narrativa marca o início de uma relação apaixonada com o trabalho, militante, com um envolvimento que fazia com que ela estudasse nos finais de semana e tentasse, junto com outra colega também motivada, construir alternativas técnicas que alinhassem o fazer com uma perspectiva individual de responsabilidade e de excelência. Tanto esforço lhe rendeu perseguições políticas quando a coordenadora achou que, por estar tão envolvida, Luíza queria, na verdade, pleitear cargos de coordenação e aumentos salariais.

Sua narrativa se desloca do relato da conquista de um lugar profissional, que provocava paixão e crescimento, para outro no qual ela avalia as perdas, os adoecimentos, as condições insalubres de trabalho e a relação com os colegas, que vai de um coletivo criativo e amigo para relatos de adoecimentos, de frustrações e de rompimentos. Luíza questiona insistentemente a forma como as políticas sociais são construídas no Brasil: elas não abandonam a ideia de que a fatia de atenção dada aos pobres é um favor e não um direito na luta contra a desigualdade econômica que nos assola. Hoje, Luíza se vê em uma encruzilhada com relação a sua escolha profissional: seu mestrado, feito sem o apoio da instituição, não foi reconhecido na progressão salarial; seus rendimentos não lhe garantem mobilidade de classe, pelo contrário, ela se vê hoje em uma situação de estagnação e, talvez, aquém da situação econômica da família de origem, o que a leva a pensar que não conquistou mobilidade social; seu desejo de realizar um trabalho pleno de sentido já não esconde mais as frustrações. No entanto, pesa para ela o fato de ser um cargo público, estável, com ganhos razoáveis em um país tão instável economicamente. Por isso, não pede exoneração.

4.1.3 Trajetória 3 - Luiz

Luiz narra a sua história profissional tendo como ponto de partida, e linha de condução, sua trajetória escolar. Contou que fez todo o percurso educacional em escola pública e, no ensino médio, conseguiu uma vaga, através de processo seletivo, para estudar em um colégio militar por considerar uma escola melhor. Luiz sofria por não conseguir acompanhar os colegas e por ser alvo de perseguições e de deboches. Tardiamente, descobriu que tinha dislexia e o diagnóstico, assim como o tratamento, possibilitou que ele tivesse condições de aprender levando em consideração suas dificuldades.

Atravessa o relato de Luiz explicações que localizam a família na classe pobre, com um tipo de compreensão do mundo que, apesar de apoiar a entrada do filho na universidade, não entendia, por exemplo, o fato dele optar pelos estudos e não por um trabalho que garantiria dinheiro a curto prazo para todos. Mesmo assim, influenciado por uma namorada e levando a frente seu projeto de fazer um curso superior, entra na UFMG para cursar Psicologia. Luiz relatou que era beneficiário de vários programas assistenciais, o que lhe garantia alimentação, assistência médica e uma pequena ajuda financeira para os gastos do cotidiano.

Foi na universidade que reconheceu, de forma mais profunda, a diferença de classes e os privilégios: alguns colegas conseguiam levar adiante a vida acadêmica com certa tranquilidade financeira e outros, como ele, faziam um sacrifício para se manter. Nessa época, diz que sentiu uma “profunda solidão” quando percebeu que seus pais não compreenderiam, e também não o ajudariam mais dali para frente, no exercício de entender a universidade e a vida que começava. Sozinho do ponto de vista afetivo, já que intelectualmente já havia se distanciado muito do grupo familiar, embora economicamente não, parou pela primeira vez para ver e para pensar o mundo novo que se descortinava. Avaliava a diferença dos modos de vida a partir da questão econômica e marcava os primeiros passos na universidade pelo reconhecimento do que era a pobreza e a riqueza.

Luiz aponta a exigência de um sacrifício não só financeiro, como também intelectual, já que, no início, por não ter uma base escolar sólida, teve muita dificuldade para compreender as aulas e para realizar seus trabalhos. No entanto, a partir do seu esforço, conquista uma capacidade de compreensão e de reflexão que o faz destacar-se entre seus colegas, o que promoveu, também, uma vinculação produtiva com o curso. Com o passar dos semestres, começou seus dois primeiros estágios, todos eles na área da Psicologia Social e relacionados com a população pobre. O primeiro em um bairro distante, periférico, violento, que exigia dele duas horas no trajeto de ônibus para trabalhar com adolescentes em situação de risco. O outro também tinha o mesmo caráter, embora trabalhasse com adolescentes sobre sexualidade. Em seguida, animado com os encontros com professores que estudavam a teoria existencial humanista e, portanto, delimitavam sua atuação em uma vertente clínica, e a partir da ideia de psicoterapia, foi estagiar no Centro de Valorização da Vida (CVV). O CVV é uma organização não-governamental que atende pessoas em risco de suicídio pelo telefone. Na época, segundo conta Luiz, a instituição trabalhava com voluntários formados a partir da teoria de Carl Rogers, colocando a premissa do acolhimento como ponto central do trabalho. Nesse estágio, permaneceu do terceiro ao nono período da universidade.

Em seguida, iniciou um estágio em grupo em um cursinho universitário popular voltado para a população de baixa renda. Com seus colegas, criou uma proposta de orientação profissional que não só discutia profissões e mercado de trabalho, como também se preocupava em pautar junto aos jovens aspectos da sua trajetória, compreendendo que a entrada na universidade tinha uma dimensão de direito, de que “muitos problemas que ele vivia na escola não estavam ligados a sua dificuldade de aprender, mas a um modelo de aprendizagem que não contemplava as minorias”. Para Luiz, era uma orientação profissional com uma dimensão política forte e clara. Depois de um tempo de trabalho, foi contratado pela instituição e se tornou o psicólogo da equipe.

Sobre a decisão de investir no trabalho social e fazer o concurso de Betim, disse: “tive um *insight* e pensei que queria trabalhar com pobre, com políticas públicas, com psicologia social, era o campo que mais me tocava naquele momento”. Também foi a partir da referência bibliográfica do edital que encontrou motivação para estudar para o concurso, e o fez com afinco, estudando em um apartamento alugado, já que o barraco de quarto e cozinha dos pais não garantia tranquilidade para isso. Ficou em quarto lugar no processo seletivo.

Sobre a sua relação com o trabalho, Luiz narra de forma pragmática sua trajetória na prefeitura, evitando categorias afetivas e traduzindo a relação com a instituição e o fazer a partir de uma leitura técnica-política rica de elementos críticos e contestatórios sobre as condições de trabalho. Vale ressaltar que a trajetória de Luiz na prefeitura é marcada por duas licenças sem vencimento, cada uma de dois anos. Quando decidiu tirá-las, refletiu não só sobre o cansaço que o trabalho lhe rendia, como também sobre as outras dimensões da sua vida que ficavam prejudicadas pelos efeitos emocionais de se trabalhar em um campo que ele considerava despotencializador. Em seu relato, pontua a desorganização da instituição, a falta de referenciais teóricos e metodológicos para construir o trabalho, o lugar híbrido ocupado pela Psicologia no projeto e no cotidiano, tornando as diretrizes advindas do serviço social condutoras privilegiadas na construção das diretrizes.

Diante da falta de referências institucionais que apoiasse a realização do seu trabalho, Luiz assumiu o hábito de estudar sozinho e de buscar elementos da Psicologia e de outros campos que lhe dessem segurança e o ajudassem a compreender vários fenômenos que ali se apresentavam. Interessado, diz que o domínio intelectual do seu trabalho, assim como a ideia de que ele havia conquistado um cargo público pelo próprio mérito, garantiam distanciamento subjetivo dos arranjos institucionais e uma forte sensação de autonomia.

Embora afirme que se identifica ideologicamente e politicamente com as políticas públicas, em seu relato, destaca diversos tipos de resistências para dar conta do dia a dia,

manter-se no vínculo e não construir uma sobreimplicação. A crítica continuada, e que inclui vários aspectos do fazer profissional, parece ser uma das formas de resistência, assim como os pedidos de licença sem vencimento, o investimento em seu outro posto profissional (continua psicólogo no mesmo cursinho pré-vestibular) e a tentativa de compreender o jogo institucional a partir da lógica do poder. O exercício de tentar compreender insistentemente o trabalho, sobretudo seus pontos de fragilidade, parece afastar Luiz de uma vinculação na qual se perca nos apelos militantes.

4.1.4 Trajetória 4 - Lorena

Lorena traça seu percurso profissional partindo das questões familiares, religiosas e militantes para explicar como chegou a Betim e como se envolveu com a política de Assistência Social. Nascida em São João Del Rei, cidade do interior de Minas Gerais, conta que o pai tinha o objetivo de ser padre e investiu nesse projeto durante muito tempo. Chegou a entrar no seminário, mas com o adoecimento da sua mãe, avó paterna de Lorena, não conseguiu permanecer e precisou sair para ajudar a família. Muito religioso, continuou a frequentar a igreja e a exercer a sua fé. Casado e com um filho, sua esposa faleceu precocemente, o que fez com que ele procurasse uma outra companheira não só como uma parceira de vida, mas também para ajudar a criar a criança. Depois desse primeiro filho, teve outros seis, fruto da nova relação.

Em função do trabalho, ele mudou-se para Betim com a família, comprou uma casa e organizou a vida na cidade. Lorena, muito ligada à família, conta que teve uma infância livre e alegre, uma vez que convivia intensamente com os irmãos, os colegas de rua e os seus pais. Nesse momento, orientou a sua fala a partir do que deveria ser, para ela e os irmãos, tarefas e deveres, pautando-se em um certo aspecto moral quando descreve a família, a relação do pai com o trabalho, a religião e os costumes. Um irmão chegou a ir para o seminário, mas desistiu de ser padre e foi fazer faculdade de Psicologia. Lorena, quando chegou na oitava série, ouviu do pai que não havia mais necessidade de estudar, pois naquele momento ela iria investir no objetivo de ser freira. Opondo-se a ele, ela conseguiu materiais escolares com as amigas e continuou os estudos.

No ensino médio, fez um curso técnico de desenho de arquitetura, conseguiu um primeiro emprego na área e se viu às voltas com a escolha pelo curso superior. Além das inquietações com o início da vida profissional, Lorena se entregou às suas primeiras experiências políticas, participando da juventude militante da cidade. Sempre teve o hábito de

investir na religiosidade e, a partir dessa vinculação, ela participou do grupo de jovens da igreja São Francisco de Assis. Explica que um grupo mais velho coordenava o de pessoas mais novas, sempre discutindo temáticas, compartilhando leituras e encenando peças de teatro, com todas essas atividades voltadas para a evangelização. Lorena relata que parte das lideranças que pertenciam ao grupo mais velho, depois se tornaram as lideranças políticas do Partido dos Trabalhadores de Betim: Maria do Carmo Lara, que fazia parte dos dois grupos, foi, inclusive, prefeita por dois mandatos. Sinal da forte ligação entre os movimentos pastorais da Igreja Católica e a formação de grupos com caráter progressista, como já relatamos na primeira parte desta tese. Nessa época, década de 1980, Lorena militou no Partido dos Trabalhadores e no grupo de jovens concomitantemente, além de ter iniciado o curso de Serviço Social na PUC Minas. É do resultado dessas três experiências é que ela acredita ter construído as bases para ser uma trabalhadora social.

Quanto à sua graduação, ela conta que viveu um período peculiar da história do curso de Serviço Social na PUC Minas. Ainda no período ditatorial, mas próximo do início da abertura política, os professores, em sua maioria, eram críticos à repressão e faziam do espaço da sala um campo privilegiado para se debater o momento atual, além de analisarem o cenário econômico mundial de fortalecimento do neoliberalismo. Patrus Ananias, inclusive, futuro prefeito de Belo Horizonte, e depois ministro do Desenvolvimento Social na gestão Lula, foi professor do curso de Serviço Social da PUC Minas. Lorena, portanto, narra que houve um cenário promissor para se construir uma postura crítica diante das injustiças sociais, para ela, inclusive, ponto de partida para alguém ser um trabalhador social.

Por outro lado, enquanto ela transitava por grupos voltados para a militância e pela luta para a construção da esquerda no Brasil, convivia, a partir das suas experiências profissionais, com uma cidade conservadora e, principalmente, com mulheres que defendiam uma posição social ainda aquém do que os novos tempos indicavam no sentido da liberdade e do acesso aos espaços de decisão. Nesta época, trabalhou como professora de Ensino Religioso, professora de Organização Social e Política do Brasil (OSPB) - e em um programa da secretaria de planejamento da prefeitura chamado Pró-Favela. Este último Lorena destaca como sendo uma experiência muito significativa, tanto pelo trabalho em si, quanto pela equipe e por oferecer capacitações em parceria com organismos internacionais. Sempre trabalhou enquanto cursava a faculdade, aliando, em seu discurso, formação teórica com experiência prática, o que ela acreditava ser uma boa fórmula para formar um trabalhador social.

Lorena concebe o trabalho social, num primeiro momento, de forma curiosa: “é duro, difícil, mas é uma cachaça”. A bebida, como sabemos, produz prazer por ter um teor alcoólico

alto, mas, em excesso, causa tonturas, mal-estar e vício. Essa expressão justifica o fato de que, mesmo aposentada, continua atuando como professora de temas ligados à Política de Assistência Social em cursos preparatórios para concursos e para formações diversas. Lorena considera que o trabalhador social, hoje, pode ocupar um ou outro extremo, sem deslocamentos: ou ele está anestesiado, como um zumbi, e fica indiferente ao trabalho, ou ele está muito envolvido, o que ela julga mais saudável e pertinente ao que se espera de um profissional que atua com as mazelas sociais.

4.1.5 Trajetória 5 - Joana

A primeira consideração de Joana, ao construir a narrativa que apresentaria sua trajetória profissional, foi dizer que ela era de uma família pobre, vinda do interior do Estado para a capital. A mãe tinha uma história marcada pelo sofrimento, pelo abandono e pela superação de situações de vida difíceis. Os pais não tinham condição de oferecer recursos intelectuais para projetar a vida dos filhos e nem mesmo orientá-los, no entanto, a partir da ideia de “superação”, termo utilizado por ela em vários momentos, puderam encontrar incentivo para estudar e para construir uma vida diferente daquela que eles viviam.

Joana considera que a questão social chegou para ela muito cedo, pois “foi criada dentro de uma igreja evangélica”. A igreja era ligada a uma organização não-governamental, chamada de missão, que acolhia crianças órfãs. A mãe de Joana ajudava este orfanato, assim como levava algumas crianças para sua casa no final de semana. Quando elas faziam dezoito anos e não tinham para onde ir, a casa da família funcionava como república, acolhendo estes jovens até conseguirem viver sozinhos. Sensibilizada, Joana participou de um trabalho voluntário, também com adolescentes em situação de vulnerabilidade, quando tinha dezesseis anos. O trabalho consistia em oferecer apoio escolar, ministrar oficinas educativas e acompanhar os jovens em atividades externas. Joana chegou a cursar Química no ensino médio, mas o trabalho na missão evangélica e como voluntária a impulsionou para o curso de Psicologia em uma faculdade particular.

A trajetória na universidade também foi uma experiência de “superação”, pois ela teve dificuldades para pagar a universidade e não conseguiu se sentir inserida, já que era uma turma, um curso e uma universidade elitizados. Joana considera que devido a sua situação econômica, passou por discriminações por parte dos colegas de turma, o que reforça sua concepção de que esta fase foi difícil e que ela só a superou com muita força de vontade. Com dificuldades para

pagar a mensalidade, Joana se esforçou para conseguir o mérito de melhor aluna do semestre, ter o pagamento das mensalidades abonado e conseguir terminar o curso.

A Psicologia Social foi seu campo de investimento durante a universidade e, assim, envolveu-se com a luta antimanicomial, com a psicologia jurídica e com os movimentos sociais. A partir da experiência de trabalho no Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI PJ)¹¹, teve o interesse de fazer o concurso para o Tribunal de Justiça, mas, embora não tivesse muita clareza sobre o cargo, desistiu quando viu o referencial bibliográfico da prefeitura de Betim que era, como já foi dito, voltado para a Psicologia Social.

Sobre o trabalho na política social, apesar dos prejuízos financeiros e emocionais, diz que é a “sua paixão”, o “que acredita de prática e de vida”. Joana sente-se afetada pelo resultado do trabalho com as famílias, pela intervenção, pela articulação em rede, mesmo com a instituição não oferecendo contrapartida suficiente diante da complexidade do trabalho. Quando conversamos, estava abalada pelo fato da equipe de efetivos, muitos antigos, ter rompido com os lugares de coordenação, no qual Joana havia continuado, e ido trabalhar nas pontas, como forma de protesto diante da precariedade imposta pelo novo governo para a gestão da política pública. Considera que não fez outra coisa a não ser estudar Assistência Social, não investindo, portanto, em consultório individual ou em outras frentes de trabalho que a Psicologia oferece. Ela considera que estaria, naquele momento, avaliando questões relativas ao seu crescimento pessoal e financeiro e que este não era equivalente a toda dedicação investida em um único campo de trabalho.

Joana acredita que o trabalho prosseguiu porque encontrou um grupo “apaixonado” como ela. Embora não tenha verbalizado, aqui também apresenta seus argumentos a partir da ideia de “superação”, pois aponta que os trabalhadores lutaram, mobilizaram-se e estudaram para fazer acontecer aquilo em que acreditavam. Quando questionada acerca do fato de nunca ter saído da Assistência Social e transitado por outras secretarias, ou mesmo em outros empregos, disse que sempre acreditava que ia mudar, que os problemas iam passar a partir do início de uma nova gestão e que seria possível realizar um bom trabalho.

¹¹ Programa mantido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) que visa ao acompanhamento do portador de sofrimento mental e que cometeu um crime. A partir da intervenção de uma equipe multidisciplinar junto ao juiz que determina a sentença do caso, a resposta jurídica é modulada levando em consideração aspectos psicossociais levantados nos atendimentos para conjugar tratamento, responsabilidade e inserção.

4.1.6 Trajetória 6 - Marisa

Nascida em Belo Horizonte, Marisa teve a rotina alterada quando, aos dez anos de idade, mudou-se para uma cidade do interior, junto com a mãe. O pai, na época, continuou na capital em função do trabalho. Mãe e filha assumiram um sítio e a tarefa de aumentar os rendimentos da família, utilizando para isso dos próprios talentos. Marisa estudou na nova cidade até o ensino médio e conheceu Betim quando precisou fazer cursinho pré-vestibular para tentar ingressar na faculdade. Entre os estudos e a indecisão quanto à escolha entre Medicina e Psicologia, foi aprovada no concurso público da prefeitura para o cargo de educadora social.

Quando chegou à prefeitura, trabalhou com crianças e adolescentes em um equipamento da zona rural e foi a partir desse trabalho social que fez sentido estudar Psicologia. Nessa época, Marisa colaborava com as atividades de socialização dos adolescentes, localizando seu lugar profissional entre uma atuação pedagógica e psicossocial. O contato com o trabalho de outros psicólogos e a impressão de que a Psicologia fazia muito sentido para aquele campo profissional também a motivaram para a escolha definitiva do curso que iria fazer.

No entanto, o trabalho da assistência social não foi sua primeira experiência profissional. Marisa narra a infância no sítio junto à mãe, e na nova cidade, a partir do trabalho que as duas, juntas, desenvolviam. Hoje poderia ser considerado trabalho infantil, mas Marisa não o categoriza dessa forma e nem atribui a ele qualquer característica que se relacionasse com uma exploração ou um abuso, pelo contrário, narra como sendo a lógica relacional de uma família e uma maneira, como ela mesmo diz, de comprar “suas coisas” e manter a casa junto com seus pais. Dessa forma, o trabalho social, que iniciou com dezenove anos, encontra-se, na sua história, como o primeiro trabalho formal e não o seu primeiro trabalho.

Marisa transitou por vários tipos de emprego, todos relacionados a vendas de algum produto. Trabalhou, por alguns anos, no contra-turno da escola, como manicure, faxineira, monitora de cursos de informática, além de ter vendido vários produtos diferentes de acordo com sua idade e com os recursos disponíveis no sítio: húmus de minhoca, doces de frutas, queijo, sorvete, creme de leite fresco, leite ensacado, etc. Além dos produtos que a mãe fazia, oferecia, como revendedora, revistas destinadas ao comércio de produtos de beleza para o público feminino. Quando entrou na faculdade de Psicologia, continuou trabalhando com vendas de produtos para manter seus gastos no curso, já que a família continuava sem condições financeiras para auxiliá-la.

O dinheiro das vendas servia para que Marisa comprasse as coisas do jeito que ela queria, e não continuasse a usar apenas aquelas herdadas de suas primas mais velhas. Além disso, havia um combinado no grupo familiar de que cada um deveria oferecer um “dízimo”, como eles chamavam, para a casa, o que se revertia em melhorias, como a compra de eletrodomésticos, entre outros objetos. Marisa também pontua que o fato de trabalhar e ganhar seu dinheiro a fez logo entender e garantir o que seria uma independência financeira.

Quanto ao relato, sua narrativa, marcada pelo pragmatismo e sem declarações afetivas sobre o campo de trabalho, tenta perseguir aspectos técnicos do fazer, categorizá-lo e racionalizá-lo a partir das diretrizes que regem a política pública, além de confrontar também os problemas com as normas institucionais que o regem. Tal movimento torna seu discurso claro e rígido, mas, ao mesmo tempo, apresenta uma “frieza” quando o comparamos a outras narrativas, o que nos permite pensar que Marisa transita por outros regimes que orientam a compreensão do trabalho que não aqueles mais comuns nas trajetórias presentes em nosso estudo (família e religião).

Quando se refere ao que a sensibiliza na assistência social, ela pontua o sofrimento, a vulnerabilidade, a miséria e as violências que chegam ao atendimento. No entanto, demonstra não se perder em afetos que surjam da relação com essas questões, nem tão pouco tenta eleger saídas subjetivas que ilustrem a forma como ela lida com a problemática, racionalizando o trabalho a partir das premissas da Psicologia. Marisa diz: “mas a gente, de alguma maneira, tem que apostar que aquele sujeito pode ter o mínimo que seja de poder transformador”; “tem algo que é difícil ali na dor do outro, mas a gente não se mistura, vamos dizer assim, na dor do outro, mas aposta que pode ser diferente apesar de todas as dificuldades”; “talvez o sujeito vai continuar impotente, mas alguma coisa é possível. Diante das afirmativas centradas na ideia de um indivíduo é capaz de construir arranjos criativos para sua vida e na de um profissional que precisa se defender do envolvimento maciço, ela completa: “Então eu tenho que ficar com essa pergunta: o que é possível, apesar de toda desgraceira?”.

Depois de sete anos de trabalho sem interrupção, Marisa decidiu cursar o mestrado e eleger como problema de pesquisa um tema do campo da Assistência Social. A partir dessa experiência, ela relata que o trabalhador precisa ter um tempo para parar e pensar sobre o que está fazendo, saindo do hábito de assumir inúmeras tarefas, todas elas muitas vezes urgentes, devido à característica do trabalho. Por um tempo achou que seu tema de pesquisa já estava obsoleto e superado, no entanto, quando se afastou da atuação na política pública, pôde notar que não só ele está atual, como ainda pouco explorado em pesquisas científicas.

4.1.7 Trajetória 7 - Maria

Maria narra sua trajetória com cuidado e atenção para associar fatos em suas temporalidades corretas. Dessa forma, constrói uma narrativa linear, enxuta, mas rica em experiências e em descrições de afetos e de sentimentos. Sua história é costurada a partir do envolvimento com a Igreja Católica e com a militância que surge desse encontro. Maria chegou à juventude apostando no projeto de ser freira desde os onze anos, quando começou a estudar em escolas particulares católicas. Em troca do abono das mensalidades, ela realizava trabalhos braçais e continuava próxima à congregação para ser uma religiosa.

Importante ressaltar, e posteriormente analisar, o investimento da Igreja Católica quando alia educação e formação, ou quando, mais tarde, na história de Maria, a igreja arca com os custos de vida dela para que tenha uma formação universitária afinada com as necessidades da igreja. Em suas vivências pelas escolas católicas, Maria viveu o trabalho infantil, a experiência de abandono, a exploração e a humilhação. A experiência seguinte, em uma escola pública rural com classes mistas, traz para ela uma lembrança afetiva: a professora que mantinha uma convivência próxima com a família. No entanto, a insistência em ser freira a leva novamente ao colégio católico.

A experiência de ser religiosa, em sua narrativa, coincide com a vida escolar, já que tinha bolsas de estudo nos colégios particulares católicos em função do objetivo junto à igreja. Dessa forma, é inseparável o seu crescimento pessoal e profissional, sua maneira de viver a religiosidade e a construção da sua militância. A militância em favor dos pobres nasce junto com sua experiência religiosa e com o desejo de se aproximar da instituição igreja a partir de um vínculo mais concreto. Parece também inseparável, no discurso de Maria, trabalho e vida. Seu investimento no trabalho funciona a partir de uma crença sacerdotal, um investimento e uma entrega que passa por uma sensibilidade construída no âmbito da Igreja Católica e dos movimentos sociais católicos. Há um processo de institucionalização dessa disposição ética do cuidado com o outro que emerge quando analisamos a sua implicação. Há algo da vida íntima que é bem acolhido nas linhas institucionais em que se escreve a Política de Assistência Social no Brasil e que é fortalecido pelas linhas em que se escreve e se desenvolve a Política de Assistência Social betinense, de forma mais específica.

Seu relato destaca algumas bifurcações (momentos da vida em que há uma mudança substancial na trajetória): quando ainda era freira, quando viveu a experiência de lutar junto com um grupo de pessoas pelo acesso à moradia, quando conseguiram que o poder local

construísse as casas e Maria ganhou uma por solicitação do coletivo. Ela morou nessa casa e lecionou para as crianças pequenas em uma escola improvisada. A segunda mudança foi a ida para Belo Horizonte com a intenção de estudar Direito e de continuar nos movimentos sociais que lutavam pela moradia, mas ao conhecer o trabalho de uma associação que atuava junto aos catadores de reciclados, Maria mudou seus planos e escolheu o curso de Serviço Social para a sua graduação. Nessa experiência de Belo Horizonte, Maria morava em uma casa mantida pela congregação com a finalidade de qualificar, através do curso superior, freiras vinculadas.

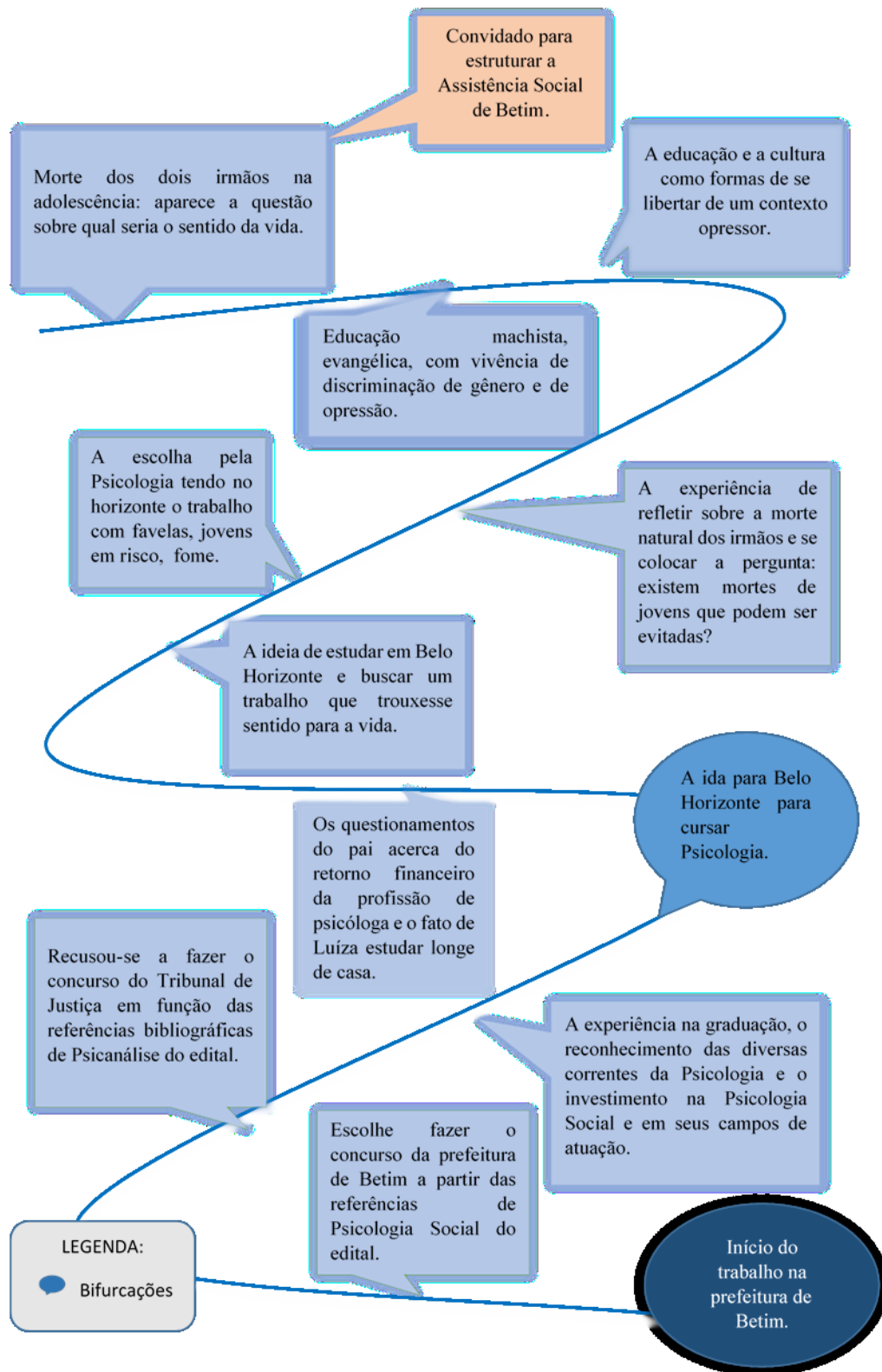
Quando chegou a Betim através de concurso público, destaca o investimento para ser aprovada (pediu demissão e viveu com dificuldade com o que tinha da rescisão de trabalho). Do ponto de vista técnico, ela conta que se assustou com a especificidade e com a rigidez do trabalho na prefeitura: era preciso preencher protocolos, gerar números, atender e acompanhar um número considerável de famílias e registrar todo esse ofício. Isso se distinguia muito do que estava acostumada a fazer: trabalho de rua, militância junto a coletivos com características autogestionárias, um “corpo a corpo”, como ela mesmo disse, que não cabia na burocracia do serviço público. No entanto, destaca que um dos méritos da construção da Política de Assistência Social de Betim foi aliar as duas coisas: corpo a corpo (uma forte militância) com a exigência de burocratização e de gestão dos serviços.

Maria considera que o processo de profissionalização do trabalhador social ocorreu, principalmente, a partir da troca com o coletivo e da sua bagagem anterior. Não cita capacitações formais que tenham contribuído para o seu crescimento. É muito clara ao se referir à importância da convivência solidária e amiga com colegas e como esses encontros promoveram um tipo específico de política em Betim, que determinou contornos, resistências e alguma continuidade do trabalho. Disse: “em grupo, aprendemos a trabalhar e a construir o SUAS Betim”. Maria acredita que o trabalhador social é formado por sensibilidade e por respeito. Essas características, aliadas ao acúmulo teórico e à experiência profissional, podem gerar uma pessoa capaz de agir com respeito, a partir da dignidade.

De forma a expor e problematizar a trajetória de cada um dos entrevistados, apresentamos fluxogramas que detalham as histórias de vida que iremos discutir adiante.

Figura 6 - Trajetória 2 - Luíza

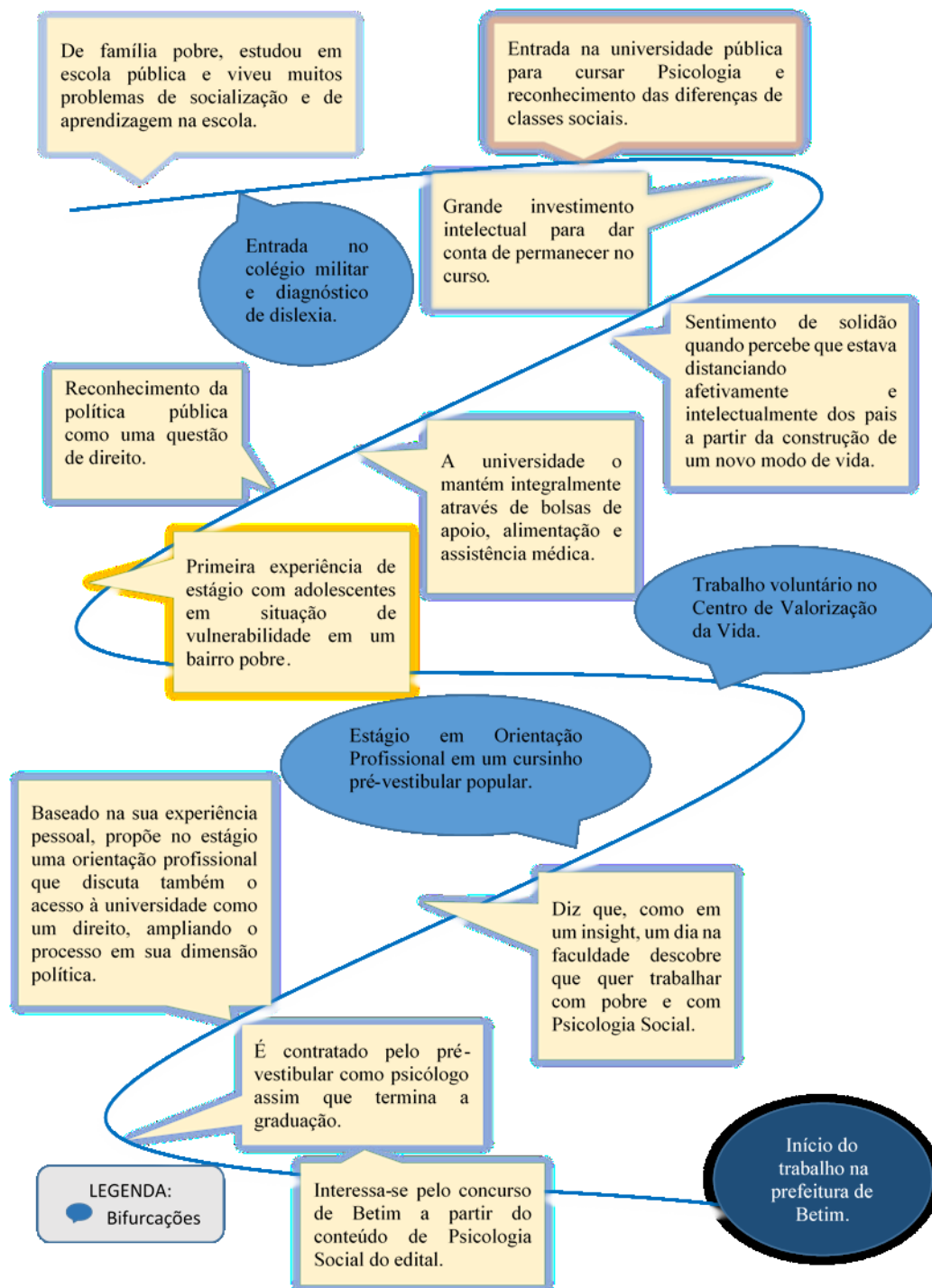
Síntese da construção da narrativa quando questionada sobre a escolha pelo trabalho social.



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 7 - Trajetória 3 - Luiz

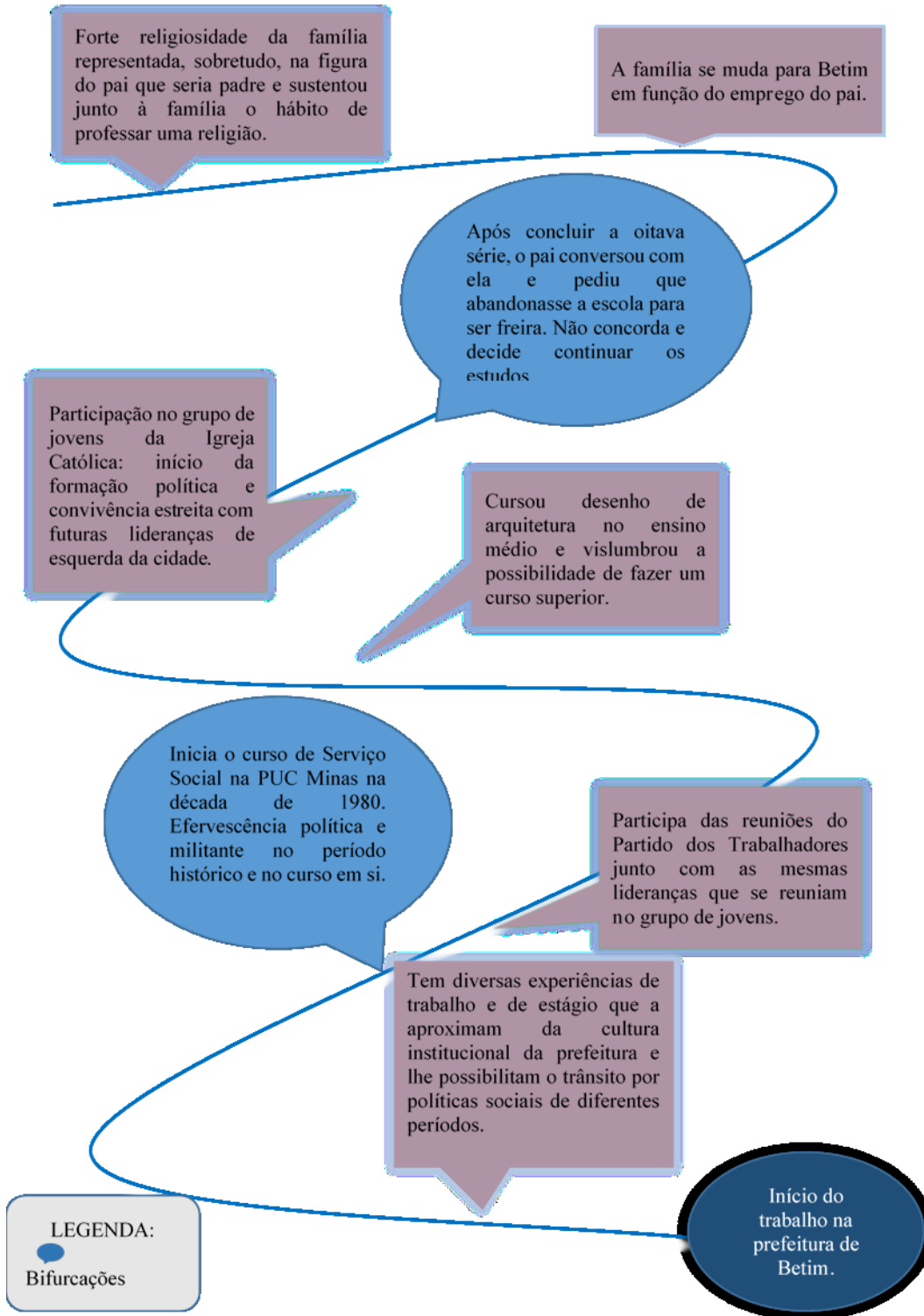
Síntese da construção da narrativa quando questionado sobre a escolha pelo trabalho social.



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 8 - Trajetória 4 - Lorena

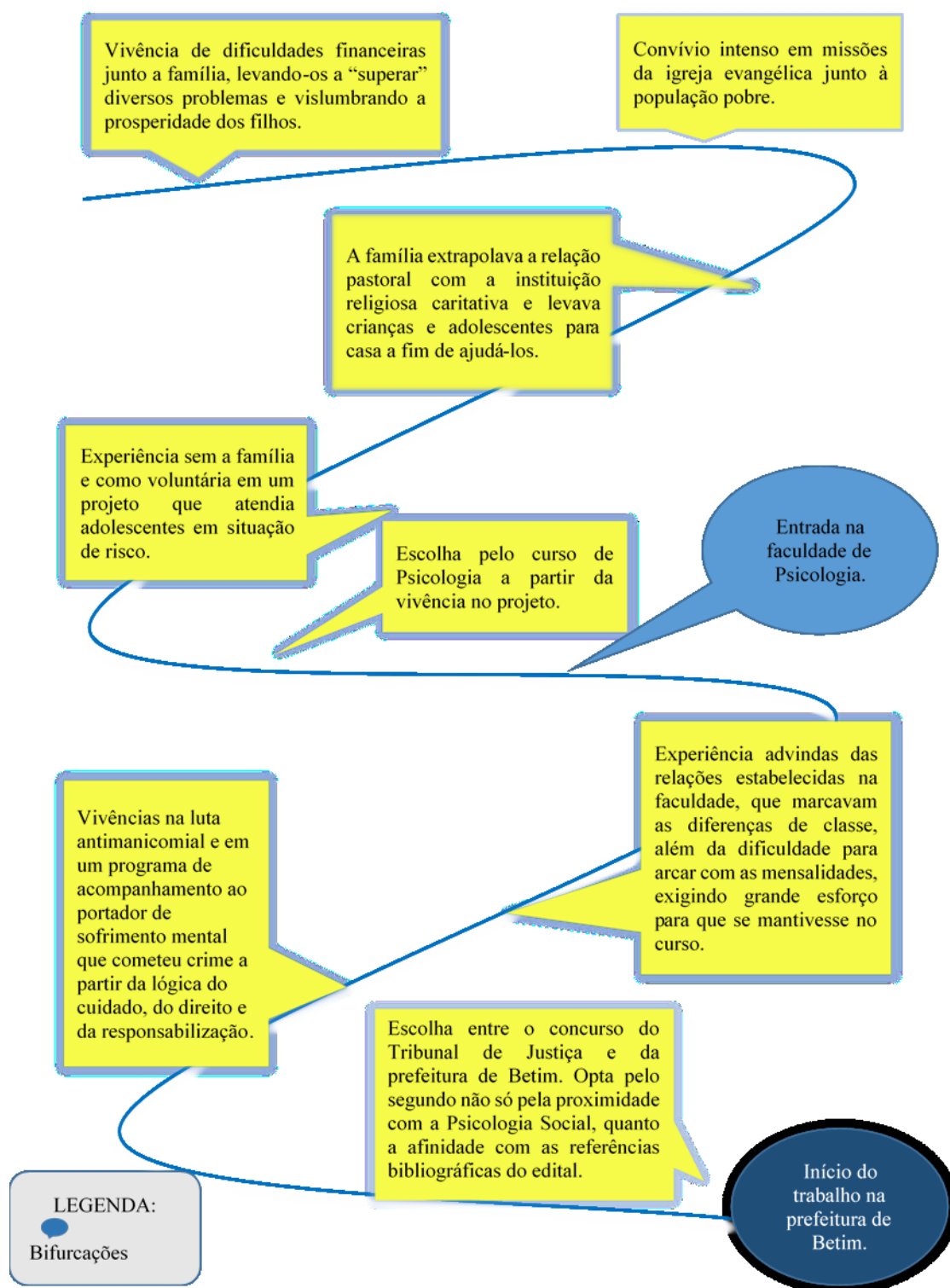
Síntese da construção da narrativa quando questionada sobre a escolha pelo trabalho social.



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 9 - Trajetória 5 - Joana

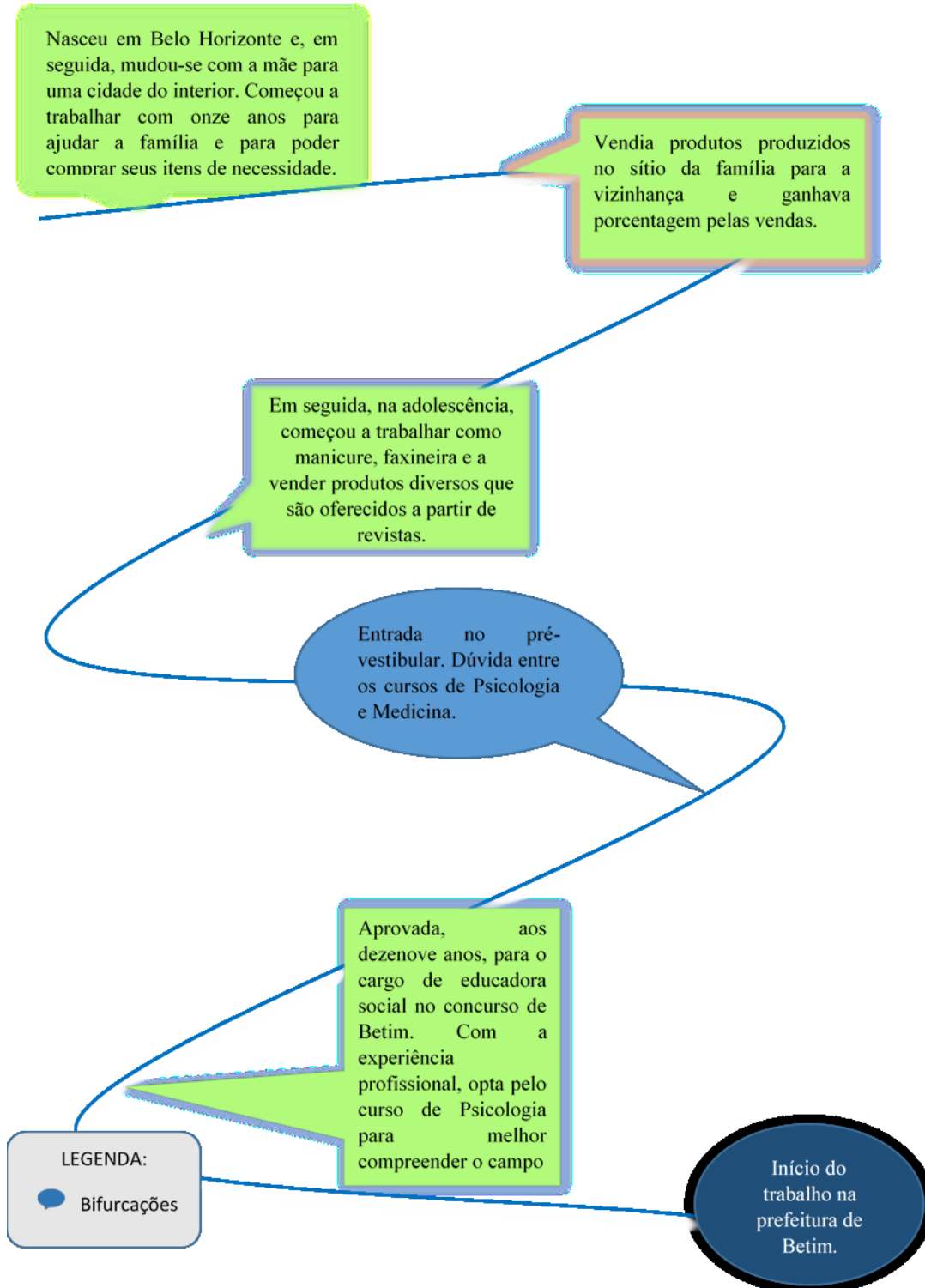
Síntese da construção da narrativa quando questionada sobre a escolha pelo trabalho social.



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 10 - Trajetória 6 - Marisa

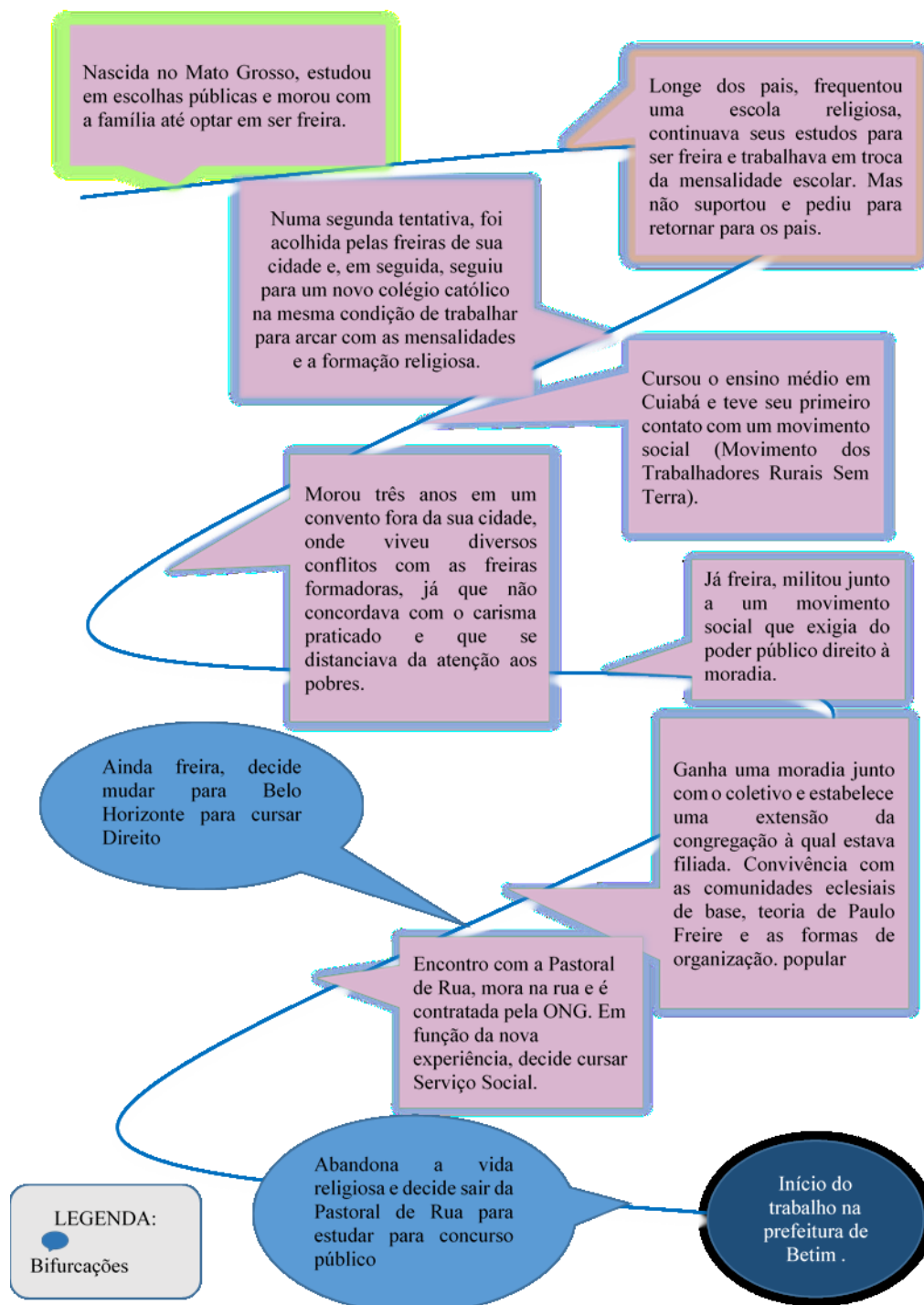
Síntese da construção da narrativa quando questionada sobre a escolha pelo trabalho social.



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 11 - Trajetória 7 - Maria

Síntese da construção da narrativa quando questionada sobre a escolha pelo trabalho social.



Fonte: Elaborada pela autora.

Apresentadas as narrativas, seguimos no sentido de analisar as trajetórias, de relacioná-las e de compreender a sobreimplicação que parece fazer parte da vinculação dos trabalhadores à Política de Assistência Social. Além disso, examinamos as formas de defesa e de rupturas possíveis quando o profissional olha para a relação com o trabalho de maneira a confrontar desejos pessoais, prejuízos e possibilidades para além do que parece ser uma missão.

4.2 Ressonâncias e dissonâncias entre vida e trabalho

Curioso o fato de várias trajetórias serem marcadas pela vivência, na infância e em família, da experiência da religiosidade, seja na Igreja Católica, como Maria e Lorena, seja na Igreja Evangélica, como Joana e Luíza. Duas delas, inclusive, conviveram com a decisão familiar, ainda na adolescência, de serem freiras, o que podemos considerar como o extremo da opção por viver uma experiência de fé. Elas, no entanto, não concretizam o plano familiar, decidem continuar estudando e optam pelo mesmo curso, Serviço Social, para construírem a carreira profissional.

Outro ponto de aproximação é a experiência da pobreza e da privação de algum direito, também no período anterior ao trabalho social. Mesmo não vendo prejuízos em sua trajetória de trabalho infantil e tendo resguardado seu direito de frequentar a escola e de se desenvolver de forma protegida, Marisa viveu e conseguiu nomear este percurso, como contou na entrevista, quando passou a fazer parte da Política de Assistência Social: “eu seria uma usuária do PETI se naquela época existisse o programa”.

André nos relata uma trajetória no contexto das políticas públicas de saúde mental e de assistência social a partir da marca do que chama de “arquétipo comunista”, advindo de uma história familiar. Pai e tios romenos, que militaram a favor do comunismo, e colocaram no horizonte a possibilidade da luta pela igualdade e pela justiça. André pontua que sua construção profissional não foi pensada, calculada, mas foi acontecendo sem que ele consiga explicar racionalmente como isso ocorreu. Acredita que a luta política acontece pela via das políticas públicas, com um tipo de atuação que favoreça o saber coletivo, o debate das situações sociais tendo em vista o contexto socioeconômico de exploração do trabalho e a produção de exclusão a que estamos submetidos e que favorece a construção de uma sensibilidade condizente com o trabalho social, na qual caibam indignação e motivação para criar o trabalho.

Luíza parte da perda dos irmãos para refletir o que a tocou no trabalho social. Como não via sentido em perdê-los tão cedo, ainda adolescentes, e de forma tão abrupta, através de uma doença fatal, tentou encontrar formas de lidar com a morte na dimensão da vida: o trabalho. Se

eles morreram e isso não era possível evitar, outras mortes poderiam ser evitadas se houvesse empenho e atenção do poder público. Luíza ficou conhecida na instituição por ter construído, junto ao seu grupo de trabalho, um projeto consistente e continuado para o PETI, investindo em construções teóricas e metodológicas quando ainda não havia diretrizes claras que orientassem as atuações. Esteve sempre envolvida com o trabalho de construção da política, e, mais tarde, no grupo de referência técnica, fazendo parte da gestão.

A trajetória de Joana se apresenta como uma linha continuada, ininterrupta, sem bifurcações significativas que a coloquem em embarços ou em dúvida durante sua escolha profissional e, também mais tarde, no estabelecimento do curso de sua carreira. Da Igreja Evangélica, com a família, para as vivências, em casa, do trabalho voluntário e caridoso, passando pelo trabalho voluntário, Joana chega à universidade e conhece a luta antimanicomial. Depois disso, e envolvida com a Psicologia Social, ela opta pela Assistência Social enquanto campo de atuação. Uma característica da sua trajetória na política pública, embora tenha mudado de equipamentos de trabalho, é que Joana sempre permaneceu na secretaria de Assistência Social. É comum os colegas de trabalho transitarem por outras secretarias, normalmente pelo cansaço, ou mesmo a convite ou por transferência diante de perseguições políticas. Joana sempre se manteve no mesmo ofício.

Assim como Joana, Maria também parece constituir uma trajetória baseada nas mesmas referências afetivas e de pertencimento. O trabalho pastoral, solidário e junto aos pobres baliza todas as suas atuações. Quando opta por morar em Belo Horizonte e cursar Direito, acontecimento que poderia provocar mudanças de sentido na sua trajetória, pois ela poderia se vincular a grupos distintos dos que até então frequentava, Maria investe no trabalho com a pastoral de rua e, mais tarde, com o curso de Serviço Social. Depois disso, abandona a vida religiosa, casa-se e modifica sua relação com o trabalho social a partir das tentativas de institucionalização do seu fazer.

Luiz, que também pôde continuar frequentando a escola mesmo com a situação econômica precária da família, reconheceu, primeiro, as diferenças intelectuais para, depois, já na universidade, deparar-se com as diferenças de classe social quando se viu diretamente dependente das políticas assistenciais para continuar seus estudos. Quando desenvolveu um pensamento mais crítico, reconheceu as desigualdades do sistema educacional e como ele é moldado para, muitas vezes, ressaltar a diferença de forma a excluir e não cuidar. Além disso, a solidão que nos aponta quando compreende o distanciamento dos pais, em sua nova fase da vida, contribuiu para alargar suas referências identitárias, ao mesmo tempo em que produziu

sobre ele o vazio de não ter com quem contar já que, a partir daquela escolha, ele ocupava um lugar social diferenciado. O impasse familiar, no entanto, não o detém, antes o faz pensar. O impasse parece forte o suficiente para admitirmos que a escolha pelo trabalho social não aconteceu a partir de um “*insight*”, como ele nomeia, para imaginarmos que poderia ter acontecido como uma possibilidade de retomar o pertencimento com o lugar familiar do qual ele havia saído.

O esforço de Luiz em aliar saberes teóricos com os da prática, como ele relata na entrevista, coloca-o em um lugar diferenciado diante dos outros colegas. O exercício da racionalização, assim como aconteceu com Marisa, faz da prática um lugar de aprendizagem, não só garantindo formas de resolver o trabalho, como garante a possibilidade de sair da imersão e pensar sobre si. Como Marisa nos apontou, só foi possível compreender o trabalho, e suas fissuras, quando se afastou dele para estudá-lo. Estando na “fazeção” ininterrupta, palavra que ela utiliza, afasta-se das possibilidades de enxergar com mais clareza o que se passa.

Questões familiares são levantadas pelos trabalhadores ao apresentarem a escolha profissional e um tipo de consciência política e uma posição humanitária parece fazê-los capacitados para o posto. Como reafirmaram nas entrevistas, por diversas vezes, não é qualquer um que está apto a lidar com as políticas sociais, de forma que a profissão ganha quase ares de um sacerdócio diante das exigências de perfil do trabalhador que pode se comprometer com o fazer. Aqueles eleitos, que apresentam condições éticas e de caráter condizentes com a luta pela justiça social, estariam, aos olhos do grupo, privilegiados para esta atuação. Trata-se de estabelecer um *ethos* rigoroso para aqueles que pretendem trabalhar na Assistência Social.

Quando estabelecem estas condições, os trabalhadores falam a partir de características próprias, consideradas inegociáveis quando alguém se propõe a ocupar um lugar profissional como esse. Habilidades técnicas e idoneidade moral, o que seria exigido em outro cargo qualquer, não bastam. O que os trabalhadores exigem, no entanto, não pode ser quantificado, numerado e nem debatido, muitas vezes. O que nos apresentam é um compromisso que surge de experiências individuais, indissociável da trajetória de vida, que parece aflorar em um cenário pouco ingênuo a essa sensibilidade, com características para promover condições de possibilidade para o surgimento desse saber, para o fortalecimento desse compromisso e, conseqüentemente, para o aumento gradativo de uma sobreimplicação, de um hiperenvolvimento com a prática.

Trajétórias de vida tão afinadas com as necessidades do trabalho, e que conseguem permanecer nele mesmo com as dificuldades do cotidiano, não nos parece uma coincidência ou algo que possa ser banalizado para pensar tanto as conquistas, quanto os fracassos dessa

política, já que os dois movimentos caminham juntos na história da Assistência Social brasileira. Com aparatos institucionais precários, na maioria das vezes sem condições técnicas e metodológicas adequadas, trabalhando em territórios de risco, com baixos salários e, no caso dos contratados, com poucas garantias sobre o seu vínculo empregatício, os trabalhadores lidam com variadas mazelas humanas: diversos tipos de violência contra crianças e adolescentes (sejam elas exercidas pelos próprios cuidadores ou terceiros) e, inclusive, a violência sexual; mortes constantes das pessoas que são acompanhadas pelos programas; situações limites (abrigamento, ameaças, situações de abandono e de negligências) nas quais é preciso tomar providências urgentes, nem sempre apoiadas pela instituição; visitas domiciliares em territórios em guerra pelo tráfico de drogas; uma constituição muitas vezes deficitária da rede socioassistencial, que provoca inúmeras dificuldades para realizar encaminhamentos e interlocuções necessárias para o caminhar dos casos; entre tantas outras.

Por essa ótica, parece mesmo ser necessário um trabalhador peculiar para assumir o trabalho. Um que não preze, necessariamente, pela sua vida financeira; que não relacione as dificuldades do trabalho cotidiano com o investimento institucional na sua função de trabalhador; um que, mesmo questionando, do ponto de vista político, seu lugar e sua função, não rompa, ou seja, continue motivado por outras questões que não só as características do trabalho; um que saiba reconsiderar os momentos de tensão como épocas de eleição, por exemplo, e insista na construção do seu trabalho; um que se automotive sem, necessariamente, precisar de boas condições de trabalho, mas que extrapole, ou não se paute, nessa dimensão para persistir.

Gerard Mendel (1973b), psicanalista e psiquiatra francês, ao realizar um diálogo entre o Marxismo e a Psicanálise, desvela as tensões existentes entre o social e o psíquico que se referem ao lugar que cada classe ocupa na estrutura social, a relação com os meios de produção e os efeitos em suas determinações psíquicas inconscientes. Nessa interação, o autor pontua que existem algumas dimensões da relação institucional em que é possível que o político regrida para o plano do psíquico, favorecendo para que o sujeito estabeleça soluções para o conflito a partir de suas crenças arcaicas, próprias das dimensões familiares, e abandone o jogo político que sempre vai nos exigir luta e renúncia (MENDEL, 1973b). Dentre duas dimensões apontadas pelo autor, uma em especial nos interessa para pensarmos o vínculo do trabalhador com a Política de Assistência Social.

A primeira corresponde aos conflitos de classe, que não podem se desenvolver a fundo no âmbito do discurso, mas que podem modificar radicalmente o devir destas classes. Quando

o sujeito é impedido de resolver estes conflitos no plano social, individualiza o sofrimento e adocece, impossibilitado que está de reconhecer o conflito no coletivo e no âmbito político. A outra dimensão, mais cara à nossa discussão, relaciona-se ao fato de alguns indivíduos, da mesma classe social, não conseguirem organizar-se como um grupo reivindicativo, desenvolvendo, portanto, sua consciência de classe em uma determinada relação. O pano de fundo para este tipo de vinculação é uma instituição que não permite que o conflito seja debatido em todas as suas dimensões, ou seja, que impede o reconhecimento das condições multilaterais de surgimento e de persistência de uma questão.

Diante da omissão institucional no âmbito dos processos de institucionalização da Assistência Social, o que se revela através de uma contínua precarização da política pública, o trabalhador toma para si o conflito, seja sozinho ou em pequenos grupos, o que aumenta sua motivação em relação ao trabalho, mesmo que tal investimento não seja refratário no plano coletivo, sobretudo no fato de não ganhar respostas nos movimentos de institucionalização da política. No caso de Betim, especialmente, os movimentos micropolíticos se embaraçavam com as mudanças na cena do país, ofuscando, muitas vezes, interesses da política partidária municipal, diante de um cenário nacional efusivo de apoio às políticas sociais. Sendo parte desse processo, o trabalhador social sobreimplicado abandona a cena institucional quando não faz dela um lugar primordial da construção de saídas e de defesas, mas sim utiliza seu corpo, seus afetos, e sua história individual arcaica para evitar embates nos processos de institucionalização que podem desembocar em uma reflexão genuína sobre o seu trabalho. Quando insiste deliberadamente em resolver o que é do nível institucional em sua solidão, o trabalhador adocece sem conseguir, muitas vezes, nomear o processo psíquico que regrediu para o fisiológico. Sustenta essa disposição uma sobreimplicação que, envolvida de forma peculiar com o trabalho, impede o sujeito de analisar criticamente as forças que atravessam essa relação, como nos lembra Lourau (1990). Que esta relação existe é fato, dadas as queixas que os profissionais apresentam sobre vida e trabalho e que serão citadas no decorrer deste texto. No entanto, quem está mais pré-disposto a estabelecer este tipo de vínculo com a Política de Assistência Social?

A cena, já narrada neste trabalho, que faz Maria se descolar do momento institucional no qual prevalecia as movimentações eleitorais, para enfrentar uma entrega de cesta básica baseada em premissas populistas e aquém da força dos técnicos, parece-nos uma pista para exemplificar este debate. Aqui problematizamos que a vida marcada por instituições ligadas às doutrinas religiosas, sobretudo a católica e sua tradição pastoral, facilita, como vimos em nossas narrativas, a existência de formas de vinculação que reforcem mais a dimensão pessoal do que,

necessariamente, a dialética exterioridade/interioridade, quando se trata de constituir uma relação duradoura com uma instituição. Assim como outras condições de vida exercidas, principalmente, em família, como a experiência da pobreza e da luta pela igualdade, por exemplo, podem propiciar arranjos subjetivos condizentes com a lógica institucional que prevalece na Assistência Social.

Nesse sentido, as instituições família, igreja e, de forma mais periférica, as lutas progressistas, são condições que “atravessam” os processos de subjetivação deste grupo de trabalhadores de forma a interligar vida e trabalho em uma única temporalidade, o que dificulta para o sujeito distinguir suas lutas pessoais da dimensão impossível do trabalho social. Quando os processos institucionais operam por “atravessamento”, eles visam à reprodução e são comandados pelo instituído, pelo organizado e pela repetição. Geram a manutenção de modos heterogestivos de exploração, dominação e mistificação. Quando mobilizam por “transversalidade”, como vimos na primeira parte deste trabalho, eles visam à produção e são comandadas pelo instituinte e pela inventividade. Geram modos auto-analíticos, auto-gestivos e libertários (BAREMBLITT, 1992).

Para Baremblytt (1992), o reconhecimento do trabalho enquanto um modo-indivíduo e não um modo-coletivo, como discute Mendel (1973b), causando a expressão psicológica dos conflitos da vida social, é um sintoma patológico que aponta a imaturidade ao nível político. As forças institucionais, que apoiam a regressão do político para o psíquico, pretendem manter as formas instituídas, a hierarquia de poder, o controle dos corpos, dos discursos e favorecer o anestesiamiento das forças instituintes. Por parte dos profissionais, eles mesmos problematizam a incompetência para promover coletivos duráveis, dialógicos, sem hierarquizações e barreiras que favorecessem a reunião de todos os trabalhadores em torno das questões políticas do trabalho. Por parte do Estado, assistimos a um eterno recomeço de governos e de propostas, ora indicando crescimento, ora promovendo regressões.

A subjetividade que se mostra enlaçada é aquela que, como um mártir, não desiste da luta e permanece em defesa de uma causa que diz também de si. Quando analisamos as trajetórias e as bifurcações, as dissonâncias e as ressonâncias entre escolha profissional e história pessoal, entendemos estes momentos do percurso não como um simples deslocamento de lugar, da atividade, de posto de trabalho, ou cidade, mas como ocasiões excepcionais em que o indivíduo pode construir outro sentido para sua existência, estabelecendo, portanto, novas rotas a seguir que podem causar rompimentos.

Os trabalhadores que possuem maiores experiências de vida profissional, quando se permitem, portanto, circular por frentes de trabalho diferentes, estão mais predispostos a questionar o trabalho social e, inclusive, romper com ele. É o caso de André, Luiz e Marisa que, em suas trajetórias dentro da política pública de Assistência Social de Betim experimentaram, pela ordem, uma licença sem vencimento seguidas de exoneração; duas licenças sem vencimento e uma licença sem vencimento. Marisa, inclusive, que fez da Psicologia seu desejo e não, necessariamente, o trabalho social, embora se identifique com ele, conta que sempre conciliou o trabalho na prefeitura com atendimento clínico em consultório particular, visando não só ao ganho financeiro como a esta dimensão da Psicologia que muito a seduz. Nas entrevistas individuais, foram eles que conseguiram pensar de uma forma mais pragmática sobre a própria implicação e sobre os prejuízos dos processos de institucionalização da sensibilidade de cada um para com o trabalho social.

Já Luíza, embora também faça a reflexão sobre o trabalho de forma ainda mais contundente, não chegou a tirar licença sem vencimento, embora diga que não faltou desejo para isso. Seus processos de afastamento do trabalho ocorreram por períodos curtos, mas significativos: conseguiu tirar férias prêmio com férias regulares e ficou três meses ausente; depois disso, emendou atestados médicos, sendo um deles maior de quarenta e cinco dias por stress no trabalho e um outro, de dez dias, rendeu-lhe uma conversa com o médico que sugeriu que ela se afastasse da Política de Assistência Social definitivamente devido ao seu recorrente adoecimento. Depois dessa orientação, ela conseguiu uma transferência provisória para o SUS.

Já Maria, Joana e Lorena, cujas trajetórias se fazem quase que exclusivamente no âmbito do trabalho social e também tendo as igrejas Católica e Evangélica como parte fundamental na construção do desejo pelo ofício, construíram histórias longas de trabalho nesta política pública. Maria e Joana nunca saíram, já Lorena, hoje aposentada, teve algumas experiências na política de educação e de habitação, por exemplo, mas sempre reafirmando em seu discurso e na atuação o lugar de Assistente Social e a vinculação com a Política de Assistência Social, secretaria na qual sua carreira transitou por diversos cargos de chefia. Ela nos aponta a relação sobreimplicada quando tem dificuldade para pensar a relação com o trabalho, e avaliar prejuízos da dimensão da vida pessoal com o ofício.

Nas entrevistas, predominam as críticas sobre a dificuldade de se estruturar o trabalho e de persistir nele e não, como aponta André, Luiz e Marisa, reclamações que relacionam o exercício da função com privações de salário, saúde, criatividade e estudo. Maria, Joana e Lorena não circunscrevem a subjetividade delas próprias quando problematizam a Assistência Social, pelo contrário, tangenciam ou, por vezes, ignoram que o trabalho passa pelo corpo e

pelo afeto. Como que respondendo a um chamado, elas se sentem com um dever a cumprir. Diante dele, não podem vacilar, recusar, retroceder, já que muitos dependem do esforço e da assertividade da sua atuação. Corpos sempre a postos, interessados em um trabalho que se mostra mais como um combate, com vítimas, com inimigos e com alguns heróis.

Aqui aparece uma sobreimplicação que se dirige à ideologia normativa do trabalho, gestora do implicar-se e, num certo sentido, permissível à exploração da subjetividade:

O projeto de grade de avaliação de Bouygues mostra bem que se trata de exigir um suplemento de espírito, garantia de um sobretrabalho diretamente produtor de identificação com a instituição e indiretamente produtor de mais-valia em favor do empregador – e não em favor do trabalho coletivo, cuja cooperação repousaria minimamente, ainda e sobretudo, na resistência. É a autogestão ou a cogestão da alienação. (LOURAU, 1990, p. 192)

Encoberta por defesas e por crenças, a sobreimplicação pode impedir que a análise da implicação se faça, por um excesso de engajamento em relação ao trabalho. Quando feita, a análise das implicações nos permite chegar aos investimentos libidinais, às referências e às motivações que desaguam em um determinado tipo de relação com o trabalho (COIMBRA, 2007). São nestas dimensões afetivas que se encontram a sobreimplicação e as possibilidades de compreendê-la. Nesse sentido, a desnaturalização das práticas, dos discursos e da instituição em si é premissa fundamental para descortinar os efeitos dessa relação nos sujeitos e também nos processos institucionais.

A sobreimplicação é o ponto cego do envolvimento com o trabalho, ou seja “[...] uma dificuldade de análise que faz referência a um único nível, um só objeto, impossibilitando que outras dimensões sejam pensadas, que as multiplicidades se façam presentes, que as diferentes instituições sejam consideradas[...]” (COIMBRA, 2007, p. 4). Nesse sentido, Coimbra (2007) problematiza o termo “ativismo”, retirado da obra de Lourau (1990, 2014), para designar um fazer contínuo, que se aproxima de uma compulsividade, sem que haja produtividade. O ativista é aquele que se sente um privilegiado por realizar um exercício de verdade. Seu trabalho beneficia outras pessoas, ao mesmo tempo em que o sobrecarrega de responsabilidades e os efeitos disso são a culpa e a ideia de exigência de um sacrifício. O ativista é arrogante e onipotente, já que se julga iluminado, no entanto, por outro lado, encontra-se em um estado de fragilidade permanente.

Um dos efeitos dessa postura é o impedimento de pensar sobre si, sobre o próprio trabalho e sobre como tem executado suas práticas. Para Coimbra (2007) além da sobreimplicação dificultar a análise da implicação, da formação de coletivos e reforçar a

individualização, pode também trazer contradições como, por exemplo, a alegria e a sensação de transformação próprios da militância. Mesmo entre aqueles que conseguem pensar sobre o próprio vínculo com o fazer, pois distanciam-se dele, com exceção de Luíza, não parece haver conflito quanto à escolha profissional. Sobreimplicado ou não, a trajetória do sujeito é sequencial, linear, caminha para o mesmo ponto e pouco produz em termos de pluralidade de oportunidades profissionais que coloquem em xeque o desejo ou mesmo as questões arcaicas que se atualizam nessa escolha.

4.3 A ética do trabalho

A ação do trabalhador social atinge questões delicadas da vida privada dos usuários. No CREAS, por exemplo, campo de pesquisa deste estudo, o cotidiano dos trabalhadores é construído a partir da intervenção em casos cujas características não poupam as dimensões ética e moral de todos aqueles envolvidos no acompanhamento. Os casos de violência, sobretudo violência sexual contra a criança e o adolescente (entre eles o incesto), e a avaliação da maternagem de mulheres são situações repetidas nos atendimentos, destacadas pelos entrevistados, e que exigem decisão, condução e encaminhamentos baseados em avaliações que atravessam a vida íntima do usuário e do técnico. Assim como a discussão que permeia o campo científico, o trabalho social se apresenta como um fazer que impossibilita defendermos a premissa da neutralidade. Estão em evidência as dimensões subjetivas do trabalhador como, por exemplo, a responsabilidade, a humanidade e a sua capacidade de se sensibilizar e de se engajar, por exemplo.

Campo de estudo da Filosofia, que tem os modos de viver e a distinção entre o bem e o mal como objeto de reflexão, a ética no trabalho social é uma discussão fundamental, tanto para compreender a natureza do próprio campo profissional, quanto os modos de conceber e de desenvolver a profissão. Nesse sentido, a ética é parte inseparável do trabalho social: aparecem juntos tanto na forma de conceber, quanto na forma de lidar com um problema (BOUQUET, 1995). Nesse sentido, apoiada na filosofia de Paul Ricoeur e Edgard Mourin, Bouquet (1995) considera que haverá sempre um antagonismo entre a intenção da ação e a sua realização, fazendo com que sempre haja um ponto de singularidade nos diversos acompanhamentos e, por isso, um princípio de incerteza na relação intenção-ação.

Além disso, ainda sobre o conceito de ética no trabalho social, Bouquet (1995) afirma que o campo de trabalho, por si só, já traz elementos que fazem da reflexão ética um ponto de partida para a construção do fazer. Por exemplo, o ultra-liberalismo e a evolução dos problemas

sociais, por um lado, e, por outro, as condições de liberdade do sujeito assistido pela política, que tem sua autonomia tensionada por interesses diversos, entre eles os institucionais, os da comunidade e os do próprio técnico. Segundo a autora, é no espaço entre essas convicções que aparecem as construções éticas, podendo ser elas de três características distintas: a ética da convicção do trabalho social, que diz sobre a concepção de homem e de mundo que irá ser defendido; a ética da responsabilidade do trabalho social, que explica o compromisso do profissional em se dedicar àquele trabalho; e a ética da discussão, que promove a reflexão compartilhada sobre os valores que regem cada um. Se a discussão sobre a ética é indissociável do trabalho social, faz-se importante compreender, num primeiro momento, como os trabalhadores conceituam “trabalhador social” e por quais linhas de força passam estas nomeações. Quando fazem este tipo de reflexão, sinalizam o alcance e os parâmetros que dimensionam a prática, orientando-nos sobre as ideias compartilhadas que criam mundos pessoais e coletivos e que interferem nos processos de institucionalização.

Para todos os entrevistados foi comum a premissa de que ao trabalhador social cabe desenvolver uma sensibilidade que se faz tão ou mais importante do que o saber técnico. André localiza essa característica como sendo um ideal, uma dimensão militante, uma sensibilidade política. Seria uma disposição para lutar pela transformação social, orientada por uma utopia e visando ao fim das desigualdades. O trabalhador deve conciliar essa disposição com uma teoria que se paute pela questão da subjetividade e que possibilite o trabalho a partir dela, ou seja, ajude-o a conhecer os limites e os paradoxos do sujeito humano, evitando, assim, o risco de cair em uma impotência diante de um trabalho demasiadamente exigente. Todas essas características, segundo ele, podem contribuir para que o profissional não seja assistencialista e sustente o domínio do seu trabalho no contexto da luta pelos direitos sociais.

Próxima da compreensão de André, temos a explicação de Maria, que considera o trabalhador social como aquele que age no corpo a corpo e, a partir de uma empatia, consegue se colocar no lugar do outro. Para isso, é preciso uma sensibilidade aliada, também, a uma qualificação profissional. Maria ainda pauta sua concepção em uma dimensão da *práxis* freiriana¹², ao afirmar que o trabalhador social precisa saber dar respostas às situações, construindo possibilidades de ação quando alia experiência e saber teórico, atuando em um horizonte em que se preze pelo respeito e pela dignidade daquele a quem está assistindo. Já

¹² Como trabalhado no capítulo anterior, as ideias de Paulo Freire e sua concepção metodológica e epistemológica orientaram o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base, como movimentos sociais e tantas outras ações que lançaram mão da educação popular para atuar junto aos mais diversificados grupos sociais. O livro “Pedagogia do Oprimido” (FREIRE, 2013) é um marco teórico fundamental para a compreensão do autor e da sua obra.

Joana, embora também reafirme as mesmas características apontadas por André e Maria, reforça a dimensão política da profissão ao explicar que o trabalhador social é aquele que está “para a mudança social”. Seu campo de atuação são as relações familiares e as de pertencimento, assim como os laços comunitários do indivíduo assistido. Fragilizando o limite entre vida privada e trabalho, Joana diz que o trabalho na Assistência Social deve gerar experiência de pertencimento e qualidade de vida, as quais devem refletir na vida particular do trabalhador, na sua relação familiar, na construção afetiva que ele mantém com seus entes mais próximos.

Já Luiz apresenta sua conceituação sobre o que é um trabalhador social resumindo-o a “um funcionário público”. Na mesma direção, Marisa aponta que é uma figura que preza pelo atendimento social, característica que faz um trabalhador ser um trabalhador social mesmo em outras áreas. Nesse sentido, Marisa propõe que um dos princípios da atuação seria considerar as questões sociais, sempre localizando o sujeito atendido em um contexto sócio-histórico que interfere em seus processos subjetivos. Lorena, num primeiro momento, orienta sua explicação pela noção de profissionalização, ressaltando que o trabalhador social deve primeiro se reconhecer como um trabalhador, e não ocupar uma posição na qual ele acredite que possa fazer um trabalho voluntário ou de caridade.

Assim como Luiz, Lorena não acredita que possa haver trabalho social de fato se o profissional não orienta sua atuação a partir das linhas do sistema econômico, compreendendo que sua prática está justamente na desigualdade social produzida pelo capitalismo. Ela diz que não há nenhuma possibilidade de neutralidade política na posição em que se encontra o trabalhador social, que deve pensar no coletivo e depois em si mesmo, pois ele deve se posicionar de forma ético-política como condição primeira para exercer seu trabalho. E, paradoxalmente, mesmo dedicando toda uma vida profissional a este tipo de trabalho, ela conclui dizendo que é um trabalho, de antemão, fadado ao fracasso, já que o trabalhador está justamente em uma contradição (capital versus desigualdade) que pode colocá-lo não no lugar daquele que “vence” e colhe os frutos do seu trabalho, mas daquele que “tem o potencial de enlouquecer diante do impossível do seu fazer”.

Curiosamente, nenhum dos entrevistados localiza o trabalhador social como aquele que deve atuar permanentemente em coletivos, seja pelas características da política pública que convoca resistências diversas e difíceis de serem feitas de forma individual, seja pela própria natureza de institucionalização da pasta, nascida, portanto, a partir da interferência de movimentos sociais e intelectuais militantes na construção da Política Nacional de Assistência Social. Quando desarticulam atuação e coletividade, acentuam os riscos da sobreimplicação a

partir da individualização do fazer, delimitando a prática do trabalhador social em condições em que é possível, em determinados momentos, agir sozinho e sob os riscos das crenças individuais e militantes.

Não delimitam a militância, necessariamente, na experiência coletiva, mas em uma produção subjetiva que ora está solitária em suas responsabilidades ético-políticas, ora está junto dos pares em lutas e movimentações que enfrentam processos de institucionalização. Os entrevistados apontam, sobretudo, para uma vinculação afetiva fundante e significativa que orienta as movimentações em torno do trabalho. Nesse ponto, tal pressuposto, inclusive, em muitos momentos, sobrepõe-se à necessidade da qualificação técnica e do investimento em estudos e pesquisas. Trabalhar na Assistência Social, para os profissionais entrevistados, é fazer exigente, prática inventiva, investimento corporal, humanitário e que exige um esforço pessoal. Mas, além disso, é ativar uma “paixão” que faz parte deles e que pode ganhar novos e bons contornos a partir do encontro coletivo com colegas que possuem as mesmas motivações.

Paula, na entrevista coletiva do grupo 3, aponta que a militância está baseada em um valor carregado pelo profissional, que tem a ver com princípios e com projetos de vida:

Ela é um trabalho que você não dissocia da sua vida, ela é sua vida. Isso que dá identidade a esse grupo. Embora, se a gente for falar enquanto grupo mesmo, até agora a gente não conseguiu construir um grupo mesmo. Belo Horizonte está lá com fórum de trabalhadores e nós não...mas assim, quando é necessário, nós damos um jeito e conseguimos fazer acontecer. (Paula, grupo 3)

Para ela, embora a militância exija um movimento coletivo, nem sempre é possível sair da luta individual para a luta em conjunto. A fala de Paula nos revela a mistura entre vida e trabalho, como o esvaziamento de uma militância que existe, ainda que, muitas vezes, apareça no modo-indivíduo, como designado por Mendel (1973a). Joana concorda com Paula e vai além:

Falta esse coletivo nosso enquanto trabalhadores mesmo...nossas questões enquanto trabalhadores, a gente está sendo só sucateado, sucateado...mas hoje eu vejo assim que a militância, o trabalho, o fazer para o outro ainda está superando isso quando a gente pensa no nosso salário, nossa condição de trabalho, isso tem ficado em segundo plano e a gente produzindo muito. (Joana – grupo 3)

As falas das duas participantes nos indicam que é preciso ter um envolvimento sensível não só com os usuários, mas também com as fragilidades da política, e nisso se inclui a precarização das condições de trabalho. Maria completa “para além dessa questão de ser

contratada ou efetiva, é um compromisso com o trabalho. E quando você fala da militância, estávamos pela causa, é uma coisa corporal, a gente sofria e reunia para falar do sofrimento [...]”. Há uma exigência de disposição para contribuir com a construção da política pública, a partir da invenção cotidiana de uma militância que não pode se deixar barrar pelo processo de institucionalização, já que ela está comprometida com ideais de outra ordem, e não por aqueles construídos essencialmente no trabalho.

A sobreimplicação dos trabalhadores, por vezes, se aninha-se no processo de institucionalização, sobretudo quando ele a provoca, ou mesmo pode driblá-lo quando, por exemplo, as forças institucionais se apresentam dispostas a escancarar as contradições que revelam, por parte do instituído, o favorecimento de um tipo de vinculação com o trabalho social. A história de Joana pode nos ajudar a ilustrar essa premissa. Assim que Vittorio Medioli assumiu a prefeitura, em 2017, o cenário institucional ganhou ares de iniciativa privada, descaracterizando a Política de Assistência Social de forma nunca antes vista pelos trabalhadores. Diante disso, depois de uma tensão por parte de um grupo de profissionais efetivos, alguns optaram por abandonar os cargos de chefia em função da diferença ideológica e política com o novo gestor. De forma isolada, Joana não só continuou, como assumiu um cargo de responsabilidades significativas na execução do SUAS. Solitária, não conseguiu sustentar suas crenças individuais e se viu convidada a sair da secretaria, tempos depois, por parte do próprio governo que ela não decodificou. Abandonar a força do coletivo em nome da crença de que poderia realizar um trabalho sozinha, de forma a reafirmar uma “devoção”, é ignorar não só a oportunidade de encarar o instituído de forma a traduzi-lo, como também abandonar a estratégia (reflexão grupal) que se mostra como principal vetor para se fazer a análise da implicação.

Joana, uma das trabalhadoras mais sobreimplicadas entre os entrevistados, tem queixas consistentes em relação ao governo, às formas de gestão do trabalho, à situação político-econômica do país e do município onde atua. Não existe uma falta de racionalização sobre as condições de trabalho. No entanto, o seu discurso não avança, justamente, no ponto em que precisa alinhar sua dedicação ao processo institucional. Embora apareçam queixas e críticas que marcam seu esgotamento, é difícil, para seu interlocutor, compreender onde e como ocorre a passividade que permite um laço tão duradouro entre a política pública e seu desejo em relação ao trabalho. A exigência de um “suplemento de espírito”, como afirmou Lourau (1990), parece definir um esforço, por parte de Joana, para oferecer ao trabalho um além que ela acredita precisar ofertar.

Como apontam os entrevistados, a construção da militância na Assistência Social não depende, necessariamente, do encontro com este campo de trabalho em específico, é mais uma sensibilidade que atravessa a posição do sujeito no mundo, sendo que ela pode ser expressada em outros campos de atuação que tenham a luta pela justiça social como um horizonte:

Militância é aquilo que você faz com toda intensidade, que você acredita piamente e você investe nisso. Eu acredito na Política de Assistência Social e no trabalho do CREAS. Eu acho que aqui é uma potência para autonomia das famílias, para construção e garantia dos direitos. Quando eu falo de militância, eu falo desse lugar que independe da escolha de onde você está. (Maria, grupo 2)

Marisa aponta que a militância não dialoga, necessariamente, com as contingências, ela continua porque existe em sua natureza algo que é imponderável:

Militância é esse lugar que independe do cargo, que independe do salário, que independe da carga horária de trabalho. Que independe se você vai ser mandado para outro lugar se você falar alguma coisa! Acho que a militância é isso também, você acredita tanto naquilo que você luta, independente das variáveis que definem a luta. (Marisa, grupo 2)

No entanto, como continua Marisa, a luta pode se intensificar quando algo vai contra as crenças que constituem a natureza da militância:

Enquanto a gente estiver atuando na Política de Assistência Social, a gente é pau para toda obra. Quando me convidarem para algo contrário às nossas convicções, somos contra e resistimos acima de qualquer coisa. Além de você se propor a investir no que você acredita, você é capaz de lutar contra o que mina aquilo. (Marisa, grupo 2)

Luíza, do grupo 3, além de reforçar a ideia de que não houve a construção de um coletivo, pois “teve essa fragilidade também, nós não conseguimos nos mobilizar como trabalhadores do SUAS”, aponta que aspectos do fazer militante contribuem para retardar ainda mais a institucionalização plausível da política. Um desses descuidos é a recusa dos técnicos em registrar propostas que deram certo em sua experiência. Diante da exigência do cotidiano, que coloca sempre os atendimentos à frente do estudo e do registro, e até mesmo da produção de relatórios técnicos, os trabalhadores compactuam com isso e ficam “apagando incêndio com um copo d’água”, expressão muito utilizada no cotidiano dos serviços. Para Luíza, abrir mão do registro e reservar a história apenas à memória de quem viveu têm a ver com uma certa informalidade na execução da pasta e com um improviso que sempre marcou a Política de Assistência Social, sobretudo pela sua tradição caritativa e filantrópica, baseadas não no rigor científico, por exemplo, mas nas dimensões morais e religiosas de quem pretende exercer a sua

fé ajudando, também, àqueles que necessitam.

A natureza da ação militante traz em si a exigência de um coletivo no qual o sujeito pode lutar em conjunto e encontrar determinadas balizas para a expressão da sua ação. Uma definição clássica para a ação militante, e que reúne um sentimento comum a todos, seria “[...] Porque na origem da militância, há uma profunda indignação, um agudo sentimento de justiça diante do considerável aumento das desigualdades e da pobreza, tanto nacional como internacionalmente” (LADSOUS, 1995, tradução nossa)¹³. A perspectiva de sentimentos comuns e compartilhados favorece um determinado encontro e sua manutenção. Além disso, um horizonte comum, definido de tal forma que alcançá-lo ganha contornos de impossibilidade (como lutar pela justiça social a partir da distribuição justa da renda no mundo, por exemplo) pode promover o que a própria psicanálise já havia nos apontado: coesão e capacidade de negociar uma vida em grupo para se chegar a um lugar compartilhado através de ideais e de utopias.

Nicourd (2009) aponta que o engajamento, termo que também pode ser utilizado para compreender a militância, não pode ser concebido apenas como lógicas individuais, mas, principalmente, como atividades coletivas que dão corpo a este compromisso. Nesse sentido, apoiados por histórias individuais que os motivam, os militantes encontrariam no coletivo a disposição definitiva para continuarem perseguindo o ideal. Um ponto nos chama a atenção na história do coletivo de trabalhadores de Betim e que, a nosso ver, pode estar relacionado com o favorecimento da relação sobreimplicada: o fato deles não pautarem a concepção de trabalhador social como aquele que necessariamente atua em conjunto, além da afirmação unânime de que não conseguiram estabelecer um coletivo de trabalhadores para os enfrentamentos técnicos e políticos.

Não só a militância deveria estar amparada pelo coletivo como forma de prevenir o retorno do institucional para o pessoal, como também, como aponta Mendel (1973b), a análise da própria implicação e, portanto, o reconhecimento dos indícios de um envolvimento que, de tanto se comprometer, abre mão das rupturas e das separações que fazem de uma relação algo saudável. Dessa forma, trabalhar na Assistência Social pode se tornar, como aponta Luíza, nossa entrevistada, um “trabalho pleno de sentido”, por um lado, ou, como disse Lorena, quando já aposentada e no momento da entrevista coletiva em que refletiu sobre seu tempo de afastamento da política pública:

¹³ “Car à l'origine du militantisme, il y a une profonde indignation, un sentiment aigu d'injustice face à l'accroissement considérable des inégalités et de la pauvreté, tant à l'échelle nationale qu'internationale”

[...] Isso está no campo de vocês (psicólogos) quando você fala da angústia, do sofrimento psíquico...quando eu saio da Assistência como que isso tudo fica mais à vista, mais possível de trabalhar e melhor. Sair da Assistência foi muito bom. Não tenho vontade nenhuma de voltar. Continuo estudando sobre a política, dou aula sobre a gestão da Assistência Social, mas eu não tenho vontade de voltar para dentro da secretaria de jeito nenhum. Com tudo, hoje vejo que foi uma história de sofrimento. (Lorena, grupo 1)

Estruturada em um movimento que ora ocupa o lugar de competente, ora abandona qualquer responsabilidade sobre a Assistência Social no Brasil, a institucionalização da Assistência Social parece capturar subjetividades que se movimentam entre a culpa e a responsabilização. Os dois afetos, derivados de uma herança católica, assistencial e caritativa, em muitos momentos, ocupam a dimensão política da força de trabalho, calando o modo-coletivo e favorecendo a existência do modo-indivíduo. Uma forma de defesa possível, por parte dos trabalhadores, poderia ser acompanhar o movimento pendular da política, ora investindo, ora afastando-se desse investimento no trabalho, de forma a não abandonar o esforço contínuo, coletivo e individual, de se fazer a análise da implicação.

Mas o grupo parece vivenciar, em muitos momentos, produções subjetivas que facilmente se territorializam na possibilidade de execução da política pública de forma a acreditar no instituído e concretizar ideais coletivos. Com isso, paira entre os trabalhadores escutados nesta pesquisa, sobretudo aos mais sobreimplicados, portanto, menos críticos à relação que estabelecem com os processos de institucionalização, uma certa “incompetência” ou dificuldade para reconhecer seu lugar de desamparo diante de uma instituição voraz nas suas capacidades de manter, a qualquer custo, a ideia de que existe Assistência Social no Brasil, muitas vezes camuflando suas contradições e tensões. Esta incompetência para fazer a autoanálise e o excesso de uma responsabilização impedem que se busque, por vias institucionais ou através de movimentos de denúncia e de rupturas, como foi dito, reflexões com dimensões políticas significativas sobre o trabalho em que estão. Isso reflete, inclusive, nas movimentações tímidas, ou mesmo inexistentes, de resguardo de seus direitos trabalhistas em instâncias coletivas e reivindicativas, como os sindicatos, por exemplo.

Num corpo silenciado por uma militância acrítica, o ativismo pode ser localizado mais em um “desejo puramente reativo” do que em um “desejo puramente ativo” como nos lembra Rolnik (2016) ao discutir a situação política atual de nosso país. Há uma possibilidade do sujeito de ser afetado pela “dimensão viva do mundo”, cuja apreensão acontece pelos saberes do próprio corpo. Nesta dimensão, a relação do indivíduo com o mundo não encontra divisão, fazendo do contato com esta intensidade uma experiência desafiadora para o sujeito que se vê, a todo tempo, na tarefa vital de se reinventar. Apesar do mal-estar que esta experiência pode

causar, ela é imprescindível, já que “[...] O desconforto da instabilidade e a exigência de trabalho que esta nos demanda são inevitáveis, pois que intrínsecos à vida em sua essência de fluxo em diferenciação contínua que implica na transformação das formas em que este se materializa [...]” (ROLNIK, 2016, p. 12).

Nessa dinâmica dialética do encontro de forças externas e internas, o sujeito pode assumir, portanto, uma das duas posições. Se ele assume o desejo puramente ativo, a capacidade de ser interrogado pela exterioridade é possível e continuada, permitindo que a subjetividade seja continuamente afetada, modificada. Essa movimentação pode ser entendida como uma forma de ser no mundo e não se furta diante da possibilidade de escutar os saberes advindos do corpo e dos afetos que surgem desse mal-estar. Desestabilizar-se é o caminho de possibilidades para o encontro do desejo, proporcionando um devir sujeito em todas as suas dimensões da existência, além da conservação da “potência do vivo”.

Já a posição reativa, decorrente do que Rolnik (2016) chama de “inconsciente-colonial-capitalístico”, abandona o saber do corpo, ou mesmo não o reconhece como fonte de percepção sobre si mesmo e sobre o mundo. Estando o mundo fora dele, e não como uma parte de si mesmo, o que este sujeito tem é a sua própria percepção como bússola, cujo contorno está em uma “subjetividade reduzida ao sujeito”, em uma experiência vivida cuja exterioridade é sentida mais como uma ameaça de um completo esfacelamento de si mesmo e não como uma possibilidade de invenção de novas formas de estar no mundo e olhar para si. Pouco ou nada desterritorializada pelo desconhecido do devir além de si mesmo, esta subjetividade sempre se rearranja a partir de uma movimentação espelhável que, ao final, reflete dois extremos: sentimentos relacionados à culpa, à inferioridade e à vergonha, ou a um mal-estar em forma de ódio e de ressentimento.

Como Lorena, que nos sinaliza um percurso sobreimplicado e uma avaliação final que marca apenas o sofrimento, a condição de trabalhador social da Assistência Social parece, em alguns casos, reforçar uma forma reativa de lidar consigo mesmo. Os relatos de adoecimento, como veremos a seguir, apontam-nos um indício de um corpo de fato silenciado diante da emergência de processos subjetivos mudos e defensivos para se deixar afetar por saberes e experiências que vão além da própria prática repetida na política. É a própria Maria, após uma história intensiva com as políticas sociais e a possibilidade de um câncer, que reflete sobre isso:

[...] E acho que eu aprendi muito sobre as relações, eu sempre fui muito dura nas relações, na cobrança. Na coordenação, eu acho que teve momento de muita dureza, de fazer todo mundo trabalhar, de exigências, mas aprendi a olhar para as fragilidades das pessoas, para esse adoecimento que o próprio trabalho traz, que eu acho que nesses últimos tempos eu tenho tentado fazer que as coisas fiquem mais leves, tanto para os

outros, quanto para mim. Eu já passei por vários momentos que só eu acreditava na ação que eu fazia, e aí fazia todo mundo fazer, hoje eu estou diferente[...]. (Maria, grupo 2)

Assim como Maria, os relatos de adoecimento depois de um longo percurso na Política de Assistência Social de Betim aparecem como um sinal de alerta para se olhar para uma experiência subjetiva e corporal à qual não se estava dando uma atenção adequada. No corpo adoecido, pouco criativo e fragilizado, o trabalhador encontra a possibilidade de se haver com seus processos subjetivos arrastados por processos institucionais intensos, repetidos e que apoiam o desvio da potência do desejo, em si ativo e criador, para uma potência reativa de submissão (ROLNIK, 2016).

O trabalhador social, nesse sentido, está entre uma ética para si e uma ética para o outro, retirando sua própria existência da dimensão de cuidado pelo qual ele luta. Nessa divergência de ritmos, ele, de forma demorada, pode chegar ao ponto de questionar o uso da sua humanidade por um sistema político-econômico marcado por traços cuja intencionalidade não passa, necessariamente, por lutas comuns às do trabalhador social e garantia do seu bem-estar. Se perder nesse jogo, ou não aprender a jogá-lo, custa um preço, como mostram os relatos de adoecimento que apresentamos a seguir.

4.4 O corpo da política: adoecimentos, lutas e precariedades no cotidiano

E a gente vê como é uma faca de dois gumes essa questão do trabalho que tem um sentido muito grande. Porque quando você tem um trabalho pleno de sentido, e o nosso é, porque trabalhamos com a promoção humana, a luta pela igualdade, a luta pelos direitos sociais, mas isso também traz o grande risco de você achar que o trabalho não tem limite, que você não tem limite. Porque você é humana, você precisa dormir, comer, ter um salário digno [...] (Luíza, grupo 3)

Já quase no final da entrevista individual de Luíza, ela me relatou o que foi a experiência mais importante de seu percurso na prefeitura de Betim e que a fez pensar em sair, definitivamente, da secretaria de Assistência Social. Na época, estavam enfrentando uma situação política delicada com a chegada do político Vitorio Mediulli à prefeitura. Com as mudanças na organização da secretaria, o poder de decisão dos profissionais concursados, e em cargos de chefia, havia sido intencionalmente diminuído ou mesmo impossibilitado. No caso de Luíza e de algumas colegas, o setor havia sido isolado pela nova gestão e, incomodadas com o fato de não fazerem nada, e ainda assistirem às decisões que caberiam aos seus cargos serem tomadas por novos integrantes da pasta, pediram para sair e se alocaram em equipamentos da ponta, voltados mais para o atendimento do que para a coordenação.

Ela tinha conhecimento de que uma dessas colegas havia se recuperado recentemente de um câncer de mama e, por isso, ainda fragilizada com o tempo longo de recuperação que exige uma enfermidade de tal gravidade, estava sendo medicada. Um dos medicamentos poderia predispor o coração a acelerar, mas, tranquila, a trabalhadora contava que, em cinco anos, tal fato havia acontecido apenas uma vez. No entanto, durante o expediente do trabalho, e neste momento institucional relatado acima, a colega de Luíza sofreu uma aceleração brusca dos batimentos cardíacos. Assustada, Luíza seguiu com ela para o hospital onde, através de vários procedimentos, não conseguiram fazer com que o coração voltasse ao ritmo normal. Foi através do uso de uma medicação considerada forte pelos médicos, e que deixaria a paciente em um estado de suspensão da consciência, que conseguiram estabilizar seu quadro. Quando conversou com o médico, no intuito de oferecer informações mais completas para a família, ele suspeitou que o stress poderia ser a causa do mal súbito.

No entanto, o que mais sensibilizou Luíza foi o que a colega expressou ainda estando sob os efeitos da medicação e com seu nível de consciência alterado. Quando falava, delirava continuamente com o trabalho que realizava na Assistência Social: questionava se reuniões já haviam acontecido e se eventos da secretaria já teriam sido realizados. Luíza relacionou estes delírios com a situação que viviam no trabalho. Estavam juntas, naquele momento, em uma condição institucional de completa instabilidade, tendo suas experiências de anos de envolvimento na prefeitura ignoradas pela atual gestão. Tinham pela frente, um governo marcado pelo conservadorismo e pelo acirramento das propostas liberais de governo dentro de uma secretaria que, por seu objeto de trabalho, estaria, novamente, no centro de uma disputa marcada por intenções eleitoreiras e políticas assistencialistas ainda mais acirradas.

Olhando para a colega, Luíza ainda sentiu medo de ser a próxima a ter sua saúde invadida pela relação com o trabalho que, por sinal, já havia dado alguns sinais de fragilidade. Depois desse episódio, tentou se “refugiar” em um grupo de trabalhadores efetivos que ocupavam a proteção especial, mas este grupo se desintegrou, algo que nunca havia acontecido nos anos que se seguiram à realização do concurso público de 2001. A dispersão de um coletivo que demonstrava uma história de resistência significativa aos seus olhos, sustentando na coesão e na atuação técnica a resistência em relação aos prejuízos trazidos pela política partidária, era mais um sinal de que a situação havia chegado ao limite. Sua outra opção, um fórum de trabalhadores que havia começado na gestão anterior, também havia ruído, motivando ainda mais suas preocupações em relação ao destino da secretaria e dos trabalhadores.

Afastada em função de uma cirurgia e quando estava prestes a retornar, sentiu que o coração acelerava em algumas situações e, como tinha uma válvula nele há algum tempo,

chegou a ir ao cardiologista. Luíza também havia controlado a pressão alta há pouco tempo, o que lhe trazia mais preocupações e medo no sentido de fragilizar novamente a sua saúde, que só havia se recuperado recentemente. Seguido às questões de saúde, uma outra colega de trabalho de Luíza sofreu um assalto à mão armada em frente ao CREAS. A partir disso, suas reflexões em torno do trabalho, que sempre existiram, ganharam um novo contorno, colocando para ela a decisão de continuar ou não atuando nesta política.

Luíza questionou sobre a violência que o trabalhador sofre, por efeito, quando atende pessoas em situações de violência, sobretudo quando não consegue apoio institucional para promover respostas que estejam de acordo com a gravidade dos casos. Problematisa, ainda, a falta de tratamento institucional para as exigências emocionais que o trabalho coloca, sendo que a própria supervisão de casos, mecanismo apontado pelos técnicos, em unanimidade, como apoio fundamental para o distanciamento do trabalho e para conseguir pensar sobre ele, é colocado pela prefeitura, geralmente, como algo periférico e que pode ser burlado em meio às outras urgências técnico-administrativas que a pasta exige. Depois destas reflexões, Luíza começou a trabalhar no SUS no setor de saúde do trabalhador.

Luíza, desde o início do contrato na Assistência Social de Betim, notava efeitos em seu corpo que emergiam no trabalho cotidiano com a pobreza e com a violência:

Acreditar no trabalho foi o que me sustentou pelo menos até 2008...quando eu saio de licença pela primeira vez. Porque foi um trabalho sempre extremamente sofrido! Eu me lembro que o dia de plantão era o dia em que eu chegava em casa e chorava compulsivamente! E comia chocolate compulsivamente. É porque dóia! Doía muito ver as pessoas naquela situação. Eu sabia que eu ia ver a pobreza, mas eu não tinha noção do que era pobreza. Como eu acho que as pessoas não têm noção do que era a pobreza antes do bolsa-família. O que era você visitar uma família, cenas que eu nunca vou esquecer na minha vida, você visitar a família de onze pessoas e eles estarem comendo sopa de banana verde. Isso não sustenta menino de doze anos! Eu lembro que eu chegava em casa e rezava pensando “Meu Deus, como é que pode existir isso!”. No Teresópolis, têm as ruas, mas têm também aqueles lugares que você precisa descer e, às vezes, você afunda assim e para voltar para o nível da rua era de gatinho! E nós trabalhávamos sem nenhum espaço para elaborar! Elaborar essa violência da fome, da violência do lugar onde mora...eu lembro que nessa época que a gente chegou, teve uma chacina na região. E o menino escondeu debaixo da mesa para não morrer, então ele e a irmã sobreviveram. Eu pensava que era um genocídio o que acontecia ali. (Luíza, grupo 3)

Luiz também aponta dimensões de um trabalho que não poupa a vida emocional do trabalhador, pelo contrário, utiliza-se dela sem que haja uma contrapartida que amenize tal sofrimento. Entre os processos de subjetivação dos trabalhadores encontram-se aspectos não tratados na dimensão institucional, o que favorece ao profissional solitário assumir o ônus do exercício de uma política pública. Assim como Luíza se queixa dos prejuízos em relação à sua

saúde mental, quase todos os outros trabalhadores desta pesquisa o fazem da mesma forma. Quando falam do trabalho, ele parece invadir um espaço psíquico para o qual eles não estariam preparados, no entanto, estão disponíveis para ofertá-lo. Poucos são os relatos de indiferença com as situações com as quais convivem, o que torna a queixa sobre a saúde mental um eco entre eles.

A precarização do trabalho para Luiz, num primeiro momento, surge na falta de recursos humanos para dividir o trabalho, no esgotamento do corpo e da sua capacidade intelectual e criativa:

Eu saí de licença em janeiro desse ano. Um dos motivos foi um esgotamento. Eu fui me desgastando muito...eu acho que um esgotamento, uma fadiga emocional, eu sentia que minha capacidade de atendimento em alguns momentos diminuía, eu sentia que eu já não conseguia definir determinados processos no acompanhamento dos casos. Foi um ano muito difícil. Dentro do CREAS, a instabilidade do trabalho, o concurso não vem, o processo seletivo não vai, um clima muito estressante. (Luiz, grupo 1)

Em seguida, a precarização do trabalho aparece no medo e na concretude da morte de usuários, que é uma rotina entre os trabalhadores da Assistência Social:

Todo esse processo foi gerando esgotamento. Eu acredito muito que para atuar nesse campo, a sua subjetividade está muito em jogo. Me afastar da Assistência Social hoje é um descanso para minha subjetividade, eu sinto que estou descansando. Incrível! Eu sinto que minha subjetividade não está tão em jogo. No ano em que eu saí, tivemos seis meninos executados, desses seis, quatro eu acompanhei. Teve um desastre daquele caso da mulher que mata o ex-marido e é muito pesado...muito pesado. Você não tem suporte! Reli o caso uma centena de vezes e era muito sério, muito sério. Apesar de ter sido um caso que eu atendi em 2014, tinha um ano que eu não tinha contato com o usuário, e aí chega a notícia de que ela mata o ex-companheiro. Foi um impacto em todos, nas técnicas do judiciário! E aí você fica exposto de uma maneira muito forte. Se um atendido no CREAS chega para você e fala: “olha, vão me matar, amanhã eu posso tá morto” aquilo é muito concreto mesmo, é verdade, você tem que acreditar e fazer alguma coisa. (Luiz, grupo 1)

As somatizações dos trabalhadores da Assistência Social revelam tanto um adoecimento real do corpo, no contato cotidiano com o trabalho, quanto a criação de mundos simbólicos que os aprisionam e os limitam, inclusive na vida familiar e no contato com os filhos. A ideia de persecutoriedade, de ver perigo e risco em todos os lugares, sobretudo em relação às crianças da família, é um sinal desses mundos. Os trabalhadores citam, como narrado na primeira parte, medos em relação aos atendimentos, aos atendidos e às redes que os envolvem e que podem atingir, diretamente, a segurança de cada um.

No entanto, nenhuma das condições de trabalho são tão despoticizadoras como o atravessamento político-partidário na execução direta da Assistência Social. A nosso ver, este

é o motor da precariedade com que se institucionaliza a política pública ainda hoje, atravessando corpos, discursos e trabalho dos profissionais e usuários. Uma lógica que mobiliza, de forma contínua, recursos psíquicos e de compreensão do trabalho, na intenção de proteção e no desejo de continuar atuando. A política partidária pode provocar tanto a vontade de permanecer reunido com outros trabalhadores, quanto a solidão e a anestesia diante de um fazer que já parece ser condenado a não existir em função da sua própria historicidade e dos processos de institucionalização que o constituem. Mobiliza também posições éticas das mais variadas e coloca o trabalhador em um estado constante de vigília quanto às interferências que podem surgir em seu cotidiano.

O trecho da carta de um dos trabalhadores para a secretária de Assistência Social, em um momento de esfacelamento da política, é exemplo do quanto os profissionais investem na posição ético-política para se oporem aos atravessamentos partidários e assistencialistas existentes:

“[...] Lembro-me com clareza do dia que fui a sua casa (da secretária da Assistência Social) e me convidou para assessorá-la na SEMAS. Minha recusa se baseou no argumento de que não tinha identidade com o governo que assumia, mas que em nome da nossa amizade (?), poderia ajudá-la na condução de um planejamento que pudesse construir um plano de gestão, inexistente na época. Lembro-me que em 2002, diante do meu retorno a Betim, já que estava cedido para a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, lhe procurei para trabalhar na SEMAS e você me recebeu muito bem, concordando com minha proposta de horário e dando-me liberdade para encontrar a melhor forma de contribuir com a gestão. Lembro-me do seu apoio a Ciro Gomes e da sua esperança de que Lula, já eleito, não tivesse tempo de fazer nada e que nas próximas eleições a sua vitória e de seus aliados estaria garantida. Lembro-me de que discordava com frequência do que chamei de “rede de informações paralelas” implantada por você na secretaria e que criava um clima de intriga permanente, uma vez que estabelecia uma espécie de patrulha sobre o que podia e não podia ser dito. Nunca me deixei influenciar por esta estratégia e inadvertidamente, como sempre, não filtrava o que podia dizer e o que não podia. Falava até mesmo diretamente com você das críticas que tinha ao governo e à sua gestão, e das dificuldades técnicas dos assessores que a cercavam. Cheguei ao ponto de lhe dizer, com alguma emoção, que se você soubesse que eu estava fazendo críticas à sua gestão, poderia acreditar, pois discordava dos seus métodos e do mal-uso da secretaria para fins eleitorais. Sugerir que você me colocasse à disposição, que fizesse o que achasse melhor, e naquele momento entendi que havia uma ruptura, uma quebra de confiança da minha parte em relação aos seus objetivos. Você desconversou... devia ter usado seu poder naquele momento...”

Disse publicamente, em uma oficina de planejamento no Espaço Asas, já depois das eleições, que fomos todos coniventes, uma vez que assistimos passivamente ao uso político partidário da secretaria e aceitamos a restrição do nosso acesso (dos técnicos do operacional) às regionais. Aliás, aquele secretário interino, que impôs a exigência de solicitação por escrito de qualquer técnico ou coordenador para falar conosco, foi uma caricatura de gestor. Nunca vi nada igual...

Mas, bovinamente, ficamos meses sem poder trabalhar.

Me falaram que você estava chateada comigo porque não a felicitei pela vitória. Lembro-me que fui à sua casa e ensaiei uma análise superficial do perfil dos seus eleitores, pois me falaram que você estava decepcionada com a votação nas áreas de abrangência das Semas Regionais. A análise acreditava que sua votação se concentrou no Centro porque era a classe média apavorada com a violência urbana, e que esse voto representou a esperança de uma política pública que pudesse reverter a desigualdade. Eles a identificavam neste lugar de resolutividade. Análise parcialmente equivocada, pois um dos fatores da sua vitória foi o uso dos funcionários contratados e comissionados que tinham cada um que conseguir pelo menos 30 votos certos, que garantiriam a sua eleição em nome da manutenção do emprego de cada um deles [...]”.

Em um tom personalista, o texto da carta nos revela algumas das fragilidades institucionais que envolvem a política pública e fazem com que os trabalhadores assumam um papel de corresponsáveis pela sua execução. Neste vínculo, como foi dito, existe uma construção ética peculiar e presente na ação dos trabalhadores, permitindo que eles, inclusive, coloquem-se como um grupo profissional distinto, que precisa desenvolver seu trabalho sem nenhum distanciamento em relação aos seus valores morais e éticos. Pelo contrário, anterior à sua ação, e mais importante, é a intenção do trabalho e se ela o localiza no campo dos afetos e das militâncias, ou na condição de indiferente e anestesiado.

4.5 Entre o trabalho “pleno de sentido” e os sentidos do trabalho: tempo e dinheiro na construção profissional

O termo “trabalho pleno de sentido” foi uma expressão utilizada por Luíza para nomear a sua relação com o trabalho social, atribuindo-lhe um significado que coloca este ofício com ares de nobreza e com uma importância particular. Depois de um ano no trabalho da Assistência Social, estava assustada. Com tudo que havia vivido, não imaginava que não duraria seis meses no cargo, quanto mais um ano. Nesta época, lembrou da frase do escritor Moacyr Scliar, citada em uma entrevista, que, de certa forma, renovou seus ânimos e a lembrou de seus objetivos: “para mim, o serviço público sempre foi uma porta para a realidade brasileira, eu sempre vi o serviço público como uma forma de entender o meu país”.

De uma vinculação afetiva e politicamente engajada com o trabalho, como demonstra ao usar a frase de Scliar, Luíza, no momento da entrevista, quando já havia saído da Política de Assistência Social e passado por adoecimentos e por reflexões, reúne ao sentido trazido para a sua vida, pelo trabalho social, os prejuízos financeiros. Ela conta uma história inusitada que a fez parar para pensar em uma dimensão do trabalho que nunca a preocupou, mas que começou a ganhar corpo nos últimos anos.

Ainda sem comprar a casa própria, depois de quinze anos de serviços públicos prestados, Luíza foi até uma agência bancária, conhecida pelos juros baixos para o financiamento de imóveis, para entender se poderia solicitar o parcelamento da dívida e financiar seu imóvel. Tinha em mente que conseguiria continuar morando no mesmo bairro no qual reside atualmente: um local de classe média em Belo Horizonte, cidade onde gosta de viver. Conversando com o gerente, qual não foi sua surpresa quando ouviu que sua renda, na época, um valor de quatro mil reais, a impossibilitaria de morar onde gostaria. Era possível, com a sua faixa salarial, adquirir um imóvel em bairros de classe baixa. Poderia financiar, portanto,

loteamentos do Programa Minha Casa Minha Vida¹⁴ do governo federal em aglomerados de Belo Horizonte que estavam sendo revitalizados.

Quando o funcionário percebeu sua decepção e sua tristeza, achou que poderia ajudá-la. Notando que Luíza trabalhava em Betim, sugeriu um loteamento que estava sendo construído na região do Citrolândia, um dos bairros da cidade. A origem e o povoamento da região estão ligados ao surgimento da Colônia Santa Isabel, uma das primeiras instituições no Brasil a receber hansenianos no início do século XX. Confinadas e excluídas do convívio social, as famílias dos internos começaram a se apropriar das áreas ao redor da instituição como forma de ficarem próximas e conviverem com seus parentes doentes. O estigma ligado à doença era forte na época, tanto que impedia aqueles diagnosticados com hanseníase de terem uma vida social normal. Dessa forma, o bairro surgiu de maneira informal, marcado por estigmas sociais profundos e um processo de urbanização prejudicado. Um dos maiores bolsões de pobreza e de violência do município de Betim, Citrolândia e sua população ainda enfrentam a escassez de alguns serviços públicos, fazendo com que a população referencie a utilização de atendimentos e serviços no centro de Betim (distante nove quilômetros). Além disso, a população convive com índices expressivos de violência que é o resultado de uma intensa rede de tráfico de drogas. Vale lembrar que Citrolândia está às margens da BR040, o que facilita o comércio de produtos ilegais e contrabandeados.

Longe de qualquer avaliação preconceituosa, Luíza não conteve o choro e a decepção quando percebeu, a partir da reflexão que cruzou salário com classe social e com capital cultural. O que havia conquistado em termos intelectuais e profissionais não lhe garantia mobilidade de classe, colocando-a, inclusive, em uma situação econômica aquém da dos seus pais, por exemplo. Ela havia estagnado, ou mesmo regredido, diante do parâmetro familiar de conquista de bens e de condições financeiras confortáveis. Além disso, já com mestrado nessa época, ela se assustava com o fato de ter conseguido conquistar um lugar intelectual considerável, mas que isso não repercutia na sua vida financeira. Poder econômico e formação intelectual não eram lineares em sua trajetória, pelo contrário, em muitos momentos eram excludentes. Luíza lembrou do esforço para fazer o mestrado, da dificuldade de negociar o tempo de estudo com a chefia da secretaria e do fato de que a nova titulação não havia sido contemplada, ainda, na sua progressão de carreira.

¹⁴ Programa habitacional criado pelo governo federal em 2009 para contribuir com o déficit habitacional no país, além de garantir patrimônio financeiro para as famílias de baixa renda residentes em áreas rurais e urbanas. Embora privilegie o benefício para famílias com renda até dois salários mínimos, atualmente sua expansão contempla grupos que atinjam até cinco mil reais de rendimentos. As pessoas que recebem o benefício do Bolsa-Família são prioridades do governo federal e podem receber um subsídio de até 95% do valor do imóvel.

Além do dinheiro, também a relação com o tempo nos indica as formas de implicação dos trabalhadores com o ofício. É também Luíza que nos dá condições de pensar sobre esta temporalidade:

[...] não era noticiada essa quantidade de assassinatos, eram coisas que impactavam muito, né...nesse contexto todo nós não tínhamos espaço para elaboração. Então eu e uma colega, nós trabalhávamos quase que dezoito horas, eu só lembro de dormir! Quando conseguia dormir, inclusive. E mesmo dormindo, eu sonhava...trabalhava final de semana, feriado. Mas tinha essa necessidade de estudar, o que a gente achava, quais teorias da Psicologia podem ajudar, mas também como elaboração dessas violências todas [...]. (Luíza, grupo 3)

Lorena, em sua reflexão, também nos aponta um ajustamento entre os tempos do trabalho e da vida fora dele: “[...] Os trabalhadores morreram. É evidente quando a pessoa tem uma formação e tem compromisso ético-político, elas se destacam, porque pulsa uma energia, elas têm projeto. Um projeto que vai muito além de receber um salário no final do mês.” (Lorena – entrevista individual). Quando Lorena disse esta frase, ela analisava a relação dos trabalhadores sociais com a Política de Assistência Social atualmente. Ela queria diferenciar a relação dos profissionais que se mantêm anestesiados diante da política social, chamados por ela de zumbis, e aqueles que não colocam limites para a profissão, transformando vida e trabalho em uma coisa só. Aos zumbis, na compreensão de mortos que voltam relativamente à vida, ela fez duras críticas, apontando-os como aqueles que estavam no cargo apenas pelo salário ou pelo cumprimento mecânico da função, não oferecendo forças, saberes e disposição para além do que a normas institucionais exigiriam. A nosso ver, quando interpretamos a fala de Lorena, os zumbis não são aqueles que não possuíam capacidade técnica, mas, sim, aqueles que não demonstravam uma ética condizente com o que se espera do trabalhador social: entrega, militância, luta, sofrimento e entusiasmo na relação com o trabalho.

Já os não zumbis estavam no bojo daqueles que tinham um projeto de sociedade, um compromisso ético-político com a profissão, compromisso com a vida do usuário, por isso estudavam e se aperfeiçoavam para lidar com o campo de forma competente e intensa. Lorena, neste momento, não avalia as condições institucionais para o exercício de nenhuma das duas vinculações, ela foca no que acredita ser uma das dimensões fundamentais para o sucesso da Assistência Social: o trabalhador e suas intenções.

O conceito de “bifurcação” (BESSIN; BIDART; GROSSETI, 2010), da tradição francesa, assemelha-se ao “turning point” (ABBOTT, 2001) da sociologia americana. Ambos tentam explicar eventos no percurso de um indivíduo que quebram com uma certa repetição e previsibilidade nas quais se assentam a vida em muitos momentos, causando uma virada

biográfica que apresenta possibilidades e perdas. Estes momentos de crise podem ser provocados -ou não- pelo próprio indivíduo, o que gera situações imprevisíveis e outras que são resultado da ação do próprio sujeito, ambas promovendo condições de desestabilização. A escolha por outro curso de ação, consequência da quebra de um ritmo, também é interesse desse tipo de análise, na tentativa de compreender as condições que levam uma pessoa a optar por um caminho e não por outro.

Monceau (2015), no texto que discute as técnicas socioclínicas para análise institucional das práticas, pontua que a prática profissional “é constituída do conjunto de atualizações das implicações profissionais de um sujeito, principalmente das falas, dos escritos e dos atos” (MONCEAU, 2015, p. 198), o que gera sentidos e elementos implícitos compartilhados pelos profissionais a partir de uma relação subjetiva. Nessa perspectiva de análise, quando olhamos a fundo as trajetórias dos trabalhadores aqui apresentadas, a partir dos analisadores tempo e dinheiro, encontramos pontos em comum nas trajetórias.

Uma delas diz respeito aos poucos rompimentos com o sentido da prática, ou seja, mesmo havendo a existência de bifurcações em seus cursos de vida, elas não retiram o trabalhador de um percurso voltado para o trabalho social e para a construção de uma determinada forma de concebê-lo. Tomamos como exemplo as trajetórias que transitaram da militância religiosa para o trabalho social institucionalizado. Embora a sensibilidade apareça de forma diferente nos dois espaços, há uma construção de saber e de uma posição ética que coincide e se repete. Nesse sentido, as pessoas entrevistadas parecem fazer escolhas de vida que, sucessivamente, reforçam uma construção anterior, transitando por diferentes lugares que pouco deslocam os processos subjetivos, mas que reafirmam uma decisão de vida que parece ter sido tomada no curso da experiência intersubjetiva de cada um. Nesse sentido, quando analisamos percursos de vida de trabalhadores sociais, é difícil localizar quando este sujeito se preparou, de fato, para o trabalho. A linearidade do tempo aparece como uma colcha de retalhos toda feita com o mesmo tecido, de mesma espessura, textura e tamanho, que se ajusta com poucos conflitos no momento de construir o início da trajetória profissional.

Embora construam caminhos profissionais particulares e com diferentes relações de pertencimento, os percursos se aproximam quando não apresentam, no curso da trajetória, guinadas significativas na vida profissional, rupturas de percursos, acidentes biográficos (BESSIN, 2010), que poderiam causar deslocamentos subjetivos e, portanto, mudanças sociais radicais, trazendo novas e diferentes relações, saberes, redes de convivência, opções de trabalho e perguntas em relação ao ofício e como o indivíduo o concebe. De certa forma, um tipo de

convicção aparece quando o sujeito narra os momentos por ele eleitos para explicar o trabalho social como profissão, e o encadeamento da imersão nas causas sociais surge na pesquisa como um elemento comum.

O tempo e o dinheiro são dois analisadores desta pesquisa, mas também são fatores concretos e essenciais que contribuem para que uma pessoa avalie as consequências pessoais do trabalho no contexto do capitalismo contemporâneo. Nossas observações e análises mostram que o trabalhador social pouco lança mão desse recurso para pensar em sua vinculação com o trabalho. E quando o faz, este tipo de reflexão aparece já no período de desgaste da saúde e das energias de que alguém necessita para mudar de profissão. Alguns sinalizam o desejo de mudar, mas vale ressaltar que, dentre os entrevistados, apenas um até o momento conseguiu, os outros não. André, depois de anos como funcionário efetivo da prefeitura, pediu exoneração e começou a se dedicar integralmente a uma faculdade particular, dessa vez como professor; Luíza conseguiu fazer o mestrado e hoje avalia a possibilidade do doutorado e de uma futura carreira no magistério. Quando conversamos, embora ainda estivesse lotada na secretaria de Assistência Social, Luíza estava emprestada para um órgão ligado à secretaria estadual e com fins jurídicos; Marisa, na época da pesquisa, estava de licença sem vencimento e fazia mestrado; Luiz, Maria e Joana continuavam vinculados à secretaria de Assistência Social. Dos três, Maria era a única que não tinha planos de sair nem da prefeitura, nem da secretaria. Lorena, aposentada na secretaria de Assistência Social, como já dito, hoje trabalha com temas ligados ao serviço social em cursos diversos nos quais leciona.

Importante observar que embora a vinculação com a Política de Assistência Social, relatada aqui pelos trabalhadores, responda favoravelmente ao tempo histórico no qual estamos vivendo, cujo envolvimento com o trabalho exige qualidades e valores pessoais pautados no compromisso, no esforço e na lealdade, pela própria natureza da política pública, a atuação do trabalhador social precisa divergir da prática empresarial da nova ordem neoliberal. Nesta situação temos uma contradição curiosa: embora lute contra o sistema capitalista vinculado a uma pasta que vai de encontro a toda lógica de exclusão e de desigualdade baseada na má distribuição de renda e de riquezas, o trabalhador tende a se escravizar na relação trabalhista, como se fosse um funcionário que tem sua vida profissional medida por metas, por rendimentos e por produtividade, assim como acontece no setor privado.

Considerado o “caminho real da socioanálise” (L’ABBATE, 2004, apud, GUILLIER, 2001), o dinheiro é um campo de análise fértil para se entender as contradições institucionais. Uma das mais presentes na fala dos participantes é o fato do dinheiro não atravessar a motivação em relação ao trabalho, como acontece com os profissionais das empresas competitivas do

campo privado. A relação do trabalhador com o dinheiro não ocorre pela via da compensação de um esforço, por exemplo, ela surge mais como um elemento potencializador de uma forma de relação com o trabalho que infla a responsabilidade pela ação pública de modo a confundir culpa com responsabilidade. Nos casos em que o fazer é impulsionado também pela sobreimplicação, a culpa parece ser mais um elemento que impede o sujeito de analisar sua implicação, sobressaindo a angústia no lugar do deslocamento de uma subjetividade nômade, inventiva e atenta aos processos instituídos de forma a conseguir negociar com eles.

No contexto da pesquisa, a culpa aparece como um afeto ligado à responsabilidade de se fazer algo diante dos impasses éticos e humanos apresentados pelo cotidiano do trabalho. Se estes afetos não podem ser divididos, a todo momento, com construções de saber e com formas de atendimento partilhados no campo institucional, eles vão criar corpo no âmbito subjetivo, individualizando a prática, tornando-a personalista e dando ao técnico tanto o bônus de um acerto quanto o ônus de um erro. Se o acerto pode alimentar a figura do mártir e, conseqüentemente, o movimento do sujeito-indivíduo, o erro pode fazer com que surjam também respostas particulares a um problema que deve ser assumido em parceria com o âmbito institucional. Como, por exemplo, o adoecimento.

Nada mais natural do que o dinheiro ser um elemento de potencialização da sobreimplicação em um contexto no qual o trabalhador lida com a herança religiosa do trabalho social caritativo e gratuito, cujos pilares foram construídos a partir das imagens culturais compartilhadas de um catolicismo que precisou do trabalho voluntário pastoral de leigos como forma de expandir seu domínio e sua evangelização. Imersos na mentalidade caritativa e filantrópica, que historicamente constituiu o campo da Assistência Social em nosso país, os trabalhadores sustentam posturas não ditas e não elaboradas, as quais reproduzem a forma dominante e instituída de autoexploração em seu trabalho. Levando em consideração as limitações deste estudo, ressaltamos que a profissionalização do trabalho social no Brasil ainda exige que estes fantasmas históricos sejam revirados e questionados a partir de diferentes olhares e de múltiplas críticas.

Um exemplo que, de certa forma, ilustra esta discussão era a maneira como os trabalhadores recebiam gratificações por ocuparem cargos de chefia na secretaria de Assistência Social de Betim. Diferente da secretaria de saúde da mesma prefeitura, por exemplo, que já havia instituído em sua organização administrativa um desenho salarial estável para os profissionais que assumissem cargos com remuneração maior, estipulando valores e nomeando funções, a Assistência Social pagava técnicos que se tornavam coordenadores a partir de horas

extras não trabalhadas. Em média, um profissional, que oferecesse sua força de trabalho em cargos que exigissem maior competência técnica, recebia sessenta horas extras sem que precisasse cumprir completamente as horas excedentes. Aquelas horas abonadas, a princípio, compensariam a defasagem salarial a que estavam submetidos por oferecerem uma mão de obra mais qualificada do que aquela exigida pelo cargo estatutário. No entanto, a flexibilidade e a instabilidade deste tipo de vínculo que, num primeiro momento, pode parecer uma forma instituinte de burlar a burocracia e garantir um salário adequado às mudanças de função, aproximam-se da precariedade que ronda o mundo do trabalho pós-moderno quando levamos em consideração a flexibilidade que rege este tipo de relação trabalhista. E, de certa forma, afasta-se daquilo que os profissionais defendem historicamente para esta política: continuidade, profissionalização e rigor na construção da pasta no município e no país.

Os trabalhadores parecem se excluir, enquanto indivíduos, das lutas que travam cotidianamente para a existência de um mundo social do qual parecem não fazer parte: o reconhecimento do usuário como sujeito de direitos, a busca pela autonomia, pela condição digna de vida e de trabalho, por uma relação com o Estado que não passe pela improvisação, mas pela profissionalização das formas de lidar com a questão social. Antes da relação pragmática com o trabalho e com as formas nas quais ele se apresenta como instituição, o trabalhador social parece responder às crenças e às idealizações de afetos e de ideais compartilhados com seus pares. Nesse processo, eles abrem mão de refletir sobre sua própria precarização, sobre seus próprios direitos.

Dessa forma, o tempo e o dinheiro se apresentam no percurso não como elementos utilizados para avaliar a relação com o trabalho, mas como experiências subjetivas que, num primeiro momento, reforçam a sobreimplicação e não necessariamente potencializam a reflexão crítica, pois fazem com que os trabalhadores tenham leituras pessoais, e não institucionais, das contradições e das tensões presentes no campo da Assistência Social. Não é, portanto, o critério da renda que organiza a divisão entre tempo de trabalho remunerado e não remunerado; não há, inclusive, esta divisão quando analisamos a relação dos trabalhadores sociais com o tempo social. Há uma sensibilidade que interliga não só as experiências profissionais no percorrer da biografia, como também a vida para além das relações de trabalho.

Tempo é uma categoria útil para pensar as relações de trabalho na pós-modernidade. Thompson (1998) vai apontar como o trabalho aguçou o interesse do homem por contabilizar a passagem do tempo pelo relógio, sobretudo a partir da sociedade industrial e da necessidade de se diferenciar tempo de ócio de tempo de trabalho nas fábricas. Se antes não existia a “orientação pelas tarefas” para separar trabalho e vida fora dele, o acirramento do avanço do

mercado econômico e a transformação da mão de obra em rentabilidade fizeram com que predominasse não a atividade, mas “[...] o valor do tempo reduzido em dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta” (THOMPSON, 1998, p. 272). Ter um relógio próprio, a partir do século XVIII, e dispensar aqueles disponíveis nas torres das igrejas e pela cidade, era motivo para considerar que o trabalhador estava melhorando seu padrão de vida e, por esse motivo, a sociedade devia-lhe algum prestígio.

Um determinado tipo de disciplina foi imposto pelo contexto histórico e pelo desenvolvimento do capitalismo, e foi internalizado pelos trabalhadores. Com isso:

A primeira geração de trabalhadores nas fábricas aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda geração formou os seus comitês em prol de menos tempo de trabalho no movimento pela jornada de dez horas; a terceira geração fez greves pelas horas extras ou pelo pagamento adicional (1,5%) pelas horas trabalhadas fora do expediente. Eles tinham aceito as categorias de seus empregadores e aprendido a revidar os golpes dentro desses preceitos. Haviam aprendido muito bem a lição, a de que tempo é dinheiro. (THOMPSON, 1998, p. 294).

Em uma nova disciplina de tempo, ritmos de trabalho foram impostos e, sobretudo, a partir da observação das classes mais pobres, uma questão se tornou fundamental a ser discutida: o ócio. O incômodo que relacionou o tempo improdutivo com a inconveniência, para Thompson (1998), trouxe a questão de que seria uma ofensa que a força de trabalho desperdiçasse tempo. Com isso, os incentivos em forma de aumento de trabalho e de garantia de expansão do consumo se tornaram eficientes para moldar a disciplina desse novo homem do capitalismo industrial e de sua relação com o tempo.

Com isso, separar vida e trabalho foi uma tarefa essencial aprendida pelo trabalhador a partir do século XIX. No entanto, para o novo capitalismo, Sennett (2005) aponta uma relação diferenciada com o tempo. Se antes era preciso dividir ócio e tempo produtivo, agora, a partir da ideia de flexibilidade, cabe ao sujeito se sustentar no caos, na desordem que não distingue mais os tempos, e construir sua vida profissional em sistemas de produção que exigem que o sujeito molde seu caráter no ritmo do trabalho continuado, sem medo da fragmentação e da perda do passado.

Os trabalhadores sociais da pesquisa parecem construir uma forma de lidar com o trabalho que impede, inclusive, o descanso. Não estão mobilizados pela produtividade, como aponta Thompson (1998), mas por uma relação que dificulta distanciamentos, os quais poderiam gerar crítica e constituir espaços para sustentar as diferenças, inclusive o surgimento de formas de vinculação que não estejam comprometidas com a sobreimplicação. Durante o tempo da pesquisa, ouvi dos trabalhadores militantes comentários críticos em relação aos

colegas que mantinham outras relações profissionais. Questionavam a frieza e a forma como o trabalho na Assistência Social havia ficado secundário diante das novas empreitadas.

O ritmo do trabalho na Assistência Social, envolvendo mundo afetivo, relacional e formação do trabalhador, coloca impedimentos para que surja um espaço de reflexão crítica. Uma sobreimplicação que não tolera intercessões e que pode provocar rigidez e resistências, dificultando, portanto, a autoanálise. Nesse espaço simbólico, cujo ritmo de aprendizagem e de trabalho responde a uma certa monotonia nas formas de ser e de pensar, o instituído ganha força pelas mãos dos próprios trabalhadores. Forças instituintes não deixam de romper a cena, sobretudo em uma tentativa do próprio trabalhador, como vamos comentar a seguir, de manter seu trabalho pulsante e em um movimento crescente. Contudo, no encontro com um processo de institucionalização que, em muitos momentos, está comprometido com a perpetuação do arcaico, como nos mostra a realidade de Betim, os trabalhadores perdem a oportunidade de recuar, de pensar sobre e de conter o ímpeto do “mártir” para preservar a capacidade do autocuidado.

A pesquisa mostra que os trabalhadores só conseguem refletir efetivamente sobre o trabalho quando interrompem a relação com a instituição, seja através de licença sem vencimento, ou afastamento por causa de doenças. Quando fazem a fundo uma reflexão sobre a prática, distanciando-se dela, constroem defesas mais eficazes frente aos processos de institucionalização. Uma dessas defesas está na possibilidade de estudar as práticas de trabalho, como fez Marisa. Ela reflete, inclusive, que só conseguiu conceber seu tema de estudo como pertinente quando o discutiu já inserida no mestrado. Antes, observando apenas os gestos da prática, considerava ser um assunto já respondido. No entanto, quando se afastou e dialogou com o meio acadêmico, descobriu que a questão era pertinente e que o referencial bibliográfico sobre o problema era incipiente.

Nesse sentido, o estudo é apontado, pelos trabalhadores entrevistados na pesquisa, como uma experiência capaz de provocar deslocamentos subjetivos e vinculá-los de forma diferente com a prática. No entanto, como mostra o relato de Luíza, sair para fazer uma pós-graduação, por exemplo, com a autorização da instituição, é uma conquista institucional difícil o trabalhador. Ela não só não conseguiu dispensa para os estudos, nem maior flexibilidade nos horários para se deslocar até a universidade onde fez seu mestrado, como também não tinha conseguido, até o momento da realização desta pesquisa, progressão salarial com o título conquistado. O exemplo aponta que, pelo menos na realidade da Assistência Social de Betim, não há caminhos institucionais previstos para que o profissional possa melhorar a própria formação, conseqüentemente a sua prática e investir na profissionalização do ofício, a partir de

cursos reconhecidamente úteis. Dessa forma, se o próprio trabalhador, em sua linha do tempo, constrói uma atividade profissional sem rupturas, a institucionalização da Assistência Social não só apoia, como também favorece uma implicação profissional cujas consequências marcadas por rigidez e repetições se apresentam no corpo, na vida pessoal e na capacidade de pensar o trabalho.

Não só os adoecimentos, mas também as queixas em torno de se estar menos criativo e menos disponível para a intensidade do trabalho foram comuns nas entrevistas. Luiz relatou como o trabalho contínuo afetou a sua disposição para pensar os casos e levá-los à frente na tarefa de construir um plano de atendimento. A questão aponta também que, no caso de um trabalho com exigências emocionais como o da Assistência Social, as formações no trabalho e as supervisões não são suficientes. A capacidade para pensar a relação com a instituição passa pela exigência de sair dela, de transitar por outros campos de saber e de reflexão que estejam mais imunes às possibilidades de se provocar a sobreimplicação do trabalhador como, por exemplo, a própria universidade.

Desvios de rota, como a formação em instituições educacionais após a entrada no concurso público como trabalhador social, não são comuns nas trajetórias profissionais dos trabalhadores. As linhas do tempo assinalam um sujeito atento às transformações sociais, interessado no debate sobre o cenário político que, fatalmente, atravessará seu trabalho, e investido na sua capacidade altruísta, porém, disperso quanto à temporalidade da sua prática e ao cuidado de intercalar períodos de formação com períodos de trabalho, movimento que poderia revelar seus limites pessoais diante das exigências dos processos de institucionalização da Assistência Social.

4.6 O gesto profissional do trabalhador social: saberes da vida e da prática

[...] A comunidade era pobre e eu sabia que eu ia lidar com isso, eu sabia que eu ia lidar com muitas faltas. Mas foi a desorganização na operação da política pública o que mais me assustou. E, sabe, a primeira recepção que nós tivemos foi ótima! Quando a gente chega, a coordenadora que nos recebeu falou que não sabia onde que a gente ia ficar. Não tinha nem mesa, não tinha lugar nem para colocar a bolsa. E isso me deu um desespero porque eu ficava imaginando... porque a gente chega e aí os meninos já vão correndo, pulando para lá e para cá. E eu ficava imaginando eu trabalhando e segurando bolsa! E eu ficava pensando: Meu Deus! Tem que ter um lugar para eu colocar a bolsa!! [...]. (Marta, grupo 3)

Eu me lembro que numas primeiras semanas que eu estava no Teresópolis, chegou uma mulher completamente desorientada, e eu a convidei então para conversar. Ela não sabia dizer o que estava querendo...e, ao conversar, ela narra o assassinato do filho, isso era uma segunda-feira, ela narra o assassinato do filho, no sábado, que iria começar a cumprir medida socioeducativa na SEMAS naquela segunda-feira. Então ela, na verdade, tinha ido lá para dizer que o filho não ia. E ele não ia porque tinha

sido assassinado. E eu não esqueço disso, foram sete tiros na cabeça, ele foi desfigurado. E ela falava repetidamente: “eu não pude ver o meu filho! Não pude ver porque o caixão foi lacrado”. E eu lembro que isso ela falava e puxava o ar assim, de tanta dor que ela estava sentindo. E eu ao mesmo tempo pensando: “o que eu estou fazendo aqui? O que eu posso fazer para ela além da escuta?”. (Luíza, grupo 3)

Durante meu tempo de trabalho na Política de Assistência Social de Betim, foram inúmeros os momentos em que eu escutava a seguinte frase, dita, principalmente, durante as capacitações: “somos os trabalhadores de mãos vazias”. Estar de mãos vazias, a princípio, lançava a dois significados imediatos. O primeiro era o de que não deveríamos responder ao apelo caritativo, que marca a Assistência Social brasileira, oferecendo, de imediato, benefícios, e respondendo rapidamente aos pedidos sem antes escutar o caso, dar voz àquela pessoa e àquela família, possibilitar reflexão e construção de saídas em conjunto de forma a preservar e potencializar a autonomia e não favorecer o assistencialismo. O segundo significado, mais sutil, lançava a ideia de que não sabíamos ao certo o que deveríamos fazer. Com a ausência das orientações técnicas, num primeiro momento, para a proposição de normativas um pouco mais delimitadas como a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), existia um campo vazio que convidava à criação de metodologias e de técnicas que respondessem às exigências do trabalho.

É de tradição francesa as correntes teóricas que concebem o “gesto profissional” como um campo de estudo. Para Bicalho e Tomasi (2017), baseado em autores como Barbier (2009), Clot (2007) e Jorro (1998), o gesto humano é tomado “como objeto de reflexão, analisador das relações sociais e humanas e como ação sensível que transforma a natureza” (BICALHO; TOMASI, 2017, p. 2). O autor pondera que a ideia de “gesto profissional” está ligada às premissas de comunicação, de expressão e de movimento, interessando-se pela singularidade da prática profissional em detrimento da concepção de um gesto mecânico e uniformizado. Nesse sentido, o estilo, a ética e os valores são pontos a serem observados quando se debruça sobre determinado tipo de fazer humano. A nosso ver, a construção do gesto profissional desse grupo em específico teve duas marcas fundamentais: o diálogo com a herança aprendida em experiências profissionais e de vida anteriores, como aponta a história de Maria, além da disposição para construir, de maneira coletiva, embora fragmentada, novas e diferentes formas de lidar com as especificidades do trabalho.

Embora não nos aprofundemos nessa problemática, e por isso sugerimos o trabalho de Neves (2019), que investiga a atuação clínica do psicólogo no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), é importante sublinhar os discursos dos psicólogos diante da dificuldade de encontrar o próprio lugar no campo de forças

construído em Betim para a institucionalização da Assistência Social. A experiência dos psicólogos aponta para essa capacidade de invenção do próprio lugar e para a dificuldade de encontrarem um campo de pertencimento regido, num primeiro momento, pelas características da profissão do Assistente Social. Em 2002, quando chegou a maioria dos trabalhadores, ainda eram incipientes as discussões do fazer do psicólogo nessa política e tão pouco se sabia sobre o que o diferenciava da atuação do assistente social. Luiz aponta este embaraço:

Duas assistentes sociais coordenadoras disseram para mim que elas estavam tentando entender o papel do psicólogo no setor de apoio à mulher. E eu tentava explicar para elas com uma base psicossocial. E elas falavam: “ah, não pode ser psicoterapia porque você está fazendo atendimento individual”. E eu falava: “olha só, a abordagem aqui é psicossocial”. Elas entendiam que o psicossocial era o psi do psicólogo e o social do assistente social, aquilo me irritava muito. Elas entendiam o atendimento psicossocial como o atendimento da psicóloga mais a assistente social. E eu tentava explicar que o campo teórico chamava-se Psicossociologia, que é da Psicologia. Aí teve uma reunião que eu já estava irritado com tudo aquilo e falei: “olha, eu abri o jornal um dia e vi que em Betim tinha um edital público que iria contratar psicólogo. Eu fui lá e me inscrevi, passei no concurso e o setor de recursos humanos da prefeitura me efetivou. Vocês me contrataram! E agora vocês vêm me perguntar por que que eu estou aqui? (Luiz – entrevista individual)

Havia um desamparo institucional relatado pelos psicólogos que, aos poucos, ia se minimizando, sobretudo quando parceiros com perspectivas iguais eram encontrados, e, também, à medida que o trabalho ia sendo inventado de forma coletiva. A invenção do trabalho, a formação dos grupos e as possibilidades que surgiam para entender o cotidiano e para afastar-se da provisoriamente deram sentido a uma gama de afetividades e de saberes até então sem lugar. Nessas relações de pertencimento que vão sendo construídas, aparecem a necessidade do estudo e, conseqüentemente, as construções de metodologias para realizar o trabalho.

Os trabalhadores da Psicologia relatam que se eles estavam deslocados, as Assistentes Sociais, por outro lado, estavam como que nas suas próprias casas. À vontade para opinar e para eleger estratégias de trabalho, desafiavam os colegas “psi” a delimitar o próprio campo e a concebê-lo levando em consideração a atuação delas próprias. Entretanto, como avaliam, pouco avançaram no que tange à atuação interdisciplinar. No lugar de um diálogo frutífero, em muitos momentos surgiram disputas que davam a um campo de saber ou a outro, condições de melhor responder ao fenômeno.

Os documentos, sejam governamentais ou não governamentais, que se propõem a problematizar e a balizar a atuação do psicólogo e de outros profissionais da Assistência Social, começaram a surgir em 2006 com a NOB (BRASIL, 2006) para o funcionamento do SUAS. O documento inclui o psicólogo como profissional atuante no CRAS, no CREAS e nos serviços

de acolhimento. No âmbito da gestão do trabalho, a NOB pretendeu: propor princípios e diretrizes para a gestão do trabalho; definir princípios éticos; propor uma equipe de referência; propor diretrizes para uma política nacional de capacitação; propor diretrizes nacionais para planos de carreiras, cargos e salários; propor diretrizes para entidades e organizações da Assistência Social; propor diretrizes para co-financiamento da gestão do trabalho; distribuir responsabilidades aos diferentes níveis de governo; propor a organização do cadastro nacional dos trabalhadores; propor o controle social da gestão do trabalho no SUAS e regras de transição.

Em 2006, o Conselho Federal de Psicologia (CRP) criou o Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), com o objetivo de sistematizar e de difundir conhecimentos que tenham interface entre Psicologia e políticas públicas. Em 2007, o CREPOP lançou a *Referência Técnica para atuação do (a) Psicólogo (a) no CRAS – SUAS* (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007) e, em 2013, a *Referência Técnica sobre a Prática de Psicólogas (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS* (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). Outros documentos se aproximam do trabalho no SUAS, como a *Referência Técnica para Atuação de Psicólogas (os) em Medidas Socioeducativas em meio aberto* (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012) e o *Serviço de Proteção Social para crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias: referências para a atuação de psicólogos* (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009).

Enquanto há um certo consenso sobre o trabalho do assistente social, ainda hoje não se sabe ao certo o que é característico do fazer do psicólogo na Assistência Social. O texto da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009) contribuiu para problematizar ainda mais a discussão e fazer com que seja questionada a herança clínica do trabalho do psicólogo, linha de atuação tão presente a partir da presença da psicanálise, na construção da Psicologia na Assistência Social de Betim. Esse documento sinaliza que “as ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico”, no entanto, não indica uma proposta de atuação mais clara, possível de ser traduzida no trabalho cotidiano. Pelo contrário, o documento engessa porque entende a atuação do psicólogo tomando como referência a clínica tradicional, e não abrindo um campo de invenção possível e necessário para se pensar a clínica ampliada e comprometida não só com o sujeito psíquico, como também atenta às condições sociais que atravessam seus processos de subjetivação.

Se a concepção de clínica na Assistência Social ainda é uma tarefa a ser realizada, o cotidiano de trabalho dos profissionais pouco tolera o tempo necessário para pesquisa, estudo e reflexão sobre o fazer. Quando Marta chegou, junto com uma amiga, para trabalhar em um

dos equipamentos descentralizados, ninguém sabia ao certo o que era o trabalho e como ele seria desenvolvido. Ambas psicólogas, elas foram apresentadas à equipe e logo constataram que era a Psicologia Clínica e os atendimentos individuais que direcionavam a ação das psicólogas que ali estavam. Apoiadas na perspectiva de que seria a Psicologia Social a bússola que direcionaria a construção do trabalho, e não a Psicologia Clínica, como estava acontecendo até o momento, Marta e Luíza investiram esforços para conseguirem construir as primeiras referências de atuação que norteariam os primeiros passos em direção a uma segurança maior no trabalho.

Para exemplificar, elas ofereceram a seguinte frase, dita pelo ator Paulo Gracindo, em 1970, na peça de teatro *Brasileiro: profissão esperança*: “Não sei por onde vou, não sei para onde vou, sei que não vou por aí”. Gostariam de explicar, a partir desta colocação, o esforço e o envolvimento pessoal que foram exigidos para conseguirem se encontrar em um trabalho ainda confuso, com poucas regulamentações e desorganizado do ponto de vista administrativo. No auge da descentralização dos equipamentos da Assistência Social, início da gestão Carlaile Pedrosa e chegada dos novos profissionais através do concurso público, o que se via, como disseram os trabalhadores, era susto, expectativa e investimento no que poderia ser, um dia, uma pasta organizada. Era possível inventá-la, como apontam os relatos dos trabalhadores, tanto que vários deles estavam, naquele momento, mobilizados em torno de estudos, pesquisas bibliográficas, busca de experiências que deram certo pelo Brasil e que poderiam funcionar, naquele momento, como uma referência de atuação. Se o decorrer da trajetória dos trabalhadores na política revela um certo esvaziamento da capacidade de se lançar para a exterioridade na busca por compreender o lugar institucional, a chegada em Betim foi marcada pelo investimento nessa forma de relação.

Marta e Luíza eram trabalhadoras animadas com a novidade de construir o próprio trabalho. Sozinhas, buscaram o apoio de Tânia Ferreira, psicóloga que construiu uma reflexão importante em Belo Horizonte sobre crianças e adolescentes em situação de rua (FERREIRA, 2001) e de Tião Rocha, educador mineiro que estuda a educação comunitária como forma de acessar culturas e saberes que favoreçam o livre pensar e a construção da autonomia, além de outras referências que pudessem guiá-las no terreno ainda estranho da política social. Contaram que, com o apoio da coordenação, o que consideraram fundamental, e com o trabalho coletivo, construíram do zero condições técnicas e teóricas para estruturar o programa PETI, formar os educadores sociais (a maioria com uma visão pedagógica e não para o trabalho social) e delimitar referências para o atendimento dos casos, sobretudo diante dos impasses que eram

colocados para os psicólogos neste campo de atuação.

Um gesto profissional, portanto, que se constituiu na invenção. Luís narra de forma peculiar o que seria a manhã de um trabalhador no CREAS. Entre as continuidades e a erupção do novo, ele aponta para uma rachadura na qual passam tanto a capacidade de criar e a falta de identidade do trabalho, quanto as desestabilizações recorrentes por não existir a institucionalização mínima para levar adiante o ofício com algum grau de padronização e com condições de mensuração:

Como é a rotina no CREAS: você chega pra trabalhar, o telefone toca e aquele menino ameaçado que você achava que ele já estava fora da cidade, voltou; aquela mulher que você achava que tinha saído de casa por causa da violência do companheiro, ela voltou e já teve que sair correndo de novo; a mãe que liga falando que o filho foi executado e acharam o corpo em tal lugar; aquela mulher que você acha que ela já está longe para se proteger, ela mudou de ideia; aquele caso que ia para o abrigo de mulheres e a coisa acabou não acontecendo em função das burocracias. O cotidiano do CREAS é isso. Além dos atendimentos, temos que escrever relatórios, relatórios, relatórios, relatórios, relatórios! Em alguns momentos acho que o CREAS virou uma extensão do judiciário e da promotoria, acho que foi um caminho para o qual se optou. Mas, em muitos momentos, você se sente uma extensão do judiciário, está com as demandas do judiciário e trabalha para suprir as fraquezas do judiciário e da promotoria. A promotoria não tem um corpo técnico! E o CREAS fica ali no meio! Porque o CREAS consegue produzir relatórios que as pessoas entendem, que as pessoas conseguem minimamente ler. Aí a promotora pensa “Ah, vou mandar lá no CREAS porque lá eles fazem relatórios. Ao mesmo tempo, sinto que meu trabalho tem um nível de exposição absurda da qual tenho pouco ou nenhum controle. (Luiz, grupo 1)

Diante da força existente na política pública, que demanda dos trabalhadores movimentos instituintes e que tampouco se institucionalizam, os trabalhadores se veem em uma encruzilhada. Tentam orientar o trabalho não pela repetição, mas pela criação, porém, estas criações não se perpetuam, fazendo com que sempre exista um entusiasmo diante da possibilidade de começar de novo e de formas diferentes, mas também um cansaço pelo eterno recomeço que impede de sentir a experiência de acumular recursos teóricos e metodológicos na construção de uma historicidade que enfrente a descontinuidade na execução da política pública.

Quando a coisa vem de cima para baixo é difícil, porque a gente quer a implementação do direito público, mas o que a gente percebe é que no SUS, por exemplo, você entra para trabalhar com tudo estabelecido. Já está tudo estabelecido, aí você perde o instituinte, você perde o novo, porque aí a gente fica com toda coisa burocrática para responder! E eu, como técnica daquele serviço que já está lá desde a década de 1980, tenho muito pouco espaço e muito pouco tempo para criar. (Lúcia, grupo 4)

Dessa maneira, fica sinalizado pelos trabalhadores que institucionalizar a Assistência Social é afetar a capacidade de criação. As condições de trabalho, que produzem a

sobreimplicação, também provocam uma experiência considerada prazerosa, potente. Em muitos momentos, os entrevistados apontaram que existia espaço de autonomia e condições institucionais de apoio às forças instituintes. As construções técnicas advindas delas, inclusive, tinham algum tempo de vida, mesmo não se tornando uma diretriz permanente na cultura institucional. Nesse tempo de vida, os trabalhadores, de certa forma, viviam a política pública desejada, apostando nas propostas advindas do coletivo, de forma a isolar o cenário institucional em que elas estavam sendo planejadas.

Quando não isolavam, tentavam negociar com a instituição as ideias que construíam para levar à frente um trabalho que consideravam mais alinhado com as premissas da política pública. Uma invenção do grupo, que passou por mudanças no decorrer dos anos, foi a figura da referência técnica. No lugar de todo o conjunto de técnicos se reunir com as chefias, essa representação fazia esse papel, de forma a desenvolver uma transmissão democrática entre colegas e coordenadores. Num primeiro momento, na experiência do CREAS relatada pelos trabalhadores, a figura da referência técnica era menos ligada à função de orientar o trabalho, como uma coordenação faria, e mais atenta à função política de preservar o grupo e de mediar a relação com as chefias. Escolhido pelo coletivo, o trabalhador que ocupasse essa função, que não recebia nenhuma gratificação financeira, devia ter algumas expertises fundamentais: capacidade de dialogar com as coordenações em todos os níveis da hierarquia (grupo do operacional, assessoria da secretária e a própria secretária da Assistência Social), o que incluía uma trajetória que demonstrasse envolvimento significativo com o trabalho, para além de competência técnica (o que garantiria prestígio e, conseqüentemente, maior possibilidade de ser escutado); capacidade de perceber as movimentações político-partidárias de forma a anunciar a tempo para que o grupo construísse estratégias de autopreservação; características pessoais, como a de ser solidário, de forma a estar disponível para mobilizar as articulações e as resistências do coletivo.

Luiz aponta que esta estratégia acima não só funcionava, como conferia ao grupo mais coesão e capacidade de resistir às interferências político-partidárias. Entendemos, portanto, que em alguns momentos o grupo tinha um funcionamento auto-gestivo, questionando as relações de poder a que se submetiam e criando formas instituintes de organizar o trabalho (BAREMBLITT, 1992). No entanto, no mesmo período em que as normativas técnicas do governo federal começaram a chegar, ele faz a seguinte observação:

Eu saio de licença e volto em 2010. Em 2010, eu encontro um cenário diferente. Eu vejo os técnicos morrendo de medo das referências técnicas, um melindre. Eu volto e

encontro a referência técnica como um gestor, um subgestor, uma coordenação, e os técnicos inseguros em discutir com a referência. Um CREAS encorpado, uma equipe grandona, os serviços ali, uma estrutura com muita gente. Eu acho que essa equipe de referência técnica, ela teve que se configurar, encontrar um espaço e entender qual era o nosso trabalho ali. Ora elas tentavam ser supervisoras, ora elas tentavam ser uma espécie de coordenadora daquele segmento. (Luiz, grupo 1)

Com o avanço da profissionalização do trabalhador social, a referência técnica, no contexto da Política de Assistência Social de Betim, e mais especificamente no CREAS, deixou de ser uma estratégia de resistência coletiva e ação instituinte para ser cooptada pelas forças instituídas em prol da manutenção de uma prática mais enquadrada na ideia de hierarquização do poder e do saber, através da forma administrativa de organização do estabelecimento. Com isso, esvazia-se uma estratégia que nasceu para questionar o instituído, e não trabalhar em prol da sua manutenção. Invenções, investimentos e dissoluções marcam a relação dos profissionais com o trabalho. Quando os técnicos encontram um momento institucional em que é possível dialogar com o instituído de forma a tentar construir espaços coletivos mais auto-gestionários e abertos ao questionamento, eles repetem a lógica institucional marcada pela ação centralizada com o poder localizado e pouco diluído nas relações.

A exemplo da estratégia da referência técnica, se faz necessário pensar como o trabalho na Assistência Social fica sustentado mais nas condições relacionais e intersubjetivas do que na capacidade de institucionalização da própria política pública. Léia, no grupo quatro, faz uma ponderação sobre o empobrecimento das relações depois da chegada dos documentos produzidos pelo governo federal:

Eu acho que quando veio a tipificação e começaram a vir todas as diretrizes, a gente empobreceu. A gente empobreceu na nossa riqueza. Na época, eu fiquei pensando nisso “nossa, engraçado, a gente produziu tanto! Mas depois que veio tudo pronto, aí a gente teve que começar a encaixar todas as práticas que a gente tinha e que eram práticas riquíssimas. A gente começou a ter que encaixar nas caixinhas que o Ministério nos orientava. E quando a gente começou a fazer isso, as coisas não funcionavam, e a gente começou a ficar com um braço cortado, uma perna cortada, e a gente não conseguia ter autonomia. Porque a gente começou a ser cobrado a seguir aquelas diretrizes que estavam impostas, então acho que aí a gente empobreceu. E talvez o desmonte tenha começado por aí porque a gente, de fato, ficou pobre. Não precisava mais de parceiro, não precisava mais de discutir, porque já estava tudo posto e a gente precisava se enquadrar e se encaixar. (Léia, grupo 4)

A pesquisa mostra que os técnicos confiavam uns nos outros, promoviam alguns tipos de coletivos e tentavam fazer algum tipo de institucionalização das suas próprias criações. Embora constante, esse movimento, inevitavelmente, tinha um fim. Novamente, esse movimento instituinte começava para terminar logo em seguida. Parece-nos que é nesta efemeridade construída de forma intersubjetiva que se encontram as melhores condições para

um trabalhador se manter atuante e produtivo na Assistência Social já que, no que depende das forças instituídas, não existe garantias de se estabelecer um cenário institucional minimamente organizado por onde possa transitar o que é pontual da política pública. Um exemplo disso ocorreu quando o grupo de trabalhadores tenta institucionalizar a figura da referência técnica, como aponta Luiz. A inventividade que tomava conta da função se esvazia e dá lugar a uma rigidez que não seduz o trabalhador e que não mobiliza novos coletivos no sentido de provocar vínculo, coesão e luta em conjunto.

O otimismo de poder sustentar algum diálogo com as chefias e a conquista de condições razoavelmente estáveis para se criar e se executar o trabalho, nem que seja de forma efêmera, são alguns dos elementos eleitos pelo grupo de entrevistados para explicar a vinculação maciça com o cargo e com as condições institucionais necessárias para se criar uma forma de fazer Assistência Social. Nesse sentido, acreditar demais nas funções da instituição, a ponto de querer institucionalizar toda e qualquer forma de criação, pode ser um risco. Por outro lado, manter-se em um campo marginal, em muitos momentos, pode ser uma forma de driblar as linhas de força instituídas.

Mesmo sendo necessárias para organizar o trabalho e a rotina, elas podem operar para despotencializar o sujeito, mobilizando sua sobreimplicação de forma a fazê-lo acreditar que é possível construir uma Política de Assistência Social completamente estável no país. As contradições dos dados desta pesquisa mostram justamente o contrário: a aposta de que esta política só possa existir na zona de desconforto, na sua dimensão instituinte e incômoda de transformação e na linha de perigo que faz com que qualquer movimentação possa despertar o inimigo. Assim também parece ser possível a sobrevivência psíquica saudável dos trabalhadores: lutando contra uma completa imersão e reconhecendo, para aprender a driblar, elementos da vida e do trabalho que mobilizam afetos militantes e motivações individuais.

4.7 Resistência, vida e alegria no fazer profissional

*Quem tem consciência para ter coragem
 Quem tem a força de saber que existe
 E no centro da própria engrenagem
 Invento a contra mola que resiste
 Quem não vacila mesmo derrotado
 Quem já perdido nunca desespera
 E envolto em tempestade, decepado
 Entre os dentes
 Segura a primavera
 (RICARDO; APOLINÁRIO, 1973)*

A produção de coletivos foi uma das experiências mais significativas para o grupo pesquisado. Apresentou-se como uma forma de resistir ao instituído e localizou a dimensão da alegria no fazer profissional. Na vida coletiva nos equipamentos, os trabalhadores não só descobriam formas de lidar com a política pública, como também compartilhavam a vida fora dela, transformando as relações que, a princípio, eram apenas profissionais, em amizades e relações de confiança. Os afetos nascidos destes encontros foram importantes para que muitos deles conseguissem continuar trabalhando na Assistência Social.

Vários são os relatos que traduzem a potência dos coletivos de trabalhadores, a forma como emergiram e suas durações, sendo sempre substituídos por outras tentativas de se manterem juntos. Joana cita, por exemplo, durante a entrevista do grupo três, a experiência de constituir um grupo em seu trabalho na região do Citrolândia. Psicóloga, ela havia chegado recentemente e não conseguia compreender a situação que estava vivenciando, muito menos encontrar formas de lidar com ela. Diante da pobreza que sempre marcou a região, um número significativo de usuários aparecia de forma recorrente no equipamento e queixava-se de fome. O pedido de cesta-básica era insistente e a remetia a uma impotência diante da urgência do que oferecer. Como psicóloga, essa experiência se tornava ainda mais difícil, já que ela tentava construir formas de realizar o trabalho que não passasse pela tradicional distribuição de benefícios, sobretudo em uma região marcada tradicionalmente pela prática da mendicância. Os usuários, portanto, chegavam ao serviço mendigando o que deveria ser um direito. E a política, quando respondia a esse pedido, mais reafirmava o lugar de impotência e da submissão do que convidava o usuário a assumir seu papel de cidadão.

A fome e a pobreza são atravessamentos cotidianos do trabalho na Assistência Social. E uma questão das mais complexas para os técnicos lidarem, já que entre tantas urgências e orientações, que caracterizam o atendimento no contexto da política, como a possibilidade de emergência do sujeito cidadão, convidar alguém que tem fome para pensar em si parece uma tarefa secundária diante das aberrações que marcam a experiência da pobreza. Se não houver um constante cuidado por parte dos técnicos, de fato é muito fácil deixar o “falar” como ação secundária no acompanhamento social. Diante das urgências e das emergências da pobreza, o técnico tem como tarefa constituir uma clínica ampliada, independente da sua formação, atenta ao sujeito em meio a uma prática que também deve vislumbrar repasse de benefícios. Cabe ao técnico propor processos de singularização em um campo de trabalho que coloca em cena os efeitos da lógica capitalista, da massificação e do contínuo esforço de uma cultura em gerir esta segregação (OLIVEIRA; HECKERT, 2013).

Spivak (2014) questiona, em seu trabalho, se o subalterno pode falar e em que condições. Problematiza, ainda, como os intelectuais escutam os subalternos atualmente, ou seja, se estão objetificando-os e falando por eles. O subalterno é aquele que ocupa as camadas mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante, portanto, o principal público da Assistência Social no Brasil (ALMEIDA, 2014). A pergunta sobre os subalternos, no contexto das políticas públicas de enfrentamento à pobreza, é se estão sendo compreendidos a partir de referências culturais distintas do pertencimento daqueles que os acompanham, ou se, ao contrário, o trabalho social cala o sujeito atendido ao ponto de compactuar com lógicas de dominação (SPIVAK, 2014).

Joana, em sua angústia, acreditava na capacidade que o usuário tinha de falar, ainda que estivesse com fome, na tentativa de evitar práticas de dominação e de silenciamento, que sempre estiveram reservadas para as classes pobres brasileiras. Diante do impasse, ela criou o “grupo da fome”: oficinas eram promovidas para que os usuários falassem dos seus pedidos e, assim, pudessem acessar os seus direitos. Desta experiência, ela conta que surgiu a primeira unidade produtiva do município, chamada, na época, pela instituição de “grupo de geração de trabalho e de renda”, ação que hoje é nomeada pelas políticas públicas de inclusão como “cooperativismo” ou “economia solidária”. O grupo da fome se transformou em uma equipe de confecção de “fuxico”, técnica artesanal que utiliza restos de tecidos para confeccionar roupas, tapetes e utensílios para a casa.

A busca pela fala também marcou o grupo de trabalhadores, em especial os técnicos de nível superior, em vários momentos. Uma experiência significativa para todos os entrevistados foi a “clínica do social”, estratégia proposta por André, na época integrante do operacional, e que pretendia abrir espaço para interlocuções teóricas e metodológicas com o trabalho, partindo das problematizações dos participantes para alavancar uma formação técnica e política continuada. O termo “clínica do social” remetia ao que a política já indicava em suas entrelinhas, nesta época, por volta do ano de 2003, sem documentos de orientação oficiais: incluir a discussão sobre a subjetividade, de forma definitiva e continuada, no campo da Assistência Social.

As orientações do livro de Garcia (2000), já citado neste texto, apontavam para uma necessidade de vincular o trabalho clínico da escuta do caso a caso com a ação coletiva, propondo novas e criativas formas de intervenção nos serviços que atuavam na dimensão da construção da cidadania e da conquista dos direitos sociais. A leitura do livro foi uma das

primeiras tarefas do grupo da “clínica do social” em Betim. Além disso, investia-se na discussão de casos como forma de trazer a prática para a reflexão, de promover supervisão coletiva e de convidar o grupo a se debruçar sobre a tarefa de estudar continuamente.

Como relatam os próprios trabalhadores, a adesão dos técnicos à proposta foi imediata, já que sua criação partiu da demanda dos próprios profissionais diante da ausência de diretrizes e de apoio para compreender o trabalho. Miranda (2008), em seu trabalho de resgate da história da Assistência Social da cidade de Betim, aponta este momento:

[...] Definiu-se, num determinado momento, por uma política de desenvolvimento de recursos humanos no âmbito da SEMAS. No bojo dessa, deveriam constar ações referentes à constituição de espaços de formação permanente, bem como projetos de capacitação continuada do quadro de recursos humanos. **Foi instituída, então, por solicitação e articulação dos técnicos, uma reunião mensal denominada “clínica do social”**, no qual assistentes sociais, psicólogos e pedagogos encontravam-se para discutir questões previamente definidas e capacitarem-se, contando para isto com recursos humanos internos ou externos. (MIRANDA, 2008, p.164, grifo nosso).

Embora Miranda (2008) aponte a criação da “clínica do social” como uma ação institucional, os trabalhadores se lembram da experiência como uma iniciativa instituinte, cujo direcionamento dos encontros ocorria de forma cooperativada, embora estivesse sempre marcada pela presença de André. Com a discussão ganhando maturidade e com a imersão dos trabalhadores recém-chegados cada vez mais intensificada na Política de Assistência Social, a discussão teórico-metodológica caminhou para discussões políticas sobre os atravessamentos que já se apresentavam na execução do trabalho e o prejudicavam. Dessa forma, como aponta Lorena na discussão do grupo dois, a “clínica do social” acabou por interferência e por boicote do próprio órgão gestor, desarticulando um grupo que estava cada vez mais coeso e afinado em seu propósito de questionar a precarização da política pública.

Quando questiono André sobre esta fase e se ela mobilizou seus afetos (e quais) em direção à motivação para executar a política, ele responde:

[...] Poderia te dizer que era angustiante, ao mesmo tempo que era gostoso, porque era a tentativa de produzir uma novidade e, ao mesmo tempo, lidando o tempo inteiro com quase uma impossibilidade de produzir essa novidade. Acho que estava em jogo um desejo de produzir uma intervenção. E isso gerava em mim uma angústia diante dessa impossibilidade, às vezes eu me sentia impotente diante de determinadas barreiras. Por exemplo, as assistentes sociais que, ao mesmo tempo que colocavam a clínica do social como uma novidade interessante, tinham ali uma barreira epistêmica mesmo. Mas da minha experiência era isso, produzir uma intervenção. Isso não era um compromisso técnico, isso era da ordem do desejo, de uma dimensão ética do desejo. (André, grupo 5)

Levar a “clínica do social” adiante, para André, estava mais afinado com a desestabilização do instituído (mesmo construindo a proposta dentro do acordo institucional de promoção de capacitação continuada aos trabalhadores) do que, necessariamente, fazer a sua manutenção, como cita Miranda (2008). Orientado pela psicanálise, sua condução do grupo, como ele mesmo aponta, trabalhava no sentido de construir um corpo crítico de profissionais orientado tanto teoricamente, quanto politicamente, para atuar na pasta. Para Luiz, não havia a marca de uma capacitação formal:

Eu não sei se ela tinha esse carimbo de espaço de capacitação. Eu acabava meio que entendendo a clínica do social como um espaço que passava por dentro de mim, pelos meus impasses, minhas elaborações, minhas invenções, as invenções do colega, como que o colega saiu daquela encrenca. E a capacitação era pegar o estatuto e ler lá o que tinha lá. (Luiz, grupo 1)

Com o fim da experiência da “clínica do social”, os técnicos relatam que não houve outra iniciativa que reunisse uma variedade de profissionais de forma a pensar o trabalho de maneira tão coletiva. A morte prematura do grupo abortou um embrião imprescindível para a construção da política: “caso tivesse permanecido no tempo sem grandes interrupções, a “clínica do social” poderia ter se constituído em um embrião da organização coletiva dos funcionários, o que certamente contribuiria para alguma mudança institucional (MIRANDA, 2008, p. 164). A morte prematura, no entanto, não impede que os trabalhadores se lembrem do momento como um divisor de águas para a compreensão do trabalho. Sobretudo os psicólogos, na época ainda desorientados quanto à especificidade da prática, viram nas discussões uma oportunidade para aliar a Psicologia ao trabalho de agir em relação à pobreza, à violência e a outros riscos e vulnerabilidades.

A formação de um coletivo no âmbito da Assistência Social representaria uma experiência que rompe a dicotomia indivíduo-sociedade, produzindo, por força do agenciamento¹⁵, um plano coletivo que pretende a criação, proporcionando um espaço relacional de produção de subjetividades (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005). Um campo novo, fora dos eixos da instituição, que comportaria a eminente necessidade dos trabalhadores de se mobilizarem para questionar processos de institucionalização que não incluem o trabalhador como um sujeito crítico e ativo na cena pública de construção da política. Uma oportunidade, portanto, de enxergar, fora das tramas da sobreimplicação e da execução do instituído, os efeitos

¹⁵ Conceito proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari e que significa encontrar-se no meio, entre dois mundos, afetando e mobilizando as duas partes através da criação de algo comum e novo ((ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005)

do trabalho e das escolhas cotidianas em sua forma de agir dentro da política.

O grupo, como uma multiplicidade que vai além do indivíduo (BARROS, 1994), constrói junto uma memória coletiva. A tarefa de contribuir para a construção da história de uma política pública perpassa por entre os discursos dos entrevistados. Se, por um lado, não ter nada pronto causava angústia, por outro, produzia um espaço educativo em potencial, capaz de vincular as pessoas à execução de uma tarefa que as tocava em afetos anteriores àqueles produzidos no encontro com o serviço público.

Construir uma história de vida coletiva, aproximando sensibilidades e posições éticas comuns, em uma rotina de trabalho pouco instrumentalizada e demasiadamente vaga, constituiu entre os trabalhadores uma cultura da solidariedade e do apoio. A constância e a intensidade com que falam da vida em comum no trabalho não nos permite ignorar que o investimento em construir coletivos sustentou muitas das motivações que fizeram com que os profissionais criassem, mesmo em meio às adversidades. Não só o trabalho era compartilhado, mas a vida familiar, as dificuldades financeiras e amorosas, os desânimos em relação à política pública e as formas de se manter vivo e atuante dentro dela.

Estes coletivos funcionaram, em muitos momentos, tanto para inflar, quanto para esvaziar a ideia do trabalhador mártir, na medida em que, por um lado, propiciavam uma coesão que reforçava uma determinada escolha identitária, quanto também esvaziavam ideais individuais ao apontar multiplicidade de vozes discordantes. Estes trabalhadores arriscaram o exercício de sair da solidão da sua militância, na qual habitam seus ideais arcaicos, para a produção continuada de coletivos com temporalidade própria, nos quais eles pudessem ser preservados do corpo a corpo ostensivo da política pública, e pudessem conquistar condições, mesmo que provisórias, para criticar o mundo social que eles estavam criando e onde coabitavam.

5 CONCLUSÃO

O título desta tese, *O inimigo sempre volta*, tenta traduzir um tipo de institucionalização observado nesta pesquisa e que rege a política pública de Assistência Social. Com uma história marcada pela desigualdade social, o país sempre foi pressionado a desenvolver políticas de inclusão que combatessem, de forma estrutural, a pobreza e as suas consequências. Respostas variadas foram dadas nos diferentes momentos pelos quais passou o Estado brasileiro: da tentativa de se produzir um racionalismo técnico, surgiram políticas assistencialistas e autoritárias no período militar; já na abertura democrática, período da “Nova República”, as políticas sociais conviveram tanto com a herança das políticas populistas do período ditatorial, quanto com os novos ares advindos, sobretudo, dos movimentos sociais e dos movimentos de trabalhadores, os quais pressionavam pela consolidação da CRFB/1988 e pela criação de uma Política de Assistência Social que prezasse pelo direito social e que se afastasse da filantropia caritativa; com a CRFB/1988 em mãos, e a expectativa da democracia se consolidar, o país viveu um momento dramático da sua história: a eleição e o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, que serviu não só para atrasar ainda mais o surgimento de uma Assistência Social competente, como enterrou na cova da corrupção milhões em receita da própria pasta; a eleição de Fernando Henrique Cardoso reacende as esperanças de, finalmente, conquistar-se uma institucionalização mais consistente da pasta, no entanto, o que vimos foi uma proposta precária que fragilizou a atuação do recente e importante Conselho Nacional da Assistência Social e que levou à frente programas cujos objetivos estavam sobrepostos, além de prejudicados por uma gestão técnica comprometida; o governo Lula apresenta-se como a gestão que melhor respondeu à CRFB/1988. Entre críticas que rondam uma opção econômica que não enfrentou a má distribuição de renda, o governo do Partido dos Trabalhadores construiu um cenário de atuação e de investimento de recursos que dá a esse período um destaque na história da Assistência Social brasileira. Elevada à condição de política de Estado e com sua institucionalização um pouco mais delimitada a partir da proposição de leis e normatizações, assistiu-se investimentos técnicos, teóricos e financeiros neste período.

Betim, nosso campo de estudo, e onde atuaram os trabalhadores entrevistados para a realização deste trabalho, viveu de forma singular este período. Embora administrada por um partido de gestão conservadora nesta época, diferente daquele que estava no governo federal, a prefeitura de Betim impulsionou, através de financiamentos e da criação de uma gama de expectativas entre os profissionais, o crescimento da política pública, proporcionando a

descentralização político-administrativa, a realização de concurso público e uma gestão para a secretaria que atuava, por um lado, favorecendo o assistencialismo e a política partidária, e, por outro, proporcionando condições técnicas e políticas de forma a não prejudicar a ação criativa e as expectativas dos trabalhadores.

A pergunta “como alguém se torna um trabalhador social?” guiou as escolhas metodológicas e teóricas para compreendermos esse período da Assistência Social da cidade, bem como os movimentos de institucionalização presentes e quais as vinculações estabelecidas pelos trabalhadores com a realidade deste período. A partir da análise de trajetórias individuais, confrontando-as com entrevistas coletivas, com materiais históricos e com análises da própria implicação da pesquisadora, estabelecemos um campo de análise socioinstitucional segundo a teoria da Análise Institucional.

A partir deste cenário, os trabalhadores revelaram uma sensibilidade para o trabalho social que não é construída, necessariamente, no encontro com o ofício, mas que pode ser mapeada em experiências de vida com a família, com a igreja ou com as lutas políticas do campo progressista. Entre estas instituições que aparecem no percurso individual, eleitas pelos trabalhadores, durante as entrevistas, como elementos da trajetória pessoal para explicar a escolha pelo trabalho social como campo profissional, a igreja, pelo seu contínuo envolvimento com a execução da filantropia no Brasil, ganha um lugar de destaque. Sobretudo a experiência das CEB's - e suas características pastorais e de militância junto às populações mais vulneráveis, além de sua atuação em consonância com os movimentos sociais e o Partido dos Trabalhadores, que se tornaram, pela proximidade com as políticas sociais, um possível palco de formação dos recursos humanos que hoje atuam na Política de Assistência Social do país.

Esta herança, advinda da influência da Igreja Católica na construção da Assistência Social, aparece num certo tipo de conceber e de fazer o trabalho social, marcado pela concepção de *práxis* de Paulo Freire, cuja ação prevê uma temporalidade restrita e uma instrumentalização baseada mais na dimensão da prática do que em um processo de formação que intercala tempos distintos entre estudo e trabalho. Na forma pela qual o trabalhador se vincula à política, sua atuação é marcada pelas características de um sacerdócio, já que independe das condições teóricas, metodológicas e de legislação trabalhista para que ele se dedique ao máximo em nome da construção da política pública. Nesta implicação, há um ponto cego que impede o profissional de manter-se no nível do coletivo, fazendo deste lugar um espaço de resistência, de reivindicação e de possibilidade de pensar em sua atuação, para voltar-se para questões arcaicas, individuais e que marcaram sua escolha profissional. Alimentando o modo indivíduo em detrimento do modo coletivo de se relacionar, o trabalhador constrói uma sobreimplicação que

se encaixa nas formas de institucionalização da Política de Assistência Social brasileira, além de alimentá-la nas suas capacidades de existência.

O movimento de institucionalização pendular que captura a subjetividade “mártir” do trabalhador social, realidade encontrada no nosso campo de pesquisa, ora estabelece um horizonte de possibilidades, de competência e de crescimento, ao favorecer a criatividade e a capacidade de autonomia do grupo, ora se vincula aos interesses da política partidária, ao empobrecer e despotencializar o fazer profissional. Este vai e vem contínuo, que não limita e nem tampouco se abre completamente para a execução do trabalho competente e eticamente comprometido, favorece a existência de processos de subjetivação que se perdem na sedução de uma prática que garante sentido à própria existência, mas que também transforma vida e trabalho em dimensões únicas. Interligadas, estas duas dimensões colocam ativo o sujeito cuja ética do trabalho se volta para o outro e pouco para si mesmo. Em meio a um fazer marcado pela radicalidade do investimento, os espaços coletivos que, de fato, possibilitariam a reflexão sobre a implicação com o trabalho se tornam cada vez mais escassos. Depois de longo período dedicado à política pública, adoecimentos, cansaços e descontentamentos tomam o lugar da motivação dos trabalhadores, fazendo com que construam diferentes formas de saída da Política de Assistência Social. Quando não há mais nenhum resquício de institucionalidade que ajude a preservar a sobreimplicação como, por exemplo, a ascensão de governos de ultradireita e o empobrecimento desta política pública, ela explode no esvaziamento do grupo e na busca individual por formas de aplacar o desgaste emocional com o trabalho (licença sem vencimento, férias -prêmio, exoneração, etc).

Somente quando os trabalhadores se afastam da execução direta da Assistência Social é que conseguem pensar sobre a própria implicação e sobre os prejuízos pessoais que o trabalho acarreta. Nas tensões do processo de institucionalização, marcadas, principalmente, pela interferência política- partidária e por seus aspectos personalistas na gestão da pasta, os afetos dos trabalhadores são capturados de modo a aumentar a sobreimplicação a favor da militância ostensiva e da precariedade da política. No entanto, arranjos coletivos, que não demarquem hierarquias de saber e de poder, e que se sustentam uma reflexão sobre a prática a partir de estudos aprofundados, mostram-se como uma possibilidade de pensar a sobreimplicação e de se vincular, de forma menos onipotente, ao trabalho na Política de Assistência Social.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Andrew. **Time matters: on theory and method**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

AFONSO, Maria Lúcia Miranda. **Proposta de metodologia de trabalho com famílias e grupos de família no eixo orientação**. SOSF BH. Belo Horizonte, abr. 2005. (Mimeo).

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Prefácio. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty (Org.). **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ALTOÉ, Sônia. Histórias de interseção entre psicoterapia institucional e análise institucional. In: RODRIGUES, Heliana de Barros Conde; ALTOÉ, Sônia (Org.). **SaúdeLoucura: análise institucional**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 39-64. (SaudeLoucura 8)

AVELAR, Lúcia, WALTER, Maria Inez Machado Telles. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 96-122, maio 2008.

BARBIER, Jean-Marie et al. **Encyclopedie de la formation**. Paris: Press Universitaires de France, 2009.

BAREMBLIT, Gregório. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Belo Horizonte: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

BARROS, Regina Duarte Benevides de. Grupo e produção. In: LANCETTI, Antônio; BAREMBLIT, Gregório (Coord.). **Saúde e Loucura número 8: grupos e coletivos**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BESSIN, Marc; BIDART, Claire; GROSSETI, Michel. **Bifurcations: les sciences sociales face aux ruptures et à l'événement**. France: La Découverte, 2010.

BETTO, Frei. **O que são comunidades eclesiais de base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BICALHO, Fernanda Zatar; TOMASI, Antônio de Pádua Nunes. Novas perspectivas de formação: o gesto profissional do professor. **Enfoque**, v. 10, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/4571>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

BOUQUET, Brigitte. Éthique. In: BARREYRE, Jean-Yves et al. (Org.). **Nouveau dictionnaire critique d'action sociale**. Paris: Bayard, 1995.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça (...). **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BRASIL. Lei Complementar nº 135, de 04 de junho de 2010. Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. **Diário Oficial da União**, Brasília, 07 jun. 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp135.htm> Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. **Lei Orgânica da Saúde**: Lei 8.080. Brasília: Ministério da Saúde, 1990a.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm > Acesso em: 8 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal... **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 ago. 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. **Lei orgânica da Assistência Social - LOAS**. 2 ed. Brasília: Ministério Público da Previdência e Assistência Social/Secretaria de Estado da Assistência Social, 2001.

BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 207, de 16 de dezembro de 1998. Brasília, Diário Oficial da União, 18 dez. 1998. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/1998/Resolucao%20CNAS%20no%20207-%20de%2016%20de%20dezembro%20de%201998.pdf> Acesso em: 9 fev. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

BRASIL. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho** (La fonction psychologique du travail). Tradução de Adail Sobral. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referência técnica para atuação da (o) Psicóloga (o) no CRAS/SUAS**. Brasília: CFP, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referência técnica sobre a prática de Psicólogas (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS**. Brasília: CFP, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referência técnica para atuação de Psicólogas (os) em Medidas socioeducativas em meio aberto**. Brasília: CFP, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Serviço de Proteção Social para a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias: referências para a atuação de psicólogos.** Brasília: CFP, 2009.

COIMBRA, Maria Cecília Bouças; NASCIMENTO, Maria Livia. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: GEISLER, Adriana Ribeiro Rice; ABRAHÃO, Ana Lúcia, COIMBRA, Maria Cecília Bouças (Org.). **Subjetividades, violência e direitos humanos:** produzindo novos dispositivos em saúde. Niterói, RJ: EdUFF, 2008, p. 143-153,

COIMBRA, Maria Cecília Bouças; NASCIMENTO, Maria Livia. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? In: ARANTES, Esther Maria M.; NASCIMENTO, Maria Livia do; FONSECA, Tania Mara. (Org.) **Práticas psi:** inventando a vida. Niterói, RJ: EdUFF, 2007, p. 27-38.

CRUZ, Lílian Rodrigues; GUARESCHI, Neuza. A constituição da assistência social como Políticas públicas: interrogações à Psicologia. In: CRUZ, Lílian Rodrigues; GUARESCHI, Neuza. **Políticas públicas e assistência social.** Petrópolis: Vozes, 2009, p. 13-40.

CUNHA, Aline de Araújo Gonçalves; DORNA, Livia Borges Hoffmann; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. **Uma contribuição à história da análise institucional no Brasil através de depoimentos orais:** o setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) nas décadas de 1960 e 1970. **Mnemosine**, v. 2, n. 1, p. 2-11, 2006.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos.** São Paulo: Escuta, 1998.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular:** movimentos sociais e a participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumará, ANPOCS, 1995.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento social urbano, igreja e participação popular.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1984.

DRUCK, Graça. Política Social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. **Kátalisy**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 24 a 34, junho de 2007.

ESCÓSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. Maringá: **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 2, p. 295-304, maio/ago. 2005.

FAGNANI, Eduardo. A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. Brasília: **SER Social**, v.13, n. 28, p. 41-80, jan./jun. 2011.

FERREIRA, Tânia. **Os meninos e a rua.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FOUCAULT, Michel. Anti-édipo: uma introdução à vida não-fascista. In: DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo:** capitalismo e esquizofrenia 1. São Paulo: Editora 34, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GARCIA, Célio. **Clínica do Social.** Belo Horizonte: Editora Projeto, 2000.

GIL, Gilberto. **O fim da história.** São Paulo: Warner Music Brasil, 1992. 1 Disco de Vinil.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostras de domicílio – PNAD: Trajetória da extrema pobreza.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

JORRO, A. L'inscription des gestes professionnels dans l'action. **Revue en question, Aix en Provence**, n. 19, p. 1-20, 1998. Disponível em: <http://halshs.archivesouvertes.fr/docs/00/11/23/44/PDF/Gestes-98.pdf>. Acesso em: 25. 2017.

L'ABBATE, Solange. O analisador dinheiro em um trabalho de grupo realizado num hospital universitário em Campinas, São Paulo: revelando e desvelando as contradições institucionais. In: RODRIGUES, Heliana de Barros Conde; ALTOÉ, Sônia. **SaúdeLoucura: número 8: análise institucional.** São Paulo: Hucitec, 2008.

KAMKHAGI, Vida Raquel. Horizontalidade, verticalidade e transversalidade em grupos. In: BAREMBLITT, Gregório (Org.). **Grupos: teoria e técnica.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

KAMKHAGI, Vida Rachel. Horizontalidade, verticalidade e transversalidade em grupos. In: BAREMBLITT, Gregório (Org.). **Grupos: teoria e técnica.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

KRAMER, Sonia. Entrevistas coletivas: uma alternativa para lidar com a diversidade, hierarquia e poder na pesquisa em ciências humanas. In: FREITAS, Maria Teresa, JOBIM; SOUZA, Solange, KRAMER, Solange. **Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin.** São Paulo: Cortez, 2007.

LADSOUS, Jacques. Militantisme. In: BARREYRE, Jean-Yves et al. **Nouveau dictionnaire critique d'action sociale.** Paris: Bayard, 1995.

LAVERGNE, Rémi Fernand. Programa Bolsa Família: uma nova modalidade de biopolítica. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 323-344, jun. 2012.

LOURAU, René. **A análise institucional.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURAU, René. Implication e Surimplication. **Revue du Mauss**, n. 10, p.110-120,1990.

LUZ, Madel T. A contribuição de René Lourau e a sociologia crítica das instituições. In: RODRIGUES, Heliana de Barros Conde; ALTOÉ, Sônia (Org.). **SaúdeLoucura: análise institucional.** São Paulo: Hucitec, 2004. p. 21-28. (SaudeLoucura, 8)

MELLO, Guiomar Namó de. **Magistério de Primeiro Grau: da competência técnica ao compromisso político.** São Paulo: Cortez, 1982.

MENDEL, Gérard. **Sociopsicoanálisis 2.** Buenos Aires: Amorrortu editores, 1973a.

MENDEL, Gérard. **Sociopsicoanálisis 1.** Buenos Aires: Amorrortu editores, 1973b.

MENDES, Rosa Maria Áquila. O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. São Paulo: **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 1, 2006.

MENEZES NETO, Antônio Júlio Menezes. A igreja católica e os movimentos sociais do campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Salvador: **Caderno CRH**, v. 20, n. 50, p. 331-341, maio/ago. 2007.

MESTRINER, Luiza Maria. **O Estado entre a filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MIRANDA, Maria Auxiliadora de. **Trajetória institucional e gestão da política de Assistência Social no município de Betim – MG no período de 1993-2006**. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, PUC Minas, Belo Horizonte, 2008.

MOMBERGER, Christine Delory. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, set./dez. 2012.

MONCEAU, Gilles (Org.). **L'analyse institutionnelle des pratiques: une socio-clinique des tourments institutionnels au Brésil et en France**. Paris : L'Harmattan, 2012.

MONCEAU, Gilles. Técnicas socioclínicas para a análise institucional das práticas sociais. **Psicologia em Revista**, v. 21, n. 1, p. 197-217, 2015.

MONTEIRO, Ana; COIMBRA, Cecília; MENDONÇA FILHO, Manoel. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público?. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, ago. 2006.

MENEZES NETO, Antônio Júlio. A igreja católica e os movimentos sociais do campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Salvador: **Caderno CRH**, v. 20, n. 50, p. 331-341, maio/ago. 2007.

NEVES, Edwiges de Oliveira. **As (im)possibilidades de fazer clínica no PAEFI: poderia o analista operar para a superação da violência?** 2019. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

NICOIRD, Sandrine. Introduction: Pourquoi s'intéresser au travail militant?. In: NICOIRD, Sandrine (Org). **Le travail militant**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

NOSELLA, Paolo. Compromisso político como horizonte da competência técnica. **Educação e Sociedade**, São Paulo, n. 14, p.91-97, 1983.

NOSELLA, Paolo. Compromisso político e competência técnica: 20 anos depois. **Educação e Sociedade**, São Paulo, n. 90, p.223-238, jan./abr. 2005.

OLIVEIRA, Clever Manolo Coimbra; HECKERT, Ana Lúcia Coelho. Os centros de referência de Assistência Social e as artes de governar. **Fractal: revista de Psicologia**, v. 25, n. 1, 2013, p. 146-160.

POCHMANN, Marcio. Políticas Sociais e padrão de mudança no Brasil durante o governo Lula. Brasília: **SER Social**, v. 13, n. 28, p.12-40, jan./jun. 2011.

PRETTE, Zilda Pereira Del; PRETTE, Almir Del. Competência técnica versus compromisso político: um dualismo sustentável na psicologia?. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília,

v. 10, n. 2-3-4, 1990.

RICARDO, João; APOLINÁRIO, João. **Primavera nos dentes**. São Paulo: Warner Music, 1973. 1 Disco de Vinil. [Disco: Secos & Molhados]

ROLNIK, Suely. **A hora da micropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

ROLNIK, Suely. **A hora da micropolítica**. São Paulo: N – 1 edições-Série Pandemia, 2016.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. As relações entre as famílias e a equipe do CRAS. **Fractal - Revista de Psicologia**. Niterói, v. 30, n. 2, p. 214-222, 2018.

ROMAGNOLI, Roberta. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. **Psicologia e Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 44-52, 2014.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAVIANI, Dermeval. Competência política e compromisso técnico ou o pomo da discórdia e o fruto proibido. **Educação e Sociedade**, São Paulo, n. 15, p. 111-143, 1983.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SILVA, Claudia Neves da. Igreja católica, Assistência Social e caridade: aproximações e divergências. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.15, p. 326-351, jan./jun de 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides, ZITKOSKI, Jaime José. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

TEIXEIRA, Solange Maria. A família na trajetória do sistema de proteção social Brasileiro: do enfoque difuso à centralidade na política de Assistência Social. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 10, n. 50, p. 535-549, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As primeiras-damas e a Assistência Social: gênero e relação de poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de, PAULON, Simone Manieri. Instituição Militância em Análise: A (sobre) implicação de trabalhadores na reforma psiquiátrica brasileira. Belo Horizonte: **Psicologia e Sociedade**, v. 26, n. especial, p. 222 a 234, 2014.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org.) **Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHERE-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? Salvador: **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. esp. 2010.



APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Número do Registro CEP: _____

Título do Projeto: _____

Prezado Sr. (a),

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa de doutorado que estudará a implicação dos trabalhadores com a política de Assistência Social brasileira. Você foi selecionado porque trabalha no campo de estudo e sua participação não é obrigatória. O objetivo deste estudo é observar, através de entrevistas, análise de materiais históricos e observação participante, a forma como os trabalhadores concebem o trabalho social, como o executa e como dialoga o seu fazer com o próprio processo de institucionalização da política pública. Não há riscos ou desconfortos previstos para este estudo, no entanto, caso você aponte algum, levaremos em consideração no nosso acordo para realização da pesquisa.

A sua participação é muito importante e voluntária e, conseqüentemente, não haverá pagamento por participar deste estudo. Em contrapartida, você também não terá nenhum gasto.

As informações obtidas neste estudo serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as fases da pesquisa, e quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa. Você poderá se recusar a participar ou

responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão.

Todo material coletado durante a pesquisa ficará sob a guarda e responsabilidade do pesquisador responsável pelo período de 5 (cinco anos) e, após esse período, será destruído.

Os resultados dessa pesquisa servirão para beneficiar a política pública de Assistência Social, campo de atuação recente para diversos profissionais e política de atendimento às situações de vulnerabilidades e riscos de muitas famílias. Espera-se que os resultados dessa pesquisa contribuam com a escassa referência bibliográfica disponível sobre o assunto. Espera-se, ainda, que possa contribuir com a atuação dos profissionais na política de Assistência Social.

Para todos os participantes, em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa, será observada, nos termos da lei, a responsabilidade civil.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Pesquisadora responsável: Ana Pereira dos Santos

Endereço: Rua Gomes Barbosa, 79/800, Centro – Viçosa, MG

Telefone: (31) 998068585

Email: anacontato@yahoo.com.br

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof. ^a Cristiana Leite Carvalho, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone 3319-4517 ou email cep.proppg@pucminas.br.

O presente termo será assinado em duas vias de igual teor.

Betim, de 2016.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar desse estudo.

Nome do participante (em letra de forma)

Assinatura do participante ou representante legal

Data

Eu, Ana Pereira dos Santos, comprometo-me a cumprir todas as exigências e responsabilidades a mim conferidas neste termo e agradeço a disponibilidade e a confiança.

Assinatura do Pesquisador

Data

ANEXO A - Projeto unificação

1- INTRODUÇÃO

A partir da promulgação da nova Política Nacional de Assistência Social - PNAS – em dezembro de 2004, a Secretaria Municipal de Assistência Social de Betim envidou esforços para a implantação da proposta do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – como forma de gestão. Embora esta secretaria já funcionasse de maneira descentralizada, segundo as oito Regionais Administrativas do município, foi necessário dar início a uma série de discussões a fim de reorganizar os serviços, projetos, programas e benefícios pela lógica das Proteções Sociais: Básica e Especial.

Desta forma, em abril de 2006, após discutir o funcionamento dos serviços (alguns já existentes e outros nunca executados), a Secretaria Municipal de Assistência Social implantou dois CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social – e oito CRAS – Centros de Referência de Assistência Social. Após várias mudanças, atualmente, temos um único CREAS, de abrangência municipal, oito SEMAS Regionais e quatro CRAS, sendo que algumas das SEMAS possuem equipamentos anexos.

São serviços do CREAS: o Serviço de Orientação Sócio-Familiar – SOSF –, o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Sentinela –, o Serviço de Acompanhamento de Cumprimento de Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto (Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida) – SAMESE – Serviço de Abordagem de Rua e o Centro de Referência Especializado de Atenção à Mulher – CREAM.

O SOSF faz o acompanhamento psicossocial de famílias com crianças e/ou adolescentes em situação de negligência, abandono, violência física, violência psicológica, maus-tratos, trabalho infanto-juvenil ou mendicância.

O Sentinela acompanha crianças ou adolescentes vítimas de violência sexual e seus familiares.

O SAMESE acompanha o adolescente autor de ato infracional, bem como às suas famílias.

O Serviço de Abordagem de Rua tem por objetivo identificar, conhecer e encaminhar crianças e adolescentes que fazem das ruas seu espaço de sobrevivência e coordenar a inclusão destes no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

O CREAM acompanha mulheres vítimas de violência nas suas mais variadas formas.

Os técnicos destes serviços iniciaram o trabalho a partir do acúmulo de conhecimentos de sua trajetória acadêmica, bem como da experiência compartilhada nas discussões e do percurso profissional de cada um.

Após algum tempo de funcionamento, a avaliação que se faz é que a demanda dos serviços não só aumentou vertiginosamente, comparada ao período de abertura do CREAS, como também apresenta características que indicam que a família seja incluída em mais de um serviço.

Diante deste cenário, a equipe do CREAS sugere a implantação de um projeto de unificação dos serviços, entendendo que existem vantagens tanto do ponto de vista do usuário, como do ponto de vista do técnico.

O que temos observado é que o fato de uma mesma família ser acompanhada por mais de um serviço do CREAS, além de dificultar o fortalecimento do vínculo com um profissional, o que consideramos de fundamental importância para a condução do caso e, também, acarreta a sobreposição de ações. Há que se considerar inclusive o constrangimento do usuário em expor suas questões para vários profissionais em um mesmo espaço físico.

Quanto ao técnico, avaliamos que, se, sob um ponto de vista, trabalhar exclusivamente em um dos serviços nos propicia um maior aprofundamento nas questões a ele referentes, de outro ponto, o contato cotidiano com apenas uma forma de violação de direitos contribui para o desgaste do profissional, tanto no que se refere à sua saúde mental, quanto ao fato de que tal rotina acaba por produzir uma ausência de inovações no processo de trabalho pactuado pela equipe.

Entendendo que a diversificação possa contribuir para o crescimento profissional dos técnicos, que o trabalho com foco na matricialidade familiar não deva ser conduzido de forma fragmentada, de acordo com a PNAS, é de consenso da equipe do CREAS que os serviços sejam unificados.

Novamente, como no início de sua trajetória, o CREAS se depara com o desafio de implantar um novo fazer e, mais ainda, se lança em uma prática pioneira. Se na ocasião de sua implantação não tínhamos ainda o Guia de Orientação do CREAS, hoje não podemos esperar encontrar em nosso caminho um documento que oriente nossas pretensões. Entretanto, trata-se de construir, em conjunto, uma metodologia que se adeque àquilo que consideramos que resultará num plano de intervenção produtivo e impactante na condução de cada caso, com vistas à superação da violação de direitos em que se encontram os usuários acompanhados.

2- OPERACIONALIZAÇÃO

Considerando que a organização não mais será por serviços, a equipe entende que é necessária a construção de uma nova metodologia de trabalho. Neste sentido, pactua-se que a divisão por regionais é a opção mais adequada no momento. Este modelo de organização já é utilizado pelo SOSF e pelo Programa de MSE e tem sido avaliado de forma positiva pelos técnicos que já o conhecem.

A **divisão por regionais** propicia que o técnico seja responsável pela articulação dos diversos equipamentos e serviços daquela regional, tornando-se uma referência do CREAS para a comunidade e para as entidades de determinada região e desta no próprio equipamento. Há, também, uma otimização de recursos, como, por exemplo, a utilização do carro para visitas domiciliares e institucionais.

Cada regional será referenciada por uma **dupla de técnicos**¹⁶, o que não significa que os atendimentos serão realizados por ambos, mas, sim, que se pode remeter a um dos técnicos responsáveis por determinada regional em qualquer um dos turnos e em períodos de férias. Desta forma serão necessários dezesseis técnicos, já que o município tem oito regionais.

A **articulação da rede** é uma atribuição do coordenador, embora seja tarefa de todos sustentá-la. Nossa intenção é que sua presença dê mais consistência aos acordos pactuados, principalmente, no que se refere à esfera governamental. Entendemos que a rede de entidades governamentais não se trata de parceria, mas, sim, de intersectorialidade. Já as parceiras serão feitas com representantes da sociedade civil organizada e dos diversos atores das chamadas “redes de solidariedade”. Há de se notar que não pretendemos criar novos espaços de discussão, mas, sim, otimizar aqueles já existentes.

Denominamos como “redes de solidariedade” aquelas que se organizam em torno de um caso e que contam com amigos da família, parentes e pessoas da comunidade que colaboram com o cuidado de determinada família. A articulação das “redes de solidariedade” tem sido vivenciada em alguns casos e avaliada positivamente nas intervenções em que estão presentes.

A equipe compreende que reuniões para as **discussões de caso** são de fundamental importância. Nelas se pretende traçar um plano de intervenção para a família, o qual servirá de base para a avaliação do desenvolvimento do caso, bem como para a sua conclusão. A família

¹⁶ Considerando o processo de transição, pretende-se formar duplas com técnicos de serviços diferentes a fim de que um contribua/capacite o outro.

participará da construção deste plano durante os atendimentos, uma vez que o mesmo só terá resultados positivos se pactuado entre todos os seus executores. Da mesma forma, neste plano estarão definidos os papéis de cada um dos atores da rede envolvida no caso. Outra experiência que deverá ser mantida e enriquecida é o encontro entre CREAS, CMDCA, Conselhos Tutelares e Promotoria da Infância e Juventude, onde são discutidos casos e questões referentes aos atendimentos da criança e do adolescente no município de Betim.

Sobre a **conclusão do caso**, entende-se que o principal critério para sua efetuação seja a superação da situação de violação de direito. É somente sob esta condição que o caso será concluído. Aquelas situações em que há resistência, abandono ou interrupção do acompanhamento por parte da família estamos chamando de desligamento. Nestes casos, a discussão de novas alternativas em conjunto com a equipe se faz necessária.

Na condução dos casos é, também, de fundamental importância a **supervisão**. Embora cada técnico esteja apto a exercer suas atribuições, muitas vezes, é necessário um terceiro que mostre o que está obstaculizando a condução do caso.

Considerando que a grande maioria dos usuários atendidos pelos serviços do CREAS apresenta uma situação sócio-econômica precária, acompanhada de desemprego e baixa qualificação profissional, deve fazer parte do plano de intervenção junto às famílias **estratégias de inclusão** no mercado formal de trabalho, cooperativas de geração de trabalho e renda¹⁷ e cursos profissionalizantes e/ou de capacitação.

Também deverão fazer parte da intervenção os **grupos**: reflexivos, os sócio-educativos e os de convivência. Ressaltamos que a intervenção em grupo não substitui o atendimento individual, sendo complementar a este. Não se pretende, com o atendimento em grupo, aumentar quantitativamente os atendimentos, mas, sim, ganhar em qualidade.

Para que os atendimentos tenham qualidade, os técnicos têm como consenso que a **capacidade de atendimento** individual seja de 25 casos para aqueles que têm carga horária semanal de 30 horas e de 18 casos para aqueles que têm carga horária de 20 horas semanais. Deve ficar claro que existe a flexibilidade de acompanhar mais casos conforme a agenda de cada técnico e da complexidade dos casos acompanhados, assim como o profissional possa vir a avaliar que seu limite de atendimento seja menor que o estabelecido devido aos tipos de casos acompanhados e à dedicação exigida por eles. Superada a capacidade de atendimento individual, também as referências por Regional serão flexibilizadas, podendo o técnico atender casos que não eram referenciados por ele.

¹⁷ Sugere-se que parte do recurso viabilizado para o Programa de Geração de Trabalho e Renda, da Secretaria Municipal de Assistência Social, seja destinado ao atendimento do público do CREAS.

A equipe considera que é necessário definir indicadores para a **avaliação do processo** de unificação, a qual acontecerá em duas etapas, sendo elas trimestrais.

Tendo em vista que a nova rotina deverá contar com a clareza de todos os profissionais da equipe sobre seu papel, é de fundamental importância a descrição das atribuições de cada um de seus membros.

3- ATRIBUIÇÕES

As atribuições a seguir foram discutidas com todos os membros da equipe e incluem as experiências exitosas de cada um, com exceção das atribuições da coordenação, a qual foi referenciada no Guia de Orientação dos CREAS, emitido pelo Ministério de Desenvolvimento Social de Combate à Fome – MDS – por considerarmos a mais completa e adequada ao funcionamento deste equipamento.

3.1. Coordenador

Segundo o Guia de Orientação dos CREAS, “o coordenador, além de gerente, é um facilitador dos processos de trabalho, deve viabilizar as condições técnico-operacionais necessárias à prestação dos serviços” (BRASIL, 200-, p.20) e dentre suas atribuições estão as seguintes:

- *Coordenar a execução das ações;*
- *Realizar articulação/parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, engajando-se no processo de articulação da rede sócio-assistencial;*
- *Definir, em conjunto com a equipe, o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias;*
- *Definir, com a equipe técnica, os meios e os ferramentais teórico-metodológicos de trabalho com as famílias, grupos e indivíduos a serem utilizados;*
- *Articular o processo de implantação, execução, monitoramento, registro e avaliação das ações, usuários e serviços;*
- *Realizar reuniões periódicas com os profissionais e estagiários para discussão dos casos, avaliação das atividades desenvolvidas, dos serviços ofertados e dos encaminhamentos realizados, entre outras;*

- *Promover e participar de reuniões periódicas com representantes da rede prestadora de serviços, visando contribuir com o órgão gestor na articulação e avaliação dos serviços e acompanhar os encaminhamentos efetuados;*
- *Contribuir com o órgão gestor municipal no estabelecimento de fluxos entre os serviços de Proteção Social Especial e Básica de Assistência Social;*
- *Participar de comissões/fóruns/comitês locais de defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes*¹⁸; (BRASIL, 200-, p.20-21).

3.2. Técnicos (Assistente Social e Psicólogo)

Embora seja evidente que a contribuição teórico-metodológica do Assistente Social e do Psicólogo sejam diferentes e, portanto, complementares, a equipe considera que ambos possam realizar as mesmas atribuições. São elas, entre outras:

- Realizar acolhimento/triagens;
- Preencher ficha social;
- Realizar atendimento individual;
- Coordenar grupos;
- Mapear a rede de serviços, identificando instituições e serviços governamentais e não-governamentais da rede;
- Relatar os atendimentos realizados;
- Redigir relatórios ou pareceres técnicos;
- Registrar, diariamente, as atividades técnicas realizadas em formulário próprio;
- Elaborar relatórios quantitativos mensais a serem encaminhados à Divisão Operacional e à Seção de Atenção à Criança e ao Adolescente – SACA;
- Elaborar listagem de famílias atendidas e enviar mensalmente às SEMAS Regionais e aos CRAS;
- Realizar estudos de caso e participar das discussões de casos dos colegas;
- Participar das reuniões de equipe (ordinárias e extraordinárias);
- Participar do processo de implantação, execução, monitoramento, registro e avaliação

¹⁸ Considerando que o CREAM faz parte do CREAS e com vistas à inclusão de serviços que atendam aos idosos, deve-se acrescentar os direitos das mulheres, idosos e outros que se fizerem pertinentes à população adulta atendida.

das ações, usuários e serviços;

- Participar do processo de definição dos meios e ferramentais teórico-metodológicos de trabalho com famílias, grupos e indivíduos a serem utilizados;
- Participar do processo de definição do fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias;
- Contribuir na produção de material educativo acerca dos serviços e temáticas relacionadas ao CREAS;
- Realizar visita domiciliar, quando necessário;
- Realizar visita institucional, quando necessário;
- Encaminhar e acompanhar crianças, adolescentes e seus familiares junto à rede;
- Solicitar a intervenção dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos¹⁹ quando necessário;
- Supervisionar estagiários de nível superior;
- Participar de reuniões e fóruns intersetoriais;
- Participar de seminários, congressos e outros eventos relacionados as temáticas do trabalho na Assistência Social.

3.3. Educador Social

Distinguiremos algumas formas de atuação deste profissional.

3.3.1. Educador Social

As atribuições que se seguem são para o Educador de referência de todo o CREAS²⁰. Sua principal função é a divulgação dos serviços e o trabalho de prevenção junto à rede.

- Participar de trabalhos de grupo, juntamente com o técnico;
- Fomentar o trabalho de prevenção às situações de violação de direitos atendidas pelo CREAS, bem como divulgar suas ações e serviços e promover ações educativas junto à rede;

¹⁹ Compõe o Sistema de Garantia de Direitos: Conselhos Tutelares, Vara da Infância e da Juventude, Promotoria da Infância e Juventude, Delegacia Adjunta de Crimes Contra a Mulher de Betim, Defensoria Pública, CMDCA, ONG's e Secretarias Municipais.

²⁰ Estas atribuições foram construídas tendo como base a experiência do Serviço Sentinela.

- Acompanhar, quando solicitado por um técnico, usuários aos Conselhos Tutelares, ao Centro de Convivência CAZUZA, à Delegacia Adjunta de Crimes Contra à Mulher, entre outros serviços;
- Participar das discussões de casos dos colegas;
- Participar das reuniões de equipe (ordinárias e extraordinárias);
- Realizar visita domiciliar, juntamente com o técnico, quando necessário;
- Realizar visita institucional quando necessário;
- Participar de reuniões e fóruns intersetoriais;
- Participar de seminários, congressos e outros eventos relacionados as temáticas do trabalho na Assistência Social.

3.3.2. *Educador Social de Abordagem de Rua*

As atribuições que se seguem são para o Educador de Abordagem de Rua. Trata-se de um apanhado do que foi construído pela equipe de Abordagem com algumas alterações e acréscimos.

- Observar e aproximar, através do diálogo, de crianças e adolescentes que utilizam as ruas como espaço de luta pela sobrevivência, e expondo-se a situações de risco;
- Buscar conhecer a realidade da criança e do adolescente através da formação de vínculos;
- Apresentar os casos para a equipe visando definir, junto à mesma, o encaminhamento mais adequado a cada um;
- Assistir a criança e o adolescente abordado em todos os direitos que estiverem violados;
- Acompanhar o caso até que sejam realizadas as intervenções e encaminhamentos necessários;
- Orientar crianças e/ou adolescentes a respeito de seus direitos sociais e civis;
- Identificar e monitorar crianças e adolescentes em situação de rua, trabalho infanto-juvenil, mendicância e/ou exploração sexual;
- Verificar solicitação de denúncias de crianças e adolescentes em situação de rua, trabalho infanto-juvenil, mendicância e/ou exploração sexual;
- Articular a rede interna e externa de atendimento à criança e ao adolescente;
- Garantir a inclusão de crianças e adolescentes nos programas existentes na rede social

de atendimento;

- Participar de reuniões de equipe;
- Participar de reuniões e fóruns intersetoriais;
- Participar de seminários, congressos e outros eventos relacionados às temáticas do trabalho na Assistência Social.

3.4. Estagiários de Nível Superior

- Acompanhar o técnico em vistas domiciliares e/ou institucionais;
- Realizar acolhimentos, desde que supervisionado por um técnico²¹;
- Realizar atendimentos individuais, desde que supervisionado por um técnico;
- Redigir os acolhimentos/atendimentos realizados;
- Discutir com o técnico supervisor os procedimentos técnicos e a condução dos casos;
- Participar de discussões de caso;
- Participar de reuniões de equipe;
- Participar de reuniões e fóruns intersetoriais;
- Participar de seminários, congressos e outros eventos relacionados às temáticas do trabalho na Assistência Social.

3.5. Advogado

- Escutar os usuários (crianças, adolescentes e familiares) e esclarecer as dúvidas referentes às questões jurídicas;
- Orientar os usuários e apontar as medidas que podem ser tomadas nos casos de violação de direitos;
- Escutar e esclarecer os usuários sobre as conseqüências do descumprimento de Medidas (Protetivas e Sócio-Educativas);
- Contribuir na produção de material educativo acerca dos serviços e temáticas relacionadas ao CREAS;
- Assessorar a equipe técnica no que se refere às questões/procedimentos jurídicos;
- Solicitar a intervenção dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos quando necessário;

²¹ Vale ressaltar que mesmo o estagiário sendo supervisionado no CREAS, é necessário que ele seja supervisionado na Universidade onde estuda.

- Supervisionar estagiários de nível superior;
- Participar das reuniões de equipe (ordinárias e extraordinárias);
- Realizar estudos de caso e participar das discussões de casos dos colegas;
- Participar das reuniões de equipe (ordinárias e extraordinárias);
- Participar de reuniões e fóruns intersetoriais;
- Participar de seminários, congressos e outros eventos relacionados às temáticas do trabalho na Assistência Social.

3.6. Estagiários de Nível Médio

Tendo em vista as atribuições abaixo, considera-se essencial ao exercício do cargo ter conhecimento e prática em Informática Básica, bem como habilidade para lidar com o público. São as atribuições dos estagiários de Nível Médio do CREAS:

- Coletar e entregar documentos interna e externamente;
- Postar correspondências;
- Enviar telegramas e convites de eventos e/ou reuniões do CREAS, sempre que solicitado;
- Controlar o fluxo de papéis;
- Manter organizados os arquivos do setor administrativo do CREAS;
- Manter atualizada a agenda telefônica do CREAS;
- Substituir a recepcionista sempre que esta precisar se ausentar;
- Acionar o oficial administrativo em caso de dúvidas ou frente a situações de difícil solução;
- Redigir a ata das reuniões de equipe, avisos, convites e outros textos simples, quando solicitado;
- Participar de reuniões de equipe;
- Participar de cursos de capacitação introdutória e/ou continuada e outros eventos de interesse profissional;

3.7. Oficial Administrativo

Tendo em vista as atribuições abaixo, considera-se essencial ao exercício do cargo ter conhecimento e prática em Informática Básica, bem como habilidade para lidar com o público. São as atribuições do Oficial Administrativo do CREAS:

- Redigir e encaminhar cartas, ofícios, memorandos, relatórios e outros documentos;
- Alimentar o banco de dados referentes às ações e serviços do CREAS;
- Zelar pela organização e manutenção de documentos referentes ao quadro de Recursos Humanos tais como folhas de ponto, contra-cheques, férias, benefícios, entre outros;
- Administrar o recebimento e o repasse de cartões transporte e vales-social para os usuários do CREAS;
- Manter atualizado o banco de dados de funcionários do CREAS, órgãos e setores da Prefeitura Municipal de Betim e de instituições parceiras;
- Controle, pedido e empréstimo interno de materiais e equipamentos do CREAS;
- Zelar pelos equipamentos e solicitar assistência técnica especializada sempre que necessário;
- Participar de reuniões de equipe;
- Participar de cursos de capacitação introdutória e/ou continuada e outros eventos de interesse profissional;
-

3.8. Recepcionista

São pré-requisitos para o exercício desta função: Nível Médio de escolaridade, conhecimento e prática em Informática Básica e habilidade para atendimento ao público. Entendemos que a recepção deve ser acolhedora aos nossos usuários e parceiros, ser ágil para resolver situações de embarço que possam vir a ocorrer cotidianamente e estar bem articulada e informada sobre todos os serviços internos. São as suas principais atribuições:

- Acolher e atender, respeitosamente, os usuários dos diversos serviços do CREAS e encaminhá-los ao técnico responsável por seu atendimento, conforme a demanda apresentada;
- Evitar a exposição pessoal dos usuários enquanto estes aguardam atendimento;

- Atender e repassar ligações telefônicas;
- Anotar e repassar recados;
- Evitar deixar a recepção sozinha;
- Registrar diariamente a entrada de usuários e os serviços prestados pelo CREAS e alimentar o Banco de Dados;
- Elaborar relatório quantitativo mensal sobre os atendimentos prestados e os encaminhamentos realizados pelo CREAS e envia-lo a SEMAS Sede, através do Setor Administrativo;
- Zelar pela manutenção e organização do espaço físico e dos equipamentos da recepção;
- Participar de reuniões de equipe;
- Participar de cursos de capacitação introdutória e/ou continuada e outros eventos de interesse profissional;

3.9. Agente de Serviços Gerais

- Abrir e fechar, diariamente, o equipamento do CREAS;
- Fazer o café dos funcionários e preparar o lanche dos usuários;
- Cuidar da limpeza e manutenção do espaço físico do CREAS;
- Lavar os utensílios utilizados por todos os funcionários, tais como copos, pratos e talheres;
- Cuidar dos jardins e vasos de plantas;
- Cuidar dos materiais e utensílios de limpeza, ferramentas e equipamentos utilizados para a execução de suas tarefas;
- Cuidar da manutenção e da requisição de materiais tais como botijão de gás, lâmpadas, utensílios de cozinha, pó de café, açúcar, adubo para jardins, entre outros;
- Requisitar, mensalmente, ao Setor Administrativo do CREAS, materiais e utensílios de limpeza, sem deixar que os mesmos acabem antes da chegada das compras;
- Participar de reuniões de equipe;
- Participar de cursos de capacitação introdutória e/ou continuada e outros eventos de interesse profissional;

3.9. Guarda Municipal

3.11. Guarda Patrimonial

4- RECURSOS HUMANOS

Os serviços prestados no CREAS devem contar com pessoal capacitado técnica e eticamente para o exercício de suas funções, bem como com perfil adequado ao trato com o público. A instituição deve, também, oportunizar e/ou oferecer formação e capacitação continuada específica para o trabalho na Assistência Social. Neste sentido, entendemos que deve haver uma capacitação introdutória, sempre que houver novas contratações ou nomeação por concurso público. Continuadamente deve haver períodos de atualização e aperfeiçoamento acerca das temáticas relacionadas à nossa prática através de cursos e outros eventos tais como seminários, jornadas, etc. Sempre que se fizer necessário deverá ser contratada pela instituição especialistas extra-institucionais para supervisionar e/ou prestar consultoria aos profissionais do CREAS acerca de suas ações, serviços e atendimentos.

Segue abaixo o quadro de Recursos Humanos necessário ao CREAS em sua nova configuração, bem como a equipe atual.

Recursos Humanos Necessários	Recursos Humanos Atual
01 Coordenador Técnico de 40 hs semanais	01 Coordenador Técnico de 30 hs semanais
16 Técnicos	11 Técnicos
04 Estagiários de Nível Superior	02 Estagiários de Nível Superior
02 Advogados	01 Advogado
20 Educadores Sociais ²²	14 Educadores Sociais
02 Auxiliar/Oficial Administrativo	01 Auxiliar/Oficial Administrativo
02 Estagiários de Nível Médio	01 Estagiário de Nível Médio
01 Recepcionista (por turno)	Ver observação
02 Agentes de Serviços Gerais	Ver observação
01 Guarda Municipal	Não há
01 Guarda Patrimonial (Plantão)	Ver observação

²² Sendo 16 (dezesesseis) para a Abordagem de Rua e 04 (quatro) para os demais serviços do CREAS. Vale ressaltarmos que 16 Educadores para a Abordagem é uma proposta inicial. Só será possível ampliarmos suas ações (por exemplo turno noturno e finais de semana e feriados) e cobrir todas as Regionais do município gradativamente, à medida que o Serviço tenha uma atuação mais consistente.

OBS.: Atualmente, os cargos de Recepcionista, Agentes de Serviços Gerais e Guarda Patrimonial não são exclusivos de SEMAS ou CREAS, mas, atendem aos dois setores, uma vez que estes se encontram no mesmo espaço físico. Tendo em vista a mudança de espaço, é preciso prever o número de profissionais necessários.

5- RECURSOS FÍSICOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Considerando a mudança de espaço físico é preciso prever o número de salas de atendimento adequado à demanda. Atualmente, o CREAS conta com quatro salas de atendimento individual e duas salas de brincar. As primeiras já se apresentam em quantidade insuficiente. As outras, em quantidade ideal. Há que se considerar que a utilização de divisórias de madeira fere o código de ética profissional dos técnicos e o direito do usuário ao sigilo de seu atendimento, uma vez que a acústica é inapropriada.

Assim sugerimos que o espaço tenha, minimamente: 01 recepção, 01 sala para a coordenação do CREAS, 01 cozinha, 02 banheiros, 01 sala para reuniões e atendimentos em grupo, 06 salas de atendimento individual, 02 salas de brincar, 01 almoxarifado, 01 sala para os educadores sociais, 01 sala para todos os técnicos e 01 sala para o administrativo.

Além de todo o mobiliário necessário para compor o ambiente, é preciso 05 computadores com impressora e acesso à internet.

6- RECURSOS FINANCEIROS

7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o exposto, consideramos necessária e urgente a contratação de um profissional que nos oriente e auxilie no processo de unificação. Entendemos que um profissional que esteja fora da instituição tenha mais facilidade para apontar as falhas internas que aqueles que já estão envolvidos em sua dinâmica. Consideramos também que é necessário que ele saiba não só sobre os processos institucionais, mas, que, também, saiba supervisionar casos de violação de direitos, podendo nos auxiliar nos atendimentos individual, em grupo e familiar. Dentro deste perfil, sugerimos os seguintes nomes: Roberta Carvalho Romagnoli, Débora Davi da Luz e Mônica Brandão. Segue anexo o currículo de cada um deles.